

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

RITA LUZIA OCCHIUZE DOS SANTOS

**A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO CONGRESSO
NACIONAL CONSTITUINTE DE 1987 A 1988**

Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada ao
Departamento de Ciências Sociais do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas, sob orientação do Profa. Dra.
Guita Grin Debert

Este exemplar corresponde a redação final
da tese defendida e aprovada pela Comissão
Julgadora em 30/03/2004

Orientadora

Prof. Dra. Guita Grin Debert

Membros

Dra. Mariza Corrêa

Dra. Maria Filomena Gregori

Dra. Márcia Regina da Costa

Dra. Maria de Fátima Lopes

Suplentes:

Dr. Theophilos Rifiotis

Dra. Heloisa Pontes

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	T/Unicamp
	Sa59p
V	EX
TOMBO BC/	59019
PROC.	16-117-04
C	☐
D	☒
PREÇO	R\$11,00
DATA	15/07/04
Nº CPD	

CM00198460-6

Bibid: 317728

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Sa59p

Santos, Rita Luzia Occhiuze dos

A participação da mulher no Congresso Nacional Constituinte de 1987 a 1988 / Rita Luzia Occhiuze dos Santos. - - Campinas, SP : [s. n.], 2004.

Orientador: Guita Grin Debert.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

**1. Mulher na política - Brasil. 2. Constituinte.
3. Discriminação de sexo contra as mulheres - Brasil. 4. Prática parlamentar. 5. Gênero. I. Debert, Guita Grin. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

RESUMO

O tema proposto na presente pesquisa - A Participação da Mulher no Congresso Nacional Constituinte - levou-nos a buscar referenciais de análise suficientes para dar conta de compreender a articulação das deputadas constituintes no contexto político parlamentar. A utilização da entrevista semi-estruturada bem como de documentos fornecidos pelo Congresso Nacional, permitiu a coleta de depoimentos e de dados que forneceram uma diversidade de informações suficientemente abrangentes para analisar o perfil sócio-político das deputadas, a estruturação das campanhas enquanto candidatas, a questão da representação de grupo de interesse, a situação dessas mulheres na condição de deputadas constituintes e a atuação delas no Congresso Nacional Constituinte. Os dados evidenciam as diferenças que marcaram essas mulheres quanto a idade, estado civil, profissão, nível de instrução, ideologia partidária, experiência política, raça, região, vinculação política com parentes ou marido. A representação da mulher na política institucional ficou caracterizada pela opressão, exclusão, discriminação e preconceito de raça e de gênero. Contudo, essas mulheres se uniram suprapartidariamente, formando a "bancada feminina" no Congresso Nacional, que contou com o apoio de diversas organizações de mulheres, em particular do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Os resultados evidenciam o empenho dessas mulheres no alcance de mudanças significativas, em particular, nas questões relativas aos direitos e garantias da mulher.

ABSTRACT

The theme proposed in this work, Women's Participation in the Constituent National Congress, has led us to search for sufficient analysis references in order to understand the role women representatives play in the parliamentary political context. The use of a semi-structured interview and documents furnished by the National Congress allowed to gather statements and data providing a sufficiently comprehensive range of diverse information to analyse the social – political profile of these women representatives, the structure of their political campaigns as candidates, the issue of interest group representation, their condition as representative members and the role they play in the Constituent National Congress. The data made evident the differences among these women with regard to age, civil status, profession, level of instruction, political ideology, political experience, race, region, political ties with relatives or husband. Representation of women in institutional politics has been characterized by oppression, expression, exclusion, racial and sex discrimination and prejudice. Indeed, these women have united by forming a suprapartisan 'female bloc' at the National Congress supported by several women's organizations, particularly the Nacional Council of Women's Rights (NCWR). The results evidenced these women's efforts toward accomplishing significant changes, particularly in issues related to women's rights.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para que este trabalho se tornasse realidade.

À Deus porque “O Senhor ouve a minha oração, inclina os ouvidos às minhas súplicas; escuta-me segundo a tua verdade, e segundo a tua justiça” (Sl 143).

Ao meu pai Nestor Carlos, in memoriam, que, enquanto vivo, confiou e acreditou em mim, à minha mãe Ruth, pela dedicação e conforto nos momentos difíceis, aos meus filhos, Mayra Beatriz e Gustavo Henrique que, apesar da ausência, sempre estiveram confiantes no meu desempenho, aos meus irmãos, Heloisa, Nestor Carlos, José Guilherme, Luiz Carlos, José Francisco e Nivaldo Pedro que me dedicaram muita esperança e persistência e ao meu amigo e companheiro Flavio, pela inestimável dedicação e empenho na confecção dos quadros relativos às emendas constitucionais.

À Dra Guita, minha orientadora que me ajudou a escolher o caminho certo para desenvolver esta dissertação, a Diretora do Centro de Ciências Humanas da UFV, Dra Rosa, pelo apoio e incentivo na consecução dos trabalhos, a chefe do Departamento de Economia Doméstica da UFV, Profa Simone, pelo incentivo e apoio nos momentos de dificuldades, às minhas colegas do DED/UFV que compartilharam comigo das angústias de última hora e ao Fabrício pelo empenho e dedicação na revisão e formatação desta tese.

SUMÁRIO

Introdução:	1
Capítulo 1: QUEM É QUEM NA CONSTITUINTE: O PERFIL SOCIOPOLÍTICO DAS DEPUTADAS CONTITUINTE	15
Capítulo 2: A CAMPANHA ELEITORAL DAS DEPUTADAS CONSTITUINTES	97
Capítulo 3: A SITUAÇÃO DAS MULHERES NA CONDIÇÃO DE DEPUTADAS CONSTITUINTES	136
Capítulo 4: A QUESTÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS DEPUTADAS CONSTITUINTES NO CONGRESSO NACIONAL	194
Capítulo 5: A ATUAÇÃO DAS DEPUTADAS NA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE	214
Conclusão:	265
Bibliografia:	276
Anexos:	280

Quadros

Quadro 1 - As nove comissões da Assembléia Nacional Constituinte	26
Quadro 2 - Número de emendas em cada comissão e subcomissão	28
Quadro 3 - Número de emendas apresentadas por cada deputada	31
Quadro 4 - Número de deputadas e número de emendas em cada comissão e subcomissão	32
Quadro 5 - Equivalência proporcional em relação a numero total de emendas apresentadas em todas as comissões pelos deputados e pelas deputadas e o numero de emendas apresentadas em cada comissão pelos deputados e pelas deputadas	48
Quadro 6 - Equivalência proporcional em relação a número total de emendas apresentadas em cada comissão pelos deputados e pelas deputadas e o número de emendas aprovadas em cada comissão	49
Quadro 7 - Equivalência proporcional em relação ao número total de emendas parcialmente apresentadas em cada comissão pelos deputados e pelas deputadas e o número de emendas parcialmente aprovadas em cada comissão	50
Quadro 8 - Equivalência proporcional em relação a número total de emendas apresentadas em cada comissão pelos deputados e pelas deputadas e o número de emendas prejudicadas em cada comissão	51
Quadro 9 - Equivalência proporcional em relação a número total de emendas apresentadas em cada comissão pelos deputados e pelas deputadas e o número de emendas rejeitadas em cada comissão	53
Quadro 10 - Cargos ocupados pelas deputadas na Assembléia Nacional Constituinte	58
Quadro 11 - Atividade parlamentar das deputadas constituintes	60

Quadro 12 - Autodefinição política. Deputadas por faixa etária.....	75
Quadro 13 - Autodefinição política. Deputados por faixa etária.....	75
Quadro 14 - Autodefinição política. Deputadas por região	75
Quadro 15 - Autodefinição política. Deputados por região	76
Quadro 16 - Profissão e autodefinição política. Deputadas por região	77
Quadro 17 - Profissão e autodefinição política. Deputados.....	77
Quadro 18 - Dados biográficos e tendências políticas.....	79
Quadro 19 - Perfil político e atuação parlamentar das deputadas constituintes.....	86
Quadro 20 - Notas e informações adicionais atribuídas pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).....	90
Quadro 21 - Relação de deputadas por unidade da federação e partidos.....	137
Quadro 22 - Dados biográficos das deputadas constituintes.....	139
Quadro 23 - Dados Biográficos - filiação/cônjuge/filhos	153
Quadro 24 - Faixa etária das deputadas por região.....	155
Quadro 25 - Faixa etária dos deputados por região.....	156
Quadro 26 - Instrução de nível superior. Deputadas por partido.....	156
Quadro 27- Instrução de nível superior. Deputados por partido	157
Quadro 28 - Instrução de nível superior. Deputadas por região.....	157
Quadro 29 - Instrução de nível superior. Deputados por região	158
Quadro 30 - Distribuição dos Deputados por partido e região.....	158
Quadro 31 - Distribuição das deputadas por partido e região	159
Quadro 32 - Caracterização ideológica dos partidos com base na Folha de São Paulo	162
Quadro 33 - Desempenho dos constituintes segundo o DIAP, por região e ideologia.....	163
Quadro 34- Características sociais e perfil de carreira	180
Quadro 35- Características sociais e perfil de carreira	185

INTRODUÇÃO

O objetivo da presente pesquisa é analisar a participação da mulher na política, especialmente na política parlamentar, considerando o fato histórico da marginalidade política da mulher e o descaso com que este tema vem sendo tratado pelos cientistas políticos. Dessa forma, deixa-se de explorar, segundo Avelar (1996) as especificidades da atuação da mulher na política:

*"Uma dimensão crucial quando se quer analisar quais as mudanças que poderão ocorrer nos processos decisórios e no campo das regras institucionais quando na representação política houver equivalência entre ambos os sexos"*¹

No processo social, evidencia-se a marginalização da mulher na política, apesar do crescente aumento de sua participação no mercado de trabalho, bem como em atividades culturais, artísticas e científicas. Este fenômeno não ocorre apenas no Brasil, mas também, em outros países, onde o acesso da mulher a cargos políticos ainda é igualmente bastante restrito.

Pouca atenção tem sido dada pelos cientistas políticos, que têm demonstrado evasiva inclinação à análise de questões relativas à mulher na vida política, especialmente em relação a aspectos como representatividade e legislação sobre os direitos da mulher².

Segundo Pinto (1992)³,

"A ciência política não teve à sua disposição uma entrada expressiva da mulher no mundo tradicionalmente entendido como político, como também, em função do privilegiamento de certas searas da vida social, peculiar à trajetória do despertar do interesse pelo gênero, o político foi freqüentemente tomado como alheio à condição feminina".

¹ AVELAR, L., *Mulheres na elite política Brasileira. Canais de acesso ao poder*. Vol.6, Fundação Adenauer, São Paulo, 1996.

² Segundo Sapiro (1981), há uma tendência geral, mesmo por parte de cientistas políticos, para ignorar questões concernentes às mulheres, restringindo-se essas questões a "tópicos especiais" dignos de interesses limitados.

³ PINTO, C.R.J., *Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político*. In: COSTA, A. e BRUSCHINI, C., (Orgs), *Uma questão de gênero*, Rio de Janeiro, Ed. Rosa dos Tempos, Fundação Carlos Chagas, 1992.

Esse fato, segundo a autora, evidencia a preferência desses especialistas por temas que privilegiam a experiência mais imediata das mulheres.

Brito (2001)⁴ cita Scott, que analisa o conceito de gênero referindo-se à política e ao poder como territórios praticamente inexplorados, uma vez que a história política "foi o bastão da resistência à inclusão de materiais ou questões sobre as mulheres e gênero". Essa perspectiva sugere que o político seja redefinido como domínio exclusivamente masculino e que se analisem a atuação e a expressão política das mulheres em determinados contextos históricos.

Pelo fato de se atribuir caráter masculino ao gênero da representação institucional, a participação decisiva das mulheres na vida pública não ocorre na sua forma clássica, permanecendo periférica⁵.

A literatura feminista, apesar de atenta ao fenômeno da exclusão da mulher nos diferentes campos da sociedade, em especial no âmbito político, tem realçado que a exclusão da mulher na esfera da política verifica-se através do ingresso reduzido de mulheres no setor público e na ocupação de cargos decisórios. Igualmente, pouca atenção tem sido dada aos estudos de gênero e política, restringindo-se esta abordagem ao desinteresse da mulher por assuntos políticos ou à inexpressiva participação feminina no processo político eleitoral.

A esse respeito, Pra (1998)⁶ adverte que:

"(...) o predomínio de padrões culturais, que sempre privilegiaram a presença masculina no espaço público, dificulta a estabelecimento de um debate mais explícito sobre os direitos das mulheres e, mesmo quando esse assunto é discutido, os resultados, em geral, mostram-se desfavoráveis a elas".

No Brasil, a questão da participação política da mulher está associada a conquistas eleitorais que se apresenta fora dos limites da política institucional. Uma razão para a falta de informações sobre a participação política da mulher é a ausência da variável sexo nas grandes pesquisas realizadas. Outra questão refere-se à própria imprecisão do conceito que às vezes

⁴ BRITO, M. N. C., *Gênero e cidadania: referenciais analíticos*. In *Estudos Feministas*. CFH/UFSC, Vol 9, n. 1, 2001.

⁵ SOUZA-LOBO, Elizabeth., *O Gênero da Representação: Movimento de Mulheres e Representação Política no Brasil*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 6(17), out. 1991.

atua menos como categoria de análise e mais como “*princípio ético desejado*”, levando à confusão entre participação política da mulher e militância feminista. Em decorrência da herança de longos anos de regime militar, o princípio de participação confunde-se com o desejo de construção do regime democrático⁷.

Avelar (1987)⁸ ao analisar o voto feminino no Brasil, mostra que a participação da mulher não difere tanto da participação do homem, enquanto, contrariamente, a proporção de mulheres integradas ao círculo governamental (como ministros, parlamentares, dirigentes de partidos políticos) é discrepante em relação ao número de homens, que é muito maior.

A conceituação mais ampla de “participação política” envolve desde a atuação do cidadão em movimentos sociais até a filiação a um partido ou a um sindicato, onde se manifesta contra ou a favor de determinadas medidas⁹. Embora essas formas de ação sejam relevantes ao sistema político, pois levam à formação e condução da opinião pública, que, por sua vez, influi no processo decisório, já que viabiliza a pressão social organizada, limitou-se o presente trabalho, à face mais objetiva da atuação política: a candidatura feminina a cargos políticos eletivos. Tal recorte justifica-se pela preocupação em compreender a dificuldade da mulher de acesso à política partidária e aos cargos eletivos – preocupação que surge da necessidade de participação da mulher nos processos decisórios, para que haja a transformação de todos os aspectos sociais, culturais e econômicos da condição de desigualdade a que tem estado relegada.

Cardoso (1987)¹⁰ ao analisar a participação feminina em movimentos reivindicatórios no Brasil, afirma que

“Temos novos sujeitos e as mulheres são um novo sujeito que estão se opondo, estão criando formas de atuação política distintas daquelas que o sistema político tradicional oferecia, distintas dos partidos, distintas mesmo dos sindicatos, das outras

⁶ PRÁ, J.R., Cidadania e gênero no processo de construção da democracia brasileira. In: *Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política*. Porto Alegre, Editora da Universidade do Rio Grande do Sul, 1998, p.93.

⁷ PINTO, C.R.J., *Participação (representação?)*. Política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: SAFFIOTI, H.I.B., MUÑOZ-VARGAS, M. (Org.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1994.

⁸ AVELAR, Lúcia., *O segundo eleitorado- Tendências do voto feminino no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1989.

⁹ Esta abordagem é referida em TABAK, 1987; CASTILHO BRITO, 1988; TOSCANO, 1982 e CARDOSO, 1987.

¹⁰ CARDOSO, Ruth Corrêa Leite, *As mulheres e a Democracia*. In: *Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v.1, n.2, 1987. (2), p.287-304.

formas associativas reconhecidas, institucionalizadas e tradicionais. Tudo isso em nome desta espontaneidade e desse vigor dos movimentos sociais”.

A autora reconhece que, embora esta renovação da mulher tenha conduzido a reivindicações específicas, tornadas legítimas frente ao sistema político, ainda enfrentam obstáculos institucionais, faltando a legitimação de um espaço no sistema político para a participação da mulher.

Freqüentemente, a atuação política da mulher tem-se traduzido em participação em movimentos sociais e organização de grupos de pressão. No entanto, esse tipo de atuação tem-se mostrado insuficiente para uma transformação mais ampla da condição feminina. Surge, então, a necessidade de participação na política partidária e de acesso a cargos eletivos para que a mulher desfrute de uma parcela de poder relativamente maior.

A luta pela igualdade de direitos e por facilidade de acesso ao processo decisório, em defesa das reivindicações que afetam diretamente a mulher, tem sido conduzida por associações femininas, que têm atuado como grupos de pressão junto ao poder público. Entre as atividades de atuação das organizações femininas, destaca-se a denúncia das diferentes formas de discriminação, às vezes sutil, sofrida pelas mulheres em muitos setores da vida social, e o protesto contra medidas concretas de restrição ao acesso da mulher a qualquer cargo ou função pública ou privada. Essas organizações reforçam também o movimento em favor da democracia e da maior participação política de setores populacionais que, embora diretamente afetados pelo processo político, mantêm-se afastados deste.¹¹

O processo da Constituição de 1988, que teve início com as eleições de deputados em 1986, pode ser considerado um marco da participação da mulher na política brasileira. Pela primeira vez na história, um contingente de 26 mulheres toma assento no Congresso Nacional, representando as mais diversas facções partidárias, ampliando assim de 1,9% para 5,3% o número de mulheres no Parlamento.

A Assembléia Nacional Constituinte de 1987 representa uma das fases mais marcantes de nossa história, quer pelas contradições sociais e complexidade política, quer pelo então crescente nível de organização social de instituições da sociedade civil.

¹¹ TABAK, Fanny., *Autoritarismo e Participação Política da Mulher*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

Bolívar Lamounier (1990)¹² faz referência em seu trabalho, ao caso brasileiro, no cenário latino-americano, na década de 1980. Esta década caracterizou-se como um período de otimismo, em razão da retomada da democracia, em contraste com os graves sintomas que se manifestaram nos principais países da América Latina.

No Brasil, como nos demais países da região, o projeto de consolidação democrática é ameaçado pela drástica redução nos níveis de crescimento econômico, pela aceleração da inflação e pelo agravamento das condições sociais que se avolumam em proporções preocupantes, apesar dos avanços alcançados na esfera político-institucional.

Considerada a “década perdida”, essa expressão acentua o lado negativo das dificuldades acumuladas no país, subestimando, dessa forma, os avanços políticos com a derrota do governo militar e ascensão do governo civil, com a elaboração de uma nova Constituição e as eleições diretas para presidente, marco histórico desde 1960.

O aumento do potencial de conflito social ocorre num momento de acentuado decréscimo da capacidade dos sistemas econômicos e políticos para acomodar essas tensões. Muitos fatores contribuíram para acentuar o descompasso entre os recursos e o potencial de conflitos, como a queda na taxa anual do PIB e a aceleração da inflação, que atingiu um descontrole no final da década. Por outro lado, a ascensão na taxa de urbanização, em contraste com a queda do crescimento, provocou aumento substancial de grupos sociais mais amplos, que, ao se beneficiarem da liberdade que se ampliava, cuidavam de “proteger-se contra a deterioração de sua posição relativa na sociedade”¹³. Dessa forma, o aumento e a pressão corporativa dessa participação acentuaram as demandas e pressões sociais num momento de declínio da capacidade decisória do sistema político e da capacidade de acomodação do sistema econômico.

Do ponto de vista da legitimidade do sistema político para acomodar tensões, sua capacidade foi declinante e desastrosa, tanto para lideranças individuais quanto para as instituições (executivo, legislativo e partidos políticos). Assim, a recuperação da legitimidade só poderia ocorrer por “eventos simbólicos marcantes, seguidos por rápida recuperação no tocante ao desempenho objetivo”¹⁴.

¹² LAMOUNIER, B. (Org.), *De Geisel a Collor. O balanço da transição*, São Paulo, Editora Sumaré Ltda, 1990.

¹³ Id. Ibid, p.15.

¹⁴ Id. Ibid, p. 16.

A nova Constituição altera de modo significativo essa concepção, mantendo as tradicionais garantias e os direitos individuais, estendendo-os também a entidades coletivas.

Com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, estava implícito, de forma consensual, que “chegara a hora de mudanças profundas”¹⁵ e a possibilidade da volta a um regime democrático, após 20 anos de governo militar.

Lamounier (1990)¹⁶ aborda em seu trabalho os partidos e a transição política, atribuindo à vigência da Assembléia Nacional Constituinte uma das características da transição política brasileira que teve impacto no sistema partidário. O autor destaca a importância do “*poder catalisador*” da Constituinte, que provocou uma mobilização dos setores sociais com possibilidade de organização.

O texto final revela, em diferentes aspectos, a diversidade de interesses de “*uma sociedade heterogênea e desigualmente desorganizada*”. Dessa forma, os componentes dos diversos partidos foram requisitados a tomarem posições relativas a questões de cunho social, econômico e político, bem como “*de caráter regional, racial, religioso e mesmo ecológico*”¹⁷.

Considerando a diversidade no jogo de interesses, as lutas envolvendo questões fundamentais e conflitantes iriam provocar divergências internas nos partidos, bem como indisciplina partidária e cisões, além da criação de “*blocos suprapartidários*”. Uma vez que não houve a elaboração prévia de um projeto constitucional, a participação de todos os representantes durante a elaboração da carta, bem como a ação de *lobbies* e grupos de pressão, foi franqueada e, em consequência, a Assembléia Nacional Constituinte “deveria necessariamente produzir instabilidade partidária, particularmente em se tratando de uma estrutura não consolidada”¹⁸.

Lamounier(1990) destaca a atividade constituinte como sendo o evento recente mais importante com relação ao desenvolvimento partidário no Brasil. No que se refere à atuação dos parlamentares, a despeito de muitas críticas a ela atribuída, o trabalho desenvolvido possibilitou “um valioso aprendizado da prática parlamentar e partidária”.

O autor conclui afirmando que:

¹⁵ Id. Ibid., p. 86.

¹⁶ Id. Ibid.

¹⁷ Id. Ibid., p.98

¹⁸ Id. Ibid, p. 116.

*Pela primeira vez em nossa história os partidos dispuseram de recursos políticos necessários para o desempenho de suas funções como órgãos representativos e de decisão, em uma situação em que deveriam construir um novo arcabouço constitucional sob os olhos atentos da opinião pública e sob as pressões de grupos organizados da sociedade civil*¹⁹

De acordo com Medina (1991)²⁰, promulgada em etapa de redemocratização nacional, a Lei Suprema atualmente vigente aproveita o momento político favorável para introduzir novos direitos de cidadania, em particular alguns relativos aos direitos da mulher. Salienta ainda que mais do que em todas as Cartas anteriores, a eleição e atuação de mulheres constituintes foram muito mais expressivas. Particularmente, em relação à mulher, esta nova Constituição acrescentou direitos e garantias, alterando, de forma inusitada, a condição da mulher.

Faoro (1985)²¹ discute os significados de uma constituição, argumentando que o sentido social e o sentido jurídico constituem as duas faces da constituição política. Desse modo, a Constituição não é a mera síntese das condições reais do poder, “nem um conjunto esparso de regras jurídicas”. A essência da Constituição afirma-se a partir da interação desses dois fatores, dirigidos pela vocação dos destinatários do poder de controlá-los. Por outro lado, a limitação do poder não exclui a cooperação dos poderes constituídos, sem prejuízo de sua independência. Da relação da Constituição com o poder, o autor assinala que:

Com a Constituição, o poder não apenas se organiza, senão que, submetido ao controle de baixo, se legitima, estabelecendo as regras fundamentais que permitem a emergência de novas forças sociais, sem privilegiá-las e sem oprimir as minorias que outrora foram majorias, assegurando-lhes os meios de entrar e sair do poder sem abalos sociais e sem convulsões políticas. A Constituição, finalmente, é a suprema força política do país, nas suas normas e valores, coordenadora e árbitro de todos os conflitos, sempre que fiel ao poder constituinte legitimamente expresso.

¹⁹ Id. Ibid, p.116-7.

²⁰ MEDINA, A.V.A., *Questões de direitos relativos à mulher nas Constituições do Brasil e de Minas Gerais*. Revista Informação Legislativa, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, Ano 28, n.110, abr./jun., 1991.

²¹ FAORO, Raimundo. *Assembléia Constituinte. A legitimidade Recuperada*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

A Constituição de 1988 soube privilegiar a cidadania plena, garantindo a igualdade perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Daí a ênfase na sua identificação como “*Constituição Cidadã*”, assim batizada por Ulisses Guimarães, presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Desta forma, Guimarães (1993)²² faz uma reflexão sobre a Constituição de 1988, que, no seu entendimento:

(A Constituição) no cidadão instituiu seu fim e sua esperança. As constituições se legitimam, também, no dia-a-dia, na prática cotidiana, na maneira como verdadeiramente reorganizem as relações entre cidadãos.

Finaliza argumentando que “Dispomos agora de mais uma ferramenta de grande utilidade para orientar-nos no aprendizado da convivência democrática e para consolidar finalmente, como realidade insofismável entre nós, o conceito de cidadania”.

Oliveira (1993)²³ destaca que a Constituição brasileira de 1988, “foi o coroamento de um longo processo de maturação em que todas as forças da sociedade se congregaram para traçar o perfil de um novo País a ser construído na afirmação pela da cidadania responsável.... É este certamente o legado maior que nos deixou Ulisses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte: a *Constituição Cidadã*, como a batizou com justo orgulho...”.

Limongi (1995)²⁴ estudou as relações entre os poderes Executivo e Legislativo e as conseqüências do padrão existente de relação entre esses dois poderes para a estruturação do poder legislativo. O período coberto pelo estudo tem início com a promulgação da Constituição de 1988. O texto procura contribuir para um melhor entendimento do sistema político brasileiro em uma de suas dimensões menos estudadas: as relações entre os poderes Executivo e Legislativo enquanto geradores de normas legais.

Para Limongi (1995), a Constituição de 1988, no que se refere ao poder legislativo, aprovou dois conjuntos distintos e contraditórios de medidas. “De um lado, os constituintes

²² GUIMARAES, Ulisses., Prefácio da Obra O Processo Histórico da Elaboração do Texto Constitucional. Brasília: Câmara dos Deputados, 1993.

²³ OLIVEIRA, Inocêncio., Apresentação da obra “O Processo Histórico da Elaboração do Texto Constitucional. Brasília: Câmara dos Deputados, 1993.

²⁴ LIMONGI, A. C., F., F., Mudança constitucional, desempenho do legislativo e consolidação institucional In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. nº 29, ano 10, out./1995

aprovaram uma série de medidas tendentes a fortalecer o Congresso, recuperando assim os poderes subtraídos do Legislativo ao longo do período militar. De outro lado, a Constituição de 88 manteve muitos dos poderes legislativos com os quais o poder Executivo foi dotado ao longo do período autoritário. Dessa forma, não foram revogadas muitas das prerrogativas que permitiam ao Executivo dirigir o processo legislativo durante o regime militar". Os dados obtidos na pesquisa comprovam que o poder Executivo, em função dos poderes legislativos que possui, comanda o processo legislativo e, dessa forma, "mina o próprio fortalecimento do Congresso como poder autônomo". Como resultado, observa-se "a atrofia do próprio Legislativo e a predominância do Executivo, principal legislador de *jure* e de fato". Limongi (1995) conclui seu trabalho admitindo que, no tocante às regras que regulam as relações entre os poderes Executivo e Legislativo, há uma continuidade legal entre o período autoritário e o atual. A análise da participação de cada um dos poderes nas matérias aprovadas revela que a promulgação da Constituição não alterou significativamente o padrão da produção legal. A forte preponderância do Executivo foi mantida observada ao longo do regime militar.

O objetivo da presente pesquisa é analisar o caráter da participação feminina, na Assembléia Nacional Constituinte, no período de 1987 a 1988.

O conceito de participação política não é entendido aqui como as diferentes formas de ação que influem na condução do processo social e político mais amplo. Desta forma, não se refere à representação feminina na política como "toda" atividade da mulher ligada à esfera pública.

O conceito tem aqui um sentido mais restrito, referindo-se à atuação da mulher no campo político, partidário e institucional.

Neste sentido, o universo político estudado tem o mesmo significado do "círculo governamental" definido por Duverger (1955)²⁵. Tal expressão é empregada na acepção sociológica, compreendendo pessoas e grupos que, em um dado país e momento, participam do exercício da autoridade e da elaboração de decisões. "*A vida política é a atividade destas pessoas, destes governantes, seu recrutamento, suas rivalidades internas, suas prerrogativas sobre os "governados" e as representações coletivas ligadas a estes fatos*"²⁶. As eleições constituem o meio de escolher aqueles governantes, representantes do povo. Participar da vida

²⁵ DUVERGER, Maurice., *La participation des Femmes à La Vie Politique*. Paris: UNESCO, 1955.

²⁶ *Id. Ibid.*

política é participar deste “*círculo governamental*” indiretamente, participando das eleições, ou diretamente.

É esta participação direta das mulheres no círculo governamental que constitui o propósito maior desta pesquisa. Muitas dúvidas e inquietações se colocam como fundamentos na busca de elucidar o caráter da participação das deputadas constituintes no Congresso Nacional.

A esta pesquisa interessa particularmente conhecer as agentes propulsoras de mudanças, mais especificamente as deputadas constituintes, que implementaram alterações significativas na condição dos direitos e garantias da mulher, a partir dos seguintes questionamentos: Como essas mulheres ingressaram na carreira parlamentar? Quais foram as experiências vividas por elas que as motivaram a se candidatarem ao Legislativo? Quais os fatores que, direta ou indiretamente, interferiram na participação das deputadas constituintes na atividade parlamentar?

Assim sendo, o recorte desta pesquisa destaca as experiências políticas vivenciadas pelas deputadas constituintes entrevistadas²⁷ na ascensão ao cargo parlamentar bem como durante a atuação das mesmas no Congresso Nacional Constituinte.

Como se deu a trajetória política dessas mulheres para chegarem ao Congresso Nacional Constituinte? Quais foram às experiências vividas por essas deputadas na condição de mulheres? Quais foram às vitórias e as derrotas consideradas por elas na Constituinte? De que forma essas deputadas atuaram em relação aos demais parlamentares homens, na Assembléia Nacional Constituinte?

O interesse da presente pesquisa é, portanto, analisar a participação das deputadas constituintes no Congresso Nacional, buscando identificar, de acordo com Clauss Offe (1995)²⁸, a condição das mesmas como agentes sociais individuais, oriundas de diferentes partidos, com posições ideológicas diferenciadas, além das diferenças que marcaram estas mulheres em relação à classe social e raça, bem como suas intenções, valores e expectativas, o nível da vontade, da consciência e dos seus sentimentos enquanto membros de um grupo. Procurou-se também analisar a questão da representação das deputadas e a constituição ou não de um grupo de interesse dentro da Assembléia Nacional Constituinte. Pode-se argumentar

²⁷ Deputadas entrevistadas: Anna Maria Rattes; Benedita da; Eunice Michiles; Lídice da Mata; Lúcia Braga; Maria de Lourdes Abadia; Marluce Pinto; Myriam Portella; Raquel Candido; Raquel Capiberibe; Rita Camata; Rita Furtado e Sandra Cavalcanti.

²⁸ OFFE, C., *Capitalismo desorganizado*. São Paulo, Brasiliense, 1995.

que o simples fato de serem mulheres as qualificam como um grupo de interesses dentro do contexto parlamentar? De que forma as diferentes clivagens superam a suposta identidade sexual feminina das deputadas entrevistadas? Um destaque especial será dado também, ao envolvimento e articulação das constituintes com os movimentos de mulheres, movimentos feministas e em especial, a atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que implementaram ações de intervenção e proposição junto aos constituintes, particularmente em relação às reivindicações dos direitos das mulheres.

Buscou-se também analisar a estrutura de oportunidades que facilitou o acesso das mesmas a esse posto, considerando a existência de familiares políticos, os apoios recebidos dos partidos e de outras organizações, os investimentos de campanha; os entraves e limitações encontrados durante a trajetória política das mesmas; as concepções acerca de suas posturas frente aos desafios inerentes às suas condições de mulheres e de parlamentares; o acesso às atividades parlamentares como membros de comissões e as oportunidades de acesso aos cargos inerentes às atividades constitucionais.

Um capítulo especial foi dedicado a análise da situação das mulheres na condição de deputadas constituintes. Os itens objetos de análise referem-se a: momento que marcou a trajetória política na condição de mulheres, discriminação na atuação política parlamentar, relação entre homens e mulheres parlamentares, comportamento e atitudes no desempenho da atividade parlamentar, avanços da Constituinte, derrotas da Constituinte.

Os depoimentos ilustram as situações vivenciadas pelas deputadas no contexto parlamentar evidenciando as representações das mesmas sobre o domínio do poder tão bem caracterizado por elas como "masculino" e "excludente".

No primeiro capítulo foram elaboradas análises referentes a faixa etária das deputadas por região, nível superior por partido, nível superior por região, distribuição das deputadas por partido, distribuição por região. No capítulo 5, elaborou-se a análise da autodefinição política das deputadas. Essas análises foram fundamentadas nos modelos apresentados por Rodrigues (1987)²⁹ em sua obra *Quem é quem na Constituinte*. Esta obra é resultado da pesquisa sobre os deputados federais eleitos para a Assembléia Nacional Constituinte em 15 de novembro de 1986. Quatro temas principais foram considerados: 1) a distribuição das forças partidárias na Câmara Federal, ou, mais precisamente, a importância dos diferentes partidos e conformação

²⁹ RODRIGUES, L.M., *Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos políticos e deputados*. São Paulo, OESP-NALTESE, 1987.

do sistema partidário brasileiro; 2) as etapas da carreira política e as diferenças observadas entre os diferentes partidos e regiões brasileiras no que tange às experiências políticas prévias à eleição dos deputados para a atual Câmara Federal; 3) o perfil social dos deputados, elaborado a partir das profissões representadas na Câmara Federal e sua distribuição por partido e região; 4) as posições políticas dos deputados e tendências ideológicas no interior dos partidos. As conclusões dessa obra advêm exclusivamente da análise das opiniões manifestadas pelos parlamentares entrevistados fora de qualquer contexto político concreto. As conclusões, portanto, dão apenas um quadro geral da distribuição das tendências políticas e facções existentes no interior da Câmara de Deputados (e da Constituinte, onde os deputados federais representam a grande maioria).

Outra análise elaborada no capítulo 5 refere-se às características sociais e perfil de carreira fundamentada no modelo apresentado por Micelli (1981)³⁰ em sua obra *Carne e osso da elite política Brasileira pós-1930*. Essa pesquisa consistiu no levantamento das características econômicas e sociais dos grupos dominantes de políticos profissionais surgidos nas décadas de 30 e 40, no intuito de qualificar os mandatos de representação de que se incubiram e discernir as clivagens de interesse em meio às quais passaram a operar. O modelo de interpretação adotado teve por objetivo dar conta do peso relativo das múltiplas determinações que presidiram a constituição, ao longo do período em apreço, de dois setores partidários concorrentes no espaço da classe dirigente. Várias são as conclusões elaboradas pelo autor buscando esclarecer as condições sociais que permeiam a montagem de alianças entre setores colados à máquina governamental e a uma parcela da elite de empresários industriais, entre grupos econômicos privados e setores intelectuais, políticos e militares (a UDN).

A pesquisa teve início com a realização de contatos com os diferentes órgãos do Congresso Nacional a fim de obter informações sobre a caracterização sócio-cultural das entrevistadas, endereços e telefones, material bibliográfico junto à Biblioteca do Congresso Nacional, bem como o registro das emendas apresentadas pelas constituintes. Nessa atividade pudemos contar com o apoio da Deputada Rita Camata (25, PMDB, ES) que foi interventora na solicitação do material requerido, fornecendo o material xerox necessário à nossa

³⁰ MICELLI, S., *Carne e osso da elite política Brasileira pós 1930. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III: O Brasil Republicano. Vol. 3, Sociologia e Política (1930-1964)*. DIFEL, São Paulo, 1981.

investigação. A deputada Marluce Pinto também colaborou na aquisição do material junto ao Congresso Nacional, concedendo também material xerox referente aos artigos publicados na imprensa. De posse deste material, pudemos elaborar o quadro biográfico das constituintes, realizar os contatos para agendamento das entrevistas e elaborar os quadros que revelam a participação das constituintes com a apresentação de emendas.

Para atender ao objetivo proposto na presente pesquisa, utilizou-se como procedimento de coleta dos dados, a entrevista semi-estruturada.

A utilização dessa entrevista permitiu investigar e analisar a participação destas mulheres na atividade parlamentar, assim como desvelar mensagens implícitas que pudessem evidenciar com propriedade a dimensão conceitual dos fenômenos em análise. Desta forma, a estrutura dos conteúdos manifestos nas entrevistas é fruto da análise de elementos significativos sobre os diferentes aspectos que compõem os objetos de investigação e análise.

As entrevistas foram gravadas e realizadas no período de julho de 1998 a março de 2000.

As deputadas foram entrevistadas em diferentes localidades do país. Em Brasília (DF) foram entrevistadas as deputadas Rita Furtado, Raquel Cândido, Benedita da Silva, Rita Camata, Eunice Michiles e Maria de Lourdes Abadia. Em Salvador (BA), a deputada Lídice da Mata. No Rio de Janeiro (RJ) as deputadas Ana Maria Rattes e Sandra Cavalcanti. Em João Pessoa (PB) a deputada Lúcia Braga e em Teresina (PI) a deputada Myriam Portella.

As deputadas entrevistadas foram muito receptivas à entrevista, demonstrando interesse e disponibilidade em colaborar.

Com a finalidade de ilustrar as situações vivenciadas pelas deputadas constituintes, buscou-se apresentar recortes da mídia por meio de notícias dos principais jornais de circulação nacional. Com estranheza verificou-se que no acervo do Congresso Nacional, havia uma disponibilidade bastante restrita do jornal “A Folha de São Paulo” que pudessem ilustrar com mais propriedade os assuntos tratados nesta tese.

Na sua organização geral, essa tese encontra-se estruturada de forma a abranger os capítulos referentes a: I) A atuação das deputadas na Assembléia Nacional Constituinte; II) A questão da representação política das deputadas Constituintes no Congresso Nacional; III) Quem é quem na Constituinte: o perfil sócio-político das Deputadas Constituintes; IV) A

Campanha Eleitoral das Deputadas Constituintes; V) A situação das mulheres na condição de Deputadas Constituintes.

*Graças a nossa união, independente do partido e ideologia, nós avançamos
muito nas questões da mulher...*

(Maria de Lourdes Abadia)

CAPÍTULO 1

A ATUAÇÃO DAS DEPUTADAS NA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

A 1º de fevereiro de 1987 instalou-se a Assembléia Nacional Constituinte, presidida pelo ministro José Carlos Moreira Alves, na qualidade de Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Em 2 de fevereiro de 1987 toma posse o deputado Ulisses Guimarães, eleito Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, para coordenar a maior bancada do Congresso Nacional, o PMDB.

A Assembléia Nacional Constituinte de 1987 representa uma das fases mais marcantes de nossa história, quer pelas contradições sociais e complexidade política, quer pelo crescente nível de organização social de instituições da sociedade civil.

A extinção do ciclo político militar, que deixou marcas profundas na sociedade brasileira, traz à tona a construção do Estado Democrático de Direito, negando assim a ordem criada pelo regime anterior e estimulando as alterações necessárias a um Brasil democrático.

Os princípios que regem, portanto, a nova Assembléia Nacional Constituinte, são a construção do Estado brasileiro como um instrumento a serviço da sociedade para a consecução dos fins erigidos como valores supremos dessa sociedade, que são a garantia dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça. Dessa forma, a nova Constituição Brasileira deverá incorporar os ideais da democracia social, elevando a objetivo do Estado a garantia dos direitos sociais e o bem-estar da população.

A Assembléia Nacional Constituinte esteve composta de 559 representantes eleitos pelo povo, somando-se entre eles 533 homens e 26 mulheres. Apesar do baixo índice da representação feminina no Congresso Constituinte, pode-se constatar que essa representação foi um marco na participação da mulher na política brasileira.

De acordo com o documento “Mulher e Constituinte”, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)³¹, desde 1822 o Brasil teve sete constituições, das quais apenas três foram elaboradas por Assembléias Constituintes, e em nenhuma delas houve a participação das mulheres. Ao recordar “Um pouco da nossa história”, esse documento expressa que a história do Brasil não registra a atuação de grupos femininos ao longo dos primeiros anos do século XIX. A Constituição de 1824 imposta pelo Imperador Pedro II, estabeleceu o voto censitário e a questão do voto feminino suscitou debates e permitiu a intervenção das mulheres junto aos constituintes: “(...) queremos o direito de intervir nas eleições, de eleger e ser eleitas como os homens, em igualdade de condições”. Em seu artigo 70, a Constituição declarava: “são eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei”. A palavra “cidadãos” era entendida pelos intérpretes da lei “no sentido estrito do gênero masculino, para não conferir o direito de voto as mulheres...”

Na Constituição de 1891, houve a manifestação pública das mulheres, que passam a denunciar a privação de seus direitos políticos, acirrando, dessa forma, o debate sobre o direito ao voto. Assim como os loucos e analfabetos, a mulher não podia votar, pois também a ela não era atribuída a menor importância social.

O documento do CNDM enfatiza que, com o desenvolvimento da industrialização, e do comércio e o surgimento da sociedade moderna, essa situação sofre alteração. Destaca-se que, por volta de 1907, os costumes começam a mudar por influência do cinema comercial; particularmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, a proliferação dos órgãos de imprensa, a absorção de contingentes cada vez maiores de mão-de-obra feminina nas fábricas e as filhas de classe média vão para o mercado de trabalho como “professoras, enfermeiras, telefonistas, advogadas e balconistas.”

Em 1914, surge a primeira revista exclusivamente feminina, dirigida por duas mulheres, com a tiragem de 30.000 exemplares. Nessa “Revista Feminina” “já se debate política e a questão do voto feminino em meio à moda e receitas.”

Em 1917, a greve geral, que foi um “movimento fundamental da emancipação do trabalho no Brasil”, foi iniciada com as “operárias da seção feminina do Cotonificio Crespi”, em São Paulo, reivindicando a redução da jornada de trabalho de 14 para 8 horas e igualdade de salários em relação aos homens.

³¹ Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Mulher e Constituinte.

Em novembro de 1917, Leolinda Daltro lidera uma passeata de 84 “sufragistas” no Rio de Janeiro, “exigindo a extensão do voto às mulheres”.

Em dezembro de 1918, Berta Lutz publica na “Revista da Semana” uma carta na qual propõe a formação de uma “Associação de Mulheres”, visando “canalizar todos esses esforços isolados para que seu conjunto chegue a ser uma demonstração”. Após quatro anos, criava-se no Rio a “Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”, sob a liderança de Berta.

Após esse período conturbado por greves e carestia surge a figura da “agitadora”, tratada com mais dureza que seus companheiros homens porque duplamente rebelde: como trabalhadora e como mulher.

Em 1921, a operária Maria Antonia Soares, do “Centro Feminino Jovens Idealistas”, foi presa e abandonada nua no “Porto de Laguna” (Rio Grande do Sul).

O documento salienta ainda que a repressão, no entanto, é inútil. A penetração da mulher no mercado de trabalho e o crescimento de seu prestígio social são cada vez maiores. Em 1922, Anita Malfatti, Tarsila e Pagu já são respeitadas como “artistas de vanguarda” e Anésia Machado torna-se a primeira aviadora no Brasil.

Em 1928, Juvenal Lamartine (futuro presidente do Rio Grande do Norte) promoveu a alteração da legislação eleitoral, conferindo às mulheres o direito de voto. Elas compareceram às urnas “mas seus votos foram anulados pela Comissão de Podres do Senado”. Nesse mesmo ano, elegeu-se a primeira prefeita da história do Brasil, Alzira Soriano de Souza, pelo município de Lajes, no Rio Grande do Norte.

Em 1932, o Governo de Getúlio Vargas promulgou o novo Código Eleitoral pelo Decreto número 21076, garantindo o direito de voto às mulheres brasileiras.

Em 1933, o Governo Provisório convoca eleições para a Assembléia Constituinte e forma uma comissão para elaborar um anteprojeto constitucional. Berta Lutz e Natércia da Silveira assessoraram esta comissão. Nas eleições para os 214 deputados constituintes, apenas uma mulher se elegeu por São Paulo – Carlota Pereira de Queiróz – e Berta Lutz foi eleita suplente pelo Distrito Federal. Entre os 40 delegados classistas (20 representantes dos sindicatos patronais e 20 dos sindicatos dos trabalhadores), foi eleita mais uma mulher, Almerinda Gama. No total, duas mulheres entre 252 homens. “Pela primeira vez, entretanto, esta Constituição consagrou o princípio da igualdade entre os sexos, o direito do voto feminino, além de introduzir garantias de proteção ao trabalho da mulher”.

Grande parte das reivindicações feministas foi incorporada por essa Carta Constitucional, que representou um “importante avanço na conquista da nossa cidadania”.

A Constituição de 1937 (*Uma carta autoritária para o Estado Novo*) foi elaborada por um único homem (Francisco Campos) e outorgada ao país por Getúlio Vargas após o golpe de Estado, em novembro desse mesmo ano, que fechou o Congresso Nacional e extinguiu os partidos políticos. Manteve-se, entretanto, a igualdade entre os sexos, estabelecida em 1934, “embora a liberdade de toda a sociedade tenha sido seriamente comprometida. O avanço da mulher na sociedade tornara-se um fato irreversível e mundial”.

No final da Segunda Guerra Mundial, o Brasil se vê fortalecido pelas forças democráticas, que passam a exigir o fim da ditadura. Campanhas populares vão às ruas exigindo uma nova Assembléia Constituinte, que foi convocada após a deposição de Vargas e a revogação da Carta de 1937.

Inseridas na luta pela redemocratização, várias organizações de mulheres passam a colocar, “tímidamente”, a reivindicação por “direitos iguais”. No entanto, nas eleições da Assembléia Nacional Constituinte, a 2 de dezembro de 1945, nenhuma mulher foi eleita.

A Constituição de 1946 representou, de fato, um retrocesso para as mulheres, pois suprimiu a declaração do princípio de isonomia (todos são iguais perante a lei), eliminando a expressão “sem distinção de sexo”, conforme já constava na Constituição de 1934.

Em 1967, o governo militar, de posse do poder desde 1964, impôs ao País uma nova constituição, aprovada por um Congresso dócil e expurgado pelas sucessivas cassações de parlamentares, através de Atos Institucionais.

Em relação às mulheres, esta Carta não representou avanços nem retrocesso.

Em decorrência da morte do presidente Costa e Silva e do impedimento do vice-presidente Pedro Aleixo, uma Junta Militar passa a assumir o comando da Nação, atribuindo para si poderes constituintes.

Em 17 de outubro de 1969 foi decretada a Emenda Constitucional Nº 1, que incorporou à Constituição de 1967 o AI-5 e todos os atos institucionais baixados desde 1964. No tocante às mulheres, nada de novo foi acrescentado.

A Assembléia Nacional Constituinte de 1987 representa uma das fases mais marcantes de nossa história, quer pelas contradições sociais e complexidade política, quer pelo então crescente nível de organização social de instituições da sociedade civil.

De acordo com Bolívar Lamounier (1990)³² com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte estava implícito, de forma consensual, que “chegara a hora de mudanças profundas”³³ e a possibilidade da volta a um regime democrático, após 20 anos de governo militar.

Uma das expectativas de mudança refere-se à demanda implícita da rejeição global do passado, relativa aos padrões políticos liberais, exigindo assim, uma revisão das premissas individualistas do Direito brasileiro. As Constituições de 1934 e de 1946 incorporaram o conceito de indivíduo enquanto sujeito de direitos, os grupos sociais; no entanto, não tiveram o reconhecimento como agentes legais legítimos.

A nova Constituição altera de modo significativo essa concepção, mantendo as tradicionais garantias e os direitos individuais, porém, estendendo-os a entidades coletivas.

As maiores mudanças impetradas pela Constituição de 1988 referem-se a:

- Os direitos e garantias individuais coletivos são colocados logo no seu início, de forma diferente dos textos anteriores, que os colocava após os capítulos que tratam do Governo.

Lamounier (1990) destaca que a Constituição “declara explicitamente que o princípio do tratamento igual perante a lei implica na ausência da discriminação de minorias, sejam elas mulheres, negros ou qualquer outros”.³⁴

- Concessão do direito aos partidos políticos, aos sindicatos de trabalhadores e às associações voluntárias em geral de se fazerem representar na Justiça “como pessoas coletivas, se os direitos dos seus representados estiverem sob ameaça iminente”.

- “A relutância dos legisladores em impor aos pobres ou às minorias os padrões presumivelmente associados com a moralidade das classes privilegiadas”.

- O tratamento das populações indígenas não mais como “silvícolas”, mas, como índios, considerados “povos diferentes, com tradições e costumes que devem ser preservados”.

- O “desejo dos legisladores de abolir desigualdades econômicas e sociais através da lei”. Esse aspecto é considerado pelo autor como o de “maior nitidez” na “rejeição do passado”

³² LAMOUNIER, B. (Org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Editora Sumaré Ltda., 1990.

³³ Ibid, p. 86.

Dessa forma, a nova Constituição “abriga extenso rol de novos direitos destinados a aumentar o quinhão econômico dos trabalhadores, sejam eles rurais ou urbanos”, como: “a semana de 44 horas de trabalho em lugar de 48 horas; rigorosas penalidades por demissão sem motivo justo; licença-maternidade de 4 meses, sem prejuízo de vencimentos; aumento da retribuição salarial para horas-extras e férias; provisão de creches diurnas e escolas maternas para filhos de trabalhadores; licença paternidade de 5 dias, sem prejuízo de vencimentos; e seguro-desemprego e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço”.

Na questão da reforma agrária, no entanto, “a vertente reformista da Assembléia Constituinte”, não obteve êxito, e esta é, sem dúvida, segundo o autor, uma questão central na “concepção de um passado a ser rejeitado globalmente”³⁴.

A dependência cultural do Brasil exerce significativa influência no desenvolvimento do direito brasileiro, em particular nas questões relativas aos direitos da mulher.

De acordo com Pimentel (1987)¹, há grande defasagem entre o fenômeno jurídico e o social, que se manifesta, por um lado, pela existência de normas que precedem a conscientização social dos cidadãos e, por outro, pela “existência de um sentimento de injustiça, impreciso e difuso, que não consegue organizar-se e, por isso, transformar-se em norma jurídica ou modificar normas jurídicas discriminadoras” (p. 13).

Diante disso, observa-se na primeira consideração a atribuição dos “mesmos direitos aos homens e às mulheres” e, na segunda, “as freqüentes discriminações de que a mulher tem sido vítima (e aliada, muitas vezes)” (p. 13).

A autora adverte que nossas constituições limitavam-se a assegurar o princípio de igualdade de todos perante a lei. Na Constituição de 1934, houve, pela primeira vez, preocupação com a situação jurídica da mulher, com a proibição expressa de quaisquer privilégios ou distinções por motivo de sexo. Na Constituição de 1937 a referência de igualdade jurídica, de ambos os sexos, foi suprimida, retornando às disposições genéricas das Constituições brasileiras do século anterior. A Constituição de 1946 reproduziu os preceitos da Constituição anterior. Somente na Constituição brasileira de 1967, a primeira após a Declaração Universal dos Direitos do Homem, torna-se expressamente fixado o preceito que garante a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de sexo. A partir daí, a igualdade jurídica entre o homem e a mulher é legitimada como preceito constitucional. Deste princípio

³⁴ Ibid, p.88-9.

decorre que todas as leis e normas escritas devem a ele se subordinar, sob pena de inconstitucionalidade. A autora argumenta, no entanto, que “um exame objetivo da nossa realidade jurídica e social mostra que nem sempre a legislação ordinária e a vida prática têm respeitado o imperativo constitucional” (Pimentel, 1987:14-5).

Pimentel (1987)³⁵ discute em seu trabalho os “exemplos flagrantes” de tratamento desigual entre homens e mulheres, estabelecido por leis ordinárias, presentes nos preceitos da lei civil. A autora apresenta também os direitos constitucionais relativos à mulher.

O Título I, Art. 3º, inciso IV, reza que é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

No Título II, o art. 5º mantém a prescrição liberal de que “todos são iguais perante a lei...” continuando, no inciso I, a afirmar que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações...”. Este aspecto é de suma importância e significado, já que o marido deixa de ser considerado “cabeça do casal”.

No mesmo art. 5º, o inciso L assegura às presidiárias as condições para permanecer com seus filhos na etapa da amamentação.

O cap. II, art. 6º, proclama como direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

O art. 7º garante a licença gestante durante 120 dias, sem prejuízo do emprego nem do salário (inciso XVIII) e proteção do mercado de trabalho da mulher, através de incentivos específicos, não definidos ainda (inciso XX). Explicita também o direito do trabalhador à assistência aos filhos e dependentes de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas (XXV) e proíbe a diferença de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por razões de sexo, idade ou estado civil (XXX).

Quanto à questão do trabalho noturno, perigoso ou insalubre, deixa de haver a proibição anterior, relativa às mulheres (XXXIII).

O título V, em seu parágrafo 2º, isenta as mulheres do serviço militar obrigatório em tempo de paz, estando, porém, sujeitas a “outros encargos que a lei lhes atribuir”.

³⁵ PIMENTEL, S., A mulher e a Constituinte: uma contribuição ao debate. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1987.

A autora considera um direito de suma importância que passa a ser assegurado à mulher rural no título VII, Cap. III, art. 189. Em seu parágrafo único, fica estabelecido que tanto o homem quanto a mulher poderão receber título de domínio e concessão de uso de imóveis rurais distribuídos pela reforma agrária, independentemente de seu estado civil.

A proteção à maternidade, especialmente à gestante, está assegurada no título VIII, seção III, art. 201 (inciso III). A aposentadoria da mulher aos 30 anos (e aos 25, se for professora) é mantida (art. 202, I). Esse preceito já sofreu alteração de acordo com a reforma atual da previdência social.

No art. 203 (inciso I) reafirma-se a proteção à maternidade e à família, enquanto o direito de atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos é confirmado no art. 208 (IV).

Reconhece-se a união estável entre homem e mulher como entidade familiar, para efeito da proteção do Estado (Cap. VII, art. 226, parágrafo 3º) e estabelece-se que a sociedade conjugal é responsabilidade igual do homem e da mulher, quanto aos direitos e deveres (parágrafo 5º).

Declara-se a obrigação do Estado de aplicar percentual não determinado dos recursos públicos, destinados à saúde, em assistência materno-infantil (art. 227, parágrafo 1º, inciso I).

Nas Disposições Transitórias, o art. 10 veda a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses depois do parto (inciso II, letra b).

A Constituição Brasileira de 1988 é, portanto pródiga na manutenção ou introdução de preceitos relativos aos direitos da mulher, dando a ela as condições de cidadania plena. Entretanto, dado que a legislação, por si só, não garante a prática social desses direitos, necessário se faz exigir sua regulamentação e efetiva aplicação.

De acordo com Barroso (1993)³⁶, na fase inicial da Assembléia Nacional Constituinte de 1987 se deu a sua estruturação formal e metodológica, destinada a elaborar o modelo de trabalho de todas as suas atividades. Nessa ocasião, elaborou-se o Regimento Interno, bem como o desdobramento da sua estrutura em diferentes órgãos, por divisão temática, constituindo-se, assim, o arcabouço do texto constitucional.

³⁶ BARROSO (1993), *op. cit.*

Na organização do processo constituinte, foram criadas oito Comissões, cada uma das quais repartidas em três Subcomissões, estas, portanto, em número de 24, tendo ao final a Comissão de Sistematização. A composição das Comissões se fez por indicação das Lideranças, segundo o critério da proporcionalidade partidária.

As Comissões que integraram a Constituinte foram constituídas conforme Quadro 14.

As Comissões trabalharam por meio de suas Subcomissões, elaborando assim os pareceres fundados nos pareceres dos Relatores das Subcomissões, formando-se, dessa forma, o esqueleto da Constituição a ser encaminhado à Comissão de Sistematização para elaboração de seu parecer e encaminhamento à Mesa da Constituição. A Comissão de Sistematização, portanto, teve a finalidade de elaborar um projeto de Constituição a partir dos anteprojetos recebidos das Comissões, bem como das propostas de emendas populares, em três turnos. Em todos os turnos, a Comissão de Sistematização emitia parecer do projeto e das emendas e, após ampla discussão, emitiu a redação final do Projeto, que foi finalmente submetida à aprovação no Plenário da Constituinte. As deliberações sobre a matéria constituinte foram tomadas pelo processo nominal e por maioria absoluta de votos dos membros da Constituinte.

A bancada feminina teve uma atuação efetiva nas Comissões e Subcomissões, buscando assegurar dispositivos no texto constitucional que viessem garantir a melhoria da condição social da mulher e o pleno reconhecimento da igualdade de seus direitos. A relevância desta atuação estava no fato de que as deputadas se mantiveram coesas e, de forma suprapartidária, apresentaram emendas na defesa dos direitos e das garantias da mulher. A principal preocupação das deputadas foi buscar garantir as disposições no texto Constitucional que proibam expressamente as formas de discriminação da mulher nos setores social, jurídico e político. Vale ressaltar, no entanto, que a atuação das deputadas nas Comissões e Subcomissões não se restringiu às questões de direito da mulher, uma vez que apresentaram emendas concernentes a todos os assuntos pertinentes a cada Comissão e Subcomissão, demonstrando assim o papel político assumido por elas na condição de deputadas. Há de se considerar, entretanto, que pela primeira vez na história política brasileira a extensão de questões relativas a direitos e garantias da mulher fizeram parte da agenda política no Parlamento, atribuindo-se esse fato à atuação da bancada feminina.

Quadro 1 - As nove comissões da Assembléia Nacional Constituinte

Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher			Comissão da Organização do Estado			Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo		
Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais	Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias	Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais	Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios	Subcomissão Dos Estados	Subcomissão dos Municípios e Regiões	Subcomissão do Poder Legislativo	Subcomissão do Poder Executivo	Subcomissão do Poder Judiciário
Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições			Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças			Comissão da Ordem Econômica		
Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos	Subcomissão da Defesa do Estado, Da Sociedade e de Sua Segurança	Subcomissão de Garantias da Constituição, Reformas e Emendas	Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas	Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira	Subcomissão do Sistema Financeiro	Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica	Subcomissão da Questão Urbana e Transporte	Subcomissão da Política Agrária e Fundiária e da Reforma Agrária
Comissão da Ordem Social			Comissão da Família, de Educação, Cultura, Esporte, Comunicação, Ciência e Tecnologia			Comissão de Sistematização		
Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos	Subcomissão de Saúde, Segurança e do Meio Ambiente	Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Deficientes e Minorias	Subcomissão da Educação, Cultura e Esporte	Subcomissão da Ciência e Tecnologia e de Comunicação	Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso			

Fonte: BARROSO, M.G. O Brasil Constituinte e a Constituição de 1988: um depoimento ao vivo para a História. Brasília: Câmara dos Deputados. 1993.

A bancada feminina apresentou um total de 3.218 emendas, as quais contemplaram, em muitas delas, questões afetas à condição da mulher, não desmerecendo, no entanto, a participação delas em todas as Comissões temáticas da Constituinte, nas quais também apresentaram emendas. O total de emendas apresentadas pela bancada feminina em todas as Comissões e Subcomissões da Assembléia Nacional Constituinte pode ser observado no Quadro 15.

As comissões que tiveram o maior número de emendas apresentadas pelas deputadas foram: Comissão da Ordem Econômica (322), Comissão da Família (250), Comissão da Ordem Social (175) e Comissão da Soberania (165).

Em relação ao número total de emendas apresentadas por cada uma das deputadas (Quadro 16), observa-se que a deputada Anna Maria Rattes (47, PMDB, RJ) foi quem apresentou o maior número de emendas, um total de 468, seguida das deputadas Cristina Tavares (53, PMDB, PE) com um total de 227; Irma Passoni (44, PT, SP) com um total de 226; e Rita Camata (25, PMDB, ES) e Sandra Cavalcanti (61, PFL, RJ) com 214.

Em relação ao número de deputadas e de emendas apresentadas em cada comissão e subcomissão (Quadro 17) observa-se que na Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes e da Comunicação e na Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher houve o maior número de deputadas, seguidas da Comissão da Ordem Social e da Ordem Econômica. Nestas Comissões, com exceção da Comissão da Ordem Econômica, que abrangeu uma variedade maior de assuntos ligados à economia, todas as questões tratadas com relação a direitos e garantias da mulher, da família, do adolescente, do menor, do idoso, entre outras questões pertinentes à educação, cultura, comunicação, esportes, ciência e tecnologia e meio ambiente, foram deliberadas na forma de dispositivos constitucionais. Justifica-se, portanto, o interesse das deputadas constituintes em participar destas Comissões, considerando que essas questões correspondiam às plataformas de ação pelas quais se propuseram a atuar na Constituinte.

Quadro 2 - Número de emendas em cada comissão e subcomissão

Comissões/Subcomissões	EA	EAP	EPA	EP	ER	SI
Comissão da Família, da educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	250	45	68	50	85	2
Subcomissão da educação, Cultura e Esportes	28	5	4	-	19	-
Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	41	6	10	1	22	2
Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso	33	7	-	19	7	-
emendas Apresentadas ao Anteprojeto do Relator	89	16	35	15	23	-
emendas Apresentadas ao Substitutivo do Relator	59	11	19	15	14	-
Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	165	36	15	26	47	41
Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais	3	-	-	-	3	-
Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias	18	12	1	2	2	1
Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais	40	-	-	-	-	40
emendas Apresentadas ao Anteprojeto do Relator	51	12	9	13	17	-
emendas Apresentadas o Substitutivo do Relator	53	12	5	11	25	-
Comissão da Ordem Social	175	35	37	23	75	5
Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos	19	2	-	7	7	-
Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias	3	-	2	-	1	-
Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente	23	5	5	4	9	-
emendas Apresentadas ao Anteprojeto do Relator	45	7	13	3	22	-
emendas Apresentadas a Substitutivo do Relator	85	21	17	9	36	2
Comissão da Ordem Econômica	322	30	78	4	202	8

Comissões/Subcomissões	EA	EAP	EPA	EP	ER	SI
Subcomissão dos Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Solo e da Atividade Econômica	26	1	1	-	24	-
Subcomissão da Questão Urbana e Transporte	8	-	-	-	3	5
Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária	41	3	-	2	33	3
emendas Apresentadas ao Anteprojeto do Relator	142	9	57	-	76	-
emendas Apresentadas ao Substitutivo do Relator	105	17	20	2	66	-
Comissão da Organização do estado	34	7	6	12	9	-
Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios	10	4	1	4	1	-
Subcomissão dos Estados	2	-	-	-	2	-
Subcomissão dos Municípios e Regiões	3	-	1	1	1	-
Emendas Apresentadas ao Anteprojeto do Relator	9	-	3	4	2	
Emendas Apresentadas a Substitutivo do Relator	10	3	1	3	3	-
Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	89	8	22	8	35	16
Subcomissão do Poder Legislativo	5	-	-	1	4	-
Subcomissão do Executivo	1	1	-	-	-	-
Subcomissão do Poder Judiciário	32	3	12	-	1	16
Emendas Apresentadas ao Anteprojeto do Relator	26	2	7	4	13	-
Emendas Apresentadas ao Substitutivo do Relator	25	2	3	3	17	-
Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições	117	2	1	5	30	79
Subcomissão da Organização Eleitoral e Partidos Políticos	19	-	-	-	16	3
Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de Sua Segurança	2	-	-	-	-	2
Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas	2	-	-	2	-	-

Comissões/Subcomissões	EA	EAP	EPA	EP	ER	SI
Emendas Apresentadas ao Anteprojeto do Relator	28	2	1	3	14	8
Emendas Apresentadas ao Substitutivo do Relator	66	-	-	-	-	66
Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	49	5	7	2	34	1
Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas	14	-	4	-	10	-
Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira	9	1	-	-	8	-
Subcomissão do Sistema Financeiro	2	-	1	1	-	-
Emendas Apresentadas ao Anteprojeto do Relator	18	4	2	-	12	-
Emendas Apresentadas ao Substitutivo do Relator	6	-	-	1	4	1
Comissão de Sistematização	1526	191	215	130	628	362
Emendas de Mérito ao Anteprojeto de Constituição	287	-	-	-	-	287
Emendas ao Projeto de Constituição	867	119	187	114	443	3
Emendas de Plenário	92	20	-	-	72	-
Emendas ao Projeto "B"	88	25	-	3	60	-
Proposta de Redação (em análise)	72	-	-	-	-	72
Emendas de Adequação ao Anteprojeto de Constituição	120	27	28	13	52	-
Primeiro Substitutivo do Relator	491	78	42	26	345	-
Total	3218	437	491	286	1490	514

Fonte: STAIRS/VC - AQUARIUS - Acervo Biblioteca Congresso Nacional.

EA: emendas apresentadas; EAP: emendas aprovadas; EPA: emendas parcialmente aprovadas; EPL: emendas prejudicadas; ER: emendas rejeitadas; e SI = sem informação.

Quadro 3 - Número de emendas apresentadas por cada deputada

Nome	EA	EAP	EPA	EP	ER	SI
Abigail Feitosa	166	15	14	13	70	54
Anna Maria Rattes	468	69	50	53	201	95
Benedita da Silva	93	15	10	13	41	14
Beth Azize	43	10	2	-	31	-
Cristina Tavares	227	45	49	21	75	37
Dirce Tutu Quadros	56	5	4	4	37	6
Eunice Michiles	193	23	32	18	106	14
Irma Passoni	226	17	56	12	133	8
Lidice da Mata	196	20	11	9	87	69
Lúcia Braga	117	8	24	15	48	22
Lúcia Vânia	143	16	32	19	42	34
Marcia Kubistchek	44	7	10	2	25	-
Maria de Lourdes Abadia	70	8	13	7	37	5
Maria Lúcia	11	1	1	1	8	-
Marluce Pinto	54	8	8	5	23	10
Oema São Thiago	98	12	18	8	38	22
Myriam Portella	6	1	-	4	1	-
Raquel Cândido	75	9	14	2	45	5
Raquel Capiberibe	133	6	38	1	86	2
Rita Camata	214	37	32	27	104	14
Rita Furtado	66	9	10	1	44	2
Rose de Freitas	87	5	9	6	47	20
Sadie Hanache	132	24	26	14	51	17
Sandra Cavalcanti	214	38	26	20	63	67
Wilma Maia	82	14	12	7	43	6
Total	3218	437	491	286	1490	514

Fonte: STAIRS/VC - AQUARIUS - Acervo Biblioteca Congresso Nacional.

EA: emendas apresentadas; EAP: emendas aprovadas; EPA: emendas parcialmente aprovadas; EPL: emendas prejudicadas; ER: emendas rejeitadas; e SI = sem informação.

Quadro 4 - Número de deputadas e número de emendas em cada comissão e subcomissão

Comissões/Subcomissões	Número de Deputadas	EA	EAP	EPA	EP	ER	SI
Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	20	250	45	68	50	85	2
Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes	10	28	5	4	-	19	-
Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	2	41	6	10	1	22	2
Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso	8	33	7	-	19	7	-
Emendas Apresentadas ao Anteprojeto do Relator	14	89	16	35	15	23	-
Emendas Apresentadas ao Substitutivo do Relator	8	59	11	19	15	14	-
Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	17	165	36	15	26	47	41
Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais	2	3	-	-	-	3	-
Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias	3	18	12	1	2	2	1
Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais	12	40	-	-	-	-	40
Emendas Apresentadas ao Anteprojeto do Relator	8	51	12	9	13	17	-
Emendas Apresentadas ao Substitutivo do Relator	13	53	12	5	11	25	-
Comissão da Ordem Social	16	175	35	37	23	75	5
Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos	8	19	2	-	7	7	3

Comissões/Subcomissões	Número de Deputadas	EA	EAP	EPA	EP	ER	SI
Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias	3	3	-	2	-	1	-
Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente	5	23	5	5	4	9	-
Emendas Apresentadas ao Anteprojeto do Relator	13	45	7	13	3	22	-
Emendas Apresentadas a Substitutivo do Relator	10	85	21	17	9	36	2
Comissão da Ordem Econômica	16	322	30	78	4	202	8
Subcomissão dos Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica	6	26	1	1	-	24	-
Subcomissão da Questão Urbana e Transporte	5	8	-	-	-	3	5
Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária	5	41	3	-	2	33	3
Emendas Apresentadas ao Anteprojeto do Relator	10	142	9	57	-	76	-
Emendas Apresentadas ao Substitutivo do Relator	9	105	17	20	2	66	-
Comissão da Organização do Estado	7	34	7	6	12	9	-
Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios	5	10	4	1	4	1	-
Subcomissão dos Estados	1	2	-	-	-	2	-
Subcomissão dos Municípios e Regiões	1	3	-	1	1	1	-
Emendas Apresentadas ao Anteprojeto do Relator	5	9	-	3	4	2	-
Emendas Apresentadas a Substitutivo do Relator	8	10	3	1	3	3	-

Comissões/Subcomissões	Número de Deputadas	EA	EAP	EPA	EP	ER	SI
Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	7	89	8	22	8	35	16
Subcomissão do Poder Legislativo	2	5	-	-	1	4	-
Subcomissão do Executivo	1	1	1	-	-	-	-
Subcomissão do Poder Judiciário	4	32	3	12	-	1	16
Emendas Apresentadas ao Anteprojeto do Relator	4	26	2	7	4	13	-
Emendas Apresentadas ao Substitutivo do Relator	5	25	2	3	3	17	-
Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições	8	117	2	1	5	30	79
Subcomissão da Organização Eleitoral e Partidos Políticos	4	19	-	-	-	16	3
Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de Sua Segurança	2	2	-	-	-	-	2
Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas	2	2	-	-	2	-	-
Emendas Apresentadas ao Anteprojeto do Relator	4	28	2	1	3	14	8
Emendas Apresentadas ao Substitutivo do Relator	4	66	-	-	-	-	66
Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	8	49	5	7	2	34	1
Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas	5	14	-	4	-	10	-
Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira	2	9	1	-	-	8	-
Subcomissão do Sistema Financeiro	1	2	-	1	1	-	-
Emendas Apresentadas ao Anteprojeto do Relator	4	18	4	2	-	12	-

Comissões/Subcomissões	Número de Deputadas	EA	EAP	EPA	EP	ER	SI
Emendas Apresentadas ao Substitutivo do Relator	5	6	-	-	1	4	1
Comissão de Sistematização	25	1526	191	215	130	628	362
Emendas de Mérito ao Anteprojeto de Constituição	16	287	-	-	-	-	287
Emendas ao Projeto de Constituição	22	867	119	187	114	443	3
Emendas de Plenário	25	92	20	-	-	72	-
Emendas ao Projeto "B"	20	88	25	-	3	60	-
Proposta de Redação (em análise)	8	72	-	-	-	-	72
Emendas de Adequação ao Anteprojeto de Constituição	10	120	27	28	13	52	-
Primeiro Substitutivo do Relator	24	491	78	42	26	345	-
Totais	-	3218	437	491	286	1490	514

Fonte: SICON/EMEN. Acervo Congresso Nacional.

As Subcomissões que tiveram maior número de deputadas foram a Subcomissão dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher (12) e Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes (10). Os maiores números de emendas apresentadas foram na Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação (41), Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária (41), dos Direitos e Garantias Individuais (40), Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso (33), seguida da Subcomissão do Poder Judiciário (32).

Na Comissão da Ordem Econômica, as emendas apresentadas pelas deputadas constituintes trataram de questões relativas a princípios gerais, intervenção do Estado, regime da propriedade do subsolo e da atividade econômica, questão urbana e transporte, política agrícola, fundiária e Reforma Agrária. Grande ênfase foi dada às questões da Reforma Agrária, buscando assegurar os direitos e as garantias dos beneficiários, bem como o usufruto de seus benefícios. Os assuntos tratados referem-se a: indenização de imóvel rural desapropriado para fins de Reforma Agrária; dever do Poder Público promover e criar condições de acesso ao trabalhador e da mulher chefe de família à propriedade de terra; resgate de títulos de dívida agrária; exploração de recursos pesqueiros; títulos de domínios aos beneficiários da distribuição de lotes pela Reforma Agrária; reconhecimento pela União e Estados da importância do crédito rural, da pesquisa, da assistência técnica agropecuária e do seguro agrícola como formas de assegurar o bem-estar da população e o desenvolvimento socioeconômico do País; participação dos trabalhadores nas instâncias decisórias do governo na execução do programa de Reforma Agrária; garantias aos beneficiários do crédito rural com utilização de recursos públicos; perda sumária de imóveis para fins de Reforma Agrária; assentamento dos trabalhadores promovido pela União ou Estados; declaração de interesse social para fins de Reforma Agrária; definição da política agrícola como um conjunto de orientações e ações governamentais que incidem direta e indiretamente sobre a agricultura, visando atingir os objetivos estabelecidos nesta Constituição; orientações e ações que incidem sobre a agricultura; ação judicial para apurar a legalidade das concessões de Terras Públicas; atividade econômica como aquela realizada no recesso do lar; incumbência do Estado de prestação de serviços públicos; condições para que a propriedade rural corresponda a uma obrigação social; instituição, pela União, de imposto de importação sobre minerais e seus respectivos produtos metalúrgicos e químicos; transferência de terras públicas da União, Estados, Territórios e Municípios a pessoas físicas que se qualifiquem para o trabalho rural;

desapropriações por utilidade pública; canalização de ações, incentivos e investimentos do Programa de Reforma Agrária, preferencialmente para os pequenos e médios produtores; instituição da justiça agrária; garantia do direito ao acesso à moradia digna dos serviços urbanos essenciais e condições ambientais saudáveis; condições de legitimação de posse e ocupação de terras públicas federais; reconhecimento da função social de atividade cooperativa como iniciativa empresarial sem fins lucrativos; garantia da posse permanente e direito de usufruto das riquezas do solo, subsolo e dos recursos fluviais de suas terras às populações indígenas; aplicação de lucros das empresas de mineração; desapropriação de terrenos urbanos; definição por lei, a atividade de garimpagem. Uma emenda assinada pela deputada Raquel Cândido (36, PFL, PA), juntamente com outros deputados, aprovada pela expressiva soma de 440 votos contra apenas quatro e seis abstenções, favoreceu os garimpeiros especialmente nas zonas por eles ocupadas (a exemplo de Serra Pelada e Rondônia) e nas faixas de competência da União, onde certamente se processará uma verdadeira socialização da produção, através da aplicação do sistema cooperativista, sem prejuízo, portanto, das demais formas empresariais em outras regiões. Outra emenda aprovada foi apresentada pela deputada Myriam Portella (55, PDS, PI), bastante inovadora, segundo a qual o título de domínio e a concessão de uso, nos casos do usucapião, serão conferidos tanto ao homem como à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil; discriminação de terras ociosas privadas ou públicas para fins sociais; definição de políticas urbanas; a obrigação social da propriedade do solo deve assegurar a todos os cidadãos uma qualidade de vida digna, garantindo habitação, transporte, educação, saúde, lazer, trabalho, segurança e equilíbrio ambiental; regime de monopólio estatal para a pesquisa; aproveitamento e comercialização de qualquer recurso mineral existente no subsolo do País; assegurar à mulher, na condição de cabeça do casal ou chefe de família, o direito de aquisição de terras públicas oriundas de processo de desapropriação ou de ações discriminatórias, nas condições previstas em lei ordinária; fica assegurada a participação igualitária da mulher na composição das comissões agrárias responsáveis pela instrução e pelo encaminhamento dos pedidos de aquisição e desapropriação de terras, pelo processo de seleção dos beneficiários e pelo acompanhamento e avaliação da implementação dos Planos Regionais de Reforma Agrária; e dever do Estado de prover às populações de baixa renda moradias dignas e adequadas.

Na Comissão da Família, as emendas trataram de questões relativas a educação, cultura e esportes, ciência, tecnologia e comunicação, família, menor e idoso. Ênfase foi dada às questões referentes à educação em todos os níveis, buscando assegurar os direitos, o dever do Estado e a participação social, de modo a garantir as condições para um ensino de qualidade. Os assuntos tratados foram: diretrizes do sistema educacional público e privado garantia de representação de professores, estudantes e funcionários de instituições de ensino, atuação prioritária dos municípios na educação pré-escolar e fundamental; destinação de verbas pelo Estado anualmente à educação, nunca inferior a 13% do orçamento federal, 20% dos orçamentos estaduais e municipais; gratuidade de ensino nos níveis de segundo grau e superior para todos que não tenham recursos; normas para elaboração do Plano Nacional de Educação; instituição do ensino religioso como componente curricular na educação escolar fundamental das escolas estaduais; garantia do direito à educação, desde o nascimento como dever do Estado; a educação obedecerá aos seguintes princípios: igualdade entre homem e mulher, repúdio a qualquer forma de discriminação; garantia ao direito à saúde e alimentação assegurado pelo Estado, que deverá prestar assistência àqueles cujos pais não tenham condições de fazê-lo; garantia da continuidade do ensino obrigatório e gratuito no ensino médio, profissionalizante e de formação de professores de pré-escola e ensino fundamental; intervenção do Poder Público nas escolas particulares; desconto da despesa de recolhimento do salário-educação para empresas que mantêm escolas ou bolsas de estudo para filhos de empregados; manutenção da educação pré-escolar e ensino fundamental gratuito dos empregados e de seus filhos pelas empresas comerciais e industriais; garantia de princípios da educação quanto à igualdade entre homem e mulher e repúdio a qualquer forma de discriminação; dever do Estado em preservar a memória histórica nacional; proibir repasse de verbas públicas para beneficiar instituições de finalidades lucrativas; garantia de que os currículos escolares em todos os níveis devem estar voltados para os problemas do povo e do País; aplicação de orçamento nas universidades públicas e instituições de pesquisa pelos organismos de desenvolvimento regional; garantia de atendimento em pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos de idade; criação de creches em todas as empresas para crianças de 0 a 6 anos de idade; garantir que os meios de comunicação devem estar a serviço do desenvolvimento integral da Nação, da eliminação das desigualdades e injustiças, da independência econômica, política e cultural do povo brasileiro e do pluralismo ideológico; instituição do Conselho

Nacional de Comunicação; controle e orientação das empresas e entidades de radiodifusão; exercício das atividades da imprensa; direitos de família: proteção social, econômica e jurídica do Estado; o planejamento familiar, fundado nos princípios da paternidade responsável, da dignidade humana, do respeito à vida e à integridade física, desde o momento da fecundação, é decisão do casal, competindo ao Estado colocar à disposição da sociedade recursos educacionais, técnicos e científicos para exercício deste direito; proteção ao menor; garantia de aposentadoria à mulher aos 50 anos e ao homem aos 60 anos; proibição de ingresso no mercado de trabalho ao menor de 12 anos; controle da prática de reserva de mercados para o setor privado nacional; normas de proteção aos trabalhadores; regulamentação da investigação da paternidade e da maternidade mediante ação civil privada ou pública; criação pelo Estado de uma rede nacional de assistência materno-infantil e uma rede nacional de creches; garantia de iguais direitos e qualificações aos filhos nascidos ou não da relação do casamento; proteção da família contra qualquer força de controle externo, de natureza política, social, religiosa ou do Estado; garantia de assistência do Estado a crianças e adolescentes em situação de infração penal; criar lei especial para o processo de adoção; assegurar aos pais o direito de educar seus filhos de acordo com seus valores e princípios e de escolher a instituição escolar de sua preferência; a propriedade, administração, os programas de planejamento familiar levarão em conta as condições da habitação, saúde, educação, cultura e lazer a serem conferidas às famílias, assegurando o acesso à educação, à informação e aos métodos adequados à regularização da fertilidade, respeitadas as opções individuais; o planejamento familiar deverá ser garantido a homens e mulheres, através do direito da livre determinação do número de filhos, sendo vedada a adoção de qualquer prática coercitiva pelo Poder Público e por entidades privadas; igualdade de condições aos filhos, sejam eles do casamento ou não, impedindo-se todo tipo de discriminação, inclusive quanto ao registro; o processo de adoção será regulado em lei especial, resguardando-se os direitos inerentes à cidadania e à integridade física e mental da criança ou do adolescente adotado, bem como a igualdade de direitos com os filhos não-adotivos; normas para pesquisas e experiências de genética humana; garantia de pensão aos dependentes do segurado da previdência social e à cônjuge sobrevivente; o homem e a mulher têm direito de declarar a paternidade e a maternidade de seus filhos, assegurado a ambos o direito à contestação.

Na Comissão da Ordem Social, as emendas trataram de questões relativas a racismo, pessoas portadoras de deficiência, população indígena, saúde, seguridade e meio ambiente. Os assuntos tratados foram: constitui crime inafiançável impedir ou dificultar o acesso de grupos étnicos, raciais ou de cor a quaisquer estabelecimentos ou à realização de eventos de iniciativa pública ou privada; o uso da cultura negra por qualquer órgão de comunicação para fins lucrativos implicará pagamentos de direitos às entidades de organização e cultura dos negros; fica estabelecido o dia 20 de novembro, data do assassinato do líder negro Zumbi dos Palmares, como dia nacional dos negros; garantia pelo Estado do título de propriedade das terras ocupadas pelas comunidades negras remanescentes dos Quilombos; ao Ministério Público compete a defesa e proteção aos direitos dos índios, judicial e extrajudicialmente; o governo se obrigará a promover o desenvolvimento das populações menos favorecidas, através de programas habitacionais em sistema de autoconstrução; garantir salário-família aos dependentes menores de 16 anos que não exerçam atividade laboral e ao dependente inválido de qualquer idade; o Poder Público assegurará às pessoas portadoras de deficiência a educação básica e profissionalizante gratuita, desde o seu nascimento e sem limite de idade; colaboração do setor privado de prestação de serviços na cobertura assistencial à população; constituição de Fundos Nacionais específicos para as áreas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social; prestação de assistência integral e gratuita à saúde da mulher, nas diferentes fases de sua vida; ficam assegurados à mulher trabalhadora rural todos os benefícios concedidos pela Previdência Social à trabalhadora urbana, inclusive direito à aposentadoria de valor global, nunca inferior a um salário mínimo, sem prejuízo dos benefícios concedidos ao cônjuge, chefe ou arrimo de família; assegurar aos trabalhadores e domésticas todos os direitos previdenciários. A partir de uma proposta da deputada Benedita da Silva (44, PT, RJ), que, para proporcionar o acordo abriu mão de três dos direitos com que contemplara as domésticas no texto original de sua emenda (jornada de trabalho de 44 horas semanais, cinquenta por cento da hora-extra e licença maternidade por 120 dias), aprovou-se emenda em favor da referida classe de trabalhadoras. Por 361 votos contra apenas três e seis abstenções, restabeleceu-se texto da Comissão de Sistematização, nos seguintes termos: “São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XVI, XVIII e XXI do artigo anterior, bem como a sua integração à Previdência Social”. Esta emenda foi apresentada também por outras sete deputadas, tendo sido, no entanto, rejeitadas; a

Seguridade Social destina-se àqueles indivíduos que não dispõem de meios próprios para proverem o seu auto sustento mínimo; implantar medidas que visem a eliminação de riscos de acidente do trabalho e doenças profissionais do trabalho; a Seguridade Social é direito de todos, nos termos da lei, sem quaisquer fatos de discriminação, assegurado pelos Poderes Públicos; a saúde é um direito de todos e sua garantia, dever do Estado; normas do Sistema Nacional de Saúde: Plano Nacional de Saúde e Plano Estadual de Saúde – é dever do Estado organizar, coordenar e manter um sistema de previdência e assistência social destinado a assegurar direitos e garantias à maternidade e às gestantes, aposentadoria às donas de casa, assistência médica e psicológica à mulher vítima de violência sexual; a todo cidadão é garantida assistência terapêutica multiprofissional à saúde. A deputada Rita Camata (25, PMDB, ES), juntamente com outros dois deputados, apresentou emenda criando mecanismo de proteção ao trabalho da mulher gestante, aprovada por 429 votos a 11 e 6 abstenções: “Licença remunerada à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 120 dias, bem como, nas mesmas condições, licença paternidade de 8 dias aos que preencham requisitos fixados em lei. A lei assegurará incentivo específico para a proteção do mercado de trabalho da mulher”. Essa emenda foi apresentada também por outras 12 deputadas, diferindo, no entanto, da emenda de Rita Camata quanto ao período da licença; as práticas e condutas dilatorias à saúde dos indivíduos e segurança dos trabalhadores serão consideradas crimes, na forma da lei; à União compete definir e executar a política nacional para meio ambiente, com participação de representação dos interesses particulares dos Estados e municípios, por seus poderes públicos; a exploração da flora nacional dependerá de autorização do Congresso Nacional, cabendo ao Poder Executivo da União, Estados e municípios a fiscalização desta atividade; ficam assegurados à dona de casa que trabalha na cidade os benefícios da seguridade social, inclusive aposentadoria; promover o cadastramento e a ampla divulgação pública, por órgãos oficiais, dos produtos potencialmente perigosos para o ambiente e para os seres vivos; a União, Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios instituirão regime jurídico único para os seus servidores da Administração Direta, Autarquia e Fundações, bem como Planos de Classificação de Cargos e Carreiras; as normas de proteção aos trabalhadores assegurarão a estes salário mínimo capaz de satisfazer suas necessidades e as de sua família; são assegurados aos trabalhadores e funcionários públicos os seguintes direitos: greve, liberdade de associação profissional ou sindical, semana de 40 horas de trabalho; a mulher

trabalhadora urbana ou rural terá o mesmo salário que o homem quando em exercício da mesma atividade; é vedada a acumulação remunerada de cargos, funções públicas, empregos e proventos; garantir a educação especial e gratuita em todos os graus nas escolas regulares, com acompanhamento e assistência regulares; os aposentados, em nenhuma hipótese, poderão receber benefícios inferiores aos salários percebidos no tempo de sua atividade, devendo ser corrigidos de acordo com os reajustes salariais de sua respectiva categoria profissional; a dona de casa poderá computar, para efeito de concessão do benefício da aposentadoria, o tempo de serviço prestado em seu lar.

Na Comissão da Soberania, as emendas trataram de questões relativas a: direitos e garantias individuais, direitos políticos, direitos coletivos e garantias, nacionalidade, soberania e relações internacionais. Os assuntos tratados foram: a assistência à família na pessoa dos membros que a integram, competindo ao Estado criar mecanismos para coibir a violência no âmbito destas relações; o homem e a mulher têm plena igualdade de direitos e de deveres no que diz respeito à sociedade conjugal, pátrio poder, ao registro de filhos, à fixação do domicílio da família e à titularidade e administração dos bens do casal; o casamento poderá ser dissolvido nos casos expressos em lei, após um ano da data do matrimônio ou, quando comprovada a separação de fato por mais de dois anos, em igualdade perante a lei: será punida como crime inafiançável qualquer tipo de discriminação, ninguém será prejudicado ou privilegiado em razão de raça, etnia, sexo, cor, estado civil, idade, trabalho rural ou urbano, credo religioso, orientação sexual, convicção política ou filosófica, deficiência física ou mental ou condição social; é criado o Defensor do Povo, incumbido de zelar pelo efetivo respeito às leis do País, aos Poderes do Estado e aos direitos e garantias assegurados nesta Constituição; os direitos e garantias constantes desta Constituição têm aplicação imediata; assegurar a liberdade particular: ninguém será obrigado a fazer ou a deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude da lei; todo cidadão deve ser livre para manifestar o seu pensamento, as suas convicções políticas e ideológicas, reivindicar os seus direitos, individual ou coletivamente, em recinto fechado ou público, desde que esta manifestação seja ordeira e pacífica; são direitos e garantias individuais: a inviolabilidade da casa, nela ninguém poderá penetrar ou permanecer sem consentimento do morador, a não ser em caso de crime ou desastre mediante autorização judicial; greve é um direito inalienável de todos os trabalhadores, sem limitação de lei complementar, a lei amparará de modo especial todas as

crianças e adolescentes, assegurando-lhes condições à vida e ao pleno desenvolvimento, considerando as situações peculiares das áreas urbanas e rurais, dos deficientes, dos superdotados e dos indígenas; são direitos e garantias individuais: a livre sindicalização para todas as categorias profissionais sem limitação de lei complementar; a vida: não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de trabalho forçado, de banimento ou confinamento, ressalvados, quanto à pena de morte, a legislação aplicável em caso de guerra extrema e, quanto à prisão perpétua, os crimes de estupro ou seqüestro seguidos de morte, mas que será preso, senão em flagrante delito ou por ordem escrita e decisão fundamentada da autoridade judicial; a divulgação de atos de violência através da rádio e da televisão será permitida em horários predeterminados; é assegurado aos meios de comunicação o amplo exercício do pluralismo ideológico e cultural; a família constituída pelo casamento ou por uniões estáveis, baseadas na igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, terá a proteção do Estado, nos termos desta Constituição e da lei; os proprietários e diretores de empresas culpadas por abusos ou fraude contra o consumidor responderão pelos danos causados ao consumidor; os presos têm direito à dignidade e integridade física e mental. Na Comissão de Sistematização, as deputadas Benedita da Silva (44, PT, RJ), Sandra Cavalcanti (61, PFL, RJ) e Anna Maria Rattes (47, PMDB, RJ) apresentaram destaque garantindo aos presos todos os direitos constantes daquele texto: “É assegurado aos presos o respeito à sua integridade física e moral. Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação. A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, sua gravidade, as condições em que foi praticado, a idade e os antecedentes criminais do apenado”; à assistência espiritual e jurídica, à sociabilidade, à comunicabilidade e ao trabalho produtivo e remunerado, na forma da lei; são símbolos da Nação Brasileira e inalteráveis a Bandeira Nacional, o Hino Nacional, as Armas Nacionais e o Selo Nacional, vigorantes à data da promulgação desta Constituição; toda importação ou exportação de mercadoria realizada por órgãos da administração pública será feita em navio de bandeira brasileira, respeitando o princípio de reciprocidade.

Nesta Comissão, na Subcomissão Direitos e Garantias Individuais, o tema aborto foi amplamente discutido e foram apresentadas um total de 74 emendas por deputados e deputadas. Uma das emendas foi apresentada pelas deputadas Anna Maria Rattes (47, PMDB, RJ), Benedita da Silva (44, PT, RJ), Cristina Tavares (53, PMDB, PE), Eunice Michiles (57,

PFL, AM), Lídice da Mata (31, PC do B, BA), Lúcia Braga (52, PFL, PB) e Moema São Thiago (39, PDT, CE), propondo suprimir do item I do Artigo único do relatório da Subcomissão a seguinte expressão “(...) será punido como crime o aborto diretamente provocado”. Em todas as emendas não há informação do parecer do relator.

A deputada Sadie Hauache (55, PFL, AM) também propôs suprimir o item mencionado e acrescentar onde couber “(...) não será considerado crime a prática do aborto diretamente provocado, sujeito à vigência deste inciso a referendo popular a ser realizado 30 dias após a promulgação desta Constituição”. Nesta emenda também não há informação do parecer do relator.

A deputada Cristina Tavares (53, PMDB, PE) também propôs suprimir este item em uma outra fase de votação desta mesma Comissão e teve sua emenda aprovada, em cujo parecer o relator considera “tem razão a ilustre autora. A matéria não deve ser tratada na Constituição, posto pertencer ao Código Penal. Pela aprovação”.

Na Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, da Comissão da Família, a deputada Cristina Tavares (53, PMDB, PE) também apresentou uma emenda com o seguinte teor: incluía-se onde couber

Não se pune aborto praticado por médico especialmente autorizado. A lei regulamentará as condições em que a interrupção da gravidez poderá ocorrer. Este artigo somente entrará em vigor se provado por plebiscito que se processará até 180 dias após a promulgação desta Constituição”. Completa a emenda com outros artigos referentes à família. Parecer: “Somos pela rejeição do artigo relativo à família, porquanto o texto do anteprojeto já contempla a matéria de forma satisfatória. Outrossim, no que se refere ao disposto no artigo e seus parágrafos sobre o aborto, parece-nos constituir matéria da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, onde o assunto já foi tratado.

A deputada Lúcia Braga (52, PFL, PB) apresentou uma emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão da Soberania, com o seguinte teor:

(...) não será necessário, pois, penalizarmos o aborto na Constituição, se essa penalização já existe em lei ordinária. Ao explicitarmos na Lei Maior o direito à vida, sob todas as suas formas, nos termos da lei, estaremos resguardando o pleno respeito à existência humana e ressalvando, ao mesmo tempo, as exceções já previstas em lei ordinária.”. Parecer: “não há como acolher, face a supressão do dispositivo emendado. Prejudicada.

A deputada Eunice Michiles (57, PFL, AM) propôs a seguinte emenda na Comissão de Sistematização - Emendas de Plenário: Acrescente-se ao artigo 263 o seguinte parágrafo 3º:

(...) não será permitido o aborto como método de planejamento familiar, cabível apenas nos casos de estupro, gravidez de alto risco e má formação fetal que possa levar a uma vida vegetativa. Parecer: A presente emenda relativa ao parágrafo 3º do artigo 263 visa a proibir o aborto como método de planejamento familiar. Pela rejeição nos termos do parecer oferecido à Emenda n. 2800070-3.

A deputada Marluce Pinto (49, PTB, RR) propôs a seguinte emenda na Comissão de Sistematização - Emendas de Plenário:

(...) é lícita à interrupção da gravidez quando originada de violência". Parecer: A presente emenda versa sobre o artigo 263 e propõe a inclusão do parágrafo 6º, o qual destina-se a permitir o aborto em casos de estupro. Pela rejeição, com base na argumentação do parecer oferecido à Emenda 28000709-3.

A deputada Dirce Tutu Quadros propôs a seguinte emenda na Comissão de Sistematização - Emendas ao Projeto de Constituição:

(...) é permitido o aborto até a 6ª semana de gravidez, cabendo lei complementar, no prazo de seis meses, fixar as situações relativas à idade, consentimento, amências, responsabilidades pessoais e médicas, inclusive exceções. Parecer: A emenda em apreço é rejeitada por tratar-se de matéria controversa, longe de constituir-se um anseio predominante da população brasileira. Somente após uma longa e consciente ausculta dos desejos da população cotejada com os aspectos científicos, psicossociais e religiosos vigentes, o assunto poderá ser reabordado a nível de legislação ordinária.

Essa mesma deputada apresentou outra emenda nesta mesma Comissão com a seguinte redação "(...) cabe à mulher a seu médico a decisão do aborto, até as seis primeiras semanas de gravidez". Parecer: "A matéria compete à lei ordinária. Pela rejeição".

A deputada Eunice Michiles (57, PFL, AM) também apresentou outra emenda nesta Comissão, com a seguinte redação: Inclua-se no Projeto do texto constitucional, a seguinte alínea "b", renumerando-se os demais:

(...) o aborto será permitido nos casos de estupro, gravidez de risco, fetos contaminados com vírus da AIDS e má formação fetal, de acordo com a lei. Parecer: A emenda contém matéria de competência da legislação ordinária. O texto constitucional deve restringir-se, nesse particular, a definir

direitos e assegurar condições para sua implementação por parte do Estado. Pela rejeição.

Uma das emendas foi apresentada pelo Senador Meira Filho (PMDB-DF) e pelo Deputado José Genoíno (PT-SP). A do Senador, rejeitada, estabelecia a punição do aborto provocado como crime doloso. A do deputado, retirada em tempo por pressão contrária da ala feminina, declarava livre

a opção por ter ou não ter filhos, incluindo o direito de interrupção da gravidez até 90 dias, com garantia de acesso aos métodos anticoncepcionais e à assistência médica através da rede de saúde pública. A deputada Abigail Feitosa (44, PMDB, BA) acentuou que a bancada feminina na Constituinte já havia discutido exaustivamente o assunto e considerou que o tema aborto deveria ser decidido em lei ordinária, por requerer uma ampla discussão da sociedade.

O jornal Folha da Tarde publicou: "Mulheres constituintes contra aborto. Vitoriosas".

A constituinte rejeitou ontem emenda tornando o aborto provocado crime doloso, mantendo a orientação do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, de jogar para a legislação ordinária a questão. A emenda aditiva, de autoria do senador Meira Filho (PMDB-DF), não conseguiu o quórum de 280 votos necessários para sua aprovação, sendo considerada prejudicada com 183 votos favoráveis, 170 contra e 30 abstenções. Os constituintes não chegaram a votar, em seguida, emenda aditiva do deputado José Genoíno (PT-SP), que retirou, por pressão da bancada feminina, sua proposta de tornar livre o aborto, até 90 dias de gravidez, incluindo o direito de acesso aos métodos anticoncepcionais e à assistência médica da rede de saúde pública. A deputada Abigail Feitosa subiu à tribuna para anunciar que a bancada feminina decidira não cuidar do assunto no âmbito constitucional "V. Exa, não tem mais direito que a bancada feminina para tratar dos interesses das mulheres nesta Constituinte", disse a deputada ao deputado José Genoíno. Ele respondeu que, como homem e marido, entende que a "luta pelos direitos das mulheres não é de competência exclusiva de vocês". Mesmo assim, sob aplausos, Genoíno anunciou que retiraria sua emenda, mas continuaria lutando em favor da liberação do aborto. Genoíno explicou que acatou a sugestão das mulheres constituintes para evitar que a criminalização do aborto provocado corra o risco de ser aprovada posteriormente no capítulo dos direitos da família. O deputado foi recebido, ao descer da tribuna, por beijos e abraços das mulheres, provocando um momento de descontração na Constituinte, com os deputados e senadores gritando "larga, larga". Abigail Feitosa abraçou demoradamente José Genoíno... (Folha da Tarde, 22-03-1988).

Por fim cabe acentuar que o texto constitucional aprovado em relação ao aborto foi considerado um problema para a lei ordinária, mediante maior conhecimento de suas implicações biológicas, morais e sociais.

Considera-se de fundamental importância elaborar uma análise comparativa com os demais deputados constituintes, a fim de avaliar com mais propriedade o desempenho das deputadas constituintes.

Em relação ao número total de emendas apresentadas pelos deputados e pelas deputadas em todas as Comissões e a proporcionalidade do número total de emendas apresentadas pelos deputados e pelas deputadas em cada Comissão (Quadro 18), observa-se que as deputadas, em termos proporcionais, apresentaram maior índice nas Comissões de Família, Soberania, Ordem Social e Ordem Econômica. Esses resultados evidenciam as Comissões de maior interesse das deputadas, nas quais apresentaram maior número de emendas. Nas demais Comissões, os deputados superaram o índice apresentado pelas deputadas.

Ao comparar o número total de emendas aprovadas obtidas pelos deputados e pelas deputadas em cada uma das Comissões (Quadro 19), observa-se que nas Comissões da Família, da Soberania, da Ordem Social e da Organização do Estado, as deputadas superaram o percentual adquirido pelos deputados, ou seja, em termos proporcionais, as mulheres aprovaram mais emendas nestas Comissões em relação ao total de emendas aprovadas pelos deputados nestas Comissões.

Em relação ao total de emendas aprovadas, a deputada Anna Maria Rattes aprovou um total de 69 emendas; a deputada Cristina Tavares (53, PMDB, PE), um total de 45 emendas; Sandra Cavalcanti (61, PFL, RJ), um total de 38 emendas; e Rita Camata (25, PMDB, ES), um total de 37 emendas.

Em relação ao total de emendas parcialmente aprovadas (Quadro 20), os índices obtidos pelas deputadas relativos às Comissões da Ordem Social, da Organização do Estado e da Organização dos Poderes superaram os índices obtidos pelos deputados nestas Comissões. Esses resultados evidenciam que as deputadas obtiveram maior número de emendas parcialmente aprovadas nestas Comissões.

Quadro 5 - Equivalência proporcional em relação a numero total de emendas apresentadas em todas as comissões pelos deputados e pelas deputadas e o numero de emendas apresentadas em cada comissão pelos deputados e pelas deputadas

Comissões	Total Emendas	%	Total Emendas	%
Comissão da Família, Educação e Esportes, da Ciência e Tecnologia	2.388	4,6	250	7,8
Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	1.528	3,0	165	5,1
Comissão da Ordem Social	3.445	6,7	175	5,4
Comissão da Ordem Econômica	2.357	4,6	322	10,0
Comissão da Organização do Estado	1.565	3,1	34	1,1
Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	3.611	7,1	89	2,8
Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições	511	1,0	117	3,6
Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	2.918	5,7	49	1,5
Comissão de Sistematização	20.725	40,5	1526	47,4
Primeiro Substitutivo Relator	12.128	23,7	491	15,3
Total	51.176	100	3218	100

Fonte: SICON/EMEN. Acervo Congresso Nacional.

Em relação às emendas prejudicadas (Quadro 21), os índices obtidos pelas deputadas nas Comissões da Ordem Social, da Organização do Estado, da Organização dos Poderes e do Primeiro Substitutivo superam os índices obtidos pelos deputados nestas Comissões. Esses resultados mostram que as deputadas obtiveram maior número de emendas prejudicadas nestas Comissões.

Quadro 6 - Equivalência proporcional em relação a número total de emendas apresentadas em cada comissão pelos deputados e pelas deputadas e o número de emendas aprovadas em cada comissão

Comissões	Deputados			Deputadas		
	Total Emendas Apresentadas	Total Emendas Aprovadas	%	Total Emendas Apresentadas	Total Emendas Aprovadas	%
Comissão da Família	2.388	317	13,3	250	45	18,0
Comissão da Soberania	1.528	208	13,6	165	36	21,8
Comissão da Ordem Social	3.445	431	12,5	175	35	20,0
Comissão da Ordem Econômica	2.357	189	8,0	322	16	5,0
Comissão da Organização do Estado	1.565	237	15,1	34	7	20,6
Comissão Organização dos Poderes	3.611	539	14,9	89	8	9,0
Comissão da Organização Eleitoral	511	85	16,6	117	2	1,7
Comissão Sistema Tributário	2.918	380	13,0	49	5	10,2
Comissão Sistematização	20.725	3.446	16,6	1.526	191	12,5
Primeiro Substitutivo Relator	12.128	1.991	16,4	491	78	15,9
Total	51.176	30.971	60,5	3.218	1.428	46,6

Fonte: SICON/EMEN - Acervo Congresso Nacional.

Quadro 7 - Equivalência proporcional em relação ao número total de emendas parcialmente apresentadas em cada comissão pelos deputados e pelas deputadas e o número de emendas parcialmente aprovadas em cada comissão

Comissões	Deputados			Deputadas		
	Total Emendas Apresentadas	Total Emendas Parcialmente Aprovadas	%	Total Emendas Apresentadas	Total Emendas Parcialmente Aprovadas	%
Comissão da Família	2.388	712	29,8	250	68	27,2
Comissão da Soberania	1.528	224	14,7	165	15	9,1
Comissão da Ordem Social	3.445	648	18,8	175	37	21,1
Comissão da Ordem Econômica	2.357	791	33,6	322	87	27,0
Comissão da Organização do Estado	1.565	262	16,7	34	6	17,6
Comissão da Organização Eleitoral	511	51	10,0	117	1	0,9
Comissão Sistema Tributário	2.918	494	16,9	49	7	14,3
Comissão Sistematização	20.725	3.498	16,9	1.526	215	14,1
Primeiro Substitutivo Relator	12.128	1.082	8,9	491	42	8,6
Total	51.176	8.478	16,6	3.218	500	15,5

Fonte: SICON/EMEN. Acervo Congresso Nacional.

Quadro 8 - Equivalência proporcional em relação a número total de emendas apresentadas em cada comissão pelos deputados e pelas deputadas e o número de emendas prejudicadas em cada comissão

Comissões	Deputados			Deputadas		
	Total Emendas Apresentadas	Total Emendas Prejudicadas	%	Total Emendas Apresentadas	Total Emendas Prejudicadas	%
Comissão da Família	2.388	290	12,5	250	50	20,0
Comissão da Soberania	1.528	344	22,5	165	26	15,8
Comissão da Ordem Social	3.445	324	9,4	175	23	13,1
Comissão da Ordem Econômica	2.357	155	0,4	322	1	0,3
Comissão da Organização do Estado	1.565	169	10,8	34	12	35,3
Comissão Organização dos Poderes	3.611	307	8,5	89	8	9,0
Comissão da Organização Eleitoral	511	69	13,5	117	5	4,3
Comissão Sistema Tributário	2.918	155	5,3	49	2	4,1
Comissão Sistematização	20.725	2.023	9,8	1.526	130	8,5
Primeiro Substitutivo Relator	12.128	584	4,8	491	26	5,3
Total	51.176	4.275	8,4	3.218	286	8,9

Fonte: SICON/EMEN. Brasília: acervo do Congresso Nacional.

Em relação ao total de emendas rejeitadas em cada Comissão (Quadro 22), somente na Comissão do Sistema Tributário e Primeiro Substitutivo do Relator, as deputadas obtiveram um índice superior aos dos deputados. Dessa forma, em termos proporcionais, as deputadas obtiveram índice inferior de emendas rejeitadas em relação ao índice de emendas rejeitadas pelos deputados em cada Comissão. Esses resultados revelam que as deputadas elaboraram propostas que mantinham coerência e afinidade com os assuntos tratados em cada uma das Comissões nas quais obtiveram maior índice de aprovação e menor índice de rejeição e que atendiam melhor as expectativas e os interesses de todos ou da maioria dos membros do Congresso Nacional.

Em relação ao total de emendas rejeitadas, a deputada Anna Maria Rattes (47, PMDB, RJ) obteve 201 emendas; a deputada Irma Passoni (44, PT, SP) um total de 133 emendas; a deputada Eunice Michiles (57, PFL, AM), 106 emendas; e a deputada Rita Camata (25, PMDB, ES), 104.

Uma outra questão abordada com as deputadas entrevistadas refere-se a como se deu a inserção nas atividades constituintes, mais especificamente nas Comissões da Assembléia Nacional Constituinte. Neste quesito, as deputadas constituintes entrevistadas revelaram que a maioria delas escolheu a comissão de que desejava participar. De acordo com o estudo da atuação das deputadas constituintes nas comissões, ficou evidenciado que a comissão de maior interesse das deputadas foi a de Família, Educação e Esportes, Ciência e Tecnologia. A concentração maior foi nas subcomissões de Família, Menor e Idoso e de Educação, Cultura e Esportes. Isso demonstra o interesse das deputadas em tratar de assuntos considerados de preocupação da mulher; as deputadas revelam que os homens parlamentares faziam essa distinção referindo-se a que “isso é assunto de mulher”. Considerando o interesse das deputadas constituintes em tratar das questões relativas aos direitos da mulher, justificam-se o empenho e a dedicação nessas comissões. Algumas deputadas revelaram que a escolha foi do partido e eram sempre vinculadas às questões femininas. Algumas deputadas declararam que tiveram dificuldades de participar de outras comissões de seu interesse, como da área econômica e da reforma agrária, comissões consideradas de domínio masculino.

Quadro 9 - Equivalência proporcional em relação a número total de emendas apresentadas em cada comissão pelos deputados e pelas deputadas e o número de emendas rejeitadas em cada comissão

Comissões	Deputados			Deputadas		
	Total Emendas Apresentadas	Total Emendas Prejudicadas	%	Total Emendas Apresentadas	Total Emendas Prejudicadas	%
Comissão da Família	2388	1071	44,8	250	85	34,0
Comissão da Soberania	1528	793	51,9	165	47	28,5
Comissão da Ordem Social	3445	2047	59,4	175	75	42,9
Comissão da Ordem Econômica	2357	1439	61,1	322	140	43,5
Comissão da Organização do Estado	1565	897	57,3	34	9	26,5
Comissão Organização dos Poderes	3611	2068	57,3	89	35	39,3
Comissão da Organização Eleitoral	511	385	75,3	117	30	25,6
Comissão Sistema Tributário	2918	1880	64,4	49	34	69,4
Comissão Sistematização	20725	11920	57,5	1526	628	41,2
Primeiro Substitutivo Relator	12128	8471	69,8	491	345	70,3

Fonte: SICON/EMEN. Brasília: acervo do Congresso Nacional.

Nota-se, portanto, que dentro do parlamento e dos partidos políticos existe uma segregação imposta com relação ao domínio de homens e mulheres nos assuntos de tratamento constitucional. Esta segregação depõe contra a atuação da mulher na política, pois acaba legitimando a sua incapacidade ou incompetência para tratar de outros assuntos que extrapolam os limites considerados de sua competência na condição de mulher. Isso revela também a conexão do poder com os estereótipos de gênero, marcados pela diferença excludente que marginaliza a mulher, tolhendo, dessa forma, as oportunidades de sua participação nas diferentes instâncias de poder no parlamento.

A deputada Raquel Capiberibe (47, PMDB, PA) disse que decidiu participar da comissão de reforma agrária por interesse em resolver os problemas de seu estado.

A deputada Lúcia Braga (52, PFL, PB) declarou que sempre foi uma escolha sua e que sempre se preocupou com a questão dos direitos humanos. Participou também da Comissão de Seguridade Social e de CPIs, que também foram opções suas. Participou da CPI que investigava as causas da violência contra as crianças e os adolescentes e também da CPI da esterilização que através do *lobby* do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, ela apresentou uma emenda que dizia que o planejamento familiar era opção livre do casal e ao Estado competia apenas fornecer os meios para evitar esta questão da esterilização em massa. A deputada foi membro titular desta Comissão, e, na sua opinião, a questão da esterilização é muito massificada, principalmente no Nordeste.

A deputada Raquel Candido (35, PFL, RO) afirmou que o ambiente já estava pronto, e as mulheres geralmente iam para a Comissão de Educação, porém ela diz que não seguiu este caminho porque seu objetivo era na área econômica; mesmo com os homens questionando a sua decisão, ela insistiu: “mesmo não sendo economista, eu vou para esta área porque o problema do meu país e da minha região é de ordem econômica”.

No entanto, enfrentou muitas dificuldades, sendo contra os homens constituintes, e foi excluída desta Comissão.

A deputada Myriam Portella (64, PDS, PI) disse ter sido vítima de duas situações, consideradas por ela como momentos muito difíceis. Uma delas veio à tona até no plenário da Câmara. Ela relatou que seu marido a deixava “muito solta” e que ela até mesmo não compreendia o motivo. Ela escolheu participar da comissão que tratava da questão urbana, por acreditar que ali ela poderia ter uma boa atuação. Entretanto, a liderança do partido telefonou

pra seu marido pedindo que ele a tirasse da comissão porque ela estava tomando posições que não seriam as do partido, posições de extrema esquerda, centro-esquerda. O marido não concordou, alegando que isso teria que ser resolvido dentro do partido. A deputada comenta que, se ela não fosse mulher, isso não teria acontecido, não tentariam convencer seu marido a acomodá-la e tirá-la da comissão. Pelo fato de não terem sentido apoio do marido, ela não foi tirada da comissão. Outro momento foi na votação dos cinco anos do Presidente Sarney, em que havia toda uma pressão para que ela votasse. Este, segundo a deputada, foi um dos momentos em que ela se sentiu, como mulher, mais fragilizada e solitária. Ao terminar a votação, na qual ela sabia que estava sendo vigiada, declarou ter sentido muito medo e muito solitária.

A deputada Rita Camata (25, PMDB, ES) também declarou que fez as opções pelas Comissões:

No primeiro mandato, normalmente você chega no Congresso e as lideranças que já estão mais legitimadas por outros mandos, que tem espaço de mando nos partidos, eles costumam dizer: no primeiro mandato é para aprender, para tatear, para conhecer.

No entanto, na sua opinião: “foi um momento que o PMDB tinha um líder extremamente generoso e grande dentro de um aspecto mais amplo que se pode entender de um ser humano, que era o Ulisses Guimarães”.

E ele foi uma pessoa que a ajudou muito, não só no sentido das opções das Comissões, mas em alguns momentos de decisão também. Ele dava oportunidade para sentar e, discutir e algumas vezes, telefonava para a deputada para saber a sua opinião sobre determinadas situações. Assim, ela considera que: “foi uma pessoa que para mim, foi meu guru, meu conselheiro, me ajudou muito”.

A deputada Benedita da Silva (44, PT, RJ) relatou que também fez a opção pelas Comissões que tinham tudo a ver com as questões pelas quais ela se propunha a lutar na Constituinte.

A deputada Sandra Cavalcanti (61, PFL, RJ) também escolheu as Comissões de seu interesse. Ela participou da Comissão de Sistematização, e era a segunda pessoa depois do Afonso Arinos: “que estava cansado e deu total confiança a mim”.

A deputada Eunice Michilies (57, PFL, AM) afirmou que, como já havia sido senadora, não teve dificuldades, e a participação nas Comissões foi uma escolha pessoal.

A deputada Maria de Lourdes Abadia (41, PFL, DF) disse que foi uma escolha pessoal e atuou como vice-presidenta da Comissão da Saúde, Seguridade Social e Meio Ambiente.

A deputada Anna Maria Rattes (47, PMDB, RJ) relatou que foi uma escolha pessoal, porque ela conseguiu bancar em nível de liderança, principalmente na área social.

A deputada Rita Furtado (40, PFL, RO) declarou que conseguiu escolher a Comissão por causa de seu marido, que era do Ministério da Comunicação. Ela relatou que tinha escolhido duas Comissões: “eles me admoestaram dizendo: você não pode fazer isto, você conhece esta parte da radiodifusão, não adianta você ir para um lugar que você não entende nada”.

Algumas deputadas (2) revelaram que a participação nas Comissões foi por indicação dos partidos.

A deputada Raquel Capiberibe (47, PMDB, PA) mencionou que, após o término do processo constituinte, a participação nas comissões técnicas se deu por designação do partido.

A existência da ideologia patriarcal na arena política, na divisão dos trabalhos no Congresso, tendo como base o mesmo fator que, historicamente, determina os papéis sexuais – o sexo, pode ser evidenciada no depoimento da deputada Lídice da Mata (31, PC do B, BA). A deputada afirmou que os homens parlamentares faziam concessão somente naquilo que eles consideravam que elas podiam tratar, ou seja, assuntos considerados “femininos” e que diziam respeito aos temas tratados nas Comissões de família, ou seja, educação.

A deputada Lídice da Mata (31, PC do B, BA) declarou que os espaços das mulheres eram aqueles que os partidos permitiam e eram sempre vinculados às questões ditas “femininas”. Na sua opinião, foram raríssimas exceções, como é o caso da Cristina Tavares:

Uma das primeiras cabeças políticas a abordar a questão da tecnologia, da reserva de mercado de informática no Brasil, ela abordava temas da tecnologia de ponta no Congresso Nacional, assuntos onde a maioria dos homens não conseguiam chegar, nem abordar, e Cristina já estava lá, e como jornalista ela iniciou a discussão da telecomunicação, destacando-se neste assunto no Congresso Constituinte juntamente com a Irma Passoni, que hoje é uma especializada neste assunto, é uma técnica na área de telecomunicação.

A deputada comentou também que Cristina Tavares era muito ousada e dizia coisas que a esquerda tradicional não estava acostumada a ouvir. Na sua opinião, Cristina já tinha alcançado uma participação política de peso porque se tornou uma expressão no PMDB, no mesmo nível que os homens: “e pagava os preços por isto: todos diziam que ela era uma mulher, dentro dos padrões de beleza, considerada bonita, era uma mulher solteira, então tinha uma vida que podia assumir os padrões dos homens”.

Relatou ainda que enfrentou o machismo, como todas as mulheres, principalmente na participação política: “era o machismo, o preconceito, a discriminação”.

Para a deputada, a discriminação e o machismo na política se apresentam de forma muito sutil. Logo depois de eleitas, o discurso era: “a Câmara está floreada; está agora decorada com a presença feminina”.

Era cheio de elogios à beleza, a elegância da mulher naquela casa; eles eram cordiais nesse aspecto, mas, ao mesmo tempo: “duros no conceito do que a mulher deveria ser, de que tipo de ação a mulher deveria tratar”.

- Disto vocês podem tratar....

Na Constituinte isto ficava muito claro: os “assuntos femininos” eram vistos com muita paciência pelos homens; eles diziam: “disto vocês podem tratar”. Entretanto, nos assuntos ligados à economia, a presença da mulher era mais restrita: “ela era a menos ouvida, a menos aceita, não tinha espaço”.

No entanto, ainda de acordo com Lídice da Mata, as mulheres estiveram presentes em todas as discussões, nos grandes debates, nas discussões sobre propriedade privada, questões de economia, estrutura agrária, reformas estruturais.

Neste depoimento observa-se que exige-se que a mulher transponha para o espaço de poder as competências que lhe são reconhecidas na esfera privada. Assim, a mulher é vista como mantenedora da ordem e do bem estar familiar que perpassa o discurso oficial bem como os incentivos para a participação política.

Muitas deputadas ocuparam cargos nas Comissões e Subcomissões (Quadro 23), inclusive de presidenta e vice-presidentas, além de titulares e suplentes de Comissões e Subcomissões. A Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, da Comissão da Família; a

Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias, da Comissão da Soberania; e a Comissão de Sistematização apresentaram o maior número de deputadas que ocuparam cargos nestas Subcomissões e Comissão. Na Comissão de Família e nas suas Subcomissões, dez deputadas ocuparam cargos; na Comissão da Soberania e nas suas Subcomissões, dez deputadas ocuparam cargos; na Comissão da Ordem Social e nas suas Subcomissões, nove deputadas ocuparam cargos, na Comissão da Ordem Econômica e nas suas Subcomissões, quatro deputadas ocuparam cargos; na Comissão da Organização do Estado e nas suas Subcomissões, duas deputadas ocuparam cargos; na Comissão da Organização dos Poderes e nas suas Subcomissões, duas deputadas ocuparam cargos; na Comissão da Organização Eleitoral e nas suas Subcomissões, cinco deputadas ocuparam cargos; na Comissão do Sistema Tributário e nas suas Subcomissões, duas deputadas ocuparam cargos; e na Comissão de Sistematização, cinco deputadas ocuparam cargos. Não houve participação de deputadas apenas em quatro Subcomissões: Subcomissão dos Estados, Subcomissão dos Municípios e Regiões, Subcomissão do Poder Judiciário e Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira. A distribuição das deputadas nas Comissões e Subcomissões evidencia uma maior concentração nas Comissões e Subcomissões relativas aos assuntos de ordem social, como família, menor, idoso, educação, saúde, seguridade, meio ambiente, direitos e garantias individuais, negros, populações indígenas, deficientes e minorias, ciência, tecnologia, comunicação, cultura, esportes, direitos políticos e direitos coletivos, direitos dos trabalhadores e servidores públicos, nacionalidade, soberania e relações internacionais.

Quadro 10 - Cargos ocupados pelas deputadas na Assembléia Nacional Constituinte

Comissões	Cargos Ocupados pelas Deputadas
Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	Titular: Rita Camata
Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes	Titular: Márcia Kubistchek
Subcomissão da Ciência, da Tecnologia e da Comunicação	Relatora: Cristina Tavares Titular: Rita Furtado Suplente: Sadie Hauache
Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso	Titular: Eunice Michiles Titular: Maria Lúcia Suplente: Rita Camata Suplente: Sandra Cavalcanti Suplente: Wilma Maia
Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	2ª Vice-Presidenta: Anna Maria Rattes Suplente: Maria Lúcia

Comissões	Cargos Ocupados pelas Deputadas
Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais	Suplente: Benedita da Silva Suplente: Cristina Tavares
Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias	1ª Vice-Presidenta: Lúcia Braga Titular: Anna Maria Rattes Titular: Lúcia Vânia Suplente: Maria de Lourdes Abadia Suplente: Rita Furtado
Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais	Titular: Dirce Tutu Quadros
Comissão da Ordem Social	
Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos	Titular: Beth Azize Titular: Wilma Maya Suplente: Raquel Capiberibe
Subcomissão da Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente	2ª Vice-Presidenta: Maria de Lourdes Abadia Suplente: Abigail Feitosa Suplente: Raquel Cândido
Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias	Titular: Benedita da Silva Suplente: Anna Maria Rattes Suplente: Lúcia Vânia
Comissão da Ordem Econômica	
Subcomissão dos Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica	Titular: Raquel Cândido
Subcomissão da Questão Urbana e Transporte	Titular: Myriam Portella
Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária	Titular: Irma Passoni Titular: Raquel Capiberibe
Comissão da Organização do Estado Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios	Suplente: Márcia Kubstchek Suplente: Marluce Pinto
Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	
Subcomissão do Poder Legislativo	Suplente: Myriam Portella
Subcomissão do Poder Executivo	Suplente: Marluce Pinto
Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições	
Subcomissão da Organização Eleitoral e Partidos Políticos	Titular: Lídice da Mata Suplente: Eunice Michiles Suplente: Moema São Thiago
Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de Sua Segurança	Titular: Sadie Hauache
Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas	Titular: Moema São Thiago
Comissão do Sistema Tributário	

Comissões	Cargos Ocupados pelas Deputadas
Subcomissão dos Tributos, Participação e Distribuição de Receitas	Suplente: Irma Passsoni
Subcomissão do Sistema Financeiro	Titular: Rose de Freitas
Comissão de Sistematização	Titular: Abigail Feitosa Titular: Cristina Tavares Titular: Sandra Cavalcanti Suplente: Beth Azize Suplente: Lídice da Mata
1ª Suplente de Secretaria de Mesa	Benedita da Silva

Fonte: Dados Biográficos dos Deputados Constituintes. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989.

Quadro 11 - Atividade parlamentar das deputadas constituintes

Deputadas	Atividade Parlamentar
Abigail Feitosa	Suplente da Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente, da Comissão da Ordem Social; Titular da Comissão de Sistematização.
Anna Maria Rattes	Segunda vice-presidenta da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher; Titular da Subcomissão dos direitos políticos, dos direitos coletivos e garantias da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher; Suplente na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias da Comissão da Ordem Social.
Benedita da Silva	Primeira Suplente de Secretária Mesa; Titular Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias da Comissão da Ordem Social; Suplente da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais, da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.
Beth Azize	Titular da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, da Comissão da Ordem Social; Suplente da Comissão de Sistematização.
Cristina Tavares	Suplente da Comissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais, da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher; Relatora da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação; Titular da Comissão de Sistematização.
Dirce Tutu Quadros	Titular da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.
Eunice Michiles	Titular da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação; Suplente da Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições.
Irma Passsoni	Titular da Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, da Comissão da Ordem Econômica; Suplente da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas, da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças.

Deputadas	Atividade Parlamentar
Lidice da Mata	Titular da Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições; Suplente da Comissão de Sistematização.
Lúcia Braga	Primeira Vice-Presidenta da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.
Lúcia Vânia	Titular da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher; Suplente da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, da Comissão da Ordem Social.
Márcia Kubitschek	Suplente da Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, da Comissão da Organização do Estado; Titular da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, Da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.
Maria de Lourdes Abadia	Segunda Vice Presidenta da Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente, da Comissão da Ordem Social; Suplente da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias, da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.
Maria Lúcia	Titular da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação; Suplente da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.
Marluce Pinto	Titular da Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, da Comissão da Organização do Estado; Suplente da Subcomissão do Poder Executivo, da Comissão da Organização dos Poderes e Sistemas de Governo.
Moema São Thiago	Titular da Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas, da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições; Suplente da Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições.
Myriam Portella	Titular da Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, da Comissão da Ordem Econômica; Suplente da Subcomissão do Poder Legislativo, da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo.
Raquel Cândido	Titular da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, da Comissão da Ordem Econômica; Suplente da Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente, da Comissão da Ordem Social.
Raquel Capiberibe	Titular da Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, da Comissão da Ordem Econômica; Suplente da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, da Comissão da Ordem Social.
Rita Camata	Titular da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, Ciência e Tecnologia e Comunicação. Suplente da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso.
Rita Furtado	Suplente da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias, da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher; Titular da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.
Rose de Freitas	Titular da Subcomissão do Sistema Financeiro, da Comissão do sistema Tributário, Orçamento e Finanças; Suplente da Comissão de Sistematização.

Deputadas	Atividade Parlamentar
Sadie Hauache	Titular da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições; Suplente da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, Ciência e Tecnologia e da Comunicação.
Sandra Cavalcanti	Suplente da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação; Titular da Comissão de Sistematização.
Wilma Maia	Titular da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, da Comissão da Ordem Social; Suplente da Comissão da Família, do Menor e do Idoso, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

Fonte: Repertório Biográfico dos Deputados Constituintes. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989.

A partir do quadro das atividades das deputadas constituintes durante o período em que estiveram na Assembléia Nacional Constituinte (Quadro 24), observa-se que a participação delas em cargos de direção nas Comissões foi bastante reduzida, cabendo à Deputada Anna Maria Rattes o cargo de 2ª Vice-Presidenta da Comissão de Sistematização, representando o PMDB, e à Deputada Cristina Tavares o cargo de Relatora da Subcomissão Ciência, Tecnologia e Comunicação, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Esta Subcomissão, no entanto, concluiu de maneira perturbada os seus trabalhos. A deputada Cristina Tavares, então relatora, apresentou seu parecer comentando as emendas apresentadas e o anteprojeto original. Nesse parecer, fez análise das emendas, num total de 324, concordando com umas e rejeitando outras, total ou parcialmente. Esse resultado provocou descontentamento, uma vez que representava o ataque ao monopólio e ao controle congressual e comunal das organizações de comunicação e difusão, acarretando assim a destituição da deputada como relatora e do colegiado, juntamente com alguns correligionários, com repercussão até no Plenário e na Comissão de Sistematização. Após longa discussão e debates sobre essa questão, verificou-se que o afastamento da deputada e sua substituição por um outro constituinte não tivera apoio regimental. Assim, a Mesa da Constituinte decidiu reinvestir a deputada naquele cargo e na Comissão de Sistematização, conforme exposição do Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Mauro Benevides (PMDB, CE)³⁷.

³⁷ BARROSO (1993), *op. cit.*

A composição das Comissões na Constituinte quanto aos cargos de presidente, vice-presidente e relator se deu a partir de critérios, considerados pelas constituintes como excludentes. As manifestações das deputadas constituintes entrevistadas evidenciaram que há desigualdade sexual de oportunidades e que o caráter do poder é masculino. Isso fica evidenciado pelos fundamentos da teoria e prática do liberalismo democrático, que exclui as mulheres da cidadania plena, ao negar-lhes o complemento completo dos direitos e privilégios em relação aos homens. As evidências revelaram também que a estrutura de poder no parlamento é excludente, uma vez que se atribui o caráter masculino do poder nas relações que implicam a questão de soberania e privilégios. A exclusão passa também pela desigualdade sexual de oportunidades, por meio da qual as restrições de acesso e participação são impostas às mulheres que não conseguem obter uma posição de destaque no contexto das atribuições de funções e papéis designados aos parlamentares. Dessa forma, as entrevistadas elucidaram, de forma clara e evidente, as práticas de opressão e exclusão de que foram vítimas nas relações de poder no âmbito da política partidária e da política parlamentar. Algumas das deputadas revelaram que as diferenças são decorrentes do tratamento desigual, “diferenciado, machista”; este tratamento também é sentido quando, em viagens internacionais, as mulheres nunca são chamadas a participar.

Nesse contexto, a diferença é, portanto, o produto da “ideologia reificante do sexismo”, que é uma relação de domínio-opressão entre grupos, que comporta exploração, marginalização e privação do poder. As manifestações de algumas deputadas evidenciaram que essa relação de domínio-opressão não era declarada, mas implícita nos comportamentos e nas atitudes dos homens parlamentares, muitas vezes de forma sutil.

A deputada Rita Furtado (40, PFL, RO) declarou que na escolha pesa muito a articulação partidária, a articulação dos cardeais, que são sempre os líderes, os presidentes, e têm o domínio do poder. Argumenta que entra ano e sai ano eles estão sempre ali, mandando, pegam as melhores comissões, e os outros são massa de manobra:

Você pode até começar como massa de manobra e depois ir alcançando, tem que fazer uma política intramuros dentro do Congresso tem que fazer seu lobby tem que se agregar aos colegas, vender seu peixe.

Há tem também, segundo ela, a formação de grupos que se ajudam, que negociam, e isso pesa muito ali. Ocorre também a discriminação por estado:

O estado pobre nunca vai ter vez. Neste universo maior de poder, a mulher não leva mesmo, eu nunca vi uma mulher na mesa, dirigindo a mesa, todas trabalharam, tinha muito homem alienado no Congresso, mas as mulheres tiveram uma participação muito ativa, mas não ganham espaço para ser relatora da Constituinte.

A deputada Rita Camata (25, PMDB, ES) disse que gostaria que a escolha fosse através de critérios e que estes critérios não fossem excludentes, no sentido de que quem está no primeiro mandato estivesse impedida de disputar e participar de qualquer processo, dentro do partido ou da instituição, das Comissões, relatórios importantes:

Sempre trabalhei, luto e brigo dentro do meu partido e na instituição para que ela tenha altivez, que elas sejam respeitadas e que ela possa servir dentro da transparência que o legislativo tem de referencial para a sociedade. Agora o estilo não é muito este, é um estilo masculino, eu acho que é pelo tempo que os homens estão no poder.

A deputada argumenta que os critérios deveriam ser colocados em termos de seriedade, transparência, mais programático do que pragmático; ela tem combatido estes aspectos dentro do partido e no próprio parlamento, mas, na sua opinião, é um processo lento de transformação: “o que mais prevalecia na época era a influência partidária, a experiência, força, poder, a ligação com os *lobbies*, infelizmente”.

A deputada Eunice Michiles (57, PFL, AM) comentou que influía muito o tempo de casa, a liderança do partido, a competência não só intelectual, mas do regimento interno; isso sempre pesou muito. A deputada recorda que foi a quarta secretária no senado, e poucas vezes ela presidiu o senado:

Muito a contragosto. Não fazia meu gênero, eu sou uma pessoa muito pouco exibicionista, eu sou mais retraída. Mas pesava muito a coisa de conhecer muito bem o regimento, porque há uma guerrinha evidente entre a oposição, e quando o assunto é polêmico, o presidente tem que estar muito seguro para saber manejar e manipular o regimento interno de uma maneira muito hábil.

A deputada Sandra Cavalcanti (61, PFL, RJ) considera que os critérios de escolha são excludentes, prevalecendo aqueles que acabam excluindo a mulher, por não corresponder a critérios como tempo de casa, liderança partidária, entre outros.

A deputada Eunice Michiles (57, PFL, AM) considera também que a questão do sexo tem um peso considerável na escolha das lideranças. Na sua opinião, as mulheres não tinham

vez; ela não se lembra se naquela época havia alguma mulher como presidente – ela acha que não – e hoje, segundo ela, já tem.

A deputada Benedita da Silva (44, PT, RJ) afirmou que os homens são mais cúmplices nas escolhas de lideranças, e isso exclui as mulheres na ocupação de qualquer cargo de maior relevância, dentro da casa.

A deputada Maria de Lourdes Abadia (41, PFL, DF) declarou que no Congresso tem o baixo clero e, não adianta, há políticos que já têm dez mandatos, sendo figuras nos seus estados, como, por exemplo, o Antônio Carlos Magalhães:

Você está ali no meio, você não tem a mídia, não tem o aparato da imprensa que eles têm então você tem os mais, os do meio e até os coitadinhos que entram e saem e às vezes você não sabe nem o nome deles. A gente fica de vice-presidenta, mas nunca relatora ou presidente.

- O que manda é a conveniência...

A deputada Anna Maria Rattes (47, PMDB, RJ) disse que é como uma acumulação de favores; quando é interesse do partido colocar uma mulher ele o faz, até porque “é simpático ter uma mulher”.

Eles podem escolher uma mulher sem a menor competência, só porque é mulher, e podem também banir uma mulher porque é mulher, depende das circunstâncias. A deputada considera que entra também a questão da competência, mas muito mais o interesse das necessidades partidárias:

Para você ser nomeada para a mesa, para qualquer cargo de liderança, para você ser do baixo clero, do alto clero, você tem que estar afinada com os interesses do seu partido, com interesses do seu estado, do seu momento político daquela hora, então aí entra a questão do sexo, a questão do gênero, e o que manda é a conveniência.

A deputada Myriam Portella (64, PDS, PI) afirmou que era um colégio fechado e que a carta era marcada, e muito pouco cargo foi dividido com as mulheres. Considera que há discriminação embutida na vida partidária, que é ainda, segundo ela, muito fechada. Na sua opinião, a mulher chegou lá porque conseguiu voto, mas na vida partidária é muito difícil a mulher tomar decisões, pois as executivas são formadas praticamente só de homens.

A deputada Raquel Capiberibe (47, PMDB, PA) considera que nesse aspecto as mulheres ainda são discriminadas, especialmente pelos partidos. Quanto à escolha de lideranças, a deputada avalia que há muita discriminação com relação à mulher, que ela não sabe se é porque são poucas ou pelo fato de ainda não ter uma mulher na presidência da casa; ela considera que não é só porque são poucas, mas porque as oportunidades são menores.

- As mulheres não têm vez...

A deputada Raquel Candido (35, PFL, RO) disse que as condições não são igualitárias e o que prevalece é o tempo de casa:

Nós temos os caciques e a panela é fechada e vão deixando você ficar nas beiradas; as mulheres não têm vez, e como eles têm muito mais tempo de casa, eles pegam as viagens, representação nas embaixadas, passeios, e a fama da mulher é que ela fala muito, e realmente fala, agora o problema não é falar, é contra-atacar e reagir, então você não tem que esconder o jogo, tem que ter a capacidade de tirar a roupa de santa ou se preocupar para ficar parecida com eles.

A deputada Lúcia Braga (52, PFL, PB) acha que em política pesa muito o partido mais forte. Considera também que na questão do sexo a mulher nunca tem vez e sempre assumiu a condição de suplente.

- Política é coisa de homem...

Três deputadas consideram que política é coisa de homem e destacam o caráter masculino do poder.

- O homem está no cume e a mulher está na base...

A deputada Myriam Portella (64, PDS, PI) destaca que a política é, na sua opinião, “um espaço deliberadamente masculino”. Nos partidos, as dificuldades são muito grandes para a mulher ter acesso a cargos relevantes, porque existe, segundo ela, “uma hierarquia do poder”.

Desta forma:

A mulher pode ser vice-presidente, secretária, diretora, mas a presidência é uma figura masculina ainda, nos sindicatos, nos partidos, qualquer cargo de presidência ainda é muito pouco acessível às mulheres. Nas relações de poder do congresso, o homem está no cume e a mulher está na base...”

Para a deputada, é uma questão de fluxograma de poder: “é uma relação de poder e você não pode com a relação de poder, você vai tentando modificar, enfraquecer, estas relações de poder, mas elas existem...”

Na opinião da deputada Lídice da Mata “a política é masculina, o poder é masculino, a forma de atuação no poder é masculina, as questões que são consideradas do estado são consideradas masculinas...”

A deputada disse que o poder é sempre masculino e que não há nada tão difícil na estrutura de poder como os partidos políticos, que são extremamente fechados e machistas: “a estrutura é tão masculina de poder e nós somos tão poucas que naturalmente os exercícios nos postos mais importantes são masculinos”.

A deputada diz ter uma idéia de que elas deveriam deixar as férias para este período para que pudessem ir para as ruas e fazer uma campanha direta, de corpo a corpo. Na opinião da deputada:

É preciso considerar “a questão dos interesses, criar uma nova estratégia que incorpore também a questão do voto partidário, a fidelidade do voto partidário, a questão do programa a ser desenvolvido. Tem aqueles que votam também no programa e aquela outra consciência dos que votam no seu interesse específico. Enquanto nós disputamos apenas o voto consciente, o outro vai lá e pega o voto da simpatia, do carisma, não sei mais o quê.

A deputada Rita Furtado (40, PFL, RO) considera que uma das grandes dificuldades na atuação parlamentar diz respeito a conflitos de ideologia partidária. Ela não quis chamar de entraves porque, na sua opinião, “faz parte das circunstâncias da vida”.

A deputada relata que teve um momento, depois da abertura política, da eleição civil de Sarney, em que houve uma radicalização muito grande de esquerda e direita. Então: “você era rotulada de direitista, gente que compactuava com a ditadura, com os militares...”

No congresso, segundo ela, “era um caso ou outro, de um deputado mais agressivo, era um problema muito individualizado, mas ali dentro, isto pesava demais”. A esquerdização da constituinte, não serviu para nada”.

Comentando a questão do direito de saúde a todos, afirmou que isso nada significa, pois não foram criadas estratégias e mecanismos para que isto seja viável. Outra grande discussão, segundo ela, foi a questão da privatização, não privatização:

O pessoal de centro esquerda histórico com esta questão. A esquerda tem umas coisas interessantíssimas, pois no mandato anterior, a esquerda se juntou aos militares para votar a lei da informática. Na Constituinte, segundo ela, este aspecto da direita e da esquerda, filhos da ditadura, apareceu muito. E a Constituição, se você olhar, é cheia destas utopias do esquerdismo.

Neste quesito ficou evidenciado o caráter masculino do poder, a existência de critérios excludentes que privilegiam o sexo masculino na ocupação dos cargos de liderança, conforme relatado pelas deputadas constituintes entrevistadas. Ficou evidente também a influência dos partidos na escolha das lideranças, e particularmente nos partidos às deputadas revelam que a estrutura é ainda mais conservadora, havendo assim a discriminação com relação à mulher.

Bourdieu³⁸ ao discutir a violência simbólica argumenta que “a dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. (...) a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade, e, particularmente, às relações de poder em que se vêm envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica”.

Segundo Tabak³⁹, a militância num partido político se constitui numa forma elevada de participação política da mulher, quando comparada a outras formas de organização social ou da política institucional.

Os partidos políticos são instituições que visam diretamente ao poder, no qual se travam todas as lutas entre diferentes facções, interesses, correntes e doutrinas. É através dos partidos que a luta no campo político se apresenta de forma direta e explícita. Daí a

³⁸ BOURDIEU, P., 1999., *Op. cit.*

³⁹ TABAK, F. *A mulher brasileira no Congresso Nacional*. Obra premiada no 4º Concurso de Monografias para a Concessão do 4º Prêmio Poder Legislativo. Centro de documentação e informação, coordenação de publicações. Brasília, 1989.

importância da participação política da mulher nos partidos, como instrumento para redefinição de políticas públicas e introdução de mudanças substanciais na sua condição social, por meio de mudanças legais. É através dos partidos que a mulher pode ocupar espaços no Poder Legislativo, no Parlamento, em todos os níveis, e, dessa forma, assegurar a presença feminina no debate e na reformulação das leis que afetam, direta e indiretamente, a condição feminina, em cada momento histórico determinado e em uma determinada estrutura econômico-social e política.

Nas entrevistas, questionou-se também como foi a articulação das mulheres constituintes, particularmente da “bancada feminina” na Assembleia Nacional Constituinte. A atuação das deputadas constituintes enquanto “bancada feminina” se traduz em ações conjuntas na defesa dos interesses em relação aos direitos e às garantias da mulher.

Na articulação das mulheres constituintes, particularmente da “bancada feminina” na Assembleia Nacional Constituinte, três deputadas revelaram nas entrevistas que tiveram ações conjuntas durante o processo constituinte, e quatro delas ressaltaram que este envolvimento foi suprapartidário, com a principal ênfase na conquista dos direitos da mulher. A atuação suprapartidária das deputadas constituintes foi considerada, por uma delas, como o ponto alto da Constituinte. Três deputadas entrevistadas revelaram que o envolvimento suprapartidário contribuiu para o alcance das conquistas em relação aos direitos da mulher. Sete deputadas relataram que havia divergências ideológicas entre elas, as quais eram tratadas separadamente da “bancada feminina”, por não se tratar de assuntos de consenso. Nas questões que não eram de consenso do grupo, as deputadas buscavam apoio nos seus partidos para subsidiar as suas decisões. A discussão a respeito do aborto foi considerada por elas o tema mais polêmico e que não tinha unanimidade da bancada feminina.

As considerações das deputadas revelam o empenho e a dedicação delas em tratar das questões dos direitos da mulher e de consenso do grupo, em que as decisões, estratégias e deliberações eram tomadas de forma organizada, de modo a garantir resultados efetivos em suas conquistas.

As deputadas constituintes assumiram, portanto, a condição de representantes das mulheres, por meio de suas ações parlamentares, que transformaram a condição da mulher no país, e a denominação “bancada feminina” deu a elas uma identidade própria, que as destacavam no contexto parlamentar.

A deputada Maria de Lourdes Abadia (41, PFL, DF) relatou que graças à união de todas, independentemente do partido e ideologia, houve muitos avanços nas questões da mulher.

A deputada Myriam Portella (64, PDS, PI) considera que a mulher tem um senso do social muito grande, não importa a que partido ela pertença, tanto da direita como da esquerda. Para ela, o senso social da mulher é inato, bem como o traquejo; pelo fato de ela ser mãe, ela tem um sexto sentido, uma clarividência que é própria da mulher, e isso foi o grande elo entre as mulheres. A deputada revelou que havia algumas questões que separavam as mulheres, como a do aborto, então elas evitavam levar estas questões para as reuniões conjuntas:

A gente soube atuar em conjunto de modo muito inteligente e muito político. Nos tratávamos aquilo que tínhamos um ponto de vista comum. Aquilo que não tinha um ponto de vista comum, cada uma tratava pessoalmente, junto com seu partido, com outros grupos, questões como parlamentarismo, aborto, o restante a gente conseguia uma certa unidade. Eu acho que foi por isto as grandes conquistas sociais que nos conseguimos e que foi um trabalho muito forte.

A deputada Lúcia Braga (52, PFL, PB) declarou que foi o ponto alto da Constituinte as mulheres se juntarem suprapartidariamente, sempre fazendo reuniões, e conseguindo assim formar a bancada feminina: “nós obtivemos uma conquista grande de formarmos uma bancada suprapartidária”.

A deputada Benedita da Silva (44, PT, RJ) também ressaltou a atuação suprapartidária das mulheres, o que contribuiu muito para alcançar as conquistas em relação aos direitos da mulher.

Três deputadas avaliaram que, nas reuniões conjuntas entre as mulheres, foi dada prioridade às questões da mulher.

A deputada Eunice Michiles (57, PFL, AM) afirmou que houve reuniões conjuntas entre as mulheres e que elas defenderam muito as questões da mulher. Revelou que outros grupos de mulheres as procuraram também para tratar de diversos assuntos; tiveram também muita assessoria e manifestação de vários grupos, com suas idéias e bandeiras. Destaca que a discussão do aborto tomou muito tempo e foi bastante polêmica, mas com fatos muito positivos de um lado e de outro.

A deputada Rita Furtado (40, PFL, RO) revelou que as mulheres se juntavam para tratar das questões da mulher, mas ela, em particular, não participava das reuniões.

A deputada Lúcia Braga (52, PFL, PB) ressaltou que, quando se tratava das questões da mulher, todas se uniam, e com isso obtiveram conquistas significativas em relação à questão da mulher.

Sete deputadas revelaram que, apesar de trabalharem unidas, havia divergências ideológicas entre elas.

A deputada Rita Camata (25, PMDB, ES) recorda a participação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que, na sua opinião, teve um papel muito importante nesse processo. Relata que havia reuniões e definições de pauta que congregavam todas as mulheres. No entanto, em determinados assuntos, como o aborto, havia divergências ideológicas. Ela se lembra da participação da deputada Sandra Cavalcanti (61, PFL, RJ) nesta questão; segundo ela, foi uma matéria muito discutida dentro do Congresso e que não tinha unanimidade da “bancada feminina”. Nas reuniões, eram traçadas as estratégias de ação e “nas Comissões onde o assunto estava tramitando, depois na sistematização e depois no plenário, sem dúvidas foi um momento onde a bancada fez uma atuação extremamente decisiva”.

A deputada Anna Maria Rattes (47, PMDB, RJ) disse que a bancada agiu sempre muito unida. Recorda também os desentendimentos a respeito do aborto e a participação da deputada Sandra Cavalcanti (61, PFL, RJ) nessa questão: “às vezes a gente tinha que trabalhar muito para trazê-la, para convencê-la, mas fora esta questão do aborto até que ela fechou com a gente de uma forma amigável nas outras questões”.

A deputada Sandra Cavalcanti foi mencionada por duas deputadas como uma das que discordavam do aborto, o que causou conflitos entre elas.

A deputada ressaltava também a participação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que deu a elas um assessoramento e suporte técnico muito importante.

A deputada Sandra Cavalcanti (61, PFL, RJ) relatou que elas faziam o dever de casa de manhã e chegavam agitando na Constituinte, com a matéria estudada, e levavam sempre vantagem, em vários setores. Na opinião da deputada, foi um trabalho bonito, no qual as mulheres tiveram um papel muito especial: “em algumas coisas sim e em outras não; algumas colegas muito dominadas por ideologias traziam para os debates questões que não davam certo e eu não deixei, não deixei de um jeito que elas não entenderam”.

Aqui a deputada tenta se defender das polêmicas e situações de conflito que ela provocava entre elas.

A deputada Lídice da Mata (31, PC do B, BA) relata que elas constituíram uma bancada feminina considerada por ela uma grande conquista e que era a grande forma de atuação das mulheres, com ações conjuntas; eram unidas em articulação permanente com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e algumas organizações. Para a deputada, esta bancada era como um segundo partido:

Nós conseguimos agregar e negociar questões para que pudéssemos ser vitoriosas na Constituinte, então, uma pessoa que tinha uma atuação tão destacada como a Sandra Cavalcanti (61, PFL, RJ), no campo da direita, sem nenhum discurso feminista, para convivermos com ela e ter o apoio dela exigiu muito de nós; nós tivemos que conceder, nós que viemos de uma militância de esquerda e erradamente tínhamos posições que às vezes não correspondiam ao nível da luta, como por exemplo a questão do aborto, pensar numa legislação do aborto naquela circunstância teria sido errado, mesmo porque não há ainda um amadurecimento desta discussão no seio da sociedade; então decidimos deixar esta discussão para um momento posterior e manter na Constituição aquelas formas de aborto já permitidas no código penal, foi um avanço.

Nesse depoimento a deputada revela que os conflitos com a deputada Sandra eram de ordem ideológica: por esta ser de direita, confrontava com as posições da ala da esquerda. Para ter o apoio desta deputada as demais tiveram que fazer concessões

A deputada ressalta que havia muitas divergências ideológicas entre elas na área de direitos trabalhistas; por exemplo, tinha a Marluce Pinto, que era empresária da rede de petróleo, uma das poucas no País:

Ela e o marido os donos, praticamente, porque ele é um militar da aeronáutica, do território de Rondônia, ele era o interventor do Território no governo e tinham tanta força no Estado que os dois se elegeram deputados federais com as maiores votações do Estado e Marluce era uma empresária da área de petróleo, com toda cabeça de empresária, então foi muito importante esta convivência, a luta ideológica.

A deputada Raquel Capiberibe (47, PMDB, PA) relata que em todos os grandes temas que elas discutiam a respeito da questão da mulher, elas se reuniam. Na sua opinião, havia divergências porque tinha mulheres de todas as camadas sociais, empresárias, as quais, na hora de votar a licença gestante de 120 dias, batiam o pé: “nós discutíamos sempre juntas, com

estas diferenças até ideológicas que nos marcavam, mas a gente discutia com aquele compromisso de lutar conjuntamente”.

Na sua opinião, hoje é diferente, pois não se consegue mais união; até mesmo a esquerda não consegue se juntar. A deputada ressalta que eram minoria e como minoria conseguiram muitos avanços. Relata que discutiam até altas horas, 5 horas da manhã, e que chegavam em casa às 5h30 para tomar um banho, um café e voltar para o plenário às 9 horas, quase dormindo.

A deputada Raquel Cândido (35, PFL, RO) relata que elas se juntavam com muita dificuldade, devido às divergências, e que “no final prevalecia à duras penas a sabedoria, principalmente da Cristina Tavares...”

A deputada Lúcia Braga (52, PFL, PB) revelou que apenas a questão do aborto separava um pouco as mulheres, por convicções cristãs.

Young discute a questão da representação de grupos que na sua opinião se institucionaliza sob circunstâncias de opressão social e dominação. A autora argumenta que a representação de grupo maximiza o conhecimento expresso na discussão e, assim, promove uma sabedoria prática. Por outro lado, a livre expressão de necessidades concretas e interesses sob circunstâncias sociais onde os grupos são silenciados ou marginalizados, requer que eles tenham uma voz específica na deliberação e na tomada de decisão.

As deputadas revelaram em seus depoimentos que apesar das divergências que havia entre elas, da marginalização a que eram submetidas, elas buscavam estabelecer um consenso nas suas proposições, facilitando assim a deliberação de oportunidades para implementarem seus objetivos.

Rodrigues⁴⁰ fez uma pesquisa com os deputados constituintes, buscando identificar como eles se autodefinem ideologicamente. Os resultados dessa pesquisa evidenciam que os parlamentares evitam as posições mais radicais e se situam um pouco mais para a esquerda. Assim, as posições de esquerda e centro-esquerda correspondem a mais da metade da Constituinte, enquanto as posições de extrema direita, direita e centro-direita praticamente não aparecem. Rodrigues discute também, em seu trabalho, quais as motivações que envolvem as opções políticas das pessoas.

⁴⁰ RODRIGUES (1987), *op. cit.*

Interessa aqui analisar as orientações ideológicas da “bancada feminina” da Assembléia Nacional Constituinte, buscando identificar as correlações existentes entre a autodefinição política e alguns fatores, como faixa etária, regiões, partidos e as profissões. Para isso, os modelos apresentados por Rodrigues serão utilizados como referências para a análise dos dados obtidos, relativa a essas correlações.

Na autodefinição política das deputadas por faixa etária (Quadro 25) os resultados corroboram o quadro apresentado por Rodrigues (Quadro 26), no qual a maior proporção de deputados de centro-esquerda está na faixa de 40 a 49 anos (56%). Neste quadro, o maior número de deputadas de centro-esquerda está nessa faixa. A maior proporção de deputados de esquerda radical está na faixa com menos de 40 anos (9%). Neste quadro, a única deputada de esquerda radical está nesta faixa. Na proporção referente a deputados de centro, na tabela apresentada por Rodrigues, a maior proporção está na faixa entre 50 e 59 anos (43%), seguida da faixa de 60 anos ou mais (38%) e de 40 a 49 anos (37%). Neste quadro, o maior número de deputadas de centro está na faixa entre 40 e 49 anos.

Na autodefinição política das deputadas por região (Quadro 27), os resultados confirmam o quadro apresentado por Rodrigues (Quadro 28), que apresenta a maior proporção de deputados de centro-esquerda na região Sudeste. Nesta tabela, observa-se que o maior número de deputadas de centro-esquerda está na região Sudeste. As regiões Norte e Centro-Oeste apresentam a maior proporção de deputados de centro. Neste quadro, observa-se que o maior número de deputadas de centro está na região Norte. As regiões Nordeste e Sudeste apresentam as maiores proporções de deputados de esquerda radical. A única deputada de esquerda radical encontra-se na região Nordeste. Rodrigues argumenta que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste tendem a ter posições mais à direita do que as regiões Sudeste e Sul. Essas diferenças relacionam-se ao maior peso do PFL nas regiões menos desenvolvidas e do PMDB nas regiões mais desenvolvidas.

Considera-se, no entanto, que a legenda partidária não deve ser utilizada como critério absoluto para a definição do perfil ideológico das deputadas constituintes, uma vez que, de acordo com Tabak⁴¹, o programa partidário parece não ter sido determinante na escolha da legenda no momento anterior à eleição. Dessa forma, a definição ideológica das deputadas

⁴¹ TABAK (1989), *op. cit.*

deve ser buscada a partir de suas propostas pessoais ou nas posições assumidas por elas em relação às questões centrais que seriam tratadas na Constituinte.

Quadro 12 - Autodefinição política. Deputadas por faixa etária

Definição Política	Menos de 40	40 a 49	50 a 59	60 ou Mais
	----- % -----			
Centro	-	6	1	-
Centro-Esquerda	4	6	5	2
Esquerda Radical	1	-	-	-
Total	5	12	6	2

Fonte: Repertório Biográfico dos Deputados Constituintes. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989.

Quadro 13 - Autodefinição política. Deputados por faixa etária

Posição Política	Menor de 40	40 a 49	50 a 59	60 ou Mais
	----- % -----			
Direita Radical	-	-	-	-
Centro-Direita	8	3	6	12
Centro-Esquerda	54	56	46	48
Esquerda Radical	9	4	5	2
Total	92	184	107	42

Fonte: RODRIGUES, L.M. Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados. São Paulo: OESP-NALTESE, 1987.

Quadro 14 - Autodefinição política. Deputadas por região

Definição Política	Norte	Nordeste	C. Oeste	Sudeste
	----- % -----			
Centro	56	16	33	14
Centro-Esquerda	44	68	67	86
Esquerda Radical	-	16	-	-
Total	9	6	3	7

Fonte: RODRIGUES, L.M. Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados. São Paulo: OESP-NALTESE, 1987.

Quadro 15 - Autodefinição política. Deputados por região

Posição Política	Norte	Nordeste	C.-Oeste	Sudeste	Sul
	%				
Direita Radical	-	-	-	-	-
Centro-Direita	10	10	3	5	-
Centro	47	36	54	33	67
Centro-Esquerda	43	48	37	54	67
Esquerda Radical	-	6	6	8	1
Total	42	122	35	148	73

Fonte: RODRIGUES, L.M. Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados. São Paulo: OESP-NALTESE, 1987.

Quanto a autodefinição ideológica por profissão (Quadro 29), observa-se que a maioria das deputadas, independentemente de sua vinculação partidária, possui profissões intelectuais, como professoras, advogadas, médicas, economistas e assistentes sociais. O maior número de deputadas com essas profissões é de centro-esquerda. O quadro apresentado por Rodrigues (Quadro 30) mostra resultados divergentes desta tabela. A maior proporção de deputados de centro-esquerda está no grupo IV, e a maior proporção de deputados de centro encontra-se no grupo III. A maior proporção de deputados do grupo II é de centro-direita, e Rodrigues considera que isso já era de se esperar, pois é o grupo equivalente aos proprietários. Entre os deputados dos grupos II e III, a proporção dos esquerdistas, embora bastante elevada (44%), é superada pela soma dos direitistas e centristas. Uma observação feita pelo autor é de que os partidos de esquerda tendem a se fortalecer à medida que se passa dos Estados menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos. Dessa forma:

a expansão do capitalismo e da sociedade moderna não vem resultando em correspondente avanço político dos setores empresariais e dos proprietários privados, mas vem beneficiando, principalmente – ao tornar a sociedade mais complexa e mais necessitada de conhecimentos especializados – os grupos profissionais de alta capacitação educacional e técnica⁴².

⁴² RODRIGUES (1997), op. cit, p.105.

Quadro 16 - Profissão e autodefinição política. Deputadas por região

Definição Política	Grupo I Profissões Intelectuais	Grupo II Empresários	Grupo III Servidores Públicos	Grupo IV Profissões de Nível Médio
	_____ % _____			
Centro	20	100	100	50
Centro-Esquerda	75			50
Esquerda Radical	5			
Total	20	2	1	2

Fonte: Repertório Biográfico dos Deputados Constituintes. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989.

Quadro 17 - Profissão e autodefinição política. Deputados

Autodefinição	Grupo I Profissões Intelectuais	Grupo II Empresários Urbanos e Rurais	Grupo III Servidores Públicos	Profissões Manuais ou de Nível Médio
	_____ % _____			
Direita Radical	-	-	-	-
Centro-Direita	1	11	6	-
Centro	32	44	50	20
Centro-Esquerda	59	44	44	70
Esquerda Radical	8	1	-	10
Total	212	135	50	10

Fonte: RODRIGUES, L.M. Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados. São Paulo: OESP-NALTESE, 1987.

Rodrigues em seu trabalho investigou a posição dos deputados constituintes em relação ao sistema econômico e reforma agrária (Quadro 31)

Em relação às deputadas constituintes, os resultados dessa pesquisa mostram que não havia um consenso entre estas deputadas nesses aspectos. Com relação à reforma agrária, dez deputadas se manifestaram a favor de uma reforma agrária radical capaz de mudar a estrutura fundiária e corrigir as injustiças sociais; 11 delas defendem que a reforma agrária deve atingir apenas as propriedades não produtivas; e as demais não tinham uma posição definida em relação a esse aspecto.

A “bancada feminina”, no entanto, buscou um consenso em relação à reforma agrária e enviou um manifesto ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

*A realização da Reforma Agrária pela implementação de uma ampla democratização do acesso a terra. Por uma política agrícola que atenda ao pequeno e médio produtor e às necessidades básicas da população brasileira*⁴³.

As deputadas filiadas aos partidos com clara definição ideológica (PT, PC do B e PSB) tinham uma postura definida, defendendo uma reforma agrária radical.

Tabak destaca que, em função dos discursos e declarações dadas à imprensa, as deputadas teriam uma postura mais progressista em relação aos principais problemas do país. Mas isso, segundo a autora, não implica afirmar que as deputadas, ou algumas delas, dariam seu apoio efetivo às propostas mais “revolucionárias”, ou seja, “capazes de promover mudanças reais na estrutura econômica e social do país”⁴⁴

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)⁴⁵, em sua publicação “Quem foi quem na Constituinte”, apresenta dados referentes às posições assumidas pelos deputados e deputadas em relação a temas de ordem econômica, reforma agrária, cinco anos para Sarney, direito ao voto com dezesseis anos de idade, entre outros. O Quadro 32 mostra as posições assumidas pelas deputadas constituintes.

⁴³ TABAK (1989), *op. cit.*

⁴⁴ *Ibid.*, p.132.

⁴⁵ DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar). *Quem foi quem na Constituinte*: nas questões de interesse dos trabalhadores. São Paulo: Cortez/Oboré, 1988.

Quadro 18 - Dados biográficos e tendências políticas

Deputadas	Descrição
MARIA ABIGAIL FREITAS FEITOSA (PMDB)	Cearense, 56 anos, casada, um filho. É médica (ginecologista e obstetra) formada pela Universidade Federal da Bahia. Defende um sistema econômico, totalmente estatizado com a substituição das multinacionais por empresas nacionais. É favorável também a uma reforma agrária profunda, destinada a eliminar as injustiças sociais do campo brasileiro. Feminista, militou no MDB e elegeu-se deputada estadual pelo PMDB nas eleições de 1982. Como deputada federal estréia com 34.821 votos, classificando-se entre os políticos de esquerda radical.
ANNA MARIA MARTINS SCORZELLI RATTES (PMDB)	Fluminense, 47 anos, casada, três filhos. Advogada formada pela Faculdade de Direito de Valença, no Rio. O sistema econômico que preconiza para o País é aquele que divida, em condições de igualdade, as responsabilidades entre o Estado e a iniciativa privada, ficando o primeiro com a tarefa de regular a ação das multinacionais - estas devem ser restritas aos setores onde o capital nacional não tenha condições de entrar. O projeto de reforma agrária que defende é radical, capaz de mudar a estrutura da propriedade rural. É casada com o ex-prefeito de Petrópolis, Paulo Rattes, que coordenou a campanha de Wellington Moreira Franco ao governo do Estado. Foi secretária de Apoio Comunitário na gestão de seu marido em Petrópolis (1983-1986), onde também integrou a Comissão de Direitos Humanos juntamente com o frei Leonardo Boff (teórico da Teologia da Libertação, bastante contestado pela ala conservadora da Igreja Católica). Classifica-se como de esquerda.
BENEDITA SOUZA DA SILVA SANTOS (PT)	Carioca, 44 anos, casada, seis filhos. Auxiliar de enfermagem, assistente social formada pela Faculdade de Serviço Social do Rio de Janeiro (atual Veiga de Almeida). Considerou-se de esquerda.
BETH (ELIZABETH) AZIZE (PSB)	Amazonense, 43 anos, solteira. Advogada e jornalista. Foi procuradora jurídica em Manaus (1971-1976). É formada pela Faculdade de Direito do Amazonas, tendo estudado também na Universidade de Lisboa. Acha que o melhor para o País seria uma economia em que as estatais e o Estado constituíssem o setor principal, sem, contudo se eliminar a participação da economia de mercado. No seu entender, o capital estrangeiro e as multinacionais devem ter sua atuação limitada a alguns setores nos quais o capital nacional não consiga instalar-se. Julga necessária uma reforma agrária radical para mudar a estrutura da propriedade rural brasileira. Foi eleita pela primeira vez para a Câmara Federal com 17.325 votos, já foi vereadora em Manaus (1976-1982) pelo MDB, deputada estadual (1982-1986) pelo PMDB. Considerou suas posições políticas de centro-esquerda.

Deputadas	Descrição
BETH (ELIZABETE) MENDES DE OLIVEIRA (PMDB)	Paulista, 37 anos, casada, sem filhos. Atriz. Estudante de Ciências Sociais na USP deixou o curso para entrar na luta armada em 1969. Foi presa e torturada, segundo acusa, pelo Coronel Brilhante Ustra, do Doi-Codi. É favorável a um sistema econômico com divisão de responsabilidades entre estatais e empresas privadas. Quer limitar a ação do capital estrangeiro e das multinacionais para beneficiar empresas brasileiras. Defende uma reforma agrária radical. Eleita deputada federal em 1982, pelo PT, deixou partido para votar em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Ingressando no PMDB, reelegeu-se em 1986, contando principalmente com o apoio de Orestes Quêrcia. Teve 58.019 votos, mas não estará entre os constituintes pois aceitou sua nomeação para a Secretaria da Cultura do Estado. Considerou-se de esquerda.
DIRCE MARIA TUTU VALLE QUADROS (PTB)	Paulista, 42 anos, casada pela segunda vez, seis filhos. Bióloga, doutora em Citologia pela Universidade do Texas, EUA. Uma economia de mercado com a participação mínima do Estado e com a presença de capitais estrangeiros e multinacionais é a fórmula que defende no plano econômico. Aceita a reforma agrária em terras não produtivas. Filha do ex-presidente da República e atual prefeito de São Paulo, Jânio da Silva Quadros, e recém casada com seu secretário de Planejamento, Marco Antônio Mastrobuono, foi eleita pelo inexpressivo PSC, auxiliada pelo sobrenome do pai. No seu currículo, ostenta o cargo de assessora do ex-senador José Sarney, quando este era presidente do PDS. Disputou agora sua primeira eleição e obteve 34.228 votos. Declarou-se de centro.
IRMA ROSSETO PASSONI (PT)	Catarinense, 43 anos, casada, dois filhos. Professora do ensino público, formada pela Faculdade Nossa Senhora Medianeira e Faculdades metropolitanas Unidas. É a favor de um regime econômico cujos serviços básicos, incluindo as questões do subsolo e dos minérios, sejam garantidos pelo Estado ocupando-se a iniciativa privada do restante da economia. Deseja uma reforma agrária capaz de mudar a estrutura da propriedade rural brasileira. Com relação às multinacionais, considera que são prejudiciais para o País. Ligada às Comunidades Eclesiais de Base, elegeu-se deputada estadual em 1978 pelo MDB com votos obtidos em grande parte na região de Santo Amaro, zona sul de São Paulo, onde liderou o Movimento Contra a Carestia. Na reforma partidária, passou para o PT, elegendo-se deputada federal em 1982 e reelegendo-se agora com 22.166 votos. Definiu-se como de esquerda, mas rejeitou o adjetivo radical. Definiu-se como de esquerda.
LÍDICE DA MATA E SOUZA (PC do B)	Baiana, 31 anos, casada, um filho. Economista formada pela Universidade Federal d Bahia. É a favor de um sistema econômico totalmente estatizado. Em sua opinião, as multinacionais devem ser eliminadas da economia nacional. Considera necessária uma reforma agrária radical capaz de mudar a estrutura fundiária e corrigir injustiças sociais. Foi presidenta d Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal da Bahia. Em 1982, foi eleita vereadora em Salvador pelo PMDB e liderou a bancada na Câmara Municipal. Vai para a Câmara Federal pela primeira vez com 36.450 votos. Definiu suas posições políticas como de esquerda radical.

Deputadas	Descrição
ANTONIA LÚCIA NAVARRO BRAGA (PFL)	Paraibana, 52 anos, casada, dois filhos. Assistente Social e Bacharel em Direito, formada pela Faculdade de Serviço Social da Paraíba e pela UDF de Brasília. Presidiu a Fundação Social do Trabalho (órgão subordinado ao governo estadual) de 1982 a 1986. Acha que as empresas estatais e o Estado devem constituir o setor principal da economia brasileira sem eliminar, contudo, a participação da economia de mercado. Entende que as multinacionais têm um papel negativo e que, na medida do possível, deveriam ser substituídas por empresas nacionais. Acha que uma reforma agrária radical é necessária para alterar a estrutura da propriedade rural brasileira. Eleita pela primeira vez para uma função legislativa (92.324 votos). Definiu-se como de centro-esquerda.
LÚCIA VÂNIA ABRÃO COSTA (PMDB)	Goiana, 42 anos, casada, tem três filhos. É formada em jornalismo pela Universidade Federal de Goiás, fez pós-graduação em Ciências Políticas em Oxford. Ocupou cargo de confiança no governo de seu marido, Irapuan Costa Junior. Defende para o Brasil um sistema econômico com uma equilibrada distribuição de responsabilidades entre empresas estatais e privadas, ficando o capital estrangeiro com atuação reservada aos setores que o nacional não pode ocupar. Com relação à reforma agrária, acha que as propriedades produtivas não devam ser atingidas. Declarou-se de esquerda.
MÁRCIA KUBISTCHEK (PMDB)	Mineira, 43 anos, três filhos, casada com o bailarino Fernando Bujones, é filha do ex-presidente Juscelino. Jornalista, formada pela PUC do Rio de Janeiro, foi responsável pelo escritório da EMBRATUR em Nova York. Acha que o sistema econômico mais adequado para o Brasil seria aquele que permitisse um correto equilíbrio entre participação do Estado e das empresas privadas, aí incluídas as multinacionais, cujas atividades no País, avalia positivamente. Considera necessária uma reforma agrária restrita às propriedades não produtivas. Quarta colocada nas últimas eleições, com 22.746 votos, apoiada pelo governador local, José Aparecido, Márcia Kubistschek entra em seu primeiro mandato político, apesar de ter militado no PDS, com Juscelino, e no MDB. Indicou o centro como sua posição política.
MARIA DE LOURDES ABADIA (PFL)	Goiana, 41 anos, desquitada, não tem filhos. Assistente Social formada pela Universidade de Brasília ocupou, entre 1985 e 1986, o cargo de diretora executiva da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal. Antes, foi por 14 anos administradora regional da cidade satélite de Ceilândia. Acha que reforma agrária deve ser radical para a mudança da estrutura da propriedade rural no Brasil e para corrigir as injustiças sociais. Considera possível a convivência do capital estatal com a iniciativa privada, preferindo um sistema econômico que distribua equitativamente as responsabilidades entre as empresas estatais e privadas. Já o capital estrangeiro e multinacional devem ter sua atuação restringida aos setores não ocupados pelo capital nacional. Esta foi a sua primeira campanha eleitoral, na qual obteve a Segunda colocação com 40.016 votos. Considerou-se de esquerda moderada.

Deputadas	Descrição
MARIA LÚCIA MELLO DE ARAÚJO (PMDB)	Paraibana, 51 anos de idade, dois filhos, viúva do primeiro governador eleito no Acre, em 19662, Augusto de Araújo, cassado em 1964. Professora primária formada pela Faculdade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro. Presidiu a Fundação de Bem Estar do Menor. Acha mais adequada para o país uma economia n qual as estatais e o Estado constituam o setor principal, sem, contudo suprimirem a economia de mercado. Avalia negativamente o papel das multinacionais e economia brasileira. Concorda com a necessidade da reforma agrária, desde que distribuição de terras se limite às propriedades não produtivas. Foi suplente de deputado federal, cassada Quando exercia seu mandato (1966-1968). Prima do governador eleito de seu Estado, volta à Câmara dos Deputados com 66.973 votos. Definiu suas posições políticas como sendo de centro.
MARIA MARLUCE PINTO (PTB)	Cearense, 43 anos, casada, uma filha. Declarou-se partidária de um sistema econômico com equilíbrio divisão das atividades entre os setores publico e privado, sem a concorrência das multinacionais. A reforma agrária que defende não atinge as propriedades produtivas. Vinda do PDS, como o marido, o ex-governador do território e deputado federal Ottomar Pinto, estréia na Câmara pelo PTB com 2.732 votos. Considerou-se de centro.
MOEMA CORRÊA SÃO THIAGO (PDT)	Mineira, 41 anos de idade, viúva, sem filhos. Socióloga e advogada trabalhista do Sindicato dos Médicos do Estado, formada pela Universidade Federal do Ceará. Exerce sua primeira função legislativa. Foi líder estudantil no CE na década de 60; após um período na clandestinidade, exilou-se em 1970 e voltou ao Brasil em 1979, depois de Ter estado no Chile, em Cuba, Portugal e outros países. Preconiza um sistema econômico em que haja distribuição equitativa de responsabilidades entre as estatais e as empresas privadas com a atuação das multinacionais limitada às propriedades improdutivas. Esta é a primeira vez que assume uma função legislativa. Vai para a Constituinte com 1.472 votos. Considerou-se de centro-esquerda.
MYRIAM NOGUEIRA PORTELLA NUNES (PDS)	Fluminense, 64 anos, mulher do ex-governador Lucídio Portella, cinco filhos. Advogada formada pela Universidade Federal do Piauí e funcionária federal por concurso público. Trabalhou no TRT do Piauí (1965-1985). Ex-presidenta da Comissão de Assistência Comunitária no governo de Lucídio Portella. Julga que a intervenção do Estado na economia deve ser a menor possível e que o capital estrangeiro não deve entrar nos setores em que a iniciativa brasileira pode operar. É pela reforma agrária, com ressalvas: que a distribuição de terras se limite às propriedades não produtivas e que se altere a estrutura fundiária para corrigir injustiças sociais, "mas sem radicalismos". Este é o primeiro cargo legislativo que exerce. Em 1985, concorreu à Prefeitura de Teresina pelo PDS, mas foi derrotada. Foi eleita para a Assembléia Constituinte com 26.956 votos. Definiu-se de centro-esquerda.

Deputadas	Descrição
RAQUEL CANDIDO E SILVA (PFL)	35 anos, solteira. Técnica de saúde e professora. Foi vereadora em Porto Velho pelo PMDB, onde se destacou apoiando a luta a favor da construção de moradia para as populações pobres. Depois passou para o PFL, conseguindo se eleger deputada federal com 12.734 votos. Considerou-se de centro.
RAQUEL CAPIBERIBE DA SILVA (PMDB)	Paraense, 47 anos, casada. Professora e orientadora pedagógica, formada pela Universidade do Pará. Defender um sistema econômico com participação equilibrada das empresas estatais e privadas nacionais e sem a participação do capital estrangeiro, cuja presença no País avalia negativamente. Para o setor rural, defende uma reforma agrária radical. Oriunda do PTB foi eleita em 1985, pelo PMDB, vice-prefeita de Macapá, estreando na Câmara Federal com 4.754 votos e incluindo-se entre as forças políticas do centro.
RITA DE CÁSSIA PASTE CAMATA (PMDB)	Capixaba, 25 anos, casada, uma filha, jornalista formada pela Universidade Federal do Espírito Santo. Em sua opinião, o capital estrangeiro e as multinacionais devem ter sua atuação limitada aos setores em que o capital nacional não tenha condições de se instalar. É a favor de uma reforma agrária radical capaz de mudar a estrutura fundiária. Não se pronunciou sobre o sistema econômico que considera mais adequado para o País. É mulher do ex-governador de seu Estado, Gerson Camata. Só começou a fazer política depois de casada. Lançada sua candidatura pelo marido, a última hora, recebeu a maior votação de seu Estado (136.031 votos). Definuiu-se como de centro-esquerda.
RITA ISABEL GOMES FURTADO (PFL) (EX-PDS)	Fluminense, 40 anos, casada, duas filhas. Formada em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo e em Jornalismo (Rádio, Cinema e TV) pela Universidade de Brasília. Ex-superintendente das emissoras de rádio da Amazonas, da Radiobrás. No plano econômico, tem posições liberais, desejando um mínimo de intervencionismo estatal. Avalia positivamente o papel do capital estrangeiro em nosso País e é favorável a medidas visando a atrair novos investimentos externos. Aceita uma reforma agrária que se limite às terras de propriedade não produtivas. Em 1982, foi eleita deputada federal pelo PDS. Volta novamente, à Câmara Federal, agora pelo PFL, com 32.223 votos, numero expressivo em relação ao eleitorado de Rondônia. Politicamente, considerou-se de centro.
ROSE ROSILDA DE FREITAS (PMDB)	Mineira, 37 anos, divorciada, dois filhos. É radialista e agrimenssora. Prefere para o País um sistema econômico com equilíbrio entre empresas estatais e privadas, onde o capital estrangeiro tenha a sua ação limitada aos setores em que o capital nacional esteja impossibilitado de atuar. Quanto à reforma agrária, quer um projeto radical para alterar a estrutura fundiária. Contando com sua popularidade como radialista, elegeu-se deputada estadual pelo PMDB, em 1982, sendo a única deputada na Assembléia Legislativa. Participou intensamente da campanha pela Anistia e é considerada feminista. Em 1985, disputou na convenção do seu partido, a indicação para concorrer à prefeitura de Vitória, sendo derrotada por Hermes Laranja. Elegeu-se deputada federal com 36.132 votos. Considerou-se de centro-esquerda.

Deputadas	Descrição
SADIE RODRIGUES HAUACHE (PFL)	Amazonense, 51 anos, casada, cinco filhos. Jornalista e ex-proprietária da TV Ajuricaba de Manaus, formada pela Faculdade do Amazonas. Defende uma economia predominantemente de mercado, com a menor participação possível do Estado. Em 1982, tentou, sem êxito, eleger-se senadora pelo PDS. Desta vez, para Câmara, foi eleita, pela primeira vez, com 16.813 votos. Discorda das classificações políticas em termos de direita e esquerda e não quis emitir sua opinião sobre o capital estrangeiro e a reforma agrária nos termos em que a questão foi colocada. Declarou-se de centro.
SANDRA MARTINS CAVALCANTI (PFL)	Paraense, 61 anos, solteira. Professora de Português e Literatura Brasileira, formada em Letras Clássicas pela PUC do Rio de Janeiro. Defende um sistema econômico com adequada divisão de responsabilidades entre as empresas estatais e privadas, com as multinacionais atuando somente nos setores em que o capital nacional não possa ocupar. Considera necessária a reforma agrária, mas restrita às terras não produtivas. Começou sua carreira política como vereadora, no antigo distrito federal, eleita pela UDN em 1954 e em 1958. Em 1960, elegeu-se deputada estadual pelo mesmo partido. Em 1962 a 1964, no governo Carlos Lacerda, foi secretária de Serviços Sociais. Em 1964, fundou e foi a primeira presidenta do BNH, permanecendo no cargo até o ano seguinte. Em 1965, fez um curso especial de formação em jornalismo televisivo, na CBS e trabalhou na extinta rede Tupi. Nas eleições de 1974, foi eleita deputada estadual pela arena e em 1978 foi candidata derrotada ao Senado. Em 1982, disputou o governo do Estado do Rio de Janeiro pelo PTB. Foi a deputada mais votada pelo PFL do RJ, em 1986, 137.595 votos. Defende como de centro.
WILMA MARIA DE FRIA MAIA (PDS)	41 anos, casada com o senador Lavoisier Maia Sobrinho, quatro filhos. Professora universitária, formada pela Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Eleita pela primeira vez para a função legislativa (143.583 votos). Ex-secretária estadual do Trabalho e Bem Estar Social (1982-1986). Também ocupou cargos públicos nos governos municipal e federal. Considera que seria mais adequado para o País, um sistema em que as empresas estatais e o Estado formassem o setor principal, sem, contudo, eliminar participação de empresas privadas. Acha que, na medida do possível, o capital estrangeiro deveria dar lugar à empresas brasileiras. Aceita uma reforma agrária desde que não se distribuam terras das propriedades produtivas. Considerou-se de centro.

Fonte: RODRIGUES, L.M. Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados. São Paulo: OESP-NALTESE, 1987.

As deputadas, em sua maioria (23), foram avaliadas, e as notas a elas atribuídas, bem como informações adicionais sobre a atuação delas, podem ser verificadas no Quadro 33. Observa-se que cinco deputadas obtiveram a nota máxima nos dois turnos de votação. Oito deputadas, no entanto, obtiveram nota abaixo da média, e uma delas obteve zero nos dois turnos. Neste quadro pode-se observar a diversidade de posições entre elas nos aspectos

analisados. Isso revela as diferenças ideológicas entre as deputadas, bem como as diferentes concepções nos campos político e social. Duas delas foram consideradas conservadoras; quatro delas foram consideradas parlamentares atuantes; dez delas votaram a favor dos movimentos populares e sindicais; cinco delas se mostraram signatárias do centrão, votando contra a reforma agrária, a favor de cinco anos para Sarney, contra a participação popular no processo legislativo, contra a proteção da empresa nacional e nacionalização do subsolo; uma delas foi a única com nota dez em seu Estado, atuando em consonância com os movimentos populares e sindicais na Constituinte; uma delas não votou sequer em uma das propostas dos trabalhadores, dos movimentos sociais e sindicais da Constituinte; uma delas surpreendeu votando a favor das propostas de esquerda; uma delas mostrou independência do marido nas questões sociais e populares; outra também surpreendeu positivamente, demonstrando sensibilidade social e votando a favor dos pleitos dos movimentos populares e sindicais; uma delas foi considerada uma parlamentar de boa formação intelectual e teve atuação destacada na Constituinte pela defesa de propostas sociais, democráticas e populares; e uma delas também assumiu o pleito dos movimentos populares e sindicais com destaque para a defesa das minorias. Vale ressaltar que, mesmo nas propostas relativas a direitos e garantias da mulher, havia divergências entre elas. Na questão relativa à licença maternidade de 120 dias, por exemplo, foi denunciado por uma das deputadas entrevistadas que a deputada Marluce Pinto votou contra esta proposta devido a interesses econômicos, por ser uma empresária. A questão relativa ao aborto foi a mais polêmica e não obteve consenso na “bancada feminina”. Isso demonstra que somente a condição de mulher não foi suficiente para justificar a formação de um grupo de interesse dentro do Congresso Nacional Constituinte, considerando a diversidade de posições e interesses de cada uma delas.

Quadro 19 - Perfil político e atuação parlamentar das deputadas constituintes

Nome das Deputadas	Atividades Parlamentares
Abigail Feitosa	
Anna Maria Rattes	Parlamentar de boa formação intelectual, em sua atuação na Constituinte destacou-se pelas defesas de propostas sociais, democráticas e populares. Assim votou a favor do direito de iniciativa popular no processo legislativo e disse sim ao direito de voto aos 16 anos. É parlamentarista e votou contra os cinco anos para Sarney. Apoiou a nacionalização das reservas minerais e disse sim à reforma agrária. Filiou-se ao PSDB.
Nome das Deputadas	Atividades Parlamentares
Benedita da Silva	Definiu suas posições políticas como de esquerda moderada. Assumiu os pleitos dos movimentos sindicais e populares com destaque para os direitos das minorias. Assim, combateu a discriminação racial e apoiou o direito de iniciativa popular do processo legislativo. Disse não aos cinco anos para Sarney e apurou o direito de voto aos dezesseis anos. Votou a favor da reforma agrária.
Beth Azize	Única 10 do Estado, Beth Azize atuou em consonância com os movimentos populares e sindicais na Constituinte. Defendeu a estatização dos bancos, proteção à empresa nacional, nacionalização do subsolo, tabelamento dos juros e o sistema parlamentarista de governo. Disse sim à licença paternidade, ao direito de iniciativa popular, a favor da reforma agrária e não aos cinco anos para Sarney.
Beth Mendes	Em seu mandato anterior, foi muito atuante. Eleita para o seu segundo mandato, agora pelo PMDB, não participou dos trabalhos Constituintes em razão de sua nomeação para a Secretaria de Cultura do Governo de São Paulo. Foi substituída pelo suplente Hélio Rosas. Classifica suas posições políticas como de esquerda moderada. Tem compromissos como a reforma agrária.
Cristina Tavares	
Dirce Tutu Quadros	Em sua atuação na Constituinte, surpreendeu por ter assumido e votado a favor das propostas da esquerda. Assim, apoiou o direito da iniciativa popular no processo legislativo e o direito de voto aos dezesseis anos. Votou a favor da Reforma Agrária e da proteção da empresa nacional. É parlamentarista e votou contra os cinco anos de Sarney.
Eunice Michiles	Sua atuação foi nitidamente conservadora. Na Subcomissão e Comissão de que fez parte, discordou da postura dos relatores, ambos afinados com os interesses dos movimentos sindical e popular. Como signatária do centrão, votou contra a participação da sociedade na elaboração de leis, contra o direito de sindicalização para o servidor público, contra a reforma agrária e a favor de cinco anos para Sarney.

Nome das Deputadas	Atividades Parlamentares
Irma Passoni	Parlamentar atuante, foi defensora intransigente da Reforma Agrária. Votou a favor do direito de iniciativa popular no processo legislativo e apoiou o direito de voto aos dezesseis anos. É presidencialista e votou contra os cinco anos para Sarney. É nacionalista e votou a favor da nacionalização das riquezas minerais e apoiou a proteção da empresa nacional. Defendeu o direito de sindicalização do servidor público.
Lídice da Mata	Deputada atuante, teve papel importante na defesa das teses feministas, sindicais e populares. Parlamentarista, apresentou inúmeras emendas restringindo o papel dos militares na organização do Estado. Propôs a criação do Ministério da Defesa em substituição aos quatro existentes. Favorável ao voto aos dezesseis anos, votou a favor da nacionalização do subsolo. Votou contra os cinco anos para Sarney.
Lúcia Braga	Em sua atuação na Constituinte, teve postura nacionalista. Disse sim à proteção da empresa nacional e votou a favor da nacionalização do subsolo. Votou a favor da participação popular no processo legislativo e disse sim ao direito de voto aos dezesseis anos. Presidencialista, votou contra os cinco anos para Sarney. Votou a favor da reforma agrária. Declarou-se de centro-esquerda.
Lúcia Vânia	Em sua atuação na Constituinte, teve aparentemente independência do marido nas questões sociais e populares. No plano econômico, votou tudo com o centrão. Disse não à proteção da empresa nacional, à nacionalização do subsolo e ao tabelamento dos juros. Parlamentarista, disse sim ao direito de voto aos dezesseis anos, votou contra a reforma agrária.
Márcia Kubitschek	Parlamentar governista, em sua atuação foi orientada pelo centrão, grupamento conservador que ajudou a fundar. Votou contra o mandado de segurança coletivo, absteve-se no direito de greve para o servidor público e fugiu do plenário na votação da reforma agrária. Foi acusada de Ter atuado contra as eleições para o GDF no ano de 1988. Disse não à nacionalização do subsolo e disse sim à proteção da empresa nacional. A favor dos cinco anos para Sarney.
Maria de Lourdes Abadia	Em sua atuação, surpreendeu positivamente. Demonstrou sensibilidade social e votou a favor dos pleitos dos movimentos populares e sindicais. No plano econômico, defendeu a proteção da empresa nacional, disse sim à nacionalização do subsolo e ao tabelamento dos juros. Parlamentarista, votou a favor da reforma agrária e contra os cinco anos para Sarney.
Maria Lúcia	Sua atuação na Constituinte, foi coerente com seu discurso. Com uma postura própria como alguém de centro, ficou dividida quanto aos direitos dos trabalhadores, ora votando contra, ora a favor. Foi signatária de propostas do centrão, embora tenha votado diferente desse grupamento conservador em questões essenciais como: nacionalização do subsolo, defesa da empresa nacional e reforma agrária. A favor de cinco anos para Sarney.

Nome das Deputadas	Atividades Parlamentares
Marluce Pinto	Em sua atuação na Constituinte, votou majoritariamente com o centrão. Disse não à proteção da empresa nacional, embora tenha votado a favor da nacionalização do subsolo. Votou a favor do tabelamento dos juros mas disse não à Reforma Agrária. Apoiou o direito da iniciativa popular no processo legislativo e votou pelos cinco anos para Sarney.
Myriam Portella	Classificou suas posições políticas como de centro-esquerda e em sua atuação na Constituinte, surpreendeu positivamente. Autora da proposta de participação popular no processo legislativo, disse sim ao direito de voto aos dezesseis anos. É parlamentarista e votou contra os cinco anos para Sarney. Apoiou o direito de sindicalização do servidor público e votou a favor da reforma agrária. Disse sim à nacionalização do subsolo.
Moema São Thiago	Parlamentar atuante, classificou suas posições políticas como de centro-esquerda. Assim, votou a favor da participação popular no processo legislativo e disse sim ao direito de voto aos dezesseis anos. Parlamentarista, votou contra os cinco anos para Sarney. É nacionalista e votou a favor da proteção da empresa nacional e da nacionalização do subsolo. Defendeu e votou a favor da reforma agrária.
Raquel Cândido	Parlamentar atuante, votou a favor da participação popular no processo legislativo e o direito de voto aos dezesseis anos. É presidencialista e votou contra os cinco anos para Sarney. Nacionalista, defendeu e votou a favor da proteção da empresa nacional, e sobretudo se empenhou na nacionalização da mineração. Tem compromissos com a Reforma Agrária.
Raquel Capiberibe	Sua atuação na Constituinte, se voltou para as conquistas democráticas e sociais. No plano econômico, votou a favor da proteção da empresa nacional, da nacionalização do subsolo, do tabelamento dos juros e da reforma agrária. Parlamentarista, teve papel importante na votação dos direitos dos trabalhadores e dos instrumentos de participação popular. Disse não aos cinco anos para Sarney. Foi a mais progressista da bancada do Amapá.
Rita Camata	Teve uma atuação destacada na Constituinte. Contrária à legalização do aborto, defendeu com empenho a licença maternidade de 120 dias. É favorável a que as verbas públicas se destinem só às escolas públicas. Votou a favor da proteção da empresa nacional e da nacionalização do subsolo. A favor da participação popular, disse sim ao direito de voto aos dezesseis anos e contra os cinco anos para Sarney.
Rita Furtado	Em sua atuação na Constituinte, não consta um voto sequer em favor dos trabalhadores ou dos movimentos populares e sociais. Uma das fundadoras do centrão, votou contra a participação popular no processo legislativo, disse não à proteção da empresa nacional e votou contra a nacionalização do subsolo. Defensora do capital estrangeiro e da UDR. Votou contra a reforma agrária e a favor de cinco anos para Sarney.

Nome das Deputadas	Atividades Parlamentares
Rose de Freitas	Parlamentarista, de perfil nacionalista, defendeu as propostas de movimentos sindicais e populares, notadamente até a fase da sistematização. Por problemas de saúde em sua família, esteve ausente em votações importantes. Com 100% de votos favoráveis aos trabalhadores, disse sim à participação popular e ao direito de voto aos dezesesseis anos. Votou a favor do tabelamento dos juros e contra os cinco anos para Sarney.
Sadie Hauache	Empresária do setor de comunicações, sua atuação na Constituinte foi nitidamente conservadora. Contrária à reforma agrária, à proteção da empresa nacional e ao tabelamento dos juros, votou pela cartilha do centrão que ajudou a fundar. É privatista e defende uma economia de mercado pura, sem qualquer intervenção do Estado.
Sandra Cavalcanti	Parlamentar atuante, votou contra o presidencialismo e disse não aos cinco anos para Sarney. Apoiou o direito de iniciativa popular do processo legislativo e o direito de voto aos dezesesseis anos. Votou a favor da reforma agrária no primeiro turno e contra no segundo. Absteve-se quanto à nacionalização do subsolo. Disse sim ao direito de sindicalização do servidor público.
Wilma Maia	Parlamentar atuante, surpreendeu pela defesa intransigente dos direitos sociais dos trabalhadores e da aposentadoria para as donas de casa. Votou a favor da participação popular do processo legislativo, apoiou o direito de voto aos dezesesseis anos e disse sim ao direito de sindicalização ao servidor público. É nacionalista e votou a favor da proteção da empresa nacional e da nacionalização do subsolo. Votou a favor da reforma agrária e contra os cinco anos para Sarney.

Fonte: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Quem foi quem na Constituinte: nas questões de interesse dos trabalhadores. São Paulo: Cortez, Oboré, 1988

Quadro 20 - Notas e informações adicionais atribuídas pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)

Nome das Deputadas	1º Turno	2º Turno	Média Final	Informações Adicionais
Anna Maria Rattes	6,5	10,0	8,25	Parlamentar de boa formação intelectual, em sua atuação na Constituinte, destacou-se pela defesa das propostas sociais, democráticas e populares. Assim, votou a favor do direito de iniciativa popular no processo legislativo e disse sim ao direito de voto aos 16 anos. É parlamentarista e votou contra os 5 anos para Sarney. Apoiou a nacionalização de nossas reservas minerais e disse sim à reforma agrária. Filiou-se ao PSDB.
Benedita da Silva	10,00	10,0	10,0	Mulher, negra e favelada, definiu suas posições políticas como de esquerda moderada. Em sua atuação na Constituinte, assumiu os pleitos dos movimentos sindicais e populares, com destaque para os direitos das minorias. Assim, combateu a discriminação racial e apoiou o direito de iniciativa popular no processo legislativo. Disse não aos 5 anos para Sarney e apoiou o direito de voto aos 16 anos. Votou a favor da reforma agrária.
Beth Azize	10,00	10,0	10,0	Única nota 10 do Estado, Beth Azize qtu em consonância com os movimentos populares e sindicais na Constituinte. Defendeu a estatização dos bancos, a proteção à empresa nacional, à nacionalização do subsolo, o tabelamento dos juros e o sistema parlamentarista de governo. Disse sim à licença paternidade, ao direito de iniciativa popular, e votou a favor da reforma agrária.
Nome das Deputadas	1º Turno	2º Turno	Média Final	Informações Adicionais
Dirce Tutu Quadros	10,00	10,0	10,0	Filha do ex-presidente e atual prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, em sua atuação na Constituinte surpreendeu por ter assumido e votado a favor das propostas da esquerda. Assim, apoiou o direito de iniciativa popular no processo legislativo e o direito de voto aos 16 anos. Votou a favor da reforma agrária e da proteção da empresa nacional. É parlamentarista e votou contra os 5 anos para Sarney. Filiou-se ao PSDB.
Eunice Michiles	2,0	1,0	1,5	Sua atuação na Constituinte foi nitidamente conservadora. Na subcomissão e Comissão de que fez parte, discordou da postura dos relatores, ambos afinados com os interesses dos movimentos sindical e popular. Como signatária do centrão, votou contra a participação da sociedade na elaboração de leis, contra o direito de sindicalização para o servidor público e contra a reforma agrária.

Nome das Deputadas	1º Turno	2º Turno	Média Final	Informações Adicionais
Lúcia Braga	9,5	0,0	4,75	Em sua atuação na Constituinte, teve postura nacionalista. Disse sim à proteção da empresa nacional e votou a favor da nacionalização do subsolo. Votou a favor da participação popular no processo legislativo e disse sim ao direito de voto aos 16 anos. Presidencialista, votou contra os 5 anos para Sarney. Votou a favor da reforma agrária. Esposa do ex-governador Wilson Braga, declarou-se de centro-esquerda.
Lúcia Vânia	6,5	0,0	3,25	Esposa do senador Irapuan Costa Junior, Em sua atuação na Constituinte teve aparente independência do marido nas questões sociais e populares. No plano econômico, votou tudo com o centrão. Disse não à proteção da empresa nacional, à nacionalização do subsolo e ao tabelamento dos juros. Parlamentarista, disse sim ao direito de voto aos 16 anos. Votou contra a reforma agrária.
Lídice da Mata	10,0	9,0	9,5	Deputada atuante, ex-líder estudantil, na Constituinte teve papel importante na defesa das teses feministas, sindicais e populares. Parlamentarista, apresentou inúmeras emendas restringindo o papel dos militares na organização do Estado. Propôs a criação do ministério da Defesa em substituição aos 4 existentes. Favorável ao voto aos 16 anos, votou a favor da nacionalização do subsolo.
Márcia Kubitschek	4,5	3,0	3,75	Parlamentar governista, sua atuação na Constituinte foi orientada pelo centrão, grupamento conservador que ajudou a fundar. Votou contra o mandato de segurança coletivo, absteve-se no direito de greve para o servidor público, e fugiu do Plenário na votação da reforma agrária. Foi acusada de Ter atuado contra as eleições para o GDF no ano de 1988. Disse não à nacionalização do subsolo e disse sim à proteção da empresa nacional.
Maria de Lourdes Abadia	8,5	10,0	9,25	Em sua atuação na Constituinte, surpreendeu positivamente. Demonstrou sensibilidade social e votou a favor dos pleitos dos movimentos populares e sindicais. No plano econômico, defendeu a proteção da empresa nacional, disse sim à nacionalização do subsolo e ao tabelamento dos juros. Parlamentarista, votou a favor da reforma agrária. Filiou-se ao PSDB.
Maria Lúcia	5,0	6,0	5,5	Sua atuação na Constituinte foi coerente com o seu discurso. Com uma postura própria de alguém de centro, ficou dividida quanto aos direitos dos trabalhadores, ora votando contra, ora, a favor. Foi signatária de propostas do centrão, embora tenha votado diferente desse grupamento conservador em questões essenciais como: nacionalização do subsolo, defesa da empresa nacional e reforma agrária.

Nome das Deputadas	1º Turno	2º Turno	Média Final	Informações Adicionais
Marluce Pinto	5,0	3,0	4,0	Esposa do também deputado Ottomar Pinto, em sua atuação na Constituinte votou majoritariamente com o centrão. Disse não à proteção da empresa nacional, embora tenha votado a favor da nacionalização do subsolo. Votou a favor do tabelamento dos juros mas disse não à reforma agrária. Apoiou o direito de iniciativa popular no processo legislativo e votou pelos 5 anos para Sarney.
Moema São Thiago	10,0	10,0	10,0	Parlamentar atuante classificou suas posições políticas como de centro-esquerda. Assim, votou a favor da participação popular no processo legislativo e disse sim ao direito de voto aos 16 anos. Parlamentarista, votou contra os 5 anos para Sarney. É nacionalista e votou a favor da proteção da empresa nacional e da nacionalização do subsolo. Defendeu e votou a favor da reforma agrária.
Myriam Portella	7,5	10,0	8,75	Classificou suas posições políticas como de centro-esquerda e em sua atuação na Constituinte, surpreendeu positivamente. Autora da proposta de participação popular no processo legislativo, disse sim ao direito de voto aos 16 anos. É parlamentarista e votou contra os 5 anos para Sarney. Apoiou o direito de sindicalização do servidor público e votou a favor da reforma agrária. Disse sim à nacionalização do subsolo.
Raquel Cândido	7,5	8,0	7,75	Parlamentar atuante, em seu desempenho na Constituinte, votou a favor da participação popular no processo legislativo e disse sim ao direito de voto aos 16 anos. É presidencialista e votou contra os 5 anos para Sarney. Nacionalista, defendeu e votou a favor da empresa nacional e, sobretudo se empenhou na nacionalização da mineração. Tem compromissos com a reforma agrária.
Raquel Capiberibe	9,5	4,0	6,75	Sua atuação na Constituinte se voltou para as conquistas democráticas e sociais. No plano econômico, votou a favor da proteção da empresa nacional, da nacionalização do subsolo, do tabelamento dos juros e da reforma agrária. Parlamentarista, teve papel importante na votação dos direitos dos trabalhadores e dos instrumentos de participação popular. É a mais progressista da bancada do Amapá.
Rita Camata	9,5	7,0	8,25	Esposa do senador Gérson Camata teve uma atuação destacada na Constituinte. Contrária à legalização do aborto, defendeu com empenho a licença maternidade de 120 dias. É favorável que as verbas públicas se destinem só às escolas públicas. Votou favor da proteção da empresa nacional e da nacionalização do subsolo. A favor da participação popular, disse sim ao direito de voto aos 16 anos.

Nome das Deputadas	1º Turno	2º Turno	Média Final	Informações Adicionais
Rita Furtado	0,0	0,0	0,0	Em sua atuação na Constituinte não consta um voto sequer em favor dos trabalhadores ou dos movimentos populares ou sociais. Uma das fundadoras do centrão, votou contra a participação popular no processo legislativo, disse não à proteção d empresa nacional e votou contra a nacionalização do subsolo. Defensora do capital estrangeiro e da UDR, votou contra a reforma agrária.
Rose de Freitas	7,5	7,0	7,25	Parlamentarista, de perfil nacionalista, em sua atuação na Constituinte defendeu as propostas dos movimentos sindicais e populares, notadamente até a fase da sistematização. Com problemas de saúde em sua família, esteve ausente em votações importantes. Com 100% de votos favoráveis aos trabalhadores, disse sim à participação popular e ao direito de voto aos 16 anos. Votou à favor do tabelamento dos juros.
Sadie Hauache	2,0	0,0	1,0	Empresária do setor de comunicações, sua atuação na Constituinte foi nitidamente conservadora. Contrária à reforma agrária, à proteção da empresa nacional e ao tabelamento dos juros, votou pela cartilha do centrão, grupamento conservador que ajudou a fundar. É privatista e defende uma economia de mercado pura, sem qualquer intervenção do Estado.
Sandra Cavalcanti	5,0	0,0	2,5	Parlamentar atuante em seu desempenho na Constituinte, votou contra o presidencialismo e disse não aos 5 anos par Sarney. Apoiou o direito de iniciativa popular no processo legislativo e direito de voto aos 16 anos. Votou a favor da reforma agrária no primeiro turno e contra no segundo. Absteve-se quanto à nacionalização do subsolo. Disse sim ao direito de sindicalização do servidor publico.
Wilma Maia	9,5	10,0	9,75	Parlamentar atuante surpreendeu pela defesa intransigente dos direitos sociais dos trabalhadores e da aposentadoria para as donas de casa. Votou a favor da participação popular no processo legislativo, apoiou o direito de voto aos 16 anos e disse sim ao direito de sindicalização do servidor publico. É nacionalista e votou a favor da proteção da empresa nacional e da nacionalização do subsolo. Votou a favor da reforma agrária e contra os 5 anos para Sarney.

Fonte: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. *Quem foi quem na Constituinte: nas questões de interesse dos trabalhadores*. DIAP, São Paulo: Cortez: Oboré, 1998.

Neste capítulo, referente à atuação das deputadas na Assembléia Nacional Constituinte, pode-se observar que ficou evidenciado o empenho dedicado por essas mulheres na conquista da legitimidade do papel que ali desempenhavam como políticas, independentemente de sua condição de mulher. Apesar de terem se utilizado da bandeira de luta por direitos e

garantias da mulher, essas deputadas demonstraram interesse e comprometimento com todas as causas tratadas como preceitos constitucionais, se destacando em muitas delas, como nas questões relativas à reforma agrária, entre outras.

A atuação da bancada feminina, portanto, mereceu destaque, particularmente nos meios de comunicação, em todos os jornais do País.

A imprensa sempre procurou destacar a condição feminina das deputadas constituintes, apelando para questões do tipo “lobby do batom”, caracterizando assim uma diferenciação sexual dos parlamentares.

Conhecido como lobby do batom a Bancada feminina segundo Pinto⁴⁶ (1994) conseguiu junto com as Emendas Populares, grandes conquistas que foram asseguradas pela Constituição. Segundo Borba⁴⁷ (1994) o lobby do batom disseminou-se em todo o país com intensas mobilizações de mulheres.

Muitas foram às barreiras e os entraves que desafiaram a determinação dessas mulheres em fazer prevalecer a condição de políticas, considerando que, na condição de mulheres, tiveram que enfrentar preconceitos e discriminação na luta por igualdade de direitos e oportunidades, numa estrutura de garantias e privilégios do domínio masculino no poder. Nas entrevistas, as deputadas elucidaram, de forma clara e evidente, as práticas de opressão e exclusão de que foram vítimas nas relações de poder no âmbito da política parlamentar e partidária. As evidências também revelam que a estrutura de poder no parlamento é excludente, uma vez que se atribui o caráter masculino do poder nas relações que implicam a questão de soberania e privilégios. A exclusão passa também pela desigualdade sexual de oportunidades, por meio da qual as restrições de acesso e participação são impostas às mulheres que não conseguem obter uma posição de destaque no contexto das atribuições de funções e papéis designados aos parlamentares.

Há de se destacar, no entanto, que, no alcance dos resultados relativos aos direitos e garantias da mulher, houve o apoio dos parlamentares homens, à custa de muita pressão, alianças e coligações, conforme relata a deputada Marluce Pinto:

Vimos para Brasília e desenvolvemos um trabalho conjunto, as mulheres, naquela época as deputadas, desenvolviam um trabalho totalmente

⁴⁶ PINTO, Celi. Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: Uma Questão de Gênero. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

⁴⁷ BORBA, Angela et al. O Feminismo no Brasil Hoje. Revista de Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, Vol. 2, Nº 2, 1994.

apartidário, e procurávamos apresentar nossas emendas de melhoria das condições da população, especialmente da mulher, e tivemos uma cooperação bastante significativa dos deputados, porque as emendas precisavam de 281 votos favoráveis para serem aprovadas, e nos éramos apenas 25; então, sem o apoio dos homens parlamentares seria impossível conseguir qualquer êxito.

As deputadas souberam, portanto, articular o apoio dos deputados visando facilitar o processo de alcance de seus objetivos. Dessa forma, houve por parte delas muito empenho e dedicação em suas ações, e seus interesses foram canalizados, de forma organizada, em conquistas significativas, que ampliaram muito os direitos econômicos e sociais da mulher e revelaram o reconhecimento constitucional da desigualdade de condições a que esta sempre esteve submetida.

Nada há, portanto, que desmereça o empenho dessas deputadas na atividade parlamentar, legitimando assim a participação das mulheres na política institucional, que, embora em número menor em relação aos homens, souberam revelar competência e poder, atributos considerados masculinos na esfera da política, de acordo com a revelação destas nas entrevistas.

O grupo social que conseguiu mais resposta para suas propostas foi o grupo das mulheres; a representação feminina foi aquela que conseguiu objetivamente no texto da Lei o maior número de conquistas, então não há dúvidas nenhuma da nossa eficiência.

(Ana Maria Rattes)

CAPÍTULO 2

A QUESTÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS DEPUTADAS CONSTITUINTES NO CONGRESSO NACIONAL

Nas modernas teorias sobre representação prevalece a idéia, de que, nos sistemas democráticos a classe dirigente deve ser um espelho da sociedade e das orientações políticas⁴⁸.

Para que a classe política seja um espelho da sociedade, deve reproduzir as características essenciais desta: gênero, classe, etnia, condição profissional e pertencimento confessional.

Na América Latina, a escassa representação política das mulheres e das minorias étnicas desvirtua as características sociológicas e políticas da representação espelho.

Segundo Jurema (2001)⁴⁹, "... o problema da representação das mulheres envolve dimensões analíticas distintas, que vão desde antecedentes comuns da exclusão histórica, passando pelas suas trajetórias sociais marcadas pela condição de gênero e por aspectos relacionados com as condições sócio-econômicas, até aspectos dos sistema político, tais como a cultura política e os sistemas partidários e eleitoral".

Os depoimentos das entrevistas ilustram a trajetória social das deputadas, marcada pela desigualdade de condições no campo político parlamentar e partidário, traduzindo assim a condição de gênero a que estiveram submetidas.

A análise da representação remete à questão da identidade sexual e identidade política, que tem sido uma das mais famosas disputas do feminismo contemporâneo em torno do "sujeito" do feminismo. O debate contemporâneo, portanto, envolve essa perspectiva e desenha novas formas de entender o sujeito e a cidadania a partir do gênero. A idéia de que "o gênero é produtor do discurso", segundo Judith Butler (1990)⁵⁰, traz implicações para a política e para a identidade pessoal.

Butler (1990) clama para uma nova forma de olhar o sexo e o gênero. Sugere que, pela desconstrução da forma como pensamos o gênero, podemos nos mover em direção a uma nova

⁴⁸ PITKIN, H. *El concepto de representacion*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1995.

⁴⁹ JUREMA, S. B. Ações e estratégias do CNDM para o "empoderamento" das mulheres. In: Estudos Feministas. CFH/UFSC, vol 9, n.1/2001

⁵⁰ BUTLER, J. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. London: Routledge, 1990.

igualdade, em que as pessoas não estão restritas pelos papéis de gênero, masculino e feminino. Butler está interessada em promover uma igualdade entre homens e mulheres.

A autora inicia considerando os problemas em definir a mulher. No passado, as feministas viam as mulheres como sujeitos para a representação política. Butler, entretanto, argumenta que não podemos vê-las como um grupo unificado, homogêneo, uma vez que as mulheres são indivíduos únicos. Elas não são um grupo unificado, pois existem muitas diferenças divisivas entre elas, como classe, raça e etnia. O próprio tema "mulheres" já não é mais entendido em termos estáveis ou permanentes: "The very subject of women is no longer understood in stable or abiding terms". Conseqüentemente há necessidade de uma nova forma de olhar o gênero.

O efeito de categorizar todas as mulheres como um grupo unificado separado dos homens tem sido, na verdade, prejudicial aos apelos feministas por igualdade. Se homens e mulheres são vistos como fundamentalmente diferentes, logo, a igualdade é impossível. Dessa forma, Butler (1990) está assumindo uma diferente proposição em relação a outras feministas, que enfatizam as diferenças entre os sexos.

A autora argumenta também que as táticas de algumas feministas radicais de considerar os homens como "o inimigo" exacerba o problema mais do que ajuda na luta em direção à igualdade. Algumas feministas radicais têm sido muito hostis em relação aos homens, vistos como instrumentos da opressão feminina..

Seguindo o raciocínio de que as mulheres não podem ser um grupo unificado, Butler ataca a idéia de que o feminismo deveria alcançar seus objetivos comportando-se como um partido ou movimento político. Segundo Butler, "By conforming to a requirement of representational politics that feminism articulate a stable subject, feminism thus opens itself to charges of gross misrepresentation" (p.13).

Butler (1990) argumenta que a maneira como nós percebemos os papéis baseados no gênero provem da própria origem da desigualdade dos sexos. Seu argumento é de que se nós desconstruirmos a forma como a sociedade vê os papéis feminino e masculino, isso poderia provocar mudanças na cultura política e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida das mulheres. Em outras palavras, se deixassem de existir papéis convencionais para cada ambos os sexos, não seria incomum para uma mulher estar numa posição de poder no trabalho ou para um homem ficar em casa e tomar conta dos filhos.

Hoje, a maioria das pessoas vê seu gênero como parte central de sua identidade - uma parte integral de "quem nós somos". Formas prévias de feminismo têm abordado diferenças e desigualdades entre homens e mulheres. Através da ação política e pressão, elas têm dado atenção a essas desigualdades e influenciado a legislação e as atitudes. Butler (1990), entretanto, tem uma diferente abordagem para explorar a questão das desigualdades entre os sexos. Ela sugere que a forma como nós vemos o sexo e gênero é fundamental para os papéis convencionais associados ao gênero. Suas idéias sobre como as identidades sexuais são formadas, são plausíveis, pois explicam as variações e diferenças entre os indivíduos. Se, como Butler sugere, o sexo-gênero-desejo for destruído, todos os seres humanos podem se tornar indivíduos, mais do que homens e mulheres.

No decorrer do século passado, na maioria das nações ocidentais, as mulheres foram adquirindo amplos direitos de participação política, tendo ocupado cargos em todos os níveis dos diversos governos, embora em número menor em relação aos homens.

De acordo com as novas demandas dos movimentos feministas, as mulheres têm buscado essa representação como membros de um grupo e não como cidadãs individuais. Pode-se então argumentar que as mulheres constituintes se candidataram à representação política como membros de um grupo mais do que como indivíduos?

No capítulo anterior foram constatadas as diferenças que marcaram as mulheres parlamentares oriundas de diferentes partidos e, dessa forma, com posições ideológicas diferenciadas, o contraste revelado pelas diferenças na classe social e a questão da raça, no caso de uma deputada negra. Assim, como justificar que o fato de serem mulheres pode dar a elas uma identidade de grupo de interesse que vá além da reivindicação de banheiros?

Neste capítulo pretende-se analisar a condição da representação política das deputadas constituintes no Congresso Nacional.

Na mídia, as deputadas foram cotadas como "lobby do batom", criando assim uma identidade de grupo definida por uma característica feminina, o batom. Isso evidencia que a mídia trata as mulheres políticas como mulheres e objetos e não como protagonistas políticas.

A matéria publicada em jornal, intitulada "Lobby do batom faz vigília por direitos", faz referência a que:

Grupos, conselhos e entidades de mulheres de todo o País iniciaram, ontem, no Congresso Nacional, uma Vigília Nacional pelos Direitos

Fundamentais da Mulher na Constituinte, com o objetivo de pressionar os constituintes a manterem os votos consignados no primeiro turno. As lobbistas, em número expressivo (mais de cem), portavam cartazes, colavam adesivos em bolsas e lapelas de quem passava - reforçando o lobby do batom - conversavam com parlamentares e distribuíam um boletim de título curioso: "Filho não é só da mãe". A vigília nacional deverá ser mantida até a votação, no segundo turno, do que elas chamam de conquistas sociais, que não devem, de acordo com a opinião geral, ser deixadas de fora da nova Carta Constitucional. As mulheres garantem que a pressão sobre os que votaram pela concessão das licenças paternidade e maternidade, por exemplo, será grande. E tanto é verdade que Jacqueline Pitanguy, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), garantiu que está tranqüila. "Acredito na coerência dos constituintes que votaram a favor dos avanços em benefício da mulher brasileira. Vamos acompanhar cada atitude, porque é preciso ressaltar que essas conquistas pertencem à sociedade" - afirmou a representante do movimento. Relacionamento: "A mobilização é séria e vamos garantir a manutenção das conquistas" - enfatizou a constituinte Lídice da Mata (PC do B/BA). Ela quer que as mulheres cerrem fileiras contra as pressões do empresariado, "que não deseja ver, no texto Constitucional, a licença maternidade de 120 dias e a paternidade de oito". Para Moema São Thiago (PSCB/CE) a vigília é da maior importância. "Os avanços abrem espaço para um relacionamento mais humano entre o casal. E acho importante lembrar também que no Brasil milhões de crianças não são registradas ao nascer. Acredito que com a manutenção da licença paternidade o aspecto geral de reconhecimento do filho será menos complicado". A constituinte Márcia Kubitschek (PMDB/DF) acha que não há o que discutir. "Repetirei o meu voto no segundo turno e acho válido o movimento das mulheres aqui". Para Valéria Carvalho, coordenadora da mobilização do DF pelo Movimento Popular de Mulheres (MPM/DF), a manutenção da conquista é fundamental. "O corpo a corpo com os constituintes será mantido até o dia da votação. Na próxima semana, viremos com crianças e nossa luta é séria" - disse a lobbista. Reação: "A ameaça real de derrubar as conquistas das mulheres existe. Mas isso não significa que estamos derrotadas" - afirmou a constituinte Lídice da Mata. Ela argumentou que há sérias dificuldades pela frente. "Para mudar o texto no segundo turno, a falta de quorum poderá se transformar num fator positivo para as mulheres. Vai ser difícil conseguir mais de 280 votos, no momento em que praticamente já se desencadeou a campanha eleitoral nos Estados". A esperança da constituinte baiana reside também no fato de que as mulheres estão reagindo. "Ninguém esperava por isso. Estamos dando a volta por cima. Na minha expectativa, tudo isso se assemelha muito a uma montanha que se move muito, como se fosse explodir, e de dentro dela sai um rato" - brincou a deputada. Com muito bom humor, ao ler as inscrições no cartaz que dizia: "Constituinte, as mulheres estão de olho em você", o constituinte Genoíno (PT/SP) foi taxativo: "Sou um feminista radical". O lobby do batom quer, basicamente, manter na Constituição os seguintes direitos: licença maternidade de 120 dias; licença paternidade de oito dias; igualdade de salários entre homens e mulheres; creche nas empresas; educação gratuita em

creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos; princípio de igualdade de direitos e deveres entre homem e mulher; igualdade na sociedade conjugal; reconhecimento da união estável como entidade familiar; direito de posse da terra ao homem e à mulher; direitos trabalhistas e previdenciários à empregada doméstica e garantias de mecanismos que coibam a violência doméstica (Correio Brasiliense, 21/07/1988).

A análise da constituição de grupo de interesse se revela, na presente pesquisa, da maior relevância, considerando o interesse em identificar se as deputadas constituintes se constituíram ou não em um grupo de interesse na Assembleia Nacional Constituinte.

A dimensão conceitual desse fenômeno requer a importância de dar visibilidade às questões que qualificam um grupo como dotado de interesses especiais, como o nível da vontade, da consciência, dos sentimentos dos membros que compõem o grupo, da identidade coletiva desses membros, bem como a identificação dos interesses que dão sustentação à composição desse grupo.

Tudo isso remete à necessidade de analisar, neste trabalho, se as mulheres na Assembleia Nacional Constituinte se constituíram ou não em um grupo de interesse. O que determina sua influência e seu poder relativos no processo político? Como podem ser compreendidas a articulação específica e a definição daquelas demandas que as mulheres parlamentares julgam ser de “interesse” das mulheres, ou de grupos minoritários por elas representadas?

De acordo com Clauss Offe (1995)⁵¹, a teoria política pluralista se restringe às características dos elementos que constituem a organização, para explicar sua existência, bem como a força e a articulação específica das organizações de interesse. Na opinião do autor, essa explicação leva a uma compreensão muito limitada da dinâmica da representação de interesse, uma vez que um grupo de indivíduos com mesmo interesse e determinação na defesa de seus interesses “pode produzir manifestações e práticas organizacionais muito diferentes conforme a localização estratégica dos membros do grupo na estrutura social e o *status* político-institucional que sua organização desfruta ou não”⁵².

Assim, a forma e o conteúdo concretos da representação de interesse organizada são sempre o resultado do interesse mais a oportunidade, mais o *status* institucional. Pode-se

⁵¹ OFFE, C. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

⁵² *Ibid.*, p.224-5.

também dizer que a representação de interesse é determinada por parâmetros ideológicos, econômicos e políticos.

Considera-se, no entanto, que os três elementos que determinam a forma e o conteúdo do sistema de representação de interesse não operam da mesma forma em relação ao peso e grau de importância. Mudanças históricas nesse sistema podem ser explicadas, em diferentes períodos, por meio de mudanças no nível de valores e ideologias, de posições estratégicas e de poder social de grupos e em nível da institucionalização política dos grupos. Assim, há uma “variabilidade histórica da importância relativa dos parâmetros ideológicos, econômicos e políticos à medida que, conjuntamente, determinam a forma e o conteúdo de organização de interesses...”⁵³

Os grupos de interesse possuem certas funções “semi-públicas ou públicas” que lhes são atribuídas pela política e lhes confere *status*, as quais regulam o tipo e raio de ação de suas atividades. Esses fatores, sob as condições das estruturas sociais e econômicas capitalistas, afetam as alterações no sistema de representação em curso e são muito mais importantes do que aqueles relacionados a alterações de cunho ideológico ou de estruturas de oportunidades socioeconômicas. Dessa forma, a representação de interesse tende a tornar-se uma questão de “esquema político”, sendo, portanto, uma variável dependente da decisão política pública.

De acordo com Clauss Offe (1995) os grupos de interesse podem ser analisados a partir de três dimensões, que possibilitam o entendimento do processo de formação, de intervenção e de articulação das organizações de interesse:

- 1) As perspectivas teóricas que fundamentam a análise dos grupos de interesse indicam a necessidade de explorar o agente social individual, suas intenções, valores e expectativas, bem como suas chances reais de influenciar as políticas de sua organização e de tirar proveito de seus recursos e conquistas.

- 2) A partir da própria organização, explorar a produção de seus recursos, seu crescimento, sua burocratização e suas relações com outras organizações.

- 3) A partir do próprio sistema social geral, questionar qual é o papel que ele atribui às organizações de interesse e que ligações ele estabelece entre as organizações de interesses particulares e com outros elementos da estrutura social.

Daí a necessidade, segundo o mesmo autor, de avançar em três níveis de análise:

⁵³ *Ibid*, p. 225.

- o nível da vontade, da consciência, do sentimento dos membros que constituem o grupo de interesse;
- o nível da “estrutura de oportunidade socioeconômica” dentro da qual um grupo de interesse emerge e atua; e
- as formas e as práticas institucionais que são proporcionadas ao grupo de interesse pelo sistema político e que conferem um *status* particular à sua base de operação.

Várias autoras⁵⁴ abordam a questão da formação de grupos de interesse, particularmente grupo de mulheres, enfatizando que esses grupos são dotados de características políticas relevantes e únicas, de uma consciência de grupo, de um senso de seus próprios interesses, de uma identificação com o grupo, do senso de pertencimento a este grupo e do compromisso em realizar ações no âmbito de seus interesses.

O termo “questões de mulher” usualmente se refere a preocupações públicas que incidem primariamente na esfera privada da vida social (especialmente a doméstica) e àqueles valores associados com a criança e a educação. Entretanto, dentro desse domínio, “questões de mulher” podem ser interpretadas de três formas distintas e inteiramente relacionadas. Uma interpretação é a de que as mulheres estão interessadas mais nessas questões do que em outras, como um resultado de suas preocupações domésticas. Outra interpretação é a de que as mulheres estão mais interessadas nessas questões do que os homens e que há, num certo sentido, uma divisão de trabalho na atenção política. Finalmente, pode-se dizer que, a despeito de seu nível relativo de preocupação com essas questões, as mulheres têm um interesse especial ou um ponto de vista particular derivado de suas posições ou preferências⁵⁵. Estas preferências nada têm de natural, mas são construídas como atributos ou aquisições femininas ou do feminismo.

Os indicadores geralmente usados para descrever diferenças na posição socioeconômica indicam que situações politicamente relevantes das mulheres e dos homens são diferentes. Bens sociais e individuais são desigualmente divididos entre os sexos. As mulheres, na maioria dos países, têm menos educação em relação aos homens, e, onde elas alcançam níveis equivalentes de educação, a segregação no trabalho, as habilidades e os valores de mercado permanecem. Mulheres e homens permanecem segregados em diferentes

⁵⁴ SAPIRO (1981), SIGEL (1996), SCOTT (1988), PATEMAN (1992)

⁵⁵ SAPIRO, V., Research frontier essay: when are interests interesting? The problem of political representation of women. *The American Political Science Review*, Columbia, Typographics, v. 75, n. 3, sep. 1981.

setores no mercado de trabalho e em trabalho de diferentes *status* dentro dos mesmos setores. Riqueza e crédito são desigualmente distribuídos. Homens e mulheres não têm o mesmo acesso à saúde física e mental, em grande parte por causa dos fatores sociopolíticos. Somente na expectativa de vida as mulheres superam os homens - um bônus que tem pouco valor compensatório em alguns países, devido à pobreza da velhice e aos serviços de suporte inadequados disponíveis a eles. Esses indicadores, portanto, trabalham com os dados sobre mulheres, desprezando as diferenças no interior desse segmento da população. Procuram, assim, mostrar que as mulheres estão em posição social diferente dos homens e ao mesmo tempo acreditam que as mulheres têm interesses a serem representados - mesmo quando elas não estão conscientes de suas diferenças e não se definem como tendo interesses especiais que merecem ser representados - ou que homens e mulheres, como grupos, discordam nas questões políticas nas quais as mulheres devem ter um interesse especial⁵⁶.

Avelar (1996)⁵⁷ afirma em seu trabalho que, numa perspectiva de enorme relatividade e em decorrência de mudanças na cultura política, há um estilo feminino de fazer política.

A autora considera que há diferenças nas prioridades de homens e mulheres na política e que as mulheres ampliam o campo das temáticas tratadas na política, dando mais atenção e prioridade, segundo Cawp (1996), citado pela autora, às políticas dos direitos da mulher e às políticas públicas voltadas para as questões de família.

Avelar cita algumas teses que justificam o modo específico da mulher na política.

A presença da mulher na política é decorrente de sua participação nos movimentos urbanos e sindicais e em movimentos de mulheres, permitindo assim formulação e implementação de políticas voltadas às questões sociais de acordo com suas bases de poder. Somente as mulheres podem criar novas demandas políticas sociais ligadas à saúde da mulher e da criança. Na opinião da autora, considerando a enorme dívida social deste país, “isto significa modernidade política”. Assim:

questões como violência doméstica, agressão sexual, ausência de controle reprodutivo, abortos clandestinos, discriminação e assédio sexual nos locais de trabalho, dependência econômica, todas são temáticas hoje veiculadas por causa da entrada das mulheres na vida política.

⁵⁶ Ibid

⁵⁷ AVELAR, L. *Mulheres na elite política brasileira: Canais de acesso ao poder*. Vol. 6. São Paulo: Fundação Adenauer, 1996.

As mulheres encontram-se também em pleno processo de identificação de suas identidades políticas, em decorrência da expansão de novas redes de relações adversas ao mundo partidário, sindical e das relações com os homens e pela criação de solidariedade na luta por seus interesses. Dessa forma, as mulheres levam para o espaço público demandas que têm origem nas suas experiências da vida privada, alterando assim a divisão entre esfera pública e esfera privada, com implicações para o sistema político.

Finalizando, “a participação das mulheres na elite política alarga o campo dos direitos humanos, civis e políticos, dentro e fora da arena eleitoral e partidária”⁵⁸. Seus temas políticos e o conteúdo de suas políticas públicas são outros e estão voltados para o campo social. Assim, ao adentrarem a arena política, as mulheres trabalham para incluir na agenda política estes temas, expandindo assim o campo dos direitos que eram restritos aos interesses representados pelos homens.

Para autores como Sapiro (1981) que vê as mulheres como um grupo de interesse, os sistemas políticos não estão apropriados para representar previamente grupos não representados até que estes desenvolvam um senso de seus próprios interesses e coloquem demandas que dependam do sistema. Isso requer o desenvolvimento de consciência política e ativismo político baseado nesses novos grupos conscientizados. Movimentos sociais e atividades de protesto nos estágios iniciais são pretendidos para desenvolver tal consciência grupal tanto quanto para colocar demandas em outros grupos. Não é coincidência que o movimento de mulheres tem enfatizado o aumento da consciência usando frases como “o pessoal é político”⁵⁹.

De acordo com Sapiro (1981), deve-se considerar as mulheres como um grupo com características politicamente relevantes e únicas, uma vez que elas têm interesses especiais, pelos quais a representação poderia ou deveria responder. Dessa forma, a autora questiona se é possível ou não argumentar que as mulheres, como grupo, compartilham problemas políticos, econômicos e sociais em particular que não se encontram intimamente relacionados aos problemas de outros grupos. Ou, ainda, se elas compartilham um ponto de vista particular para a solução dos problemas políticos. Se afirmativo, segundo a autora, pode-se também argumentar que as mulheres compartilham interesses comuns que podem ser representados. Na ciência política, segundo a autora, o sentido de “*grupo de interesse*” é geralmente utilizado

⁵⁸ AVELAR, 1996. op. cit., p.70.

⁵⁹ SAPIRO (1981), op. cit.

para se referir a um grupo organizado de pessoas, representado diretamente por canais políticos convencionais, em oposição a outros grupos organizados de interesse.

A partir dessas considerações, Sapiro (1981) questiona: quais são os limites da questão que levam a descobrir os interesses das mulheres? Segundo a autora, essa é uma pergunta difícil de responder, especialmente antes de investigar o impacto diferencial das políticas sobre homens e mulheres. Exemplifica dizendo que, quando se cria um novo shopping center ou parque de diversões, o tempo da mulher é afetado. Quando o governo restringe o suprimento de dinheiro, o trabalho da mulher aumenta, isto é, o trabalho doméstico que compensa a relativa indisponibilidade de dinheiro para fornecer alimentos, roupas, cuidado com as crianças e aquisição de equipamentos domésticos. Um problema a investigar, segundo a autora, é como grupos de interesses definem suas questões. Embora as mulheres compartilhem muitos problemas comuns, elas também estão divididas por classe, raça, idade e status marital.

Para a autora, os estudos da mulher, bem como de outros grupos oprimidos, demonstram que parte da relevância política de alguns grupos tem sistematicamente negado os significados pelos quais esses grupos se estruturam como grupos de interesse: autoconsciência e identificação.

Ao analisar o interesse das mulheres, a autora segue duas linhas. A primeira é o problema da situação objetiva das mulheres e da relevância de seus interesses políticos. A outra diz respeito à consciência de seus próprios interesses e à “condição subjetiva” das mulheres.

Sapiro (1981) conclui usando o argumento de que há interesses das mulheres a serem representados. Assim sendo, ela nos convida a limitar a concepção desses interesses para a expansão de direitos, liberdade e oportunidades para as mulheres onde esses têm sido negados ou inibidos, em comparação aos homens, e coloca outra questão: sob que circunstâncias os sistemas políticos são representativos das mulheres? Sob que circunstâncias eles agem nos interesses dos representados, neste caso, das mulheres? Para responder essas questões, a autora sugere que devemos procurar as fontes e os efeitos das políticas públicas concernentes à qualidade de vida das mulheres e às habilidades destas para controlar a qualidade de suas próprias vidas. Essa discussão, segundo a autora, oferece quatro possibilidades de explanação sobre as mulheres: a) problemas de economia política, incluindo a estrutura de governo e necessidades políticas seculares; b) ideologia; c) organização de interesses, incluindo

especialmente os movimentos feministas; e d) os efeitos das mulheres como membros da elite política. Nem todas essas questões dizem respeito, segundo ela, à relação entre representante e representados; mais do que isso, elas focalizam a relação entre as ações do governo e os interesses do cidadão.

De acordo com Sigel (1996)⁶⁰, o conceito de coletivo ou consciência de grupo é antigo e mais frequentemente associado com a noção de Karl Marx de consciência de classe. Este conceito tornou-se moda nos anos recentes, de modo a aumentar a nossa compreensão de mobilização ou falta de mobilização dentro de certos grupos distintos. Na maioria das vezes, ele tem sido usado para analisar as reações de grupos em desvantagens, especialmente negros e mulheres, embora ele não seja necessariamente restrito a esses grupos. A autora cita Miller e seus associados (1981), que definem o conceito da seguinte forma: “consciência de grupo envolve identificação com um grupo e uma qualidade política ou ideologia concernente à posição relativa do grupo na sociedade, acompanhado de uma ação coletiva comprometida em realizar os interesses do grupo. Por outro lado, identificação de grupo conota uma locação auto percebida dentro de uma camada social particular, acompanhada com um senso de pertencimento àquela camada particular”. Logo, identificação é considerada apenas o primeiro passo, o necessário, mas não uma pré-condição suficiente para desenvolver a consciência de grupo⁶¹.

Conover e Sapiro citados por Sigel (1996)⁶² oferecem uma definição similar de consciência de grupo como “uma forma politizada de consciência social... que incorpora um componente político consciente”. Estas autoras fazem, no entanto, uma distinção entre consciência de gênero e consciência feminista, argumentando que a consciência feminista inclui um compromisso com a mudança do status em desvantagem das mulheres. Para a autora, os conceitos de consciência de grupo têm sido definidos de formas variadas, mas todos eles incluem três elementos: identificação com o grupo, conexão com ele e compromisso de ações em seu benefício. Em relação às mulheres, a autora adverte que é muito difícil para elas desenvolverem uma consciência de grupo. Justifica dizendo que as mulheres vivem padrões de diferentes tipos com os homens e buscam associar-se com membros de grupos dominantes, mais do que com outras mulheres, o grupo dominado. Isso acontece, segundo a autora, porque

⁶⁰ SIGEL, R.S., *Minority consciousness and politics*. In: *Ambition & accommodation*. Chicago e London. University of Chicago Press, 1996.

⁶¹ *Id. Ibid.*, p.126

⁶² *Id. Ibid.*

as mulheres valorizam a associação com grupos dominantes e o medo de destruir essa associação é uma barreira para o desenvolvimento da consciência de grupo.

Segundo Sapiro (1981) citada pela autora, o medo das mulheres de "*criar mais ameaças em suas relações com os homens do que elas podem tolerar*", é uma das principais barreiras que impedem o desenvolvimento da consciência de grupo⁶³.

Sigel (1996) trata também da consciência de grupos minoritários que se restringe às pessoas que acreditam serem vítimas de discriminação. Consciência de grupos minoritários refere-se, portanto, segundo a autora, não aos membros de um grupo objetivo, mas, mais do que isso, a um fenômeno subjetivo. Refere-se à percepção que as mulheres tem de pertencer a uma minoria em desvantagem e aos seus sentimentos em relação a isso. Essa construção de consciência de grupos minoritários assemelha-se, segundo a autora, à construção de grupos de consciência em que ambos os conceitos têm elementos cognitivos e emocionais. Consciência de grupos minoritários difere da consciência de grupo ao considerar o senso de compromisso público com relação à ação coletiva. No rancor com a falta de compromisso com a ação coletiva, a autora acredita que o senso de consciência de minorias tem consequências politicamente relevantes.

A partir dessa definição, Sigel (1996) argumenta que os homens podem também expressar consciência de grupos minoritários, mas as origens são diferentes em relação às mulheres. Para os homens, a fonte está no compromisso com a igualdade e este compromisso gera revolta se for violado. Mas para os homens, falta a experiência pessoal com a desigualdade que modela e irrita a consciência de algumas mulheres. Ambos os gêneros podem requisitar as mesmas soluções políticas para alcançar a igualdade de gênero, mas a prescrição política adotada pelos homens, apresentam diferentes rotas. Segundo Ethel Klein (1989), citada por Sigel (1996):

*"Os homens se mostram simpáticos aos argumentos feministas por causa de suas preocupações gerais com questões de justiça e igualdade. Estas questões, entretanto, não os atinge diretamente. Os homens não se sentem ameaçados pelo 'status quo' que as mulheres possuem"*⁶⁴.

⁶³ Id. Ibid, 128.

⁶⁴ SIGEL, 1996, Op. Cit.

Miguel (2000)⁶⁵ discute em seu trabalho, os argumentos que podem justificar a ampliação da presença de mulher no parlamento. Considera que a ampliação da presença de mulheres no poder estava associada à idéia de:

*um abandono do caráter agressivo (tido como inerente-mente masculino) da atividade política e uma valorização da solidariedade e da compaixão, com uma maior preocupação em relação a áreas como amparo social, saúde, educação ou meio ambiente*⁶⁶.

Na opinião do autor, se as mulheres freqüentemente se ocupam mais de temas “sociais” do que daqueles ligados diretamente à administração pública, à política econômica e às relações internacionais, isso se deve ao fato de que “este é o único nicho disponível para elas no campo político”⁶⁷. Assim, o discurso da “política maternal” vincula as mulheres neste nicho, mantendo, dessa forma, a divisão do trabalho político, a qual atribui aos homens as tarefas socialmente mais valorizadas. Essa perspectiva, na opinião do autor, é essencialista, pois apresenta um “eterno feminino” que “naturaliza a atribuição dos papéis sexuais”. A mulher é, portanto, agente de uma “política do desvelo” que se opõe à “política de interesses”, uma vez que é característica sua preocupar-se mais com os outros que a rodeiam do que consigo própria. O que existe, de fato, segundo o autor, é uma imposição da sociedade patriarcal, que nega o direito da mulher a possuir interesses próprios, emblematizando assim a figura da mãe que se sacrifica pelos filhos. Dessa forma, “um véu de superioridade moral” mantém e mascara a subalternidade da mulher.

O autor questiona se a maternidade é um exemplo de conduta desejável à ação política, uma vez que a relação mãe e filho é uma relação desigual, na qual o filho está subordinado à mãe, e a política democrática tem como exigência uma relação de igualdade.

A última justificativa apresentada pelo autor para a ampliação da representação feminina refere-se ao fato de que “as mulheres devem se fazer representar não porque sejam vetores de uma ‘política desinteressada’ mas, ao contrário, porque possuem interesses especiais, legítimos, ligados ao gênero, que precisam ser levados em consideração”⁶⁸. Quando o sistema político veda a expressão desses interesses ele se revela injusto. Assim, o autor

⁶⁵ MIGUEL, L.F. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.15, n.44, outubro/2000.

⁶⁶ *Ibid.*, p.92-3.

⁶⁷ *Ibid.*, p.93

⁶⁸ *Ibid.*, p.93.

argumenta que as mulheres são as melhores advogadas de seus próprios interesses e a sub-representação feminina será iníqua somente quando esta crença se disseminar.

Miguel (2000) discute também o conflito dessa posição com o liberalismo político, que reside na defesa do direito da mulher, ou seja, de um grupo, a ter seus interesses representados na arena política.

A filosofia liberal clássica não nega a possibilidade de um interesse de grupo que se reduz aos interesses de seus integrantes, mas nega que os grupos possam ter direitos. Considerando que o indivíduo é o único sujeito de direito, cada indivíduo do sexo feminino deve fazer sua opção em se fazer representar, e para que haja mulheres candidatas, elas devem ingressar nos partidos políticos, participar das convenções e conquistar seu espaço, em “igualdade de condições” com os homens.

Pateman (1993)⁶⁹ argumenta que a teoria democrática liberal tem excluído as mulheres da democracia devido à concepção de que o domínio público é limitado àqueles aspectos ligados ao governo pelo contrato social que exclui sistematicamente as mulheres, o qual a autora identifica como contrato sexual.

A autora relata que em seu próprio trabalho ela tem examinado como os teóricos do contrato apresentam a diferença sexual como uma diferença política entre liberdade (homens) e subordinação (mulher). As mulheres eram consideradas pela natureza e a falta de características requeridas para a participação na vida política e cidadania tem sido construída a partir da imagem masculina. As mulheres, nossos corpos e capacidades distintas representavam tudo o que a cidadania e a igualdade não eram. A discussão sobre contrato social revela que o contrato original é um pacto sexual-social, identificado pela autora como contrato sexual, no qual o exercício do poder político é legitimado enquanto direito patriarcal, ou seja, o poder é exercido pelos homens sobre as mulheres. Desta forma, o contrato social não é um acordo entre indivíduos, pais ou maridos, mas entre irmãos, portanto, fraterno. Daí, a fraternidade aparece historicamente acompanhada das noções de liberdade e igualdade. Assim, o contrato social fraternal simboliza as razões pelas quais as mulheres devem ser excluídas da vida pública. Os estudos modernos têm grande interesse e preocupação com a quantidade e qualidade de sua população e, como mães em potencial, as mulheres são objetos de seu interesse. Diante disto, os conceitos de “*maternidade*”, “*masculinidade*” e “*feminilidade*” têm

⁶⁹ PATEMAN, C., O contrato sexual. Tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993. 347 p.

significados político-patriarcal na vida política moderna, incorporando “os paradoxos e ironias” da relação das mulheres com o mundo político⁷⁰.

Pateman (1993) argumenta ainda que os teóricos clássicos liberais vêem todas as relações e inter-relações da sociedade como sendo baseadas na idéia de um contrato estabelecido, isto é, práticas sociais livres que tomam uma forma contratual. Entretanto, esta forma contratual esteve baseada na idéia de patriarcado e, por essa razão, o contrato sexual original entre homens e mulheres foi igualmente ignorado pelos teóricos clássicos, por causa de uma cultura política-filosófica indiferente ou por meio de um ato deliberado de controle patriarcal, com as mulheres sendo excluídas da sociedade civil, e por essa razão, do domínio público, o qual é o principal ponto de partida para as mudanças políticas e sociais. De acordo com a autora, os teóricos liberais argumentam que pela submissão ao contrato social, as mulheres foram incapazes de introduzir mudanças políticas, econômicas e sociais e por essa razão, foram incapazes de desenvolver e manter os contratos sociais dentro da sociedade civil e entre indivíduos e representantes políticos. Dessa forma, elas não têm direito de acesso ao processo democrático.

Na opinião de Pateman (1992)⁷¹, uma sociedade democrática se constrói, a partir do momento em que a inclusão de todas as classes sociais seja igualitária. Essa igualdade há de incluir também as mulheres como cidadãs completas, para tanto seria necessário construir e reconstruir o conceito e a compreensão de corpo político.

Miguel (2000) prossegue em seu trabalho discutindo as justificativas para uma política de cotas e fundamenta suas análises no estudo clássico de Hanna Pitkin (1967), que descreve essa perspectiva como “representação descritiva”, bem como no trabalho de Anne Phillips (1995), que prefere chamar de “política de presença” e de “conservadorismo potencial” das cotas de participação que “tendem a perpetuar a relevância social das diferenças que elas deveriam ajudar a abolir”. O autor destaca também o “deslocamento” proposto por Young (1997), que se refere a uma “perspectiva social” em vez de “interesse”. Assim, a necessidade de acesso das mulheres na arena política se dá “não porque elas compartilham das mesmas opiniões ou interesses, mas porque elas ‘partem’ de uma mesma perspectiva social, vinculada a certos padrões de experiências de vida”. O autor considera essa abordagem importante, por mostrar que a necessidade da presença das mulheres, bem como de outras minorias, na arena política “não é suprimida caso se encontrem outras formas de proteger seus interesses,

⁷⁰ PATEMAN, C., op. Cit.

⁷¹ PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Tradução Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992 b.

qualquer que seja a forma pela qual eles sejam concebidos”⁷² Miguel (2000), ao questionar as implicações da ação afirmativa, propõe analisar os argumentos que justificam a ampliação da presença de mulheres no parlamento e passa a discutir a questão da representação e as implicações do caráter desta representação na arena política. Essa discussão revela que a defesa da política de cotas rompe com a idéia de que os interesses coletivos se originam “da simples agregação dos interesses individuais” e que os interesses e as identidades se revelam como construídos por meio de “mecanismos públicos de discussão e interação”. Isso, na opinião do autor, significa o “enfraquecimento da fronteira entre o público e o privado”, que é um tema crucial na teoria política feminista. Dessa forma, a medida de cotas para as mulheres “é um passo para permitir a emergência dos próprios interesses associados à condição feminina”⁷³.

Na opinião do autor, a ação afirmativa contribui para a redistribuição do capital político ou para o empoderamento dos segmentos sociais marginalizados. “A presença das vozes das mulheres - e de outros grupos excluídos politicamente - no debate público representa, então, um passo na direção da realização da democracia, entendida no seu sentido de 'autonomia', isto é, a possibilidade de que os cidadãos e cidadãs fixem, eles próprios, as normas que regerão suas vidas”.⁷⁴

Phillips (2001)⁷⁵ revela, em seu trabalho “De uma política de idéias a uma política de presença?”, sua preocupação principal com a política de cotas, argumentando que “*com os mecanismos mais especificamente políticos que associam representação justa com presença política e enfatizam mudanças no nível político: isto é, medidas que vêem o gênero, raça ou etnicidade dos representantes como uma parte importante daquilo que os torna representativos e procuram alguma garantia de presença igual ou proporcional. Todas estas medidas insistem na intervenção deliberada, como necessário para quebrar o laço entre as estruturas sociais de desigualdade ou exclusão e o reflexo político delas nos níveis de participação ou influência*”. O autor defende a idéia de que o acesso político igual depende de transformações mais fundamentais nas condições sociais, econômicas e educacionais.

⁷² MIGUEL (2000), op. Cit.

⁷³ Id. Ibid.

⁷⁴ Id. Ibid.

⁷⁵ PHILLIPS, A. De uma política de idéias a uma política de presença? In: Estudos Feministas. CFH/CCE/UFSC. Vol 9. N.1/2001.

Para Araújo (2000)⁷⁶, "a aprovação da política de cotas e sua implantação é, em si, um fato positivo, pois possibilita tornar visível na agenda político eleitoral a sub-representação das mulheres e estabelecer responsabilidades partidárias quanto à alteração desse quadro".

O autor conclui seu trabalho afirmando que, na esfera partidária, a presença "obrigatória" de candidatas "é um estímulo à formação de lideranças políticas femininas". Não se trata, portanto, segundo o autor, de um "processo mecânico", mas de algo que exige "a mudança de percepção dos agentes políticos", e os resultados só virão a médio prazo. Os projetos de ação afirmativa, portanto, se abrigam na bandeira de igualdade e da liberdade, violando, no entanto, "os dogmas liberais com a esperança de enfim, alcançar uma sociedade livre e igualitária".

Pinto (1994)⁷⁷ discute a questão da representação política da mulher no Brasil a partir de várias considerações, como:

- Aumento da visibilidade do contingente feminino da população brasileira, nos últimos quinze anos.
- As mulheres assumem a sua condição de mulher constituída a partir do reconhecimento da opressão, da história pessoal e coletiva, da constituição de interesses e de lutas próprias.
- O surgimento de um novo campo de forças em que o homem, até então como sujeito universal de direitos, passa a se constituir em relação de oposição ao sujeito mulher.
- A ruptura do sujeito homem como sujeito universal por meio da constituição do sujeito mulher "enquanto positividade distinta do feminino como determinação biológica".
- O novo campo de forças se constitui num novo campo de exercício de poder, que se diferencia do exercício anterior de dominação sobre a mulher.
- No caso das relações de gênero, a transição do exercício de dominação para o poder encontra-se associada à trajetória do privado para o público. Essa transição envolve o espaço público clássico, o espaço político e a redefinição do privado como espaço de luta e, portanto, espaço público.

⁷⁶ ARAÚJO, C., *Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil*. In: *Estudos Feministas*. CFH/CCE/UFSC, vol 9, n. 1/200

⁷⁷ PINTO, C.R.J. Participação (representação?). Política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: SAFFIOTI, H.L.B.; MUÑOZ-VARGAS, M. (Org.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1994. 279p.

espaço público clássico, o espaço político e a redefinição do privado como espaço de luta e, portanto, espaço público.

- No Brasil, o surgimento do sujeito mulher insere-se numa conjuntura histórica específica, que incorporou o campo de luta na arena política de forma muito mais visível e radical do que em outros países.

- No Brasil, os sujeitos incluídos em situação de dominação passam a exercer militância contra o governo.

- O feminismo no Brasil “se forja nas militantes de movimentos clandestinos torturadas sexualmente nas prisões da ditadura; na luta pela anistia; nos movimentos contra a violência do estado contra o corpo da mulher, principalmente da mulher pobre esterilizada aos milhões pelo país; na luta por igualdades legais; na luta pela democracia; contra a pobreza; a favor da mulher sem terra etc.”.

- Os grupos de reflexão e as questões de sexualidade presentes nos movimentos feministas na década de 1970 nos países do Primeiro Mundo chegam ao Brasil “como tributários de outras lutas e não como o nascedouro da luta feminista no país”.

- O Brasil é um país com contradições tão profundas que, historicamente, a constituição de sujeitos de novas lutas se constitui num conjunto de outras que se travam na arena específica do campo político.

- Portanto, “paradoxalmente à fragilidade das instituições democráticas, dos partidos, da baixa identificação da população com facções políticas, o país é um espaço eminentemente político no sentido clássico do termo, e a construção do sujeito mulher insere-se neste espaço. Daí ser um tema fundamental a questão da participação política da mulher no Brasil”.

Pinto (1994) discute os conceitos de participação e representação “vis-a-vis”, o modo feminista e as formas de participação e representação da mulher na política brasileira a partir de dados da participação da mulher na Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988. A autora considera importante privilegiar esse momento, por ter sido um período de grande mobilização nacional no sentido de garantir direitos na nova Constituição.

- Participação e Representação: dois conceitos problemáticos

Uma razão apontada pela autora para a falta de informações sobre a participação política da mulher é a ausência da variável sexo nas grandes pesquisas realizadas. Outra questão apontada refere-se à imprecisão do próprio conceito, que às vezes atua menos como categoria de análise e mais como “princípio ético desejado”, levando a uma confusão entre participação política das mulheres e militância feminista. Em decorrência da herança de longos anos de regime militar, o princípio de participação confunde-se com o desejo de construção do regime democrático. Embora seja da natureza do regime democrático a participação política de todos os cidadãos, isso, no entanto, não o caracteriza.

Na opinião da autora, duas preocupações merecem consideração: “primeira, o que se refere à disponibilidade de participação e, segunda, às garantias reais em democracias marcadas por grandes desigualdades sociais”⁷⁸.

No Brasil, não há uma cultura de participação, e a baixa participação está associada à própria história do regime autoritário. Em outros países com democracias estáveis, no entanto, os dados apontam para o mesmo perfil.

No caso específico da participação da mulher, a reduzida participação está associada com a constituição de sujeitos e, no caso das mulheres, se confronta com sujeitos históricos constituídos como sujeitos não-políticos. Uma dupla face se insere nesta questão: a participação enquanto cidadã e enquanto sujeito mulher. Na condição de cidadã, “a mulher divide com os demais grupos oprimidos a escassez de participação, isto é, ela se encontra em um campo político onde a dominação se expressa por um universal que a exclui como positividade, a possibilidade de participação dependendo do interesse ou não de integração por parte daqueles que se apropriam do campo político”. Dessa forma, a participação efetiva ocorre “quando a mulher se transforma em sujeito de seu sexo e rompe com o universal”⁷⁹. A questão que se coloca é a luta por espaço na agenda política, que no Brasil é pouco democrática.

No contexto brasileiro, “com uma democracia frágil, com uma agenda política pressionada por seríssimos problemas sociais, com uma presença ainda forte do clientelismo e do ‘coronelismo’ político, com um sistema partidário anárquico e “last but not least”, com desigualdades sociais que excluem pobres, mulheres, negros, velhos, a participação política no sentido clássico do termo está dominada por homens adultos de meia-idade, brancos e

⁷⁸ Ibid. p.199.

proprietários”⁸⁰. Nesse contexto, o espaço de participação de grupos excluídos se constitui de espaços criados fora da política institucional, por meio da luta contra a opressão em manifestações públicas ou nos movimentos sociais, e é nesse espaço que se dá à participação maior do sujeito político mulher.

A trajetória do movimento social para a política institucional é, segundo a autora, uma questão central e está mediada por um dos problemas mais complexos da teoria democrática: a questão da representação.

A questão da representação no Brasil deve ser abordada a partir de duas perspectivas: uma delas é a que divide com o regime democrático em geral; e a outra diz respeito às condições particulares do país.

Pinto (1994) afirma que:

*A complexidade dos mecanismos de governo somados à diversificação e à organização da sociedade civil provoca, cada vez mais, uma distância entre os representantes e os representados. Partindo-se da hipótese de que haja uma forma tecnicamente correta de representação do conjunto da população, esta será sempre limitada, tanto pela escolha como pela liberdade de tomada de decisão do representante. O eleitor escolhe dentro de um espectro limitado de opções partidárias e de pessoas com um certo grau de aproximação com seus interesses*⁸¹.

Nas democracias modernas a representação cede lugar à delegação, que, juntamente com a pouca participação, se constituem fenômenos concomitantes. Ao delegar poder para o representado tomar decisões, o cidadão abre mão da participação. Isso, além de explicar o desinteresse e a descrença na política institucional, explica também as grandes mobilizações e o aumento de participação da sociedade civil e de organizações não-políticas que ocorrem fora das regras da representação.

A relação dessas formas de participação com a representação em nível das casas legislativas constitui um dos problemas mais complexos das democracias:

Se, por um lado, os partidos políticos não podem se furtar de considerar a potencialidade política eleitoral de sujeitos constituídos no interior dos movimentos sociais, por outro, estes sujeitos são inevitavelmente reconstituídos quando em contato com os partidos, na medida em que, incorporando-se a eles,

⁷⁹ PINTO (1994), op. cit., p.200.

⁸⁰ Ibid., p.201.

⁸¹ PINTO (1994), op. cit., p.202.

*assumem clivagens distintas das que os formaram enquanto sujeito no interior do movimento social*⁸².

A partir desta discussão, a autora levanta duas proposições no que concerne à participação da mulher na política brasileira.

1. “O campo da política institucional, isto é, o campo da representação, é problemático pela dificuldade de candidaturas de sucesso que se articulam em torno das questões referentes aos direitos da mulher. As candidatas e possíveis eleitas chegam às casas legislativas via partido e com uma quase ausência de preocupações com a agenda feminista”.

Pinto (1994)⁸³ adverte que a Assembléia Nacional Constituinte foi um momento paradigmático do tipo de participação do movimento feminista na política. O perfil da bancada feminina no Congresso Constituinte exemplifica a ausência das feministas no espaço legislativo. Apenas a deputada Moema São Thiago tinha atuação feminista pública e uma história política significativa no Ceará. Dessa forma, “o recrutamento se deu dentro de moldes clássicos - famílias de políticos, popularidade adquirida nos meios de comunicação, história partidária - mas não a partir de organizações de mulheres dentro ou fora dos partidos”.

A autora argumenta que as regiões Norte e Nordeste foram as que elegeram mais deputadas mulheres, e a região Sudeste, a mais desenvolvida e urbanizada do país, onde o movimento feminista é mais forte e tem mais visibilidade, elegeu um número pequeno de mulheres. A autora considera curioso o número significativo de mulheres eleitas por partidos situados à direita, nove pelo PFL e duas pelo PDS, partidos estes pouco permeáveis às questões referentes a direitos das mulheres.

Pode-se observar no primeiro capítulo que as manifestações de cinco deputadas revelam o interesse em tratar das questões relativas aos direitos e às garantias da mulher. Dentro dos partidos, essas questões não são tratadas como prioridades e as candidaturas majoritárias dos partidos sempre estiveram representadas por candidatos homens. Daí o caráter problemático da representação das mulheres, cujas candidaturas via partidos são penalizadas pela total falta de apoio, conforme depoimentos das deputadas entrevistadas.

A autora argumenta que na maioria das vezes as mulheres buscam solidariedade para o voto da mulher, não avançando, no entanto, em propostas relativas à defesa de seus interesses.

⁸² Ibid., p.203-4.

Essa situação, entretanto, não anula, segundo a autora, o significado da presença da mulher nas casas legislativas, uma vez que essa presença representa um avanço em termos de conquista de espaço e oferece a possibilidade de as deputadas e vereadoras se tornarem representantes efetivas das mulheres. Isso pode ocorrer em decorrência da própria dinâmica interna das casas legislativas, bem como da pressão de grupos externos à política institucional.

Cardoso (1996)⁸⁴ enfatiza que a elaboração da nova Constituição foi um momento privilegiado para a renovação das formas de participação. Segundo a autora:

Foi uma oportunidade única para que os movimentos sociais mudassem suas táticas e procurassem atuar sobre o legislativo, criando uma nova concepção de lobbies populares. A existência de uma nova rede de comunicação possibilitou a legitimação deste novo estilo de ação.

Durante a Constituinte, O CNDM agiu de diferentes formas com o *slogan* “Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher”. Este *slogan* ganhou visibilidade através de propaganda institucional na televisão e em *out-doors* distribuídos pelo país. Promoveu em Brasília uma reunião com grande grupo de feministas, da qual resultou um documento entregue aos constituintes, chamado de “Carta das Mulheres”. Participou das subcomissões Direitos e Garantias Individuais, Saúde, Segurança e Meio Ambiente; e Família, Menor e Idoso, com apresentação de relatos. Distribuiu cartas-modelo com as principais reivindicações dos movimentos de mulheres para serem enviadas aos constituintes. Constituiu uma comissão de alto nível, formada por advogadas, para o exame de substitutivos e anteprojeto das subcomissões, bem como para a elaboração de emendas. Apresentou propostas de emendas em vários temas. Acompanhou e assessorou a Bancada Feminina e as votações de interesse específico das mulheres.

Após longa jornada por todo o país, ouvindo as mulheres brasileiras e ampliando os canais de comunicação entre o movimento social e os mecanismos de decisão política, o CNDM promoveu um Encontro Nacional de Mulheres, no dia 26 de agosto de 1986; desse encontro, foi elaborada a “Carta das Mulheres”, que foi encaminhada à Assembléia Nacional Constituinte – Congresso Nacional.

⁸³ PINTO, C.R.J. *Mulher e política no Brasil. Os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa.* In: Estudos Feministas. N-especial/2 - sem/1994.

⁸⁴ CARDOSO, R.C.L. *Mudança sócio-cultural e participação política nos anos 80.* In: SOLA, L.; PAULANI, L.M. (Org.) *Lições da década de 80.* São Paulo: EDUSP, 1986, p.1996.

Pinto (1994)⁸⁵ destaca dois documentos elaborados pelo CNDM que tiveram especial importância: “Carta das Mulheres” e “Propostas à Assembléia Constituinte”. O primeiro foi um chamamento do CNDM para a reunião em Brasília, sendo um documento de natureza política, considerado pela autora como “chamamento de posição”. O segundo teve uma natureza estratégica, visando garantir direitos fundamentais das mulheres na Constituinte.

A “Carta das Mulheres” é, segundo a autora, “um dos raros documentos reivindicatórios escritos por feministas que extrapola interesses corporativos, dando um sentido distinto à participação política da mulher enquanto sujeito feminino”. Percebe-se nesta Carta uma ampla agenda de “reformas e garantias no sentido de aprofundar os direitos democráticos e de criar condições para uma sociedade com maior justiça social”. A autora cita as importantes medidas propostas pelo documento. O conjunto de reivindicações desta Carta permite, segundo a autora, “introduzir uma nova perspectiva na questão da participação política da mulher”⁸⁶.

Jurema (2001)⁸⁷, em seu trabalho sobre “Ações e estratégias do CNDM para o ‘empoderamento’ das mulheres, esclarece que “O CNDM entende que num país como o Brasil, onde 51% da população é feminina, a participação igualitária das mulheres no processo de tomada de decisões é fundamental para o fortalecimento da democracia e para que a composição da sociedade esteja realmente refletida na função pública, nas políticas públicas e na legislação do país”.

Matéria publicada em jornal, intitulada “Mulheres fazem propostas para a Constituinte”, faz referência às reivindicações que foram encaminhadas ao CNDM para serem levadas ao Congresso Constituinte.

Desde novembro do ano passado, quando o conselho iniciou a campanha “A Mulher na Constituinte”, que sugestões de grupos feministas, grupos de mães e de partidos políticos estão sendo colecionadas para serem discutidas no encontro nacional “Mulher e Constituinte” marcado para o próximo dia 26, em Brasília. São mais de quinhentas cartas, muitas com propostas identificadas como feministas, mas outras tantas com sugestões de preservação das tradições. O CNDM vai apresentar reivindicações, como a do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, que propõe “igualdade entre os cônjuges tanto em direito quanto em deveres na

⁸⁵ PINTO (1994), op. cit.

⁸⁶ Ibid., p.224.

⁸⁷ JUREMA, S.B., Ações e estratégias do CNDM para o “empoderamento” das mulheres. In: Estudos Feministas, CFH/CCE/UFSC, Vol. 9, N.1/2001

administração do núcleo familiar”. Há também a proposta de uma mulher de Recife (PE), que quer a inclusão de um dispositivo que obrigue o marido a dar “assistência sexual à mulher”. As alunas da 2ª série do Curso Técnico de Secretariado do Colégio Brasília, de São Bernardo do Campo (SP), enviaram suas sugestões ao Conselho. A maioria delas – com idade entre 15 e 19 anos – manifestou-se contra a legalização do aborto, à exceção dos casos de estupro, como já prevê a legislação atual. A unanimidade das reivindicações fica por conta da violência sexual. Mulheres de todas as idades e entidades manifestaram-se pelo rigor nas penas de crimes sexuais. Uma das estudantes do Colégio Brasília, de dezessete anos, quer que os homens que espancam as mulheres sejam “condenados à prisão perpétua”. Reforma Agrária – A União das Mulheres de Divinópolis (MG) reivindica uma reforma agrária radical, garantia de soberania nacional e liberdades democráticas. E mais: salário-maternidade para a mãe solteira, obrigatoriedade de educação sexual nas escolas e que a divisão do trabalho doméstico entre os sexos seja obrigatória em lei. Muitas das cartas que chegam ao Conselho da Mulher contêm propostas que fogem à competência do Congresso. Em longa carta destinada ao Presidente José Sarney e remetida ao Conselho, representantes da Associação Brasileira para o Rearmamento Moral, Associação das Viúvas dos Militares das Forças Armadas, União Cívica Feminina e Movimento das Mulheres do PFL, entre outras, propõem que na nova Constituição “sejam asseguradas formas democráticas de preservar os valores, as tradições, o espírito cívico e moral da nacionalidade”. Elas criticam “as insinuações e distorções sobre educação sexual apresentadas em publicações oficiais de ensino”. A Academia Feminina de Letras e Artes do Estado de São Paulo restringiu sua participação a duas sugestões de ordem econômica. Elas querem que “os filhos de concubina só tenham direito a herdarem bens adquiridos a partir de sua união com o combinatório”. As escritoras e artistas plásticas de Goiás, membros da academia, querem que as pensionistas recebam vencimento integral, ao invés de só a metade, como determina a legislação atual. Dona-de-casa - O Conselho da Mulher recebeu proposta de que deve ser remunerado o trabalho da dona-de-casa. Uma estudante do Colégio Brasília, de quinze anos, argumenta: Um jogador de futebol que só corre atrás da bola ganha milhões enquanto uma dona-de-casa não ganha nenhum centavo”. A proposta encontra resistência dentro do próprio CNDM. Para Marilise Vinagre, membro do Conselho, “é preciso cuidado com esta proposta”. remunerar a dona-de-casa, disse, pode significar perpetuá-la nesta função. “Como ela vai receber do próprio marido? Não seria melhor dividir as tarefas domésticas entre todos os membros da família?” pergunta. Do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Natal (RN) chegou a proposta de alteração no artigo da Constituição que estabelece a igualdade do cidadão perante a lei. O Conselho de Natal quer que conste explicitamente que “homens e mulheres são iguais perante a lei” (o artigo 153, parágrafo 1º, diz “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. Será punido pela lei o preconceito de raça”). A Comissão da Mulher do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro sugere a licença paternidade e a posse da terra para as mulheres. A Associação dos Professores

do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) reivindica albergues para abrigar mãe solteira durante o tempo necessário, desde que ela não encontre apoio na família e para as mulheres vítimas de violência por parte do marido. Aposentadoria – Do Rio de Janeiro o Conselho recebeu uma carta que chamou a atenção de conselheiros e funcionários. É de uma mulher de 72 anos, residente no Rio de Janeiro. Ela diz que o marido, professor aposentado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), recebe aposentadoria que garante uma vida modesta ao casal. “Mas, e depois?”, pergunta ela. “Já temo o futuro”, diz antes de sugerir que seja estabelecida a pensão integral às viúvas. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, segundo sua presidente, Jacqueline Pitanguy, 40, espera reunir mulheres das mais diversas atividades profissionais, de todas as classes sociais e de todos os partidos políticos, no encontro do dia 26. “A carta das Mulheres – diz – que entregaremos às autoridades e aos candidatos e candidatas à Constituinte que estejam identificados com nossas propostas significará um passo histórico na luta contra a discriminação da mulher (Folha de São Paulo, 17/08/1986).

O Jornal de Brasília publicou matéria a respeito do Encontro Nacional realizado no dia 26 de agosto de 1986 no Auditório Nereu Ramos, da Câmara:

Com a presença de mais de dez mil mulheres, representantes de dezenas de entidades e partidos, oportunidade em que emitiram um documento apresentando as propostas e os princípios que elas esperam ver decididos pela Constituinte, incluindo o aborto. Entre os “princípios gerais”, o documento propõe que a Constituinte “estabeleça preceito que revogue automaticamente todas as disposições legais que impliquem em classificações discriminatórias e determine que afronta ao princípio de igualdade constitua crime inafiançável”. O aborto é recomendado através da proposta de “garantia de livre opção pela maternidade...como o direito de evitar ou interromper a gravidez, sem prejuízo para a saúde da mulher”. As mulheres também querem que a nova Constituição estabeleça “a plena igualdade entre os cônjuges no que diz respeito aos direitos e deveres quanto à direção da sociedade conjugal; à administração dos bens do casal, à responsabilidade em relação aos filhos, à fixação do domicílio da família, ao pátrio poder”. Do mesmo modo, querem “plena igualdade entre os filhos, não importando o vínculo matrimonial existente entre os pais”. E mais, “acesso da mulher rural, titularidade da terra em planos de Reforma Agrária, qualquer que seja seu estado civil; a maternidade e a paternidade constituem valores sociais fundamentais, devendo o Estado assegurar os mecanismos do seu desempenho; a lei coibirá a violência na constância das relações familiares, bem com o abandono dos filhos menores”. Quanto à legislação trabalhista, o documento propõe, com base no princípio da isonomia, entre outros, os seguintes itens: “Salário igual para trabalho igual; igualdade no acesso ao mercado de trabalho e na ascensão profissional; extensão dos direitos trabalhistas às empregadas domésticas e para a mulher gestante; licença ao pai nos períodos natal e pós-natal; eliminação do limite de idade para a prestação de concursos públicos;

direito do marido ou companheiro a usufruir dos benefícios previdenciários decorrentes da contribuição da esposa ou companheira". As mulheres recomendam ainda que a nova Constituição institua um Sistema Único de Saúde e dê "Garantia de Assistência Integral à Saúde da Mulher"; e proíba "toda e qualquer experimentação com mulheres e homens, de substâncias, drogas e meios anticoncepcionais". No campo da educação, dão ênfase à igualdade dos sexos e à luta "contra todas as formas de discriminação", ao combate ao analfabetismo e à liberdade de produção e divulgação do produto cultural. Em relação ao combate à violência, é proposta a "criminalização de quaisquer atos que envolvam agressões físicas, psicológicas ou sexuais à mulher, fora e dentro do lar" e não "contra os costumes"; "que seja considerado estupro qualquer ato ou relação sexual forçada" e retirar da lei a expressão "mulher honesta". A partir da análise das emendas apresentadas pelas deputadas, observa-se que todas estas questões foram tratadas e formuladas como preceitos constitucionais (Jornal de Brasília, 07/09/1986).

A participação política dos movimentos sociais e do movimento feminista, enquanto sujeitos políticos a partir de demandas particulares se dão através da luta por reivindicações específicas. Isso coloca os sujeitos dos movimentos sociais em posição delicada em relação aos sujeitos dos partidos, onde se condensam as diferentes lutas sociais. Com a tendência da participação política dos sujeitos de movimento social através da política partidária, os movimentos deixam de ter uma identidade política ampliada. No caso do movimento feminista ou da representação de mulheres nos legislativos, isso leva a uma "situação perversa", em que as mulheres incorporam assuntos de mulheres e os homens, os temas gerais do conjunto da população. A autora destaca que houve avanço significativo no novo enfoque promovido pela mulher na sua participação enquanto mulher: "não se trata mais de envolvimento com instituições de caridade, mas de defesa de seus direitos". Este documento é, na opinião da autora, "uma iniciativa original que aponta para formas distintas de participação política da mulher"⁵⁴.

A "Carta das Mulheres" é o mais completo documento da época em relação às reivindicações específicas das mulheres, e a grande maioria das reivindicações aparece nas "Propostas à Assembléia Nacional Constituinte".

Pinto (1994) salienta que a experiência do CNDM na Assembléia Nacional Constituinte "é um exemplo de uma ação bem articulada e eficiente da participação política fora dos limites da representação. Sua eficácia revela-se tanto na articulação das feministas através do país, como no papel fundamental na transformação das mulheres constituintes em

representantes *a posteriori* das demandas feministas e principalmente do êxito de ver sacramentadas na nova Constituição algumas das mais importantes reivindicações das mulheres no Brasil”⁸⁹.

A autora argumenta, no entanto, que a posição privilegiada do CNDM durante a Constituinte não deve servir de argumento para a defesa do Conselho ou para minimizar outras formas de participação. O fracasso posterior do CNDM como entidade portadora de voz das demandas das mulheres perante o governo revela as dificuldades desse tipo de instituição.

O “virtual” desaparecimento do CNDM após o alcance de êxitos ocorreu devido à combinação dos seguintes fatores: “a própria natureza do Estado enquanto aparelho condensador dos poderes dispersos na sociedade” e “às conjunturas políticas dentro das quais estes órgãos florescem ou desaparecem”.

De acordo com Barroso (1993)⁹⁰, O CNDM, atuando em nome dos conselhos estaduais e grupos de movimentos feministas, apresentou nove emendas constitucionais, defendendo seus interesses. Assim, conseguiu incluir nos Relatórios das Comissões propostas que dão à mulher plena igualdade no pátrio poder, punem a violência doméstica do homem contra a mulher, ampliam a licença-maternidade e garantem a estabilidade no emprego durante a licença-maternidade e a determinação livre e soberana do casal sobre o número de filhos que deseja ter. Conforme noticiou a imprensa, a Presidente do CNDM, Jacqueline Pintanguy, cumpriu uma maratona de dez horas no Congresso Nacional, visitando líderes partidários, presidentes de Comissões e parlamentares afinados com as causas das mulheres.

Durante o trabalho desenvolvido na Constituinte, as deputadas contaram com o apoio de mulheres filiadas a diversos grupos feministas, as quais formaram um *lobby* e adotaram o *slogan* do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher “Viva a diferença, com direitos iguais”, o que acabou por dar uma identidade feminista, conforme sugere Pinto, às deputadas constituintes que souberam incorporar as sugestões apresentadas na elaboração de suas emendas.

A segunda proposição apresentada por Pinto sobre a participação da mulher na política é a seguinte:

⁸⁸ PINTO (1994), *op. cit.*, p.225.

⁸⁹ *Ibid.*, p.227.

⁹⁰ BARROSO, M.G. *O Brasil constituinte e a constituição de 1988. Um depoimento ao vivo para a história*. Brasília, 1993.

Na situação específica do Brasil, a crise de confiança nas instituições e na representação – crise esta que, se é geral nas democracias ocidentais, agrava-se no contexto brasileiro da última década – cria espaço para que a participação fora dos limites do campo da política stricto sensu constitua sujeitos mais eficazes, tanto considerando a auto-imagem de eficácia como os próprios resultados da participação fora do espaço da política institucional⁹¹.

Em relação à participação e representação, Pinto revela não haver diferença nas formas de recrutamento de políticos homens e mulheres que obtêm êxito na disputa eleitoral. Salienta que, mesmo em relação ao número significativo de esposas de políticos, os homens também apresentam antecedentes familiares políticos. As mulheres, por sua vez, possuem uma história no campo político-partidário, seja por ligações de parentesco ou pela própria carreira.

Avelar (1996)⁹² destaca que:

Vários estudos sobre a perpetuação da dominação política através dos laços familiares apontam o modo com as elites tradicionais e as oligarquias emergentes utilizam-se das relações de parentesco para preencher os cargos de poder. Nestes casos, as mulheres políticas são portadoras dos valores e interesses nem sempre identificados com as causas femininas, reafirmando a rede de relações clientelísticas que ligam o poder ao Estado Central.

Embora a maior presença de mulheres na Câmara de Deputados revele uma abertura de espaço para a mulher na política, isso não indica, no entanto, que exista uma representação da mulher dentro da relação de gênero, ou enquanto sujeito da relação de poder. Assim, a autora questiona: “é possível pensar em uma representação de mulheres sujeitos da relação de gênero?”⁹³.

Pinto (1994) adverte que as regras do mercado político são mediadas pelos partidos, os quais oferecem propostas que condensam os problemas do país em grande solução. A formação das listas de candidatos congrega, segundo ela, o maior número de regiões por Estado e de representantes de vários grupos e interesses. Segundo a autora, haverá sempre candidatos ligados a vários setores e que buscam eleitores específicos relacionados aos seus interesses. A autora destaca, no entanto, que a mulher, enquanto sujeito político, não está inserida nesse quadro, considerando que o movimento feminista não é um movimento popular e se expressa representando o conjunto de mulheres, e as mulheres, no geral, não se

⁹¹ PINTO (1994), op. cit. p.204-5.

⁹² AVELAR (1996), op. cit., p.21.

⁹³ Ibid., p.212.

constituem como eleitoras feministas. Além disso, conforme a autora, as mulheres que chegam à política e a candidaturas não o fazem por meio de militância no movimento feminista, e sim através de seu envolvimento em lutas partidárias sindicais e nos movimentos populares. Dessa forma, a autora considera bastante limitada a participação da mulher através do processo de representação tradicional. No seu entendimento, entretanto, as mulheres deputadas constituintes eleitas por diferentes correntes político-partidárias e com histórias diversificadas assumem a condição de representantes das mulheres, evidenciada por meio de um manifesto e apresentação de emendas que visam transformar a condição das mulheres no país e constituindo-se numa identidade própria autodenominada “Bancada Feminina”.

Pinto (1994) salienta que o surgimento da “Bancada Feminina” na Assembléia Nacional Constituinte obedece “a uma trajetória inversa daquela da militante feminista ao tornar-se militante partidária”, e se esta abre mão de uma plataforma feminista em favor da plataforma partidária, no caso das constituintes que chegaram ao Congresso via partido, as demandas de movimentos de mulheres fora dos partidos “geraram condições para que surgisse uma identidade ‘feminista’, recuperando as especificidades das demandas diluídas nos partidos”⁹⁴.

As mulheres deputadas apresentaram 33 emendas relativas aos direitos da mulher, as quais são citadas pela autora.

A autora destaca que as emendas da Bancada Feminina “eram muito mais amplas e abrangiam um leque muito maior de temas do que as conquistas asseguradas na Constituição”⁹⁵.

A autora conclui essa discussão argumentando que:

Em síntese, tomando como dados a procedência das mulheres constituintes e a atuação do grupo durante os trabalhos da Assembléia, pode-se afirmar que a representação não se esgota em uma identidade a priori de candidatos com sujeitos sociais construídos a partir de campos de força. Representantes eleitos a partir de grandes clivagens políticas e sociais poderão, guardadas estas mesmas clivagens, agir como representantes de movimentos sociais e grupos de interesses na medida em que estes tenham capacidade de organização e capacidade de pressão. Portanto, o campo de estudo da participação política não pode se esgotar na análise da representação stricto sensu, mas deve se expandir para outras formas de

⁹⁴ PINTO (1994), op. cit., p.214.

⁹⁵ Ibid., p.215.

*participação. No caso da transformação das mulheres constituintes em “Bancada Feminina”, defensora das demandas dos movimentos de mulher, a participação política extra-parlamentar das mulheres teve, sem dúvida, um papel definidor*⁹⁶.

Considerando que neste capítulo a principal discussão é em relação à formação ou não das deputadas constituintes como um grupo de interesse, necessário se faz analisar, de acordo com as considerações feitas por Clauss Offe (1995), as mudanças históricas no nível de valores e ideologias, de posições estratégicas e de poder social de grupos que justificam a forma e o conteúdo do sistema de representação de interesse.

Eva Blay (1999)⁹⁷ faz um relato histórico da inserção da mulher e de grupos sociais como movimento de mulheres e movimento feminista no cenário político brasileiro, buscando revelar as relações de dominação de gênero e a cultura da subordinação feminina. A autora faz duas reflexões sobre o percurso de 30 anos do movimento feminista a partir da atuação do movimento de mulheres e a relação do movimento de mulheres com os poderes legislativo e executivo no período posterior a 1987.

Segundo a autora, no cenário político brasileiro do final do século XIX e início do século XX, prevalecia uma rígida estrutura hierárquica, e nesse contexto as mulheres estiveram sempre associadas aos movimentos sociais, em especial nos anos 20, na luta pelo direito ao voto, e nos dois períodos ditatoriais, 1930-1945 e 1964-1982, em movimentos progressistas e democráticos.

Nesse modelo de sociedade altamente hierarquizado, as mulheres eram subordinadas aos homens e havia, entre elas, uma hierarquia social determinada pela respectiva posição de classe, em cada camada social. De acordo com o perfil da diferenciação entre as mulheres do início do século XX, havia “uma massa de trabalhadoras na agricultura e na indústria têxtil e no serviço doméstico; uma parcela da classe média trabalhando com professora primária e funcionária; a maioria composta por donas de casa; uma elite que não trabalhava remuneradamente”. Esse quadro vigorou até a Segunda Guerra, deixando marcas na atual estrutura social, composta por: “mulheres brancas, educadas, de famílias de classe média alta ou alta, que exercem atividades econômicas empresariais, atuam no setor do ensino e no de serviços; mulheres de classe média, brancas e raras negras em atividades comerciais,

⁹⁶ PINTO (1994), op. cit., p.215.

⁹⁷ BLAY, E. *Falas de Gênero. Teorias, análises, leituras*. Ilha de Santa Catarina: Editora mulheres, 1999.

burocráticas, administrativas e de ensino; mulheres brancas ou negras, trabalhadoras em todos os setores da economia na condição de assalariadas”⁹⁸. Nesta última categoria, o maior contingente de mulheres trabalha como empregada doméstica. No setor informal, cresce o número de trabalhadoras em todas as classes sociais.

Assim como em outros países, o primeiro movimento social feminista foi o da conquista do voto, que era liderado por mulheres brancas, educadas e de classe alta. No Brasil, o voto foi conquistado em 1933, consagrado na Constituição de 1934 e exercido somente nas eleições livres de 1945.

No movimento de resistência à ditadura de Getúlio Vargas, as mulheres atuaram em dois segmentos políticos: liberal progressista e comunista. As comunistas agiam em partidos clandestinos e sofreram perseguições, prisão e morte.

Na redemocratização de 1945, foram eleitas parlamentares, mulheres liberais e comunistas, as quais foram destituídas logo depois, quando o Partido Comunista foi colocado novamente na ilegalidade. Mesmo assim, as militantes comunistas atuavam na clandestinidade, na politização do operariado, das moradoras de favelas e junto a crianças.

Em 1964, com o golpe contrário à política governista, o governo autoritário militar cassou os direitos políticos e civis de inúmeros cidadãos. Em resposta, surgiu um forte movimento de mulheres na luta pela restauração da cidadania plena. Este movimento, em 1975, dividiu-se num “movimento de mulheres” e num “movimento feminista”. O movimento era acusado de ser alienado dos problemas nacionais e buscava imprimir às suas ações coletivas “uma orientação voltada para os problemas das mulheres de todas as camadas sociais, extravasando a área econômica e incluindo questões sobre sexualidade, violência, direitos reprodutivos, aborto, planejamento familiar e orientação sexual”. Essas duas vertentes do movimento de mulheres teve uma atuação conjunta até 1982, tendo sido irrelevante a sua divisão interna.

Nos movimentos feministas dos anos 70 e 80 surge à luta pela democracia e pela desigualdade de gênero. As militantes eram desqualificadas pelos meios de comunicação como “alienadas, preocupações burguesas, cópia de um modismo americano, europeu”. Com o intuito de ridicularizá-las, desmascarar suas lutas e acusá-las de não darem atenção às reais necessidades das trabalhadoras, “negavam que houvesse violência contra a mulher, afirmavam

⁹⁸ BLAY, E. op. cit., 1999. p.134.

que estupros eram provocados pela vítima, que era legítimo matar uma mulher em nome da honra, negavam que as mulheres de favela tivessem qualquer interesse em discutir a própria sexualidade, o planejamento familiar ou o aborto. Ser feminista era sinônimo de exibicionismo, alienação, inconseqüentes ‘queimadoras de sutiãs’, marca desfiguradora que se introjeta e que, mesmo hoje, muitas mulheres com valores e comportamentos plenamente feministas não aceitam serem adjetivadas como tal”⁹⁹.

Ao discutir a relação homem-mulher, a subordinação e a sexualidade, ao negar a hierarquia de gênero, as feministas levavam a discutir direitos civis, liberdade e democracia, atingindo diretamente, assim, o poder autoritário. Dessa forma, “falar sobre direitos da mulher era enfrentar a ditadura militar”. A questão “mulher” passou a ser assunto de segurança nacional, acarretando riscos para as militantes.

Ao refletir sobre o percurso de 30 anos do movimento feminista, Blay argumenta que “um dos fatores que unificou a atuação dos movimentos de mulheres foi à existência de um inimigo comum; o governo militar; repressor e antidemocrático”. As famílias eram destruídas, homens e mulheres eram arbitrariamente presos e assassinados; filhas, mães, esposas e companheiros clamavam “pelos desaparecidos políticos, pela anistia, trabalho, salário, creche, desempenhando sozinhas ações proibidas aos outros segmentos da sociedade civil organizada, como os partidos políticos ou sindicatos”. Havia mulheres que militavam em movimentos políticos e outras que se reuniam e criavam ações visíveis à sociedade e ao governo. Na Câmara Municipal de São Paulo, mulheres se reuniram para comemorar o dia 8 de março de 1975 e foram cercadas pela polícia. A autora destaca que “o confronto com a ditadura aproximou católicas, judias, evangélicas ou atéias, comunistas, liberais e apartidárias, num único movimento social”¹⁰⁰.

Em 1982, com a restauração da democracia, eleições livres e diretas nas capitais e a plenitude de funcionamento dos partidos políticos, algumas reivindicações foram institucionalizadas pelos governos. Foram criados o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, as Delegacias de Defesa da Mulher e creches. Ampliou-se o debate sobre questões de “reprodução humana, controle demográfico, planejamento familiar, aborto, mortalidade materna, crimes contra a mulher”. A imprensa escrita, rádio e televisão passaram a debater essas questões. Em consequência, “foi-se instalando um clima de repúdio a valores machistas

⁹⁹ BLAY, E. op. cit. 1999, p.136.

¹⁰⁰ Ibid., p.137.

e criou-se expectativa de políticas públicas em resposta às denúncias”. Dessa forma, “ampliou-se o reconhecimento da problemática feminina e grande parte da sociedade reconheceu que as mulheres e crianças eram vítimas de abusos sexuais e que o machismo não tinha o direito de usar o álibi ‘defesa da honra’ para justificar o assassinato de mulheres”¹⁰¹. No plano eleitoral, algumas militantes buscaram ampliar o espaço atuando no legislativo ou no executivo.

No período de 1982 a 1986, o movimento de mulheres e o movimento feminista atuaram no poder executivo, no encaminhamento de projetos e fazendo pressão para a implantação de políticas públicas que eliminassem desigualdades. Após 1987, o movimento delegou ao poder público a execução de novas políticas públicas, acreditando que os instrumentos criados (Conselhos e Delegacias) dariam continuidade à política implantada. Delegou também a poucas representantes no legislativo a mesma tarefa. Além disso, o movimento “subestimou a resistência que ressurgia de setores como igrejas, segmentos sociais conservadores e da própria cultura machista e autoritária que não mudara pela simples restauração democrática, ao contrário, nesse novo clima, os valores patriarcais e setores da hierarquia católica reativaram-se”. Com isso, “mostraram que o poder executivo, essencialmente dirigido por homens e por uma cultura masculina, inconsciente das discriminações de gênero e desprovido de pressões dos movimentos de mulheres, ignorou as políticas públicas que evitariam problemas essenciais como morte no parto, assassinatos de mulheres, câncer de colo de útero, desigualdades salariais, falta de aprendizado profissional, para não falar no baixo patamar de participação em cargos políticos do executivo, legislativo e judiciário”. A autora conclui esta análise referindo-se ao fato de que “os movimentos organizados de mulheres no Brasil abriram seu espaço de pressão antes da consolidação de conquistas, acreditando na eficácia da ação democrática”¹⁰².

A autora discute, em seguida, a cultura da subordinação feminina. Destaca que o Brasil sempre esteve presente nas Conferências mundiais, nas quais apresentou exaustivos diagnósticos e assinou proposta da Conferência de Beijing, comprometendo-se a colocar em prática ações concretas para resolver os problemas da discriminação contra a mulher. Na opinião da autora, esses problemas são decorrentes da subordinação da mulher na sociedade. Faz críticas aos encaminhamentos tardios e à relação entre executivo e legislativo, que, na sua opinião, não se articulam. A autora argumenta que não se pode avançar muito na análise dos

¹⁰¹ BLAY, E. *op. cit.*, 1994, p.138.

¹⁰² BLAY, E. *op. cit.*, 1994, p.139.

dados porque estes não são coletados distinguindo-se mulheres de homens. Sugere tentar responder as questões: quantas deputadas estaduais foram eleitas no Brasil em 1994, quantas foram as candidatas e quantas vereadoras? Segundo a autora, não há dados para responder a estas questões, pois nas fichas de inscrição dos Tribunais Eleitorais não é necessário indicar o sexo do candidato. Ela faz referência também às causas de morte das mulheres no Brasil e faz uma análise das cinco causas da mortalidade feminina, as quais, em ordem decrescente, são: AIDS, câncer, acidentes de trânsito, homicídios e causas maternas.

A autora conclui, destacando que:

A estrutura democrática só poderá se estabilizar se puder contar com todas as forças humanas do país. Manter a exclusão de mulheres, negros e outros grupos sociais é reduzir a democracia pelo gênero, pela pobreza, baixo nível educacional, mortalidade e abandono de crianças recém-nascidas. Garantir a cidadania à mulher significa ampliar e garantir a democracia. O problema é vencer a exclusão criando mecanismos que propiciem igualdade de oportunidades¹⁰³.

Na política, especificamente, as oportunidades de participação são bastante restritas em relação às mulheres. O acesso a cargos legislativos via partidos políticos já se coloca como entrave à participação feminina na política, considerando as dificuldades impostas às mulheres na questão partidária, uma vez que os partidos não oferecem estratégias de apoio dentro de interesses específicos e, dessa forma, suas reivindicações não se colocam como temas prioritários na agenda política dos partidos.

Na Constituinte, em particular, a questão da representação ou de grupo de interesse se revela, portanto, a partir da trajetória dos movimentos sociais para a política institucional, por meio da pressão de grupos externos. Pinto (1994) observa que a maior participação do sujeito político mulher se dá por meio de espaços criados fora da política institucional, em manifestações públicas ou nos movimentos sociais. De acordo com a autora, a pressão política extra parlamentar das mulheres teve um papel definidor no processo de representação das deputadas constituintes. As demandas dos movimentos de mulheres, fora dos partidos, geraram condições para que surgisse uma “identidade” feminina.

Pinto (1994) adverte que o acesso das mulheres parlamentares se dá via partido e não apresenta preocupação com a agenda feminista, além de não entrarem para a política por meio

¹⁰³ Ibid., p. 144.

de militância no movimento feminista e sim através de envolvimento com lutas partidárias e movimentos populares. Salienta, no entanto, que a própria dinâmica interna das casas legislativas e a pressão de grupos externos à política institucional oferecem a possibilidade de as mulheres atuarem como representantes efetivas das mulheres.

No primeiro capítulo pode-se observar que as deputadas constituintes eleitas são mulheres comuns, não se constituindo em representantes de grupos ou de interesses, em particular, do movimento feminista. A história da trajetória política dessas deputadas evidencia que se dedicaram à sua militância política por meio de envolvimento com partidos e movimentos sociais. A atuação delas, no entanto, pode comprovar a dedicação e participação efetiva na apresentação e defesa de emendas que transformaram a situação da mulher no país.

Interessante destacar a revelação de uma identidade feminina que delimitava uma certa unidade entre as deputadas constituintes, independentemente das facções partidárias que cada uma ali representava, nas questões relativas aos direitos e às garantias da mulher. Isso revela também que os partidos não tinham muita influência nas deliberações das mulheres parlamentares, o que caracteriza a postura por elas assumida, de implementar as mudanças requeridas pelas demandas dos movimentos de mulheres, particularmente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que atuou conjuntamente na execução das ações das deputadas junto à Assembléia Nacional Constituinte. Nas questões relativas a direitos e garantias da mulher, o único ponto divergente entre elas se tratava da questão do aborto; por não haver consenso da bancada feminina sobre este assunto, as posições eram tomadas individualmente e, em alguns casos, em consonância com a deliberação dos partidos.

Na dinâmica interna do Congresso Constituinte, as deputadas se fizeram representar utilizando o *slogan* “Bancada feminina”. No que se refere a pressões de grupos externos, muitas foram às intervenções de grupos de mulheres organizados, entre eles o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), que buscaram dar sua contribuição na defesa dos interesses aos direitos e às garantias da mulher.

Dessa forma, as deputadas, ao incorporarem as expectativas e os encaminhamentos de propostas de mulheres dos mais variados segmentos organizados, bem como do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, se colocaram na condição de representantes, atuando, assim, na defesa das demandas dos movimentos de mulheres. Vale ressaltar, no entanto, que, devido ao fato de estas deputadas não possuírem um capital político que as identificasse como

políticas no sentido *stricto sensu*, elas tomaram a questão da mulher como uma alavanca que pudesse justificar a sua atuação como um grupo de interesse e se apoiaram nos movimentos sociais de luta pela questão da mulher de modo a implementar suas ações no Parlamento. A identificação, portanto, das deputadas constituintes como grupo de interesse se revela pela defesa de suas propostas, associadas com as demandas dos movimentos sociais, e pela capacidade de organização e capacidade de pressão com que atuaram na Assembléia Nacional Constituinte, no alcance de resultados efetivos no âmbito de seus interesses.

Importante destacar o fato de que ser mulher não afetou a eleição da maioria das deputadas, e provavelmente foram menos afetadas aquelas cujos companheiros haviam sido governadores, pois deram um salto de primeira-dama para à Constituinte. Nessa situação estão Marluce Pinto, Lúcia Vânia, Myriam Portella, Rita Camata, Wilma Maia e Lúcia Braga. Anna Maria Rattes foi primeira-dama da Prefeitura de Petrópolis. Outras parlamentares foram eleitas por seu contínuo trabalho de base, independentemente da condição feminina: Irma Passoni, Cristina Tavares, Abigail Feitosa, Lídice da Mata, Benedita da Silva e Maria de Lourdes Abadia. Há ainda aquelas que, como Rita Furtado, Eunice Michiles e Sadie Hauache, não participaram das negociações das demais mulheres para definir um trabalho de grupo em temas específicos (O Estado de São Paulo, 31/01/1988).

A questão, portanto, da constituição de grupo de interesse pelas deputadas constituintes se revela apenas como um interesse da “bancada feminina” em fazer prevalecer que elas eram unidas num objetivo comum: as garantias e os direitos da mulher. Contudo, na realidade, havia muitas discordâncias entre elas; como ficou claro em matéria publicada pelo jornal Estado de São Paulo, três deputadas não integraram os interesses da “bancada feminina”.

Tudo isso revela que a condição de mulher dessas deputadas não pode ser considerada uma alavanca para a constituição de um grupo de interesse, mas sim a pressão dos movimentos sociais na reivindicação dos direitos da mulher, que passou a ser considerada pela “bancada feminina” como o trunfo para a constituição deste grupo na defesa destes interesses. Dessa forma, elas estavam sim representando estas mulheres, não pela condição de mulher, mas na condição de políticas que assumiram o papel de defender os pleitos desses movimentos constituídos por mulheres.

Eu fui casada com o governador do estado e esse trabalho de primeira dama me deu uma visão social muito grande. O comando do serviço social me deu uma dimensão social da dificuldade, da luta, das carências, das exclusões sociais e dessa forma, sem querer, a gente vai se engajando...

(Myriam Portella)

CAPÍTULO 3

QUEM É QUEM NA CONSTITUINTE: O PERFIL SOCIOPOLÍTICO DAS DEPUTADAS CONSTITUINTES

A Assembléia Nacional Constituinte no Brasil foi um marco na participação da mulher na política parlamentar. Pela primeira vez na história política brasileira, 26 mulheres tomaram assento no Congresso Nacional, número este ainda bastante inexpressivo, considerando o total de homens eleitos para o Congresso Constituinte: um percentual equivalente a 5,6%. Sem dúvida, foi um avanço em relação aos mandatos anteriores, legitimando, no entanto, a baixa proporção de mulheres em cargos executivos, no Brasil. Das 26 deputadas eleitas, uma não exerceu o mandato, por ter aceito a nomeação para a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo: a deputada Beth Mendes. Dessa forma, a “bancada feminina” da Assembléia Nacional Constituinte esteve composta de 25 mulheres, das mais variadas facções políticas e representando todas as regiões do País (Quadro 1).

Quadro 21 - Relação de deputadas por unidade da federação e partidos

Regiões	Deputadas	Partido Eleição
Norte	Beth Azize (AM)	PSB
	Eunice Michiles (AM)	PFL
	Maria Lúcia (AC)	PMDB
	Marluce Pinto (RR)	PTB
	Raquel Candido (RO)	PFL
	Raquel Capiberibe (AP)	PMDB
	Rita Furtado (RO)	PFL
	Sadie Hauache (AM)	PFL
Nordeste	Abigail Feitosa (BA)	PMDB
	Cristina Tavares (PE)	PMDB
	Lidice da Mata (BA)	PC DO B
	Lúcia Braga (PB)	PFL
	Myriam Portela (PI)	PDS
	Moema Santiago (CE)	PDT
	Wilma Maia (RN)	PDS
Sudeste	Anna Maria Rattes (RJ)	PMDB
	Benedita da Silva (RJ)	PT
	Dirce Tutu Quadros (SP)	PSC
	Irma Passoni (SP)	PT
	Rita Camata (ES)	PMDB
	Rose de Freitas (ES)	PMDB
	Sandra Cavalcanti (RJ)	PFL
Centro-Oeste	Lúcia Vânia (GO)	PMDB
	Márcia Kubitschek (DF)	PMDB
	Maria de Lourdes Abadia (DF)	PFL

Fonte: Banco de Dados. Brasília: BDEP. Congresso Nacional.

Neste capítulo pretendeu-se analisar a biografia das deputadas eleitas, a partir da elaboração de um exercício comparativo da faixa etária dos deputados e deputadas e sua correlação com a região; a formação universitária dos deputados e deputadas; e sua correlação com a vinculação partidária e com a região. Procurou-se analisar também a trajetória política das 13 deputadas entrevistadas no percurso para o alcance da vitória nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte.

Quadro 22 - Dados biográficos das deputadas constituintes

NOME DAS DEPUTADAS	DATA NASCIMENTO	ESTADO CIVIL	NÍVEL INSTRUÇÃO	PROFISSÃO	PARTIDO ELEIÇÃO	MANDATOS	UF	OUTRAS INFORMAÇÕES
Abigail Feitosa	17/04/1933	Casada	Superior Medicina	Médica	PMDB	1987/1991	BA	Cearense, 53 anos, um filho. É médica (ginecologista e obstetra) formada pela Universidade Federal da Bahia. Feminista, militou no MDB e elegeu-se deputada estadual pelo PMDB nas eleições de 1982. Como deputada Constituinte, obteve 34.821 votos, classificando-se entre os políticos de esquerda radical.
Anna Maria Rattes	16/06/1939	Casada	Superior Direito	Advogada	PMDB	1987/1991	RJ	Fluminense, 47 anos, três filhos. Advogada formada pela Faculdade de Direito de Valença, no Rio. É casada com o ex-prefeito de Petrópolis, Paulo Rattes, que coordenou a campanha de Wellington Moreira Franco ao governo do Estado, tornando-se seu secretário. Foi secretária de Apoio Comunitário na gestão de seu marido em Petrópolis (1983-1986), onde também integrou a Comissão de Direitos Humanos juntamente com o Frei Leonardo Boff (teórico da Teologia da Libertação, bastante contestado pela ala conservadora da Igreja Católica). Foi para seu primeiro mandato eletivo com 54.710 votos, e definiu-se como de centro-esquerda.

NOME DAS DEPUTADAS	DATA NASCIMENTO	ESTADO CIVIL	NÍVEL INSTRUÇÃO	PROFISSÃO	PARTIDO ELEIÇÃO	MANDATOS	UF	OUTRAS INFORMAÇÕES
Benedita da Silva	16/04/1942	Viúva	Superior Serviço Social	Auxiliar Enfermagem Professora Servidora Pública	PT PT PT	1987/1991 1991/1995 1995/1999	RJ	Carioca, 44 anos, seis filhos. Auxiliar de enfermagem, assistente social formada pela Faculdade de Serviço Social do Rio de Janeiro (atual Veiga de Almeida).
Beth Azizo	10/01/1940	Solteira	Superior Direito	Advogada	PSB PDT	1987/1991 1991/1995	A M	Amazonense, 36 anos, advogada e jornalista. Foi procuradora jurídica de Manaus (1971-1976). É formada pela Faculdade de Direito do Amazonas, tendo estudado também na Universidade de Lisboa. Eleita pela primeira vez para a Câmara Federal com 17.325 votos, já foi vereadora em Manaus (1976-1982) pelo MDB, deputada estadual (1982-1986) pelo PMDB. Considerou suas posições políticas como de centro-esquerda.
Cristina Tavares	10/06/1934	Solteira	Superior Línguas Neolatinas	Jornalista	PMDB	1987/1991	PE	Pernambucana, 52 anos. Jornalista, bacharel em Línguas Neolatinas pela Faculdade de Filosofia de Recife. Vice-líder do PMDB (1982) e membro da delegação brasileira que visitou Cuba em 1980. Tem duas obras publicadas, uma das quais é Conversações com Arraes (1979). Esta é sua terceira legislatura na Câmara Federal, tendo sido eleita em 1978 pelo MDB e em 1982 pelo PMDB. Foi reeleita com 40.624 votos. Classificou-se como de centro-esquerda.

NOME DAS DEPUTADAS	DATA NASCIMENTO	ESTADO CIVIL	NIVEL INSTRUÇÃO	PROFISSÃO	PARTIDO ELEIÇÃO	MANDATOS	UF	OUTRAS INFORMAÇÕES
Dirce Tutu Quadros	28/12/1943	Desquitada	Direito	Advogada	PSC	1987/1991	SP	Paulista, 42 anos, casada pela segunda vez, seis filhos. Bióloga, doutora em Citologia pela Universidade do Texas, EUA. Filha do ex-presidente da República e prefeito de São Paulo, Hjanio da Silva Quadros, e recém-casada com seu secretário do Planejamento, Marco Antonio Mastrobuono, foi eleita pelo inexpressivo PSC, auxiliada pelo sobrenome do pai. No seu currículo ostenta o cargo de assessora do ex-governador José Sarney, quando este era presidente do PDS. Disputou sua primeira eleição para a Câmara Federal e obteve 34.228 votos. Declarou-se de centro.
Eunice Michiles	10/07/1929	Desquitada	Secundário	Professora Comercial	PFL	1987/1991	A M	Paulista, 57 anos, cinco filhos. Professora primária e comerciante. Foi deputada Estadual pela Arena (1975-1979). Elegeu-se para a Câmara Federal pela primeira vez com 24.033 votos, mas já havia estado no Senado (1979-1987) quando, primeira suplente do senador arenista João Bosco Ramos de Lima, assumiu seu lugar quando este faleceu (1979). Inclui-se entre os políticos de centro.

NOME DAS DEPUTADAS	DATA NASCIMENTO	ESTADO CIVIL	NÍVEL INSTRUÇÃO	PROFISSÃO	PARTIDO ELEIÇÃO	MANDATOS	UF	OUTRAS INFORMAÇÕES
Irma Passoni	05/04/1943	Casada	Superior Pedagogia	Professora Pedagoga Supervisora	PT PT	1987/1991 1991/1995	SP	Catarinense, 43 anos, dois filhos. Professora do ensino público, formada pela Faculdade Nossa Senhora Medianeira e Faculdades Metropolitanas Unidas. Ligada às comunidades Eclesiais de Base, elegeu-se deputada estadual em 1978 pelo MDB com votos obtidos em grande parte na região de Santo amaro, zona sul de São Paulo, onde liderou o Movimento contra a Ceresia. Na reforma partidária passou para o PT, elegendendo-se deputada federal em 1982 e reelegendo-se agora com 22.166 votos. Declarou-se de centro-esquerda.
Lídice da Mata	12/03/1953	Casada	Superior Economia	Economista	PC do B	1987/1991	BA	Baiana, 33 anos, um filho. Economista formada pela Universidade Federal da Bahia. Foi presidente do Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal da Bahia. Em 1982, foi eleita vereadora em Salvador pelo PMDB e liderou a bancada na Câmara Municipal. Vai para a Câmara Federal pela primeira vez com 36.450 votos. Definiu suas posições políticas como de esquerda radical.

NOME DAS DEPUTADAS	DATA NASCIMENTO	ESTADO CIVIL	NIVEL INSTRUÇÃO	PROFISSÃO	PARTIDO ELEIÇÃO	MANDATOS	UF	OUTRAS INFORMAÇÕES
Lúcia Braga	13/12/1934	Casada	Superior Serviço Social Direito	Assistente Social	PFL PDT	1987/1991 1991/1995	PB	Paraibuna, 52 anos, dois filhos. Assistente social e bacharel em Direito, formada pela Faculdade de Serviço Social da Paraíba e pela UDF de Brasília. Presidiu a Fundação Social do Trabalho (órgão subordinado ao governo estadual) de 1982 a 1986. Eleita pela primeira vez para uma função legislativa com 92.324 votos. Definuiu-se como de centro-esquerda.
Lúcia Vânia	15/10/1944	Casada	Superior comunicação Pós-graduação Ciência Política	Jornalista Professora	PMDB PMDB	1987/1991 1991/1995	G O	Goiana, 41 anos, três filhos. É formada em jornalismo pela Universidade Federal de Goiás, fez pós-graduação em Ciências Políticas em Oxford. Ocupou cargo de confiança no governo de seu marido, Irapuan Costa Junior. Chegou ao seu primeiro mandato legislativo, em segundo lugar no Estado, com 84.688 votos. Deve boa parte de seu sucesso eleitoral ao marido, ex-governador de Goiás pela Arena, agora eleito senador pelo PMDB e proprietário do Banco Brasileiro Comercial. Contou também com o apoio do pai, Abdalla Abrão, dono de uma das maiores redes de armazéns para estocagem de cereais do País. Classificou suas posições políticas como de centro.

NOME DAS DEPUTADAS	DATA NASCIMENTO	ESTADO CIVIL	NÍVEL INSTRUÇÃO	PROFISSÃO	PARTIDO ELEIÇÃO	MANDATOS	UF	OUTRAS INFORMAÇÕES
Márcia Kubitschek	22/10/1943	Casada	Superior Comunicação Pós-graduação Ciência Política	Jornalista	PMDB	1987/1991	DF	Mineira, 42 anos, três filhos, casada com o bailarino Fernando Bujones, é filha do ex-presidente Juscelino. Jornalista, formada pela PUC do Rio de Janeiro, foi responsável pelo escritório da Embratur em Nova Iorque. Quarta colocada nas eleições com 22.746 votos, apoiada pelo governador local José Aparecido, Márcia Kubitschek entra em seu primeiro mandato político, apesar de já ter militado no PSD, com Juscelino, e no MDB. Indicou o centro como sua posição política.
Maria de Lourdes Abadia	14/08/1944	Desquitada	Superior Serviço Social Administração Pública, Meio Ambiente e Urbanismo e Desenvolvimento Internacional	Professora Assistente Social	PFL	1987/1991	DF	Goiãna, 42 anos, não tem filhos. Assistente Social formada pela Universidade de Brasília, foi Coordenadora do Serviço Social do GDF, Brasília, 1971-1975 e ocupou, entre 1985 e 1986, o cargo de diretora executiva da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal. Antes, foi por 14 anos administradora regional da cidade satélite de Ceilândia. Esta foi a sua primeira campanha eleitoral, na qual obteve a Segunda colocação, com 40.016 votos. Considerou-se de esquerda moderada.

NOME DAS DEPUTADAS	DATA NASCIMENTO	ESTADO CIVIL	NIVEL INSTRUÇÃO	PROFISSÃO	PARTIDO ELEIÇÃO	MANDATOS	UF	OUTRAS INFORMAÇÕES
Maria Lúcia	17/04/1935	Viúva	Superior Direito	Professora	PMDB	1987/1991	AC	Paraibana, 51 anos, dois filhos, viúva do primeiro governador eleito no Acre, em 1962, Augusto de Araújo, cassado em 1964. Professora primária formada pela Faculdade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro. Presidiu a Fundação do Bem-estar do Menor. Foi suplente de deputado federal, cassada quando exercia o seu mandato (1966-1968). Prima do governador eleito de seu Estado, volta à Câmara dos Deputados com 6.973 votos. Definiu suas posições políticas como de centro.
Marluce Pinto	03/06/1938	Casada	Secundário	Empresária Industrial	PTB	1987/1991	RR	Cearense, 48 anos, uma filha. Vinda do PDS, como o marido, o ex-governador do território e deputado federal Otomar Pinto, estreia na Câmara pelo PTB com 2.732 votos. Considerou-se de centro
Moema São Thiago	03/04/1948	Solteira	Superior Direito e Sociologia	Advogada	PDT	1987/1991	CE	Mineira, 38 anos, sem filhos. Socióloga e advogada trabalhista do Sindicato dos Médicos do Estado, formada pela Universidade Federal do Ceará. Foi líder estudantil no CE na década de 60, após um período de clandestinidade, exilou-se em 1970 e voltou ao Brasil em 1979, depois de Ter estado no Chile, em Cuba, Portugal e outros países. Esta é a primeira vez que assume uma função legislativa. Vai para a Constituinte com 1.472 votos. Considerou-se de centro-esquerda.

NOME DAS DEPUTADAS	DATA NASCIMENTO	ESTADO CIVIL	NIVEL INSTRUÇÃO	PROFISSÃO	PARTIDO ELEIÇÃO	MANDATOS	UF	OUTRAS INFORMAÇÕES
Myriam Portella	15/12/1932	Casada	Superior Direito	Servidora Publica Advogada	PDS	1987/1991	PI	Fluminense, 64 anos, mulher do ex-governador Lucídio Portella, cinco filhos. Seu bisavô foi governador do estado, Arthur Nogueira, um tio deputado, cunhado que foi governador, prefeito, deputado e senador. Advogada formada pela Universidade Federal do Piauí e funcionária federal por concurso público. Trabalhou no TRT do Piauí (1965-1985). Ex-presidente da Comissão de Assistência Comunitária no governo de Lucídio Pontella. Este é o primeiro cargo legislativo que exerce. Em 1985 concorreu à Prefeitura de Teresina pelo PDS, mas foi derrotada. Foi eleita para a Assembleia Constituinte com 26.956 votos. Definiu-se como de centro esquerda.
Raquel Cândido	17/06/1951	Solteira	Secundário	Técnica em Saúde	PFL	1987/1991	RO	Roraima, 35 anos, quatro filhos, técnica de saúde e professora. Foi vereadora em Porto Velho pelo PMDEI, onde se destacou apoiando a luta a favor da construção de moradia para as populações pobres. Depois passou para o PFL, conseguindo se eleger deputada federal com 12.734 votos. Deputada Federal eleita em 1991, PDT, RO, e cassada em abril de 1994. Definiu-se como de centro.

NOME DAS DEPUTADAS	DATA NASCIMENTO	ESTADO CIVIL	NIVEL INSTRUÇÃO	PROFISSÃO	PARTIDO ELEIÇÃO	MANDATOS	UF	OUTRAS INFORMAÇÕES
Raquel Capiberibe	14/12/1939	Casada	Superior Pedagogia	Professora Servidora Publica Orientadora Pedagógica	PMDB	1987-1991	AP	Parense, 47 anos, três filhos. Professora e orientadora pedagógica formada pela Universidade do Pará. Oriunda do PTB, foi eleita, em 1983, pelo PMDB, vice-prefeita de Macapá, estreando na Câmara Federal com 4.754 votos e incluindo-se entre as forças políticas de centro.
Rita Camata	01/09/1961	Casada	Superior Comunicação Social	Professora	PMDB	1987/1991 1991/1995 1995/1999	ES	Capixaba, 25 anos, uma filha, jornalista formada pela Universidade Federal do Espírito Santo. É mulher do ex-governador de seu estado, Gerson Camata, hoje senador. Só começou a fazer política depois de casada. Lançada sua candidatura pelo marido, à última hora, recebeu a maior votação de seu Estado (136.031 votos). Definiu-se como de centro-esquerda.

NOME DAS DEPUTADAS	DATA NASCIMENTO	ESTADO CIVIL	NIVEL INSTRUÇÃO	PROFISSÃO	PARTIDO ELEIÇÃO	MANDATOS	UF	OUTRAS INFORMAÇÕES
Rita Furtado	06/02/1941	Casada	Superior Letras e Comunicação	Professora Radialista	PFL	1987/1991	RO	Fluminense, 45 anos, duas filhas. Formada em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo e em jornalismo (rádio, cinema e TV) pela Universidade de Brasília. Ex-superintendente das Emissoras de Rádio da Amazônia, da Radiobrás. Casada com Romulo Vilar Furtado que é Secretário Geral do Ministério das Comunicações. Em 1982 foi eleita deputada federal pelo PDS. Volta novamente à Câmara Federal agora pelo PFL com 32.223 votos, numero expressivo em relação ao eleitorado de Rondônia. Politicamente, considerou-se de centro.
Rose de Freitas	23/01/1949	Outros	Secundário	Professora Radialista Jornalista Desenhista projetista e Agrimensora	PMDB	1987/1991	ES	Mineira, 37 anos, dois filhos. É radialista e agrimensora. Contando com sua popularidade como radialista, elegeu-se deputada estadual pelo PMDB, em 1982, sendo a única deputada na Assembleia Legislativa. Participou intensamente da campanha pela anistia e é considerada feminista. Em 1985, disputou na convenção de seu partido a indicação para concorrer à Prefeitura de Vitória, sendo derrotada por Hernes Laranja. Elegeu-se deputada federal com 36.132 votos. Considerou-se de centro-esquerda.

NOME DAS DEPUTADAS	DATA NASCIMENTO	ESTADO CIVIL	NIVEL INSTRUÇÃO	PROFISSÃO	PARTIDO ELEIÇÃO	MANDATOS	UF	OUTRAS INFORMAÇÕES
Sadie Hauache	01/02/1932	Casada	Superior Comunicação	Jornalista Empresaria	PFL	1987/1991	A M	Amazonense, 54 anos, cinco filhos. Jornalista e ex-proprietária da TV Ajuricaba de Manaus, formada pela Faculdade do Amazonas. Em 1982, tentou, sem êxito, eleger-se senadora pelo PDS. Discorda das classificações políticas em termos de direita e esquerda e não quis emitir sua opinião a respeito de sua posição política.
Sandra Cavalcanti	30/08/1925	Solteira	Superior Letras Pedagogia Língua Portuguesa Filologia	Professora	PFL PFL	1987/1991 1991/1995	RJ	Paraense, 61 anos. Professora de Português e Literatura Brasileira, formada em Letras Clássicas pela PUC do Rio de Janeiro. Começou sua carreira política como vereadora no antigo Distrito Federal, eleita pela UDN em 1954 e em 1958. Em 1960, elegeu-se deputada estadual pelo mesmo partido. De 1962 a 1964, no governo Carlos Lacerda, foi secretária de Serviços Sociais. Em 1964, fundou e foi a primeira presidente do BNH, permanecendo no cargo até o ano seguinte. Em 1965, fez um curso especial de formação em jornalismo televisivo na CBS e trabalhou na extinta rede Tupi. Nas eleições de 1974, foi eleita deputada estadual pela arena e em 1978 foi candidata derrotada ao senado. Em 1982, disputou o governo do Estado do Rio de Janeiro pelo PTB. Foi a deputada mais votada pelo PFL do Rio, em 1986, com 137.595 votos. Definir-se como de centro.

NOME DAS DEPUTADAS	DATA NASCIMENTO	ESTADO CIVIL	NÍVEL INSTRUÇÃO	PROFISSÃO	PARTIDO ELEIÇÃO	MANDATOS	UF	OUTRAS INFORMAÇÕES
Wilma Maia	17/02/1945	Casada	Superior Letras Pedagogia (incompleto)	Professora	PDS	1987/1991	RN	Rondonense, 42 anos, quatro filhos, casada com o senador Lavoisier Maia Sobrinho. Professora universitária, formada pela Faculdade de Letras da Universidade Federal do RN. Ex-secretária estadual do Trabalho e Bem-Estar Social (1982-1986). Considerou-se de centro.

Fonte: Repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicações. Brasília, 1989.

De acordo com os dados biográficos das deputadas constituintes (Quadro 22), observa-se que a idade delas, na época, variava entre 25 e 62 anos. Verifica-se que, entre as 11 deputadas mais velhas nascidas nas décadas de 1920 e 1930, apenas duas possuem nível secundário e, entre as 14 deputadas mais jovens nascidas a partir da década de 1940, duas também possuem nível secundário. Em relação aos partidos, observa-se que, entre as deputadas mais velhas, cinco eram filiadas ao PMDB, quatro ao PFL, uma ao PTB e uma ao PDS. Entre as deputadas mais jovens, observa-se uma grande variedade de partidos, sendo a maioria delas (quatro) filiada ao PMDB, três ao PFL, duas ao PT e as demais, cada uma delas, filiadas ao PSB, PSC, PC do B, PDT e PDS. Evidencia-se assim uma tendência maior das mais jovens para os partidos de esquerda.

No tocante ao estado civil, observa-se a incidência de 5 solteiras, 14 casadas, 3 desquitadas, 1 divorciada e duas viúvas. Observa-se que entre as deputadas mais velhas, duas são solteiras, e entre as mais jovens, três são solteiras. Entre as desquitadas, uma delas está entre as mais velhas e outra entre as mais jovens; o mesmo acontece entre as viúvas.

Os dados referentes a cônjuge, filiação e número de filhos podem ser observados no Quadro 23. Seis deputadas não possuem filhos, quatro delas possuem apenas um e as demais possuem dois ou mais.

No que se refere às profissões, predomina a de professora (11); algumas delas (4) exercem apenas essa função. Aparecem com maior frequência, além desta, as de jornalista (4), advogada (4), assistente social (3), médica (1), empresária (2), técnica de saúde (1), auxiliar de enfermagem (1), assessora política (1), economista (1) e atriz (1). Algumas delas, além de exercerem essas profissões, possuíam também outras, como auxiliar de enfermagem, servidora pública, orientadora pedagógica, pesquisadora, comerciante, radialista, desenhista e projetista, supervisora de treinamento de pessoal.

Quanto ao nível de escolaridade, observa-se que 20 deputadas possuem nível superior nas seguintes qualificações: Comunicação Social (1), Letras (3), Medicina (1), Comunicação (3), Serviço Social (3), Direito (3), Línguas Neolatinas (1), Pedagogia (3), Língua Portuguesa (1), Filologia (1), Linguística (1), Administração Pública (1), Meio Ambiente e Urbanismo (1), Desenvolvimento Internacional (1), Sociologia (1) e Economia (1). Observa-se que algumas delas possuem mais de um curso superior havendo três delas com cursos de pós-graduação em Ciência Política (2) e Citologia (1). Quatro deputadas possuíam nível escolar secundário.

Seria o nível escolar uma condição para se chegar à Constituinte?

Nos depoimentos, observa-se que a formação de algumas deputadas, particularmente em Serviço Social, foi considerada um fator que incentivou o interesse pela política.

Sem dúvida, o nível escolar exerce influência nas atitudes, nos comportamentos e na atuação das deputadas, mas, para fins eleitorais, parece não ser um fator condicionante. A deputada Eunice Michiles possui nível secundário e chegou a senadora. A deputada Marluce Pinto também possui nível secundário e exerce hoje a função de senadora.

Os dados referentes a cônjuge, filiação e número de filhos podem ser observados no Quadro 23. Seis deputadas não possuem filhos, quatro delas possuem apenas um e as demais possuem dois ou mais.

Quadro 23 - Dados Biográficos - filiação/cônjuge/filhos

DEPUTADAS	FILIAÇÃO	CÔNJUGE	FILHOS
Abigail Feitosa	Francisco de Aragão Freitas e Maria Leitão Freitas	José de Ribmar Feitosa	José
Anna Maria Rattes	Marchilles Scorzelli e Zaidette Martins Scorzelli	Paulo José Alves Rattes	Adriana, José e Cláudio
Benedita Silva	José Tobias de Souza Maria da Conceição de Souza	Aguinaldo Bezerra dos Santos	Eunice, Vanda, Admilton, Nilceia e Pedro Paulo
Beth Azize	Rafael Azize Olga Azize Abraham	-	
Cristina Tavares	Jose Alves Tavares Correia Maria Mercês de Lima Tavares Correia	-	
Dirce Tutu Quadros	Jânio da Silva Quadros Éloa do Valle Quadros	-	Ana Paula, Ana Claudia, Ana Laura, Janio John, Tiena e Michael
Eunice Michiles	Theófilo Berger Edith Berger	-	Neyla Yara, Darci Humberto, Edi, Soraya e Haroldo César
Irma Passoni	Jady Rossetto Theresa Slongo Rossetto	Armelindo Passoni	Paulo Thiago e Moara
Lídice da Mata	Aurélino Pereira de Souza Maria da Mata e Souza	Carlos Olímpio Martins de Carvalho	Bruno
Lúcia Braga	João Navarro Filho e Maria Augusta de Toledo Navarro	Wilson Leite Braga	Marcelo e Patrícia
Lúcia Vânia	Abdala Abrão Rita Gonçalves Abrão	Irapuan Costa Junior	Carlos Frederico, Ana Carla e George Henrique
Márcia Kubtschek	Juscelino Kubtschek de Oliveira Sarah Luiza Lemos de Oliveira	Fernando Bujones	
Maria de Lourdes Abadia	Eduardo Borges de Oliveira Geni Bonifácio Borges	-	
Maria Lúcia	Sebastião Lins de Mello Lúcia Lins de Mello	José Augusto de Araújo	Ricardo Augusto e Maria de Nazareth
Marluce Pinto	José Severino Moreira Laura Correia Moreira	Ottomar de Souza Pinto	Laura Anísia

DEPUTADAS	FILIAÇÃO	CÔNJUGE	FILHOS
Moema São Thiago	Raymundo Lima Verde São Thiago e Branca Correia São Thiago		
Myriam Portella	Olavo Nogueira Iracema Azevedo Nogueira	Lucídio Portella Nunes	
Raquel Cândido	Antônio Alípio e Silva Eva Candido e Silva	Francisco Magnos Nunes Antunes Guimarães	Evaliuce, Maria Oceano, Luciana e Walfredo Romano
Raquel Capiberibe	José Freitas Capiberibe Rimunda Roddrigues Capiberibe	Orlando Barbosa da Silva	Hoana, Kelma e Rochelle
Rita Cmata	Antônio Pase Anidis Venturim Paste	Gerson Camata	Enza Rafaela
Rita Furtado	José Ferreira Gomes Elza Reis Ferreira Gomes	Rômulo Villar Furtado	Adriana e Luciana
Rose de Freitas	Waldemar Antônio de Freitas Maria de Lourdes Teles de Freitas	Hugo Bores Junior	Gabriel e Julia Maria
Sadie Hauache	Abdul Razac Hauache Joaquina Rodrigues Hauache	Khaled Ahmed Hauache	Abdul, Khaled, Aiche e Mágida
Sandra Cavalcanti	Djalma Cavalcanti Conceição Martins Cavalcanti		
Wilma Maia	Norton Mariz de Faria Francisca Sales Paraguai Faria	Lavoisier Maia Sobrinho	Ana Cristina, Márcia, Lauro e Cintia

Fonte: Assembleia Nacional Constituinte – 1987 – Repertório Biográfico dos membros da Assembleia Nacional Constituinte de 1987 – 2ª edição. Câmara dos Deputados. Centro de documentação e Informação. Coordenação de Publicações, Brasília, 1989.

Quadro 24 – Faixa etária das deputadas por região

FAIXA ETÁRIA	REGIÃO					
	TOTAL %	NORTE %	NORDESTE %	C.OESTE %	SUDESTE %	SUL %
MENOS DE TRINTA	4	-	-	-	4	-
DE 30 A 39	20	4	12	-	4	-
DE 40 A 49	44	12	4	12	16	-
DE 50 A 59	28	12	16	-	-	-
DE 60 OU MAIS	4	-	-	-	4	-
TOTAL	25	8	7	3	7	-

No Quadro 24 observa-se a distribuição da faixa etária das deputadas por região, de acordo com modelo apresentado por Rodrigues (1987)¹⁰⁴. Os resultados desta tabela evidenciam que a maior proporção das deputadas está na faixa dos 40 anos: 44% do total. Esse resultado corrobora o resultado geral dos deputados, apresentado por Rodrigues (Quadro 25). O Sudeste apresenta maior número de deputadas nessa faixa etária: quatro. No quadro de Rodrigues (1987), em relação aos deputados, o maior número encontra-se na Região Centro-Oeste. Na faixa etária com menos de 30 anos, havia apenas uma deputada da Região Sudeste. Na faixa mais jovem, entre 30 e 39 anos, e na faixa entre 50 e 59 anos, o Nordeste apresenta o maior número de deputadas três e quatro, respectivamente. Apenas uma deputada com mais de 60 anos encontra-se na Região Sudeste.

¹⁰⁴ RODRIGUES, L.M. Quem é quem na Constituinte. Uma análise sociopolítica dos partidos e deputados. São Paulo: OESP-NALTESE, 1987.

Quadro 25 – Faixa etária dos deputados por região

FAIXA ETÁRIA	REGIÃO					
	TOTAL %	NORTE %	NORDESTE %	C.OESTE %	SUDESTE %	SUL %
MENOS DE TRINTA	3	4	6	-	2	3
DE 30 A 39	18	18	21	20	14	19
DE 40 A 49	44	39	40	56	43	47
DE 50 A 59	26	27	23	17	30	27
DE 60 OU MAIS	9	12	10	7	11	4
TOTAL	486	49	150	41	169	77

Quadro 26 - Instrução de nível superior. Deputados por partido

Grau de Instrução	PMDB (%)	PFL (%)	PDS (%)	PDT (%)	PTB (%)	PT/PCs/ PSB (%)	PL/PDC (%)
Com instrução de nível superior	88	85	81	92	94	84	91
Sem instrução de nível superior	12	15	19	8	6	16	9
Total (N)	255	116	32	24	18	26	11

Fonte: RODRIGUES, L.M. *Quem é quem na Constituinte*. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados. São Paulo: OESP-NALTESE, 1987.

No Quadro 26 são observados os dados apresentados por Rodrigues, em relação aos deputados com nível superior por partido. De acordo com esse autor, 87% dos deputados possuem diploma de nível superior. Observa-se que as menores proporções de deputados sem diploma de nível superior estão no PDS, no PT/PCs/PSB e no PFL (19, 16 e 15% respectivamente). O autor argumenta que a alta proporção de deputados dos partidos de

esquerda sem instrução de nível universitário seria de se esperar, em virtude do peso, em sua representação, dos deputados de origem popular. No caso do PDS e do PFL, esse resultado surpreende, pois nestes partidos a proporção de empresários e profissionais liberais é alta.

Quadro 27 - Instrução de nível superior. Deputadas por partido

Instrução	PMDB (%)	PFL (%)	PDS (%)	PDT (%)	PTB (%)	PT/PCs/PSB (%)	PSC(%)
Com instrução de nível superior	36	28	8	4	-	16	4
Sem instrução de nível superior	-	-	-	-	4	-	-
Total (N)	9	7	2	1	1	4	1

Fonte: Repertório Biográfico dos Deputados Constituintes. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989.

Na relação das deputadas com nível superior por partido (Quadro 27), observa-se que os partidos PT, PC do B, PSDB, PSC e PDT não apresentam deputadas sem instrução de nível superior. O resultado relativo às deputadas do PT/PC do B mostra que todas elas possuem diploma de nível superior, não corroborando assim as proporções apresentadas por Rodrigues. Neste quadro observa-se, também, que a maioria das deputadas dos partidos mais à esquerda possui diploma de nível superior.

Quadro 28 - Instrução de nível superior. Deputadas por região

Instrução	Total	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
	%					
Com instrução de nível superior	21	20	28	12	24	-
Sem instrução de nível superior	4	12	-	-	4	-
Total (N)	25	8	7	3	7	-

Fonte: Repertório Biográfico dos Deputados Constituintes. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989.

Na relação das deputadas com nível universitário por região (Quadro 28), os dados estão de acordo com o quadro apresentado por Rodrigues (Quadro 29), no qual a maior proporção de deputados com nível superior encontra-se na Região Sudeste (98% dos deputados) e a menor proporção encontra-

se na Região Norte, onde 29% dos deputados não possuem diploma de nível superior.

Quadro 29 - Instrução de nível superior. Deputados por região

Instrução	Total	Norte	Nordeste	C.Oeste	Sudeste	Sul
	%					
Com instrução de nível superior	87	71	88	85	91	88
Sem instrução de nível superior	13	29	12	15	9	12
Total (N)	481	48	147	41	168	77

Fonte: RODRIGUES, L.M. Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados. São Paulo: OESP-NALTESE, 1987.

No Quadro 29 são observados os dados apresentados por Rodrigues, em relação aos deputados com nível superior por partido. De acordo com esse autor, 87% dos deputados possuem diploma de nível superior. Observa-se que as menores proporções de deputados sem diploma de nível superior estão no PDS, no PT/PCs/PSB e no PFL (19, 16 e 15%, respectivamente). O autor argumenta que a alta proporção de deputados dos partidos de esquerda sem instrução de nível universitário seria de se esperar, em virtude do peso, em sua representação, dos deputados de origem popular. No caso do PDS e do PFL, esse resultado surpreende, pois nestes partidos a proporção de empresários e profissionais liberais é alta.

Quadro 30 - Distribuição dos Deputados por partido e região

Região	Total	PMDB	PFL	PDS	PDT	PTB	PT/PCs/ PSB	PL/ PDC
%								
Norte	10	11	12	12	4	11	4	-
Nordeste	31	29	50	34	4	6	19	-
Centro-Oeste	9	9	8	3	-	6	8	27
Sudeste	34	32	22	24	67	77	61	73
Sul	16	19	8	27	25	-	8	-
Total (N)	487	257	118	33	24	18	26	11

Fonte: RODRIGUES, L.M. Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados. São Paulo: OESP-NALTESE, 1987.

Na distribuição dos deputados por partido e região (Quadro 30), observa-se que 61% deles vieram da região Sudeste, sendo 31% do Estado de São Paulo; 19% dos deputados vieram da região Nordeste. A penetração do PT é mais acentuada no Sul e Sudeste, especialmente em São Paulo. O PC do B não elegeu deputados no Estado de São Paulo, onde se concentra o proletariado das indústrias modernas. Este partido elegeu apenas um deputado, em Minas Gerais, sob a legenda do PMDB. O êxito deste partido foi mais acentuado nos estados pobres da Federação: cinco nos estados nordestinos e dois no Sudeste.

Observa-se que o PFL elegeu deputados em todas as unidades da Federação, assim como o PMDB, com exceção do Território de Roraima. Os demais partidos, como PDS e PT/PCs/PSB, apesar de apresentarem deputados em todas as regiões do País, não estiveram presentes em todas as unidades da Federação. Os outros partidos não estiveram presentes em todas as regiões nem elegeram deputados em todas as unidades da Federação. O PSB e o PSC elegeram deputados em apenas uma das unidades da Federação – AM e SP, respectivamente.

Segundo Rodrigues, observa-se que o PMDB e o PFL foram os dois partidos que mais elegeram deputados na Assembléia Nacional Constituinte.

Quadro 31 – Distribuição das deputadas por partido e região

Região	Total	PMDB	PFL	PDS	PDT	PTB	PT/PCs/ PSB	PL/ PDC
%								
Norte	7	8	16	-	-	4	-	-
Nordeste	8	8	4	8	4	-	4	4
Centro-Oeste	3	8	4	-	-	-	-	-
Sudeste	7	12	4	-	-	-	8	4
Sul	-	-	-	-	-	-	-	-
Total (N)	25	9	7	2	1	1	3	2

Fonte: Repertório Biográfico dos Deputados Constituintes. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989.

Na distribuição das deputadas por partido e região (Quadro 29), observa-se que a maior proporção de deputadas encontra-se na região Norte (36%), seguida da região Nordeste (28%). A deputada do PC do B é da região Nordeste, e as duas do PT são do Sudeste, corroborando assim os dados apresentados por Rodrigues. A maior bancada é a do PMDB (36%) seguida do PFL (28%). O Sudeste (12%) apresenta a menor bancada das deputadas no Congresso Nacional.

Observa-se que o PMDB deteve 40% da “bancada feminina”, com nove deputadas eleitas. O PFL constituiu 28% da “bancada”, com sete deputadas. Estes dois partidos, portanto, representam dois terços da “bancada feminina”. Os partidos de esquerda (PT, PC do B e PSC) tiveram o maior número de deputadas (15%), em proporção ao número total de seus representantes na Assembléia Nacional Constituinte. O PT teve 16 representantes no Congresso, sendo duas mulheres em sua bancada. O PC do B teve cinco representantes em sua bancada, entre os quais uma deputada. Os demais partidos tiveram apenas uma representante na “bancada feminina”.

Observa-se, ainda no Quadro 29, de acordo com Rodrigues (1987), a baixa proporção de mulheres nos principais partidos nacionais da Constituinte – PMDB e PFL (4 e 5%, respectivamente, de suas bancadas) – e a elevada proporção de deputadas no PT/PCs/PSB e PTB (15 e 11%, respectivamente). Esses resultados, de acordo com o autor, apresentam aspectos surpreendentes e contraditórios:

Ao considerarmos as bandeiras progressistas levantadas pelo PMDB e pelos pequenos partidos de esquerda e a presença mais forte, no interior desses partidos, de grupos de mulheres ‘feministas’, a expectativa seria de uma forte representação feminina tanto no PMDB como no grupo PT/PCs/PSB e de uma baixa proporção de mulheres no PFL e no PTB.

O autor destaca que o grupo dos pequenos partidos de esquerda encontra-se muito distanciado do PTB em relação aos principais aspectos que caracterizam ideologicamente um partido. Eles têm apenas um elemento que os aproxima e os diferencia do PMDB e do PFL: são partidos pequenos, ao passo que o PMDB e o PFL são partidos grandes.

A representação feminina, portanto, segundo Rodrigues (1987), “vai no sentido do declínio da proporção de mulheres nas bancadas à medida que cresce o número de cadeiras de cada partido na Câmara”¹⁰⁵. Dessa forma, segundo o autor, as mulheres iniciam a sua participação por meio de vias de acesso menos valorizadas e que não estão submetidas ao controle dos grupos mais poderosos. Em relação aos partidos, os homens que estão há mais tempo na política têm mais oportunidades de alcance na competição nos partidos mais importantes, dificultando assim o acesso dos que estão iniciando a carreira política. O autor argumenta que uma mulher ou um trabalhador manual que queira entrar na política terá mais

¹⁰⁵ RODRIGUES (1987), op. cit., p.68.

dificuldades - se não contar com apadrinhamento, com recursos e com prestígio familiar - de entrar num grande partido do que num partido pequeno, menos disputado pelos grupos mais poderosos. O autor destaca que, no mandato para Constituinte, as mulheres que começaram "por cima", se elegendo numa legenda forte e sem uma carreira política prévia, conseguiram se eleger por meio do apoio "prestado por uma figura masculina de prestígio e influência no campo político..."¹⁰⁶. Este é o caso das deputadas Rita Camata (25, PMDB, ES) e Anna Maria Rattes (47, PMDB, RJ), entre outras, que foram eleitas graças ao prestígio de seus maridos.

Kinzo (1993)¹⁰⁷ analisa o espectro político-ideológico dos partidos na Constituinte, classificando-os segundo uma escala de governismo, que permitiu calcular a média de governismo ou antigovernismo das bancadas partidárias. Em procedimento semelhante, foi possível aferir o grau de conservadorismo dos partidos com base nas votações sobre o direito de propriedade, a reforma agrária, a estabilidade no emprego e o direito de greve. Essa análise permitiu demonstrar que o PFL e o PDS se destacaram como partidos líderes nas escalas de governismo e conservadorismo, que o PMDB ficou no centro e que o PSDB, o PDT e o PT sustentaram posições antigovernistas e anticonservadoras, particularmente os dois últimos, que assumiram posições no limite "esquerdista".

Lamounier (1989)¹⁰⁸ analisou os partidos na Constituinte utilizando quatro fontes, assim caracterizadas: 1) perfis ideológicos do Congresso Constituinte, elaborados por órgãos da imprensa ou por pesquisadores acadêmicos; 2) acompanhamento do Congresso Constituinte pela imprensa, especialmente no tocante ao surgimento do chamado "Centrão" e à formação do PSDB; 3) listas oficiais de votação, para a fase final dos trabalhos; e 4) avaliações do desempenho individual dos constituintes, elaboradas pelo DIAP e pela FIESP.

O autor apresenta a caracterização ideológica feita em 17/01/1987 pela Folha de São Paulo, com a filiação partidária dos constituintes.

¹⁰⁶ Ibid., p.68.

¹⁰⁷ KINZO, M.D.G. Radiografia do quadro partidário brasileiro, São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer, 1993.

¹⁰⁸ LAMOUNIER, B. Partidos e utopias: O Brasil no limiar dos Anos 90, São Paulo: Ed. Loyola, 1989.

Quadro 32 - Caracterização ideológica dos partidos com base na Folha de S. Paulo (17/01/1987)

Partidos	Esquerda	Centro-esquerda	Centro	Centro-direita	Direita	Total (= 100)
PMDB	7,2	34,5	41,4	13,7	3,2	(303)
PFL	-	2,3	28,2	46,8	22,9	(133)
PDS	-	-	5,4	29,7	64,9	(38)
PDT	19,3	53,8	15,5	11,4	-	(26)
PT	100,0	-	-	-	-	(16)
PC/PCB/PSB	90,0	10,0	-	-	-	(10)
PTB/PL/PDC/PSC	-	6,2	34,4	43,8	15,6	(33)
TOTAL %	9,3	22,5	32,4	23,4	12,4	(559)
(N)	(52)	(126)	(181)	(131)	(69)	

Nesta tabela observa-se que o PMDB aparece como o partido com o maior "centro" (41,4%), mas ao mesmo tempo com 34,5% no sentido centro-esquerda – “retrato fiel da retórica peemedebista, que sempre procurou situar nesse terreno a história e a destinação do partido”. O PFL, com um centro menos numeroso, tem em centro-direita (46,8%) o seu eixo de gravidade. O PDS não tem esquerda nem centro-esquerda e concentra nada menos de 64,9% de seus membros na direita. O PDT, ao contrário do PFL, tem seu epicentro em centro-esquerda; PT, PCB, PC do B e PSB são quase homogeneamente partidos de esquerda, segundo avaliação realizada pela Folha de São Paulo.

Quadro 33 - Desempenho dos constituintes segundo o DIAP, por região e ideologia**

REGIÕES	ESQUERDA	CENTRO-ESQUERDA	CENTRO	CENTRO-DIREITA	DIREITA	TOTAL
NORTE	9,25 (1)	6,73 (11)	3,83 (18)	3,25 (18)	1,67 (11)	3,88 (59)
NORDESTE	9,18 (15)	5,95 (32)	4,34 (51)	3,34 (41)	2,72 (31)	4,53 (170)
SUDESTE	9,47 (25)	7,32 (46)	4,72 (56)	3,17 (33)	1,90 (15)	1,55 (175)
SUL	9,12 (6)	8,32 (9)	5,26 (26)	1,91 (23)	4,19 (4)	5,48 (84)
CENTRO-OESTE	10,0 (3)	8,25 (9)	3,86 (23)	3,56 (12)	2,54 (6)	4,74 (53)
TOTAL	9,17 (50)	7,18 (123)	4,48 (174)	3,04 (127)	2,43 (67)	4,94 (541)

As cifras na tabela são as notas (médias) atribuídas aos constituintes pelo DIAP, variando de zero (contra os trabalhadores) a dez (a favor dos trabalhadores). Os números entre parênteses são as bases das respectivas médias.

** Ideologia segundo a Folha de São Paulo (17/01/1987).

Nesta tabela, a computação das médias em função dos rótulos ideológicos e das regiões permite observar que os parlamentares tidos como "direitistas" (ótica da Folha de São Paulo) são de fato mais direitistas que os demais (segundo os resultados obtidos pelo DIAP); e que os direitistas do Norte ou do Sudeste, são nitidamente mais direitistas, segundo esse mesmo critério, que os do sul ou do Centro-Oeste. No entanto, esta tabela mostra que as cinco posições ideológicas comportaram-se de acordo com o que delas se esperava, a esquerda obtendo um índice médio de aprovação extremamente elevado (9,17), índice esse que decresce na direção presumível até alcançar o seu ponto mais baixo entre os direitistas (2,43).

O autor elabora também em seu trabalho, as médias/DIAP de cada um dos partidos

políticos no âmbito das cinco grandes regiões.

A deputada Rita Camata (25, PMDB, ES), na época, era esposa do ex-governador do Espírito Santo, que contava com a aprovação de 98% da população do Estado. Ela foi a mais votada em seu Estado e a segunda mais votada proporcionalmente no País.

A deputada Anna Maria Rattes (47, PMDB, RJ) era esposa, na época, do Secretário Nacional do PMDB, prefeito de Petrópolis e muito amigo do deputado Ulisses Guimarães. Sem dúvidas, o prestígio de seu marido foi decisivo na eleição da deputada. Cabe ressaltar que, além do prestígio do marido, a deputada contou também com o seu próprio prestígio nas comunidades em que desenvolveu um trabalho de cunho político-assistencial.

De acordo com Avelar (1996)¹⁰⁹,

... os partidos políticos organizados sob o princípio de classes é que incorporam, em maior proporção, segmentos representativos das mulheres. Nos outros partidos, constituídos pelas forças políticas do poder tradicional ou das oligarquias emergentes, é muito pequena a participação da mulher.

Na distribuição dos deputados por região (Quadro 10), observa-se que 61% deles vieram da região Sudeste, sendo 31% do Estado de São Paulo; 19% dos deputados vieram da região Nordeste. A penetração do PT é mais acentuada no Sul e Sudeste, especialmente em São Paulo. O PC do B não elegeu deputados no Estado de São Paulo, onde se concentra o proletariado das indústrias modernas. Este partido elegeu apenas um deputado, em Minas Gerais, sob a legenda do PMDB. O êxito deste partido foi mais acentuado nos estados pobres da Federação: cinco nos estados nordestinos e dois no Sudeste.

Algumas delas exerceram mandatos posteriores, no período de 1992 a 1995, como Benedita da Silva (44, PT, RJ), Rita Camata (25, PMDB, ES), Beth Azize (46, PSB, AM), Raquel Cândido (36, PFL, PA), Rose de Freitas (37, PMDB, ES), Lúcia Braga (52, PFL, PB), Sandra Cavalcanti (61, PFL, RJ) e Irma Passoni (44, PT, SP). A deputada Benedita da Silva (44, PT, RJ) exerceu também o mandato de 1996 a 2000. As deputadas Lúcia Vânia e Rita Camata (25, PMDB, ES) ainda exercem atividade parlamentar como deputadas, e Marluce Pinto (48, PTB, RR) atualmente exerce o mandato como senadora. No mandato posterior, as deputadas Beth Azize (46, PSB, AM), Raquel Cândido (35, PFL, RO) e Lúcia Braga (52, PFL,

¹⁰⁹ AVELAR, L. Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder. Vol. 6. São Paulo: Fundação Adenauer, 1996, p.32.

PB) passaram para o PDT, e a deputada Rose de Freitas (37, PMDB, ES), para o PSDB.

Algumas questões se colocam para melhor compreender a história da vida política dessas deputadas que chegaram ao mandato parlamentar. Quais foram os fatores que motivaram essas mulheres a entrar para a política? A presença de antecedentes familiares políticos exerceu alguma influência? Como se deu a trajetória política dessas mulheres até chegarem ao cargo de deputadas constituintes? Como elas definem o caráter de sua atuação e as razões das iniciativas tidas como vitoriosas ou não? Essas questões foram reveladas a partir da entrevista realizada com as 13 deputadas selecionadas.

1. ORIGEM FAMILIAR: DESCENDENCIA E ASCENDENCIA DE POLÍTICOS

Na questão referente a familiares políticos, pode-se observar que metade das deputadas entrevistadas possui, na família, parentes ascendentes ou descendentes que estiveram ligados à política, e, mesmo quando não eram ligados à política partidária, havia envolvimento dos pais e de parentes com partidos políticos ou com políticos em particular.

O acesso dessas mulheres ao poder tem a ver com o seu meio de pertença familiar, donde lhe vem o reconhecimento e o valor. Esse modelo androcrático não apenas intervém no acesso das mulheres a um espaço que lhes é estranho, como também orienta e determina a forma como a mulher percebe e está na política.

Segundo Seidler (1994)¹¹⁰, o acesso das mulheres aos direitos, no contexto do Estado-Providência, é balizado por normas e discursos que realojam a mulher em papéis delimitados por uma lógica de subordinação, ou seja, os direitos das mulheres passam pelo conformismo com o estatuto que lhe confere o androcrático.

As evidências da discriminação feminina exprimem-se nos discursos, nas formas de ocupação do campo do poder e no exercício político.

Dessa forma, o "essencialismo" da natureza feminina torna-se o fundamento para a legitimação de uma dominação traduzida nos múltiplos constrangimentos, os quais impedem a ação política das mulheres fora do quadro normativo que lhes define as competências como mãe e esposa.

Metade das deputadas não possui antecedentes familiares políticos, mas algumas delas revelaram que tiveram história política na família - de envolvimento de parentes com atividades políticas, - não partidárias ou institucionais. A convivência dessas deputadas com o meio político

dentro da família também influenciou nelas o despertar, desde muito jovens, para o interesse político.

O Correio Brasiliense publicou matéria intitulada “Parentesco também faz bancada na Constituinte”, fazendo referência à deputada Rita Camata, que era casada, na época, com o senador Gerson Camata. Assim como este há muitos parlamentares que têm vínculo de parentesco com outros. A família mais numerosa dentro do Congresso Nacional é a Maia, do Rio Grande do Norte. São nove parlamentares, sendo três senadores e seis deputados, entre estes a deputada Wilma Maia, casada com Lavoisier Maia, a qual acha que a família estará unida pelo bem comum, “mas há divergências inclusive ideológicas, que são respeitadas e não poderia ser de outra maneira”. A deputada Marluce Pinto também é casada com o deputado Ottomar Pinto, bem como a deputada Lúcia Vânia, casada com o senador Irapuam Costa Júnior.

Outra matéria, publicada pelo Estado de São Paulo, “Entre os eleitos, 26 mulheres”, registra que dez deputadas foram eleitas por causa dos maridos políticos ou dos pais, como é o caso de Márcia Kubitschek e Dirce Tutu Quadros. As eleitas por influência dos maridos são Rita Camata, Wilma Maia, Myriam Portella, Lúcia Braga, Anna Maria Rattes, Lúcia Vânia e Marluce Pinto, a qual se elegeu com apenas 2.372 votos em Roraima, pelo PTB, com as sobras da votação do marido, que teve 15.906 votos. A deputada Rita Furtado foi reeleita com o prestígio do marido, Rômulo Furtado, eterno secretário-geral do Ministério das Comunicações, que lhe conseguiu não apenas concessões de rádio, mas também programas na Amazônia, pela Radiobrás (Correio Brasiliense, 08/02/1987).

Na questão relativa à influência de parentes ou do marido na eleição de algumas deputadas, a imprensa publicou várias manchetes destacando dados que mostram “a contribuição masculina para o recorde de presença feminina”. Sabe-se que muitos deputados também se elegeram pela herança adquirida de parentes influentes na política. No entanto, somente as mulheres mereceram destaque nessa questão.

O Jornal do Brasil publicou matéria intitulada “Constituinte terá 26 mulheres, com a ajuda dos homens”. Essa matéria relata que:

O sobrenome, dado pelo marido ou herdado do pai, elegeu dez das 26 mulheres que conquistaram, entre 461 homens, o mandato de deputado federal e um lugar na Assembléia Nacional Constituinte. Nunca a presença feminina foi tão grande na Câmara dos Deputados e numa Constituinte – na de 1946 não havia mulher, embora tenham concorrido 18 candidatas. Do grupo de mulheres que tomara posse

¹¹⁰ SEIDLER, V. J., Unreasonable men - masculinity and social theory. Londres: Routledge. 1994

dia 1º de fevereiro, três se iniciam na carreira parlamentar ao lado dos maridos, mais um dado que mostra a contribuição masculina para o recorde de presença feminina.

A matéria cita o tempo em que Ivete Vargas era a única mulher entre os deputados eleitos em 1950. Na época, o Rio era a capital, e a presença da jovem representante do PTB de São Paulo causou embaraços, porque os banheiros do Palácio Tiradentes, onde a Câmara funcionava, haviam sido construídos para homens. Em 1954, ela ganhou uma companheira, Leolina Costa, do PTB da Bahia, que só cumpriu um mandato. Ivete morreu em 1984, mas até a eleição de 1962 continuava a ser a única deputada federal. Na legislatura seguinte, foram eleitas cinco deputadas, porém o número voltou a cair para apenas uma nas duas subseqüentes. A partir de 1978, houve um revigoramento, com a eleição de quatro mulheres, número que dobrou quatro anos depois, com a chegada de 8 deputadas à Câmara. Na Constituinte, mais que triplicadas para 26, as deputadas distribuem-se por quase todas as tendências políticas. São 11 do PMDB, seis do PFL, duas do PDS e duas do PT. PC do B, PSB e PSC têm uma deputada, cada. A maior bancada é do Amazonas, em que, dos oito componentes, três são mulheres: Eunice Michiles (PFL), Sadie Hauache (PFL) e Beth Azize (PSB). “Chegou a nossa vez. Vamos fazer barulho e lutar por nossos direitos” promete a deputada Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF). A deputada Beth Azize, ex-desembargadora eleita por sua atuação nos movimentos populares, diz que lutará pela reforma agrária, porque “a da Nova República não passou de um ensaio”.

Das 26 constituintes, apenas quatro são deputadas reeleitas: Cristina Tavares (PMDB-PE), Bete Mendes (PMDB-SP), Irma Passoni (PT-SP) e Rita Furtado (PFL-RO). A mais experiente é Cristina, que cumprirá a terceira legislatura. Ela promete agitar a Constituinte com a proposta do aborto livre. Ainda integra o grupo de parlamentares experientes a deputada Eunice Michiles (PFL-AM), que em 1981 era suplente de senador e assumiu o mandato com a morte do senador João Bosco.

Em relação às deputadas eleitas com o sobrenome dos maridos, a matéria faz alusão a que a deputada Rita Furtado (40, PFL, RO) figura também no grupo das que se elegeram com a ajuda do sobrenome. Ela é mulher do poderoso secretário-geral do Ministério das Comunicações, Rômulo Vilar Furtado, que assumiu o posto no governo João Figueiredo.

Outro exemplo da força do sobrenome vem do Rio de Janeiro, com a deputada Ana Maria Rattes. Ela se elegeu com uma campanha milionária patrocinada pelo marido Paulo

Rattes, prefeito de Petrópolis e chefe do estado-maior da campanha do futuro governador Moreira Franco. Lúcia Vânia (PMDB-GO) formará com o senador Irapuan Costa Júnior, também do PMDB goiano, um dos casais da Constituinte.

O Rio Grande do Norte também mandou um casal: senador Lavoisier Maia e deputada Wilma Maia, do PFL. Além do parentesco que liga à oligarquia dos Maia, Wilma vem com fama de política competente.

Não é o caso da deputada Rita Camata (25, PMDB, ES), mulher do senador Gerson Camata. Jovem e bonita, ela se assustou com Brasília, na visita que fez semana passada. Apesar das atenções recebidas dos parlamentares e do presidente da Câmara, deputado Ulisses Guimarães, Rita não conseguiu aprender como é que funciona a casa.

Além dessas, o destaque para as filhas de presidente e do governador de São Paulo. Entre os privilegiados pelo parentesco, há duas de sobrenome ilustre: a deputada Márcia Kubitschek (PMDB-DF), filha do falecido presidente Jucelino Kubitschek, e Dirce Quadros (PCS-SP), filha do prefeito de São Paulo, Jânio Quadros.

O grupo se completa com Lúcia Braga (52, PFL, PB), mulher do ex-governador Wilson Braga, derrotado na eleição para o senado; Míriam Portella (PDS-PI), viúva de Petronio Portella; e Marluce Pinto (PTB-RR), mulher do ex-governador do território de Roraima, Otomar Pinto.

A matéria chama a atenção para o grupo das militantes. Única deputada do Ceará, Moema São Thiago (PDT), que é sobrinha da mulher do senador Virgílio Távora (PDS). Ela rompeu com a linhagem conservadora e chega à Câmara como militante do socialismo de Leonel Brizola. A militância é característica de outro grupo, que mostra como o bloco de 26 deputadas está longe de constituir uma bancada homogênea. São nove deputadas entre as quais Sandra Cavalcanti (PFL) política carioca formada no lacerdismo, que tem maior bagagem parlamentar. Ex-vereadora, ex-deputada estadual, ex-secretária de Estado e primeiro presidente do extinto BNH. Sandra chegou à Brasília já como candidata a vice-líder da bancada do PFL. As demais deputadas incluídas na categoria das militantes estão em posição oposta à linha conservadora de Sandra. Além das conhecidas Cristina Tavares, Irma Passoni e Bete Mendes, outros nomes deverão juntar-se aos de

São Thiago e Beth Azize no rol da esquerda feminina. Pela Bahia vão militar a deputada Lídice da Mata - que ocupa uma das três cadeiras ganhas pelo PC do B - e a deputada Abigail Feitosa (PMDB). Do Rio de Janeiro virá a petista Benedita da Silva. Negra e ex-empregada doméstica começou em 1982, elegendo-se vereadora com votos de favelados. Nem mesmo o conservador PFL, estará imune à militância feminista, representada no partido pela deputada Raquel Cândido (PFL, RO), de Roraima. Líder de movimentos de agricultores sem terra em seu estado, ela surpreendeu seus correligionários ao defender durante reunião da comissão executiva nacional, na semana passada, “a reforma agrária e o rompimento com o governo do presidente José Sarney” (Jornal do Brasil, 22/01/1987).

Observa-se que um grande número de deputadas possui vínculos familiares com políticos ou interessados na política. Considera-se que o capital político que as famílias dispõem é muito variado, propiciando, dessa forma, acessos à carreira muito distinta.

Grossi e Miguel (2001)¹¹¹ argumentam em seu trabalho que muitos estudos têm demonstrado que a entrada das mulheres na política se faz por meio de dois canais: a participação em movimentos sociais (sindicatos, grupos sociais) e as relações familiares (o parentesco com um homem político, pai ou marido). A essas duas formas é comum serem associados juízos de valor. Muitas análises revelam que:

...chegar à política pelo primeiro canal, o da participação em movimentos sociais, seria 'enobrecedor', mas chegar à política pelo segundo canal, o das relações de parentesco, seria 'desabonador', pois se estaria entrando na política 'facilitada' por relações de clientelismo, presentes na cultura política brasileira. As mulheres que entram na política pelo primeiro canal são valorizadas pelo seu 'esforço pessoal' e por terem o coletivo como mote. As mulheres que entram na carreira política pelo segundo canal são acusadas de terem sido eleitas 'ilegitimamente', por se terem beneficiado tanto do prestígio quanto das alianças feitas por ou em nome do pai ou do marido.

A família da deputada Myriam Portella (64, PDS, PI), por exemplo, já tem uma tradição na política. Seu bisavô foi governador do estado, Arthur Nogueira e teve também um tio deputado e um cunhado que foi governador, prefeito, deputado e senador. A deputada Rita Camata (25, PMDB, ES) é oriunda de uma família italiana em que a mulher não tinha acesso à política. No entanto a família de seu pai era envolvida no contexto político local.

¹¹¹ GROSSI, MP. e MIGUEL, SM., Transformando a diferença: as mulheres na política. In: Estudos Feministas. CFH/CEE/UFSC. Vol. 9 N.1/2001.

A deputada Eunice Michiles (57, PFL, AM) tem um filho que foi secretário da Educação em Manaus e deputado durante 20 anos.

A deputada Lídice da Mata (31, PC do B, BA) relatou que seu pai era comunista e esteve, durante muito tempo, ligado à política como militante sindical.

A deputada Maria de Lourdes Abadia (41, PFL, DF) revelou que o seu avô e o irmão de seu avô foram prefeitos em cidades do interior de Goiás.

A deputada Anna Maria Rattes (48, PMDB, RJ) teve toda uma história política dentro da família. Ela tem um tio que era médico sanitarista e comunista, ligado à equipe do Dr. Pinotti, e que foi banido do Brasil. Tem também um outro tio, que era da aeronáutica, também comunista, o qual foi cassado.

A deputada Benedita da Silva (44, PT, RJ) relatou que na sua família, sempre muito pobre, sem oportunidades, não tem parentes políticos. Entretanto, destacou que seus pais sempre tiveram muita consciência da situação em que viviam e também tinham desejo muito grande de mudar; então, na opinião dela, eles não deixavam de fazer política, só que não era uma política partidária - pelo contrário, o sonho deles era de que a deputada fosse professora, que era: “Um instrumento que identificava e qualificava as pessoas inteligentes ou de melhores condições de vida”.

A deputada Rita Furtado (40, PFL, RO) revelou que não tem familiares políticos e que seu pai, quando ela era ainda criança, foi candidato a vereador, mas só para compor. A deputada se ressentia dessa falta de políticos na família: “Eu fiz meu caminho passo a passo, sozinha”.

A deputada Sandra Cavalcanti (61, PFL, RJ) também não possui familiares políticos.

A deputada Raquel Cândido (35, PFL, RO), sobre familiares políticos, afirmou: “Não, não tenho, eu sou Raquel Cândido (35, PFL, RO)”.

A deputada Raquel Capiberibe (47, PMDB, PA) afirmou também que não possui parentes políticos, ou, se os teve, ela não os conheceu.

A deputada Lúcia Braga (52, PFL, PB) também não teve familiares políticos.

Dentre as deputadas eleitas, sete delas são casadas ou eram casadas na época com políticos, conforme matéria do jornal Estado de São Paulo, citada anteriormente.

2. A OPÇÃO POR UMA CARREIRA POLÍTICA

As manifestações a respeito da trajetória política no período que antecedeu as eleições para a Constituinte revelam que algumas delas iniciaram sua atividade política como militantes no movimento estudantil, oportunidade em que essas mulheres vivenciaram experiências significativas nos encaminhamentos de ações políticas desse movimento, através dos diretórios centrais de estudantes, onde exerceram cargos de liderança; da União Nacional dos Estudantes; e dos movimentos ligados à igreja, como Juventude Estudantil Cristã (JEC) e Juventude Universitária Cristã (JUC). Em outras, e na maioria delas, a experiência com movimentos sociais despertou nelas o interesse pela política. O envolvimento dessas mulheres com movimentos populares, em atividades de assessoramento e organização política desses movimentos, proporcionou-lhes a experiência de um contato direto com as necessidades da população de suas regiões.

Quatro dentre as deputadas entrevistadas tiveram sua primeira experiência na política quando atuaram como primeira-dama de seus estados e regiões, o que lhes deu uma visão ampliada da dimensão dos problemas da população excludente de seus estados e regiões.

Quatro deputadas tiveram experiência como vereadoras, oportunidade em que tiveram seu primeiro contato com a política institucional, no alcance de projetos de cunho social.

Uma deputada exerceu o mandato de prefeita, na falta do titular.

Duas deputadas tiveram experiência no mandato de deputada estadual, tendo sido eleitas com expressiva votação. Nessa oportunidade, elas desenvolveram atividades de relevância política em seus estados. Uma delas exerceu também o mandato de senadora, em decorrência da morte do senador eleito de seu estado.

Uma deputada exerceu o mandato de deputada federal antes do mandato para Constituinte.

A experiência com a política partidária também possibilitou o envolvimento com atividades de cunho social e ideológico.

Uma das deputadas teve experiência com a política sindical, tendo criado o sindicato dos motoristas de táxi, em São Paulo.

Todas essas experiências, que fizeram parte da trajetória política dessas mulheres no período anterior à Constituinte, criaram nelas a identificação com a política, promovendo, assim, o empenho destas em buscar se fazer representar na política parlamentar.

A deputada Anna Maria Rattes (48, PMDB, RJ) iniciou sua militância política no movimento estudantil JEC (Juventude Estudantil Cristã) e depois JUC (Juventude

Universitária Cristã).

A deputada Lídice da Mata (31, PC do B, BA) iniciou sua afinidade com a política no período da ditadura, participando do movimento estudantil. Quando entrou para a Universidade, já tinha uma posição clara contra o governo e contra a ditadura militar. Relata, no entanto, que sua atuação no movimento era bastante limitada, pois tinha receio de se expor, devido ao fato de seu pai ter sido cassado como comunista. Dessa forma, atuava dentro das reivindicações naturais do movimento, voltadas para a questão da educação. No congresso da UNE, em 1979, a deputada já era presidente do diretório da Faculdade de Economia da sua universidade; nesse ano ela ingressou no clandestino partido comunista do Brasil e passou a ter uma dupla militância - além da política estudantil vinculada às entidades, uma militância partidária clandestina. Foi esse o processo que foi levando a deputada a participar da política; foi também uma opção do partido, que resolveu lançar candidatos a vereadores e escolheu lideranças que tinham uma presença maior na liderança estudantil; o partido tinha força muito grande em nível nacional e ela tinha sido, na época, presidente do Diretório Central dos Estudantes. A partir daí a deputada iniciou sua participação política institucional, como militante do PC do B.

A deputada Sandra Cavalcanti (61, PFL, RJ) disse que foi apanhada muito cedo pelo movimento de renovação da igreja católica e, na época de estudante, pertenceu aos movimentos da igreja JEC e JUC, os quais, segundo ela, deslancharam depois em movimentos de democracia cristã e em um grupo grande, que depois foi apanhado por uma vertente da esquerda. Relatou também que desde muito cedo foi despertada para participar da vida da comunidade e que vem de uma geração que lutou muito pela liberdade, já que estudaram em plena ditadura de Getúlio.

A deputada Lúcia Braga (52, PFL, PB) também se envolveu com o movimento estudantil, tendo sido também presidente do diretório de sua faculdade. Nessa época conheceu seu marido, que também participava da militância estudantil. Entretanto, a política partidária nunca a motivou; segundo ela, seu marido foi deputado estadual e ela, como assistente social, “trabalhadora social”, foi se identificando com o trabalho e, no fim, quando se deu conta, já estava às voltas com a política. A deputada atribui grande parte de seu interesse pela política à sua formação como assistente social: “A preocupação com o social, com a questão ideológica, com a questão da justiça social”.

Ela salienta a importância da sua formação universitária para a condução de seu

trabalho político voltado para as questões de ordem social.

Em março de 1987, a deputada Lúcia Braga publicou em jornal uma matéria intitulada “O Papel dos Constituintes”. Nesta matéria, a deputada destaca:

(...) as esperanças, num derradeiro apelo de náufragos, para a Assembléia Nacional Constituinte, na perspectiva de que possamos, não como pretenderam os artífices do Plano Cruzado, mudar a face da economia num passe de mágica, numa farsa montada com fins eleitorais, mas dotar este País de uma Carta que reflita os anseios nacionais, consubstanciando mudanças estruturais que permitam um padrão de vida digno para a grande legião dos oprimidos que vivem à margem do contexto socioeconômico nacional (...) Dai a necessidade premente de inserirmos na nova Constituição dispositivos auto-aplicáveis que diretamente coloquem o Congresso Nacional em posição capaz de aprovar uma Carta Magna livre das injunções e dos interesses dos grupos dominantes. Estas prioridades devem estar presentes nas consciências de todos os senhores constituintes. E, apenas, desejo reafirmar os compromissos assumidos em praça pública e a minha confiança em que esta assembléia haverá de outorgar ao povo brasileiro uma Constituição justa, democrática e duradoura, uma Constituição que expresse os verdadeiros anseios e aspirações do povo brasileiro. (Correio Brasiliense, 04/03/1987).

Um caso peculiar foi o da Deputada Raquel Capiberibe (47, PMDB, PA), que com 14 anos era comerciaria, de origem pobre. Tendo descoberto que suas companheiras comerciarias eram assediadas sexualmente pelos patrões, começou a se reunir e discutir como mobilizar esforços para manterem o emprego e se defenderem do assédio sexual; desse movimento surgiu um grande movimento de jovens, que foi posteriormente incorporado ao movimento da igreja. A deputada argumenta que era uma luta insana, em que não se conseguia resolver nada. Com isso, ela passou a imaginar que, com um mandato parlamentar, poderia contribuir para resolver os problemas da população. No entanto, a deputada, com indignação, disse ter sido um grande engano acreditar nessa possibilidade: “Ainda continuo não podendo resolver os problemas da pobreza”.

Contudo, reconhece que contribui, dentro da casa, para que não fique só um lado na correlação de forças, que é, segundo ela, muito desigual:

Pelo menos a gente fica batendo contra tantas injustiças que se votam aqui dentro, tantos projetos que só machucam cada vez mais a população brasileira que é excluída de qualquer projeto nesse país.

A deputada Raquel Cândido (35, PFL, RO) faz algumas considerações sobre a política, argumentando que:

A gente sempre ouve falar na vida da gente, principalmente a minha, que política é a arte de fazer o bem comum, mas isso é uma mentira, a verdade é que é a arte de fazer o mal comum e o bem de poucos.

A deputada é filha de uma família eminentemente nativa da Amazônia e, ainda pequena, entendia a política como o exercício do poder; com o passar dos anos, a política foi entrando em sua vida e ela foi aprendendo que a política “tanto do bem quanto do mal exige que você lidere alguma coisa e quando ela não é comprada, forjada, da Globo, da mídia, você pode ser um líder tribal”.

Ela passou a considerar-se uma líder tribal, pois estudava num colégio de freiras e ali havia um movimento estudantil de contestação e protesto contra a doutrina que ali imperava.

Logo no início do mandato, a deputada Raquel Cândido foi entrevistada pelo Jornal do Brasil, cuja entrevista teve como título: “O furacão que veio de Rondônia”. Nesta matéria a deputada revela que na Constituinte ela representa o seu estado, onde nasceu e foi criada, e que foi eleita com quatorze mil votos de posseiros, garimpeiros, homens e mulheres; muita luta e tiro a trouxeram até aqui. Acusada de representar os interesses das mineradoras, a deputada nega, dizendo que luta contra as mineradoras e que tem no corpo as marcas dessa luta. Na sua opinião, as multinacionais, bem representadas na Constituinte, “tiram nossos minerais e em troca só deixam buracos na terra e no peito do povo”. Revela que no ano passado a Receita Federal registrou a extração de 300 quilos de ouro, mas, segundo ela, o Ministério de Minas e Energia sabe que a extração superou 15 toneladas e que somente 300 quilos foram taxados. Na primeira reunião da bancada com a direção do partido (PFL), a deputada cobrou isso do ministro Aureliano Chaves, dizendo que exige uma política mais decente em matéria de mineração, e cita a multinacional Anglo-Americana, que suga o garimpo de diamantes do Rio Madeira e trata os garimpeiros à bala e chicote. Na sua opinião Rondônia é, na sua opinião, o quartel-general das multinacionais mineradoras e lá ainda existe escravidão. A deputada diz não ter medo desses dragões que já tentaram matá-la várias vezes, “mas eles têm medo da nossa voz... o jogo aqui é carta marcada e quem não se enquadra perde a voz, fica sufocado”. Questionada se sente sufocada no PFL, a deputada revelou que se sente um pouco apertada, ironizada e debochada. No entanto, segundo ela, no PMDB também foi

assim: ela foi cassada três vezes e ainda tiveram a ousadia de convidá-la para a festa de filiação dos delegados que a torturaram na prisão em 1983. A deputada foi presa e torturada em 1983 durante um conflito pela posse de terra na periferia de Porto Velho, por incitação à revolta popular, resistência à prisão e desacato à autoridade. Nesse conflito, 1.200 posseiros enfrentaram 400 policiais militares; 67 posseiros foram feridos, uma mulher grávida morreu e ela foi processada e torturada, ocasionando um deslocamento de seu rim, que ainda hoje causa dores e sangramentos. A deputada mostrou as cicatrizes das balas, das queimaduras e das cirurgias. Questionada sobre como se define ideologicamente, a deputada argumentou que, na prática, não existem modelos ideológicos e que em 1972, quando era militante estudantil, possuía um modelo ideológico. Agora ela quer trabalhar pelas mudanças e exige sinceridade e respeito à palavra do povo; na sua opinião, o parlamento está fraco, porque vive só de retórica. Quanto à Constituinte, a deputada mostrou ter esperanças e que tem de atuar nas entrelinhas, pois o jogo é de cartas marcadas. Na sua opinião, as lideranças partidárias já têm o jogo pronto – de cartas marcadas – e quem não aceita isso deve somar forças em torno de posições e de idéias. No a que se refere à sua trajetória política, disse que sua mãe ficou viúva muito cedo e criou os filhos com muita dignidade. Comentou que foi em São Paulo que se tornou política, por meio da luta sindical. Quando voltou para Rondônia, dedicou-se à política, na defesa dos sem-terra e dos garimpeiros, os quais salvaram sua vida, em 1983, quando sua casa foi cercada para ser incendiada, tendo obtido ajuda dos sem-terra, dos garimpeiros e da Rádio Bandeirantes. Questionada se teve medo e vontade de desistir, afirmou que teve culpas, pois seu filho de 11 anos foi baleado numa emboscada. Revela que seus filhos foram muito prejudicados com sua ausência. A deputada acha que a instituição familiar vai muito bem, fortalecida por um relacionamento mais aberto e mais sincero. Crê, no entanto, que o casamento está falido e pretende apresentar um projeto propondo a instituição do contrato conjugal como opção ao casamento civil, que pode ser desfeito com a simples divisão dos bens adquiridos pelo casal. Pretende também apresentar outro projeto, proibindo o pagamento de pensão alimentícia à mulher separada ou ao homem. Julga que é importante dividir as responsabilidades dos filhos, porém considera que sustentar a ex-mulher é “parasitagem”. Finalmente, foi questionada sobre qual a receita para ser política. Ela afirmou que, em primeiro lugar, vem a perseverança e, em segundo, não mentir ou mentir menos e só prometer o que se tem condições de cumprir. Segundo ela, é necessário ter muita coragem e ousadia, pois a ousadia move o mundo. Disse ter prometido lutar por mudanças e que pelo menos a sua

voz ninguém iria calar. Na sua opinião, nesta Constituinte, o preço de não cumprir as promessas será a derrota na próxima eleição (Jornal do Brasil, 15/02/1987).

Oito das deputadas entrevistadas disseram que a experiência com movimentos sociais antecedeu sua entrada para a política partidária e sua decisão de candidatar-se ao Legislativo.

A deputada Maria de Lourdes Abadia (41, PFL, DF) iniciou sua atividade política com a experiência de transferência de favelas de Brasília para Ceilândia. Em seu trabalho, que não era político-partidário, ela se dedicou a trabalhar com a comunidade a questão da cidadania, de direitos sociais, de orientação à população, educação comunitária, na cidade de Ceilândia, que recebeu todos os favelados do plano piloto.

A deputada Anna Maria Rattes (48, PMDB, RJ) iniciou sua atividade política com um trabalho de cunho social nas comunidades eclesiais de base em Petrópolis. Comenta que, pelo fato de seu marido ter sido eleito vice-prefeito, ela começou a se interessar pelas questões sociais da cidade. Nessa ocasião, época da repressão, o prefeito foi cassado e seu marido assumiu a Prefeitura, momento em que toda a sua vida mudou, uma vez que assumiu as atividades do Departamento de Assistência Social da Prefeitura. Dessa forma, a opção de seu marido pela política motivou a deputada a se engajar em atividades políticas na sua região. Ela revelou que, durante esse mandato, esteve sempre muito engajada nos movimentos populares, em especial no movimento liderado pelo Frei Leonardo Boff, da Teologia da Libertação, com o qual desenvolveu um trabalho; a partir daí, foi se envolvendo cada vez mais com a militância, considerada por ela um “apostolado”. Assim, passou a sentir necessidade de “dar mais voz e vez ao povo que patrocinou a organização popular num trabalho assistencialista e ideológico, mas cada vez mais um trabalho de cidadania”.

Sua candidatura à Constituinte teve o apoio dos movimentos populares, que pediram ao Prefeito, seu marido, que ela se candidatasse “enquanto voz do movimento popular na Constituinte”.

Essas duas deputadas tiveram atuações distintas: a primeira desenvolveu um trabalho sem qualquer vinculação partidária ou ideológica e a segunda se envolveu em um trabalho de caráter ideológico, da Teologia da Libertação. Apenas o caráter social de suas atividades pode ser considerado um fator comum entre elas. Destaca-se, no entanto, o caráter assistencialista da atividade da deputada Anna Rattes, que sugere ter dado apoio à sua candidatura em função do apelo dos movimentos populares ao seu marido para que se candidatasse.

A deputada Eunice Michiles (57, PFL, AM) relatou que se casou com um amazonense,

foi morar no interior do Amazonas e seu marido entrou para a política; ela disse ter sido um período muito difícil, pois para conservar seu casamento ela teria que participar também da política. No entanto, comentou que gostava muito de ajudar as pessoas em atividades comunitárias, e isso teve consequências no seu prestígio eleitoral. O casamento não deu certo, em virtude das circunstâncias políticas; então se separaram e ela foi morar em Manaus, e começou a achar que aquela vidinha de “madame” era vazia. Relatou que:

Numa noite de calor violento em Manaus, eu levantei de madrugada, abri a janela, eu morava no quarto andar, vi mais ou menos sete crianças brincando na praça; fiquei pensando, gente, essas crianças não têm casa, como é que pode isso, essas crianças na rua.

Naquele momento ela decidiu não ficar mais na vidinha fácil e decidiu tomar uma decisão firme; ao lembrar-se de sua vivência em uma ONG, ela se deu conta de que tinha alguma chance eleitoral e resolveu procurar a ARENA, dizendo que gostaria de ser candidata. Relatou que naquele tempo era bonito ter uma mulher no partido, mas não era para ganhar, porque o partido só queria ter o prestígio de apresentar uma candidata mulher. A partir daí, ela começou a trabalhar e a adquirir uma experiência direta com a política, que antes nunca havia tido.

A deputada Marluce Pinto (49, PTB, RR) relatou que tudo começou no período de 1979 a 1982. Seu marido era governador nomeado pelo presidente e ela se envolveu muito num trabalho de cunho social. Em 1983 foram morar em Belém, retornando a Roraima em 1986; seu marido era candidato a deputado federal:

Eu não queria ser candidata porque naquela época eram quatro vagas para deputado federal e o governador e os prefeitos eram de partidos contrários ao nosso; com a insistência das mulheres, os homens votam no seu marido e as mulheres votam em você. Mas eu tinha a convicção que com a minha candidatura eu ia atrapalhar a candidatura de meu marido, então não coloquei ênfase na minha candidatura, haja vista que eu cheguei em Roraima no dia 4 de outubro e as eleições seriam no dia 15 de dezembro, mas mesmo assim eu ainda fui a segunda do nosso grupo político. Eu não tive votos suficientes, mas, como meu marido ultrapassou 48% dos votos do território, eu fui eleita pelos votos da legenda.

Destaca-se aqui a eleição desta deputada graças aos votos excedentes de seu marido. Dessa forma, a deputada não realizou qualquer esforço de ordem política para se eleger.

A deputada Benedita da Silva (44, PT, RJ) se considera uma pessoa muito contestadora e buscou contribuir na comunidade onde morava, desenvolvendo um trabalho com as mulheres, crianças e associações de moradores, e isso foi sensibilizando-a para a política.

Esta deputada é destacada em matéria de jornal como “Primeira deputada negra quebra os tabus no Congresso Nacional”.

Mulher negra e favelada, a deputada Benedita da Silva (PT, RJ), 44 anos, quebrou os tabus, inclusive dentro do seu partido, por ser evangélica, e é a primeira mulher negra a ocupar uma cadeira na história do Congresso brasileiro. Com bandeiras de luta como a reforma agrária, eleição direta para presidente, direito de greve, sindicatos livres e discriminação da mulher, Benedita diz que veio ao Congresso por uma decisão dos movimentos sociais e de seu partido e que só a pressão legítima dos grupos sociais organizados poderá influir nas decisões de um Congresso Constituinte eminentemente conservador. “Temos aqui dentro um segmento progressista, mas não temos a ingenuidade de querer ser maioria. A decisão de manter o instituto do voto secreto, por exemplo, foi a maneira encontrada pelos conservadores de se esconder dos olhos da sociedade. Só a pressão popular poderá influir nas decisões. Ex-vereadora do Rio de Janeiro (1982-1986), a liderança política de Benedita da Silva nasceu, segundo disse, do trabalho comunitário com faveladas e do movimento com mulheres. “No PT, encontrei espaço para que o movimento sindical fosse representado. A minha luta maior é pelo direito de ter pão à mesa, contra todos os tipos de discriminação e pela garantia do exercício pleno da cidadania, garantiu. Em sua batalha contra o tratamento desigual com as mulheres, Benedita coloca a luta por uma política responsável de saúde como questão prioritária. Ela diz que, na teoria, ninguém é a favor do aborto, mas que ele, de fato, existe e, por isso, tem que ser englobado em uma política séria de saúde...” (Jornal de Brasília, 08/02/1987)

A deputada Lídice da Mata (31, PC do B, BA) teve grande atuação política no movimento de mulheres, tendo participado do início de toda a organização das mulheres na Bahia e também em movimentos por creches nos bairros. Participou também do movimento em nível nacional para criar o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher no governo de Tancredo Neves, oportunidade em que integrava o PMDB Mulher e participava de todas as mobilizações nacionais; nesse contexto, a deputada revelou que foi beneficiada pela campanha do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que usou o *slogan* “constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher” e que beneficiou todas as que se elegeram naquele ano. A deputada

relatou também que teve dupla militância política: a estudantil e, na condição de presidente do diretório, ingressou também num partido clandestino – Comunista do Brasil.

Um dado importante a considerar é que cinco das deputadas constituintes entrevistadas são casadas ou eram casadas na época com políticos que fizeram carreira como governadores de seus estados e posteriormente como deputados ou senadores. A condição de esposas de políticos, “herdeiras políticas”, favoreceu a entrada dessas deputadas na arena política parlamentar. Essas deputadas revelam que foi a partir da condição de primeira-dama de seus estados que começaram a tomar conhecimento das dificuldades, das lutas, das exclusões sociais e da miséria de que era vítima a maioria da população de suas regiões.

Um dado importante a observar é que essas deputadas, na condição de esposas de políticos, afirmam terem apoiado os maridos atuando na área social. Trabalhar na área social da administração sempre foi função das primeiras-damas e revela tradicionalismo na manutenção de funções femininas, caracterizando assim uma divisão estereotipada das funções públicas.

A atuação das deputadas na condição de primeiras-damas caracteriza-se por um trabalho de cunho assistencialista, que difere muito das atividades relacionadas aos movimentos populares desenvolvidos pelas demais deputadas.

Oito deputadas, no entanto, não tiveram esse privilégio. A projeção dessas mulheres na política se deu em função da atuação delas em movimentos sociais, da experiência em mandatos de vereadoras e deputadas estaduais e do envolvimento político em movimentos estudantis.

Miceli¹¹², em sua obra “Carne e Osso da Elite Política Brasileira pós - 1930”, faz uma análise das características sociais e do perfil de carreira da Ala dos Bacharéis. Com base em Miceli, no Quadro 12 são mostradas essas características das deputadas que são casadas com políticos e daquelas que são filhas de político

¹¹² MICELI, S. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: História geral da civilização brasileira. Tomo III: O Brasil republicano. Vol. 3. Sociedade e Política (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1981.

Quadro 34 - Características sociais e perfil de carreira

Nome das Deputadas	Nome do Pai	Atividade do Pai	Atividade do Marido	Casamento	Nível de Instrução	Produção Intelectual	Inserção em Grupos Econômicos Privados	Carreira Política
Anna Maria Rattes			Ex-prefeito de Petrópolis Coordenou a campanha do candidato a governador Wellington Moreira Franco	Paulo José Alves Rattes	Direito			Secretária Municipal de Apoio Comunitário Deputada Constituinte
Dirce Tutu Quadros	Jânio Quadros		Secretário de Planejamento da Prefeitura de São Paulo	Marco Antônio Mastrobuono	Direito			Assessora do ex-senador José Sarney Deputada Constituinte
Lúcia Braga			ex-governador da Paraíba	Wilson Braga	Serviço Social Direito			Deputada Constituinte Deputada Estadual
Lúcia Vânia			ex-governador de Goiás Senador Proprietário do Banco Brasileiro Comercial	Irapuan Costa Júnior	Comunicação Pós-Graduação Ciência Política			Assessora do ex-marido no cargo de governador Deputada Constituinte Deputada Federal

Nome das Deputadas	Nome do Pai	Atividade do Pai	Atividade do Marido	Casamento	Nível de Instrução	Produção Intelectual	Inserção em Grupos Econômicos Privados	Carreira Política
Márcia Kubitschek	Juscelino Kubitschek	ex-Presidente da República	Bailarino	Fernando Bujones	Comunicação Pós-Graduação Ciência Política		Jornalista do Jornal do Brasil, Última Hora e Revista Manchete	Deputada constituinte
Marluce Pinto			Ex-governador do Território de Roraima Deputado Federal	Ottomar de Souza Pinto	Secundário		Diretora Superintendente da empresa BTUNORTE S/A Diretora Superintendente da Rodolider S/A Diretora da M.M.Moreira Ltda.	Administradora do Serviço Social de Roraima Deputada Constituinte Senadora
Moema São Thiago				Sobrinha da mulher do Senador Virgílio Távora	Direito, Sociologia	Mulher e política - eleições Ceará 1982 ANPOCS, 1983 Mulher e seca ANPOCS, 1984		Deputada Constituinte

Nome das Deputadas	Nome do Pai	Atividade do Pai	Atividade do Marido	Casamento	Nível de Instrução	Produção Intelectual	Inserção em Grupos Econômicos Privados	Carreira Política
Myriam Portella			Viúva do ex-Governador do Piauí	Lucídio Portella	Direito			Técnica Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí Ex-Presidenta da Comissão de Assistência Comunitária do Governo Lucídio Portella Deputada Constituinte
Rita Camata			Ex-Governador do Estado do Espírito Santo Senador	Gerson Camata	Comunicação Social			Deputada Constituinte Deputada Federal
Rita Furtado			Secretário-Geral Ministério das Comunicações a partir do Governo João Figueiredo	Rômulo Villar Furtado	Letras, Comunicação			Deputada Federal Chefe da Superintendência da Amazônia – Radiobrás Deputada Constituinte

Nome das Deputadas	Nome do Pai	Atividade do Pai	Atividade do Marido	Casamento	Nível de Instrução	Produção Intelectual	Inserção em Grupos Econômicos Privados	Carreira Política
Wilma Mia			Senador	Lavoisier Maia Sobrinho	Letras, pedagogia (incompleto)			Secretária do Trabalho e Bem-Estar Social Presidente da Fundação Estadual do Trabalho e Ação Comunitária Presidente do Conselho Estadual de Menores Deputada Constituinte

Fonte: Repertório Biográfico dos Deputados Constituintes. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989. Neste quadro encontram-se apenas as deputadas casadas com políticos ou filhas de políticos.

Observa-se neste quadro que essas deputadas, em sua maioria, possuem formação intelectual e exerceram atividades de prestígio político no cenário nacional, em algumas situações ligadas à atividade de seus maridos, destacando-se na política como deputadas federais.

De acordo com Miceli, as famílias desses políticos são “dotadas de sólido lastro cultural e de amplo cabedal de prestígio e poder”¹¹³. Dessa forma, seja pela filiação descendente de políticos ou pelo casamento com políticos, essas mulheres também desfrutaram deste prestígio e poder, o que, sem dúvida, contribuiu para o alcance da vitória nas eleições para deputadas constituintes.

Ao comparar com as demais deputadas constituintes que não possuem vínculos com descendência de políticos e não são casadas com políticos, pode-se observar (Quadro 33) que quatro delas foram vereadoras, três foram deputadas estaduais, três tiveram envolvimento na direção de partidos políticos, quatro atuaram na defesa dos direitos da mulher e cinco estiveram envolvidas com movimentos sociais e populares. Estas deputadas tiveram uma atuação destacada no campo político, o que serviu de base para suas candidaturas e para a vitória nas eleições para a Constituinte. Estas características as destacam das demais, particularmente em relação às casadas com políticos, que tiveram uma atuação limitada a atividades de apoio aos maridos na condição de primeiras-damas e, na política institucional, apenas como deputadas constituintes.

A deputada Myriam Portella (64, PDS, PI) foi casada com o governador do estado, Cid Portella, que deu a ela grande prestígio eleitoral, e o trabalho de primeira-dama despertou na deputada uma dimensão social dos problemas da população de seu estado. Argumenta ela que: “Toda aquela convivência com a exclusão, inevitavelmente vem o compromisso e vem uma vontade de modificar aquela situação (...) você vai assumindo uma postura política...”.

¹¹³ Ibid., p.585.

Quadro 35 - Características sociais e perfil de carreira

Nome das Deputadas	Nome do Pai	Casamento	Nível de Instrução	Produção Intelectual	Inserção em Grupos Econômicos Privados	Carreira Política
Abigail Feitosa	Francisco de Aragão Freitas	José de Ribamar Feitosa	Medicina		Vice-Presidente da Associação Baiana de Medicina. Tesoureira da Fundação João Mangabeira.	Integrante do grupo que estruturou a comissão nacional dos direitos da mulher. Coordenadora Geral do Movimento de Unidade Popular – MUP. Suplente da Comissão Executiva do Diretório Regional do PMDB. Deputada Constituinte.
Benedita da Silva	José Tobias de Souza	Aguinaldo Bezerra dos Santos	Serviço Social			Titular da Comissão de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos, Governo do Estado do Rio de Janeiro. Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Titular da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Fundadora e Presidente do Departamento Feminino da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro. Participante dos Movimentos Negro, de Favelas e de Mulheres de Favelas e da Periferia do Rio de Janeiro. Vereadora. Deputada Constituinte. Deputada Federal.

Nome das Deputadas	Nome do Pai	Casamento	Nível de Instrução	Produção Intelectual	Inserção em Grupos Econômicos Privados	Carreira Política
Beth Azize	Rafael Azize Abraham					Juíza de Direito. Procuradora Jurídica. Vice-Presidente do Clube dos Advogados do Brasil. Fundadora e Presidente do PSB no Amazonas. Presidente do PDT. Vereadora. Deputada Estadual. Governadora. Deputada Constituinte. Deputada Federal.
Cristina Tavares	José Alves Tavares Correia		Línguas Neolatinas	Conversações com Arraças. Informática: A Batalha do Século XXI. Informática e a Nova República. Onde está o meu filho?	Jornal do Comércio. Diário de Pernambuco. Visão editorial.	Membro da Delegação Brasileira de Parlamentares em Missões no Exterior. Deputada Federal. Deputada Constituinte.
Eunice Michiles	Theófilo Berger	Desquitada	Secundário			Secretaria Municipal de Educação. Secretaria do Trabalho e Serviços Sociais. Deputada Estadual. Senadora. Deputada Constituinte.
Irma Passoni	Jady Rossetto	Armélindo Passoni	Pedagogia. Supervisão.			Secretaria da Comissão Executiva do PT. Secretária do Diretório Regional do PT. Vínculo com movimentos populares há 20 anos. Deputada Estadual. Deputada Federal. Deputada Constituinte. Deputada Federal.

Nome das Deputadas	Nome do Pai	Casamento	Nível de Instrução	Produção Intelectual	Inserção em Grupos Econômicos Privados	Carreira Política
Lídice da Mata	Aurélio Pereira de Souza	Carlos Olimpio Martins de Carvalho	Economia			Vereadora. Deputada Constituinte.
Maria de Lourdes Abadia	Eduardo Borges de Oliveira	Desquitada	Serviço Social. Administração Pública, Meio Ambiente Urbanismo. Desenvolvimento Intermunicipal			Deputada Constituinte.
Maria Lúcia	Sebastião Lins de Melo	José Augusto de Araújo	Contabilidade. Direito (incompleto)			Presidente da LBA. Presidente da Fundação do Bem-Estar Social. Deputada Federal. Deputada Constituinte. Não completou seu mandato de deputada federal por ter sido cassada pela junta militar.
Raquel Cândido	Antonio Alipio e Silva	Francisco Magnos Antunes Guimarães	Secundário. Filosofia (incompleto)		Ex-Motorista de Táxi	Servidora pública do Governo do Território de Rondônia. Vereadora. Deputada Constituinte. Deputada Federal. Teve seu mandato cassado em abril de 1994.
Raquel Capiberibe	Jose Freitas Capiberibe	Orlando Barbosa da Silva	Pedagogia			Na ausência do titular, assumiu a Prefeitura de Macapá. Vice-Prefeita. Secretária Municipal de Educação. Deputada Constituinte.

Nome das Deputadas	Nome do Pai	Casamento	Nível de Instrução	Produção Intelectual	Inserção em Grupos Econômicos Privados	Carreira Política
Rose de Freitas	Waldemar Antonio de Freitas	Hugo Borges Júnior	Agrimensura. Administração (incompleto)			Membro da Comissão Feminina em Favor dos Direitos Humanos. Membro do Centro de Integração da Mulher. Deputada Estadual. Deputada Constituinte.
Sandra Cavalcanti	Djalma Cavalcanti	Solteira	Letras. Pós-Graduação em Língua Portuguesa. Pós-Graduação em Filologia. Pós-Graduação em Lingüística.		Tv Tupi do Rio de Janeiro. Firma Carvalho Hosken. Firma LASA S/A	Vereadora. Deputada Estadual Constituinte. Deputada Estadual Constituinte. Deputada Constituinte. Deputada Federal.
Sadie Hauache	Abdul Razac Hauache	Khaled Ahmed Hauache	Comunicação			Deputada Constituinte. Membro Fundador do PSDB

Fonte: Repertório Biográfico dos Deputados Constituintes. Câmara dos Deputados, Brasília, 1989.

Nota: Neste quadro encontram-se as deputadas que não tinham vínculos familiares com políticos. As colunas referentes à atividade do pai e atividade do marido foram excluídas por falta de informações.

A deputada Myriam Portella (64, PDS, PI) esclarece que a sua decisão de se tornar uma parlamentar foi muito mais conseqüente do que uma decisão deliberada de querer simplesmente entrar na política. Em 1985, o partido de seu marido, o PSB, tinha sido “esfacelado” em função de uma divergência com o então governador eleito e ela foi chamada a salvar o partido na capital, candidatando-se como prefeita; segundo ela: “não era para ganhar a eleição, era para disputar para que o partido pudesse ter uma expressão eleitoral, pudesse aferir a sua força política eleitoral”.

Apesar de não ter sido eleita, a deputada avalia que conquistou “um espaço político” que a credenciou como candidata às eleições para deputada constituinte, tendo obtido uma votação expressiva, elegendo-se por Teresina, a capital do estado. Dessa forma, além do trabalho que desenvolveu como primeira-dama, essa candidatura para prefeita ajudou a formar uma liderança política que favoreceu muito a sua candidatura à deputada constituinte e, conseqüentemente, a sua eleição.

A deputada Rita Camata (25, PMDB, ES) revelou que o trabalho desenvolvido por ela como primeira-dama na área social no Estado do Espírito Santo a motivou também a entrar na política. Seu marido era governador e ela, muito jovem ainda, passou a ter contato com a realidade que ela não conhecia:

De muita miséria, muita dificuldade em termos pessoais, culturais e de políticas sociais; esse trabalho eu fiz na área social, e aí começamos a ter um embrião da importância da busca da coletividade no desenvolvimento das políticas públicas (...) esse envolvimento fez com que eu desse uma cobrança, logo em seguida, quando o mandato do meu marido terminou, pra que eu continuasse e pudesse representar esse segmento dentro do parlamento brasileiro, e foi isso que me motivou a disputar o meu primeiro mandato de deputada constituinte.

Em reportagem intitulada “Constituinte já tem os recordistas de emendas”:

O trabalho de catalogação das mais de seis mil propostas constitucionais, os funcionários da Secretaria Geral da Mesa da Câmara constataram que a deputada Rita Camata (PMDB-ES), considerada a “musa da constituinte”, é uma das campeãs na apresentação de sugestões. Além da colaboração do marido, a deputada se baseou nos depoimentos colhidos na Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, da qual é integrante, e na sua experiência como ex-primeira-dama do Estado do Espírito Santo,

quando teve oportunidade de conviver de perto com verdadeiros dramas sociais. Por isso, de acordo com uma de suas assessoras, o embasamento de suas propostas é essencialmente social. “A preocupação maior de Rita Camata é, sem dúvida, com a condição do menor, mas ela elaborou projetos também polêmicos, como os que se referem à política de reforma agrária e orçamento da União”, revela o assessor do senador Gerson Camata, Joanito Almeida (Correio Brasiliense, 08/05/1987).

A deputada Anna Maria Rattes (48, PMDB, RJ) também teve a experiência de trabalhar como primeira-dama na cidade de Petrópolis, quando seu marido foi eleito prefeito da cidade. A deputada comentou que, pelo fato de seu marido ter sido eleito vice-prefeito, ela começou a se interessar pelas questões sociais de Petrópolis. Nessa ocasião, época da repressão, o prefeito foi cassado e seu marido assumiu a Prefeitura, momento em que toda a sua vida mudou, pois assumiu as atividades do Departamento de Assistência Social da Prefeitura.

Em seguida, seu marido foi eleito deputado federal e, depois deste mandato, voltou a disputar a Prefeitura, tendo sido eleito; ela, na condição de primeira-dama, fundou a Secretaria de Apoio Comunitário. Na sua opinião, “o movimento de organização popular estava absolutamente em alta”.

Participou também da criação de um Conselho que tinha uma coordenação nacional, do qual participavam todas as Prefeituras que tinham interesse em desenvolver um governo participativo. Posteriormente, durante o terceiro mandato de seu marido como Prefeito, teve início o processo de formação das candidaturas ao Congresso Constituinte. A deputada revelou que não tinha interesse em disputar cargo eletivo, pois achava que bastava seu marido na política. A idéia do Congresso Constituinte era a de que todos poderiam ser representados não só partidariamente, mas por meio de um movimento popular, e ela podia ser indicada para participar.

Foi a partir daí que ela obteve o apoio para se candidatar. A deputada foi eleita no Rio de Janeiro, tendo sido a quinta mais votada no PMDB. Atribui essa vitória em grande parte ao apoio de seu marido, que foi Secretário Nacional do Partido, muito amigo de Ulisses Guimarães, bem como de outros prefeitos.

A deputada Lúcia Braga (52, PFL, PB), mulher do ex-governador Wilson Braga, também foi primeira-dama em seu estado, oportunidade em que se dedicou às causas sociais

da população.

A deputada Marluce Pinto (49, PTB, RR), mulher do ex-governador do território de Roraima, também teve oportunidade de exercer a função de primeira-dama do Território.

Quatro deputadas constituintes exerceram também o cargo de vereadoras em seus municípios.

A deputada Lídice da Mata (31, PC do B, BA) relata que, devido à sua militância política no movimento estudantil, foi indicada a ser candidata a vereadora pelo Partido Comunista do Brasil, que havia decidido lançar candidaturas pelo PMDB. A deputada foi eleita vereadora e exerceu seu mandato de 1982 a 1985, ano em que foi eleita deputada constituinte. Na condição de vereadora, a deputada se dedicou ao movimento de mulheres, criando o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, onde atuava juntamente com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

A deputada Sandra Cavalcanti (61, PFL, RJ) também exerceu o mandato de vereadora no antigo Distrito Federal, no último ano do Distrito no Estado do Rio de Janeiro, tendo obtido expressiva votação e o apoio do Cardeal, dos padres, das amigas e alunas. A deputada dedicou seu trabalho à questão da educação, participando da criação de um substitutivo para mudar a lei de educação no Brasil, juntamente com um deputado federal.

A deputada Benedita da Silva (44, PT, RJ), a partir de sua inserção no Partido dos Trabalhadores, foi candidata a vereadora, tendo exercido seu mandato no período de 1983 a 1987, elegendo-se, após este mandato, deputada constituinte.

A deputada Raquel Cândido (35, PFL, RO) também exerceu o mandato de vereadora, após a sua filiação ao MDB, em 1978. Foi eleita com 9.000 votos na capital, o que representou 42% dos votos, tendo sido a mais votada do partido. Sua atuação como vereadora foi bastante tumultuada, tendo sido cassada quatro vezes num mandato de sete anos.

Uma deputada exerceu o mandato de deputada federal no período anterior à Constituinte. A deputada Rita Furtado (40, PFL, RO) foi favorecida pela circunstância da transformação de Rondônia em Estado. Ela já desenvolvia um trabalho social numa rádio de alcance em toda a Amazônia, vinculado ao Projeto Nacional de Programação da Amazônia, criado por decreto presidencial do Presidente Geisel, inserido no Conselho de Segurança Nacional, estabelecendo assim uma concorrência com as rádios de Cuba, A Voz da América e a de Moscou. Essa rádio desenvolvia um programa intitulado “Pergunte o que quiser”, e a

repercussão foi bastante significativa, totalizando 200.000 cartas/mês. Este programa envolveu, posteriormente, a participação de órgãos da Amazônia, como o INCRA, SUDEVEA, SUDEVE, que fortaleceu o trabalho de atendimento às necessidades da população ribeirinha da Amazônia, como, por exemplo, a disponibilidade de barcos de saúde que prestavam assistência médica. Essa atividade atuou “como um instrumento de mudança de comportamento da população e de política também”.

Em decorrência dessa atividade, surgiu a idéia de sua candidatura a deputada federal. Dessa forma, ela foi eleita em 1982 com base nesse trabalho da rádio, considerado por ela um dos trabalhos mais bonitos que já realizou: “Eu acho que com esse trabalho de rádio eu ajudei muito mais as pessoas, foi muito mais compensador”.

Três deputadas exerceram o mandato de deputadas estaduais. A candidatura de Sandra Cavalcanti (61, PFL, RJ) a deputada estadual foi decorrente do fato de que, com a mudança do Distrito Federal para Brasília, foi convocada uma Assembléia Constituinte para fazer a Constituição do Novo Estado da Guanabara; tendo sido convidada, aceitou e foi eleita, tendo sido a segunda mais votada do Estado. Em seu mandato, a deputada participou da liberação de toda a reforma administrativa do Estado e, nesta reforma, propôs a criação de uma Secretaria que cuidasse dos problemas sociais, a qual foi criada com a lei nova. Nessa época, a deputada tinha interesse de realizar seu mestrado nos Estados Unidos, porém teve que adiar essa decisão por pressão para que ela criasse a Secretaria de Projetos Sociais. Ela, a contragosto, aceitou e, na Secretaria de Serviços Sociais, realizou um trabalho gratificante no reassentamento de favelas que não tinham como ser urbanizadas e na urbanização das que tinham condições. Outra experiência também da deputada foi na condição de deputada estadual da Constituinte do novo Estado do Rio Janeiro. A deputada comenta ter sido uma “eleição espetacular, não gastei nada (...) só sola de sapato”.

Nessa Constituinte, a deputada atuou como relatora; segundo ela, foi uma Constituição moderna, com idéias muito boas, defendendo, de todas as maneiras, as conquistas do antigo Estado da Guanabara.

Mesmo assim, ela se elegeu deputada estadual com uma votação muito expressiva, tendo sido a segunda mais votada do partido, em Manaus. Exerceu o mandato durante quatro anos:

Eu aprendi uma coisa, quer dizer, eu tentei de todas as formas resolver o problema das crianças de rua, eu queria resolver os

problemas sociais, eu queria acabar com a pobreza, eu cheguei cheia de sonhos e expectativas, mas eu descobri que não dá pra conseguir muita coisa, era difícil, as coisas amarravam.

Uma deputada exerceu também o mandato de deputada estadual e de senadora no período anterior à Constituinte. A deputada Eunice Michiles (57, PFL, AM) teve também a experiência de ter exercido o mandato de senadora antes da experiência como deputada constituinte. Após os quatro anos de mandato como deputada estadual, ela tentou a reeleição, mas no cargo de senadora. Relatou que naquela época a política era diferente, pois havia duas cadeiras, porém na verdade era apenas uma, pois um senador era indicado para reposição. Ela comentou que não queria participar, pois achava que não podia arriscar, mas “o partido fez uma lavagem cerebral” e o governador, que naquela época era eleito por indicação e era um senador, motivou-a a candidatar-se. A partir daí ela decidiu se candidatar: “entrei com toda força, com aquela garra, aquela garra de mulher e eu sabia que não tinha condições de me eleger, mas eu sabia que podia mostrar meu potencial”.

Novamente a deputada relata, que assim que começou a crescer nas pesquisas:

O fenômeno se repetiu, eu era boicotada de todas as maneiras, mas isso despertou em mim uma força, e eu tive uma votação muito expressiva e ficou consagrado que eu não tive uma derrota fragorosa e com isso eu fui muito prestigiada...

Ao ser derrotada, o governador a convidou para ocupar o cargo de secretária do serviço social; nessa secretaria ela pôde descobrir que os recursos mal davam para pagar os salários.

O senador eleito morreu 60 dias após assumir o cargo, e ela foi chamada para substituí-lo. Diz ela ter ficado apavorada, mas, como é muito religiosa, rezou muito e pediu a Deus que a ajudasse. Ficou também bastante apreensiva, pois era época de Jarbas Passarinho e Paulo Brossard, que eram oradores fantásticos. Contudo, logo pensou: “eu tenho que assumir o meu espaço, e qual é o meu espaço aqui? A liberdade religiosa e a condição de mulher”.

Revelou ainda que lhe faltou uma das qualidades na política, “o arrojo” por considerar-se:

Uma mulher modesta, muito tímida, muito passiva, tudo muito certinho e isso em política é mortal porque você tem que mostrar que é capaz, mostrar que você deu todo aquele brilho, a sua forma, e isso eu nunca soube fazer, nunca foi do meu feitio.

Esta deputada destaca as qualidades femininas que na sua opinião não favorecem a atuação política. Sugere que as qualidades masculinas 'mostrar que é capaz' devem ser atributos de um político.

Em maio de 1985, a deputada Eunice Michiles foi entrevistada pelo Jornal de Brasília: “Mulheres querem ter vez e voz na Constituinte”. Na época ela atuava como senadora e, na sua opinião, a mulher não pode ficar ausente da Constituinte. Questionada sobre de que forma as mulheres do PFL iriam participar da Constituinte em 1986, a deputada revelou que as mulheres do PFL, organizadas na Ação liberal Feminina (Alfa), pretendem participar nas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte em todo o país.

Primeiro, nós pretendemos ensinar de forma didática o que é uma Constituinte, como ela vai funcionar, levantando esse questionamento, de norte a sul do País, para que as mulheres brasileiras se questionem e aprendam que é importante a participação da mulher na vida política do país”. Foi-lhe perguntado também se as mulheres queriam mudar a Constituição, e a deputada revelou que, “sem dúvida, vivemos um tempo político novo no qual as mulheres, que representam a maioria dos eleitores no Brasil, não podem ficar de fora. Devemos levar a nossa influência para dentro da Constituinte, para que a mulher brasileira não fique ausente dessa nova Constituição”. Nós entendemos mesmo que nenhuma reforma poderá ser real se não houver a participação da mulher, que representa a metade da população... (Jornal de Brasília, 05/05/1985).

Em outra reportagem, em janeiro de 1986: “Michiles quer mais presença feminina”, a senadora admite que ainda existe muita discriminação em relação à mulher, mas algumas barreiras, nesse campo, já estão sendo rompidas, sendo uma prova disso a eleição de duas mulheres para a prefeitura de capitais nas eleições passadas. Representante do partido da Frente Liberal no Congresso Nacional e membro da mesa diretora do Senado, Eunice Michiles defende a necessidade de maior participação das mulheres na política para que nas próximas eleições: “tenhamos mais representantes femininas na Assembléia Nacional Constituinte, nas assembleias legislativas estaduais e câmaras de vereadores. Afinal, a mulher representa, hoje, mais da metade da população brasileira e a metade do eleitorado brasileiro”.

Entende a senadora que não parece democrático a uma Assembléia Nacional Constituinte contar apenas com sete ou oito mulheres, o que ocorre atualmente no Congresso, salientando que somente uma participação mais expressiva poderá fazer com que o

pensamento da mulher esteja realmente ali representado; ela própria, como candidata, pretende participar da Assembléia Nacional Constituinte. Eunice lamentou, a propósito da discriminação pela participação política da mulher, que, enquanto se verifica uma progressiva adesão feminina a causas ecológicas, na defesa do consumidor, e da anistia, essa participação se torna restrita na militância dentro de um partido político (Correio Brasiliense, 28/01/1986).

A deputada Raquel Cândido (35, PFL, RO) filiou-se ao MDB em 1978, onde adquiriu sua experiência partidária. Revelou que seu sonho de entrar para a política foi virando uma grande verdade na sua vida e decidiu ir para São Paulo para melhor se qualificar, quando estava ainda com 22 anos e com três filhos. Em São Paulo, trabalhou como taxista e, com isso, foi criando em volta dela: “verdadeiras colméias de mulheres (...), os excluídos”.

Fundou em São Paulo o Sindicato dos Motoristas de Táxi, no qual trabalhou como secretária, e se ligou ao movimento MR8, passando a lutar contra a ditadura: “contra aquele estado que violentava a liberdade...”

Tendo sido presa em São Paulo, voltou para Rondônia, onde respondeu a processo criminal e, segundo ela, o que era pior, “sem marido (...), comunista e sem dinheiro”.

Neste capítulo ficou evidenciado que a influência de parentes ou de maridos políticos facilitou o processo eleitoral, garantindo a elas um suporte maior de apoio estrutural nas campanhas. A experiência de cinco deputadas como primeiras-damas também teve um papel definidor na opção de tornarem-se parlamentar, de modo a poderem contribuir com a resolução de problemas afetos aos seus Estados de origem. Muitas deputadas já tinham uma vida política pregressa na condição de vereadoras, deputadas estaduais, deputadas federais. Muitas iniciaram sua carreira política nos movimentos estudantis, nos quais tiveram empenho político que serviram de base de sustentação para a continuidade da carreira. Dessa forma, observa-se que as deputadas tiveram carreiras e contaram com um capital político muito distinto. Além das experiências muito distintas na política, estas deputadas são marcadas por diferenças de classes sociais, etnia, região, socioeconômicas, ideologias políticas, filiação partidária, identificação com movimentos sociais diversos e mobilizaram públicos de eleitores distintos. Em que medida o fato de ser mulher pode dar uma identidade a essas mulheres? Sem dúvida, houve identificação dessas mulheres com as circunstâncias que caracterizam a situação da mulher na política em relação à discriminação, à conciliação de papéis familiares e políticos, à falta de apoio dos partidos, à concepção da superioridade masculina no poder e à restrição do acesso a cargos políticos importantes. No

entanto, na condição de políticas, essas diferenças eram minimizadas, prevalecendo o caráter político de suas atuações no Congresso Nacional Constituinte.

A cada mandato é uma disputa muito acirrada dentro do partido para que eu pudesse ter espaço... Numa campanha não tem essa de centro direita e de esquerda, no individualismo, a disputa, a campanha, se faz com diferentes almas, se for da direita ela tem uma alma diferente, se for do centro, se for da esquerda, mas disputa é disputa, competição é competição...

(Benedita da Silva)

CAPÍTULO 4

A CAMPANHA ELEITORAL DAS DEPUTADAS CONSTITUINTES

Neste capítulo serão abordados os investimentos de campanha realizados pelas deputadas quando ainda candidatas. Os depoimentos revelam seus interesses na Constituinte em consonância com os anseios e as expectativas dos movimentos sociais, particularmente em relação aos direitos e garantias da mulher, e com as necessidades de seus estados de origem. As deputadas revelaram também as dificuldades financeiras relativas à falta de apoio de seus partidos, bem como outros apoios recebidos durante a campanha.

No capítulo anterior buscou-se analisar a biografia das deputadas constituintes, bem como a trajetória política das deputadas entrevistadas no período que antecedeu a vitória delas nas eleições para o Congresso Nacional Constituinte.

A biografia revela diferenças entre essas mulheres no que se refere à idade, estado civil, número de filhos, nível de instrução, profissão e vinculação partidária. Além dessas, a classe social e a raça também marcaram diferenças entre elas, porém todas se elegeram Deputadas Constituintes. Considera-se, portanto, que essas diferenças não permitiram criar entre elas um grupo hegemônico, embora tenham sido consideradas pela mídia como um grupo dotado de uma identidade, pelo *slogan* “lobby do batom”.

A informação de outros dados da biografia revela as atividades de cunho político exercidas pelas deputadas em período anterior às suas candidaturas, que, sem dúvida, contribuíram para dar a elas maior visibilidade política e eleitoral.

As experiências políticas de cunho social em seus estados de origem, vivenciadas na condição de vereadoras, deputadas estaduais, primeiras-damas e senadora, despertaram nestas mulheres o interesse pela política e a expectativa de poderem dar maior contribuição na condição de deputadas constituintes.

A revelação de seis deputadas que possuem antecedentes políticos familiares ou que eram casadas ou foram casadas com políticos pode evidenciar o trunfo destas mulheres, que, em relação às demais candidatas, obtiveram uma série de privilégios em termos de recursos e apoio da mídia, o que favoreceu, sem dúvida, o êxito delas nas eleições para a constituinte.

Neste capítulo pretende-se analisar as bandeiras da campanha eleitoral das candidatas à deputadas Constituintes, os *slogans* de campanha, os apoios do partido durante a campanha e

outros apoios recebidos dos movimentos sociais, de políticos de seus partidos e de pessoas próximas a elas.

1. BANDEIRAS DA CAMPANHA ELEITORAL

As bandeiras da campanha eleitoral referem-se aos interesses e às expectativas das deputadas no período que antecedeu a eleição para a Constituinte, que se apresentam como investimentos no desempenho de suas ações no parlamento. As principais bandeiras que as deputadas elegeram como metas de suas atuações na Constituinte foram as questões de ordem social e as relativas a direitos e garantias da mulher. Dessa forma, estas bandeiras revelam as demandas dos movimentos sociais, particularmente do Conselho Nacional dos Direitos da mulher, que de forma organizada passaram a reivindicar o tratamento de muitas questões sociais na Constituinte, bem como as questões relativas aos direitos da mulher. Algumas bandeiras das deputadas revelam também interesses em questões específicas de seus estados de origem, como questões latifundiárias, de saúde, de estradas, de reforma agrária.

Cinco deputadas demonstraram interesse em tratar de questões de ordem social.

A deputada Myriam Portella (64, PDS, PI) se refere à questão dos direitos dos excluídos de um modo geral, enfatiza uma luta interna muito grande pelo fato de ter sido eleita por um partido, o que, segundo ela, “foi muito natural”, pois era o partido de seu marido; contudo, depois ela teve que procurar em que quadrante político ela se encaixava, tendo em vista o seu discurso, a sua convicção e que não se encaixava nas propostas da extrema direita, já que tinham a ver mais com a esquerda, e isso lhe causou muitos conflitos. Outras questões, como os direitos da mulher, dos trabalhadores, o problema da terra, da questão urbana, permearam a campanha dela e nortearam, de certa forma, a sua atuação na Constituinte.

A deputada explicita os conflitos de que foi vítima por não sintonizar com as propostas do partido. Considera 'natural' o fato de estar no partido de seu marido, como se isso fosse uma condição para ela se eleger.

A deputada Rita Camata (25, PMDB, ES) elegeu como principais bandeiras a família, a criança, o adolescente, o idoso e o deficiente.

A deputada Lúcia Braga (52, PFL, PB) revela que sua principal bandeira foi o compromisso com:

“A realidade social contraditória, distorcida e desumana”.

A deputada Maria de Lourdes Abadia (41, PFL, DF) relata que suas principais bandeiras estão associadas à questão da exclusão social, que é, na opinião da deputada, uma das maiores dificuldades do país.

A opção por essas bandeiras pelas deputadas Lucia Braga e Maria de Lourdes Abadia se justifica pela sua formação como Assistente Social.

A deputada Benedita da Silva (44, PT, RJ) também é assistente social e justifica desta forma a sua preocupação em dar maior dimensão à realidade regional e à questão racial: “eu achava que aquele era o momento de você olhar as leis” seu interesse estava voltado para: “a questão da cidadania dos trabalhadores, das mulheres, dos negros, das crianças, adolescentes, das minorias, dos idosos”.

A deputada comenta que trabalhou essas questões na Constituinte e que sua maior vitória foi o reconhecimento da categoria de empregados domésticos, o que foi, na sua opinião, muito polêmico. Outra grande polêmica relatada pela deputada foi na questão racial, quando ela propôs um corte de relações com a África do Sul como um boicote por Mandela estar na prisão. Destaca que esta proposta quase foi aprovada e que foi muito interessante, pois a partir daí, houve um grande debate no Congresso Nacional sobre a questão da discriminação racial e das relações comerciais com os países africanos, o que nunca havia acontecido no Brasil.

Em relação à idade dessas deputadas, três delas estão entre as mais jovens e todas elas são casadas.

Cinco deputadas tiveram como bandeira tratar das questões de direitos e garantias da mulher.

A deputada Raquel Cândido (35, PFL, RO) revelou o seu interesse em tratar da questão da mulher: “Eu acho que como mulher (...) eu queria tratar das coisas das mulheres...”.

A deputada Eunice Michiles (57, PFL, AM) revela que a sua bandeira preferida eram as questões da mulher, pois já vinha trabalhando a questão do planejamento familiar. Segundo ela:

“(...) os direitos da mulher, a questão da mulher no código penal, no código civil, a questão do aborto, foram coisas que sempre marcaram a minha

bandeira preferida, da responsabilidade do estado no planejamento familiar... ”.

A deputada Lidice da Mata (31, PC do B, BA) revela que a sua principal expectativa era: *“Poder fazer as leis melhorarem a vida da mulher”*. Ela sempre esteve muito envolvida com as questões da mulher durante sua trajetória política.

A deputada Anna Maria Rattes (47, PMDB, RJ) é também uma defensora das questões afetas às mulheres e faz um apelo às características da mulher que na sua opinião justificam a necessidade de elas se identificarem como representantes do sexo feminino, revelando, assim, uma visão estereotipada da ação política. Considera que as mulheres entendem de maternidade, de menstruação, de menopausa, de sexualidade feminina que, segundo ela, são programas políticos do dia-a-dia, e a mulher não está entendendo isso:

As políticas públicas são feitas para os homens que não dão a mínima atenção para as especificidades femininas”. Nós somos, segundo ela, 50% da população, então, na sua opinião, “deveria se pensar em políticas públicas para a mulher e para homem e as mulheres não se dão conta de que estão levando a pior porque não acordaram ainda de ter numericamente o seu espaço representado.

A deputada revela a sua indignação em relação à limitada representação feminina na política e atribui ao fato de as mulheres não atentarem para isso e procurarem alargar o espaço de representação feminina nas instâncias de poder. Destaca também o descaso dos homens em relação às especificidades femininas e a falta de políticas públicas que considerem a questão da mulher.

A deputada Lúcia Braga (52, PFL, PB) se interessou também em tratar da questão da mulher e de arcar com as conquistas desta. Faz críticas à atuação da mídia, que na sua opinião deprecia a condição da mulher. Ela revela que se engajou muito na luta da mulher na Constituinte e que houve um engajamento suprapartidário muito grande das mulheres constituintes. Na sua opinião, vivemos numa sociedade excludente, que exclui a mulher, o negro, o índio, e isso a angustiava muito. A deputada comenta que há preconceito em relação à mulher na política e que existe um ranço machista:

Sempre se olha a mulher como uma bancada feminina, a bancada do batom, o loby do batom (...) uma espécie de depreciação da condição da mulher, como se os homens temessem porque a mulher tem conquistado vitórias, muitos espaços (...) talvez eles façam isso com um pouco de inveja inconsciente, eles querem minimizar o papel da mulher e tendem pra essa ironia velada (...) eu acho que é importantíssimo que a gente passe por cima destas barreiras todas e continue lutando porque quem precisa muito desse nosso trabalho é a própria mulher, é a condição da mulher que tem que ser alargada é a construção de uma cidadania plena e efetiva da mulher.

A deputada destaca o papel da mídia, que deprecia a condição da mulher, e critica a conduta masculina, que deprecia o papel da mulher na política. Chama a atenção para o fato de que as mulheres devem superar esses obstáculos e buscar alcançar a cidadania plena de seus direitos.

Observa-se que, em relação à idade das deputadas que escolheram tratar das questões da mulher, as deputadas Lidice da Mata e Raquel Cândido estão entre as mais jovens da bancada feminina. No que se refere aos partidos, observa-se que a maioria delas está filiada a um partido mais conservador, o PFL. Todas essas deputadas são casadas.

A deputada Rita Furtado (40, PFL, RO) comenta que não tinha interesse em trabalhar com o discurso da constituinte, que para ela não significava muito. Argumenta que a população é muito pobre e estava preocupada com questões latifundiárias, de saúde, de estrada; segundo ela, ninguém no seu Estado falava em constituinte.

As questões de preocupação da deputada são questões de trato constitucional e devem ter merecido destaque em sua atuação como constituinte.

Duas deputadas revelam o interesse em tratar das questões afetas aos seus Estados de origem.

A deputada Raquel Capiberibe (47, PMDB, PA) revela que no seu primeiro mandato, para Constituinte, uma das mais fortes bandeiras de sua campanha foi a reforma agrária que é, segundo ela, um sério problema na Amazônia. Ela acredita que foi o momento em que teve um destaque muito grande dentro da casa, do parlamento, além também dos direitos da mulher, dos trabalhadores.

A deputada Marluce Pinto (48, PDT, RR) relata que seu objetivo primordial era transformar o território de Roraima em Estado. Ela acompanhou seu marido durante quatro anos e percebeu as dificuldades, que não eram nem tanto financeiras, mas administrativas. Qualquer cidadão ou cidadã do território, para conseguir *habeas-corpus*, tinha que ir para

Brasília, por isso, o judiciário ficava muito aquém das necessidades do povo. Como estava desenvolvendo atividades de cunho social, ela sabia que, transformando o território em Estado, ia favorecer o social; na Constituinte, ela se envolveu com as outras deputadas, dava apoio à área social, embora não tenham ficado restritas a essa área.

As deputadas revelam seus interesses particulares na Constituinte, que eram derivados de necessidades específicas de seus Estados de origem. Empenharam-se na conquista de seus ideais. A deputada Marluce Pinto conseguiu transformar o território de Roraima em Estado, mas a deputada Raquel Capiberibe se mostrou decepcionada com a conduta dada à questão da reforma agrária.

Uma deputada revela o interesse em tratar de todas as questões da Constituinte. A deputada Sandra Cavalcanti (61, PFL, RJ) comenta que chegou na constituinte com experiência, com uma bagagem muito grande. Ela defendia a necessidade de trabalhar todas as questões da Constituinte e não priorizar a questão da mulher:

Nós mulheres nos juntamos e eu disse para elas logo no primeiro dia, isso aqui é uma Assembléia Nacional Constituinte, onde tem os maiores problemas do Brasil, não está na hora de resolver problema de mulher, de modo que nós vamos nos infiltrar aí nos diversos setores....

Esta deputada não demonstrava preocupação com os direitos e garantias da mulher, o que causou alguns problemas na interação com as demais deputadas no encaminhamento dos trabalhos da Constituinte, conforme depoimentos de algumas delas.

2. SLOGAN DE CAMPANHA

A concepção dos interesses políticos das deputadas constituintes entrevistadas pode ser observada a partir das representações sobre os *slogans* escolhidos por elas para a campanha quando candidatas, na época, a deputadas constituintes.

Os *slogans* de campanha das deputadas revelam o interesse específico delas ou um destaque especial às questões pelas quais se propunham a lutar na constituinte: atributo de caráter pessoal, apelo às questões da mulher, apelo às questões sociais e apelo às questões políticas vigentes. Na maioria dos casos, os *slogans* revelam também a identidade do trabalho

que elas já vinham desenvolvendo e que para elas significava o compromisso com seus eleitores.

Sete deputadas usaram *slogans* referentes ao apelo de atributos de caráter pessoal, os quais evidenciam um caráter particular de cada uma delas.

A deputada Lúcia Braga (52, PFL, PB), usou o *slogan* “Lúcia é povo” em sua candidatura anterior; na Constituinte ela não se lembra, mas, acredita que tinha sido também ligado ao povo. Ela justifica que já vinha fazendo todo um trabalho de base com o povo. A escolha desse *slogan* pela deputada está também relacionada à sua formação como Assistente Social.

A deputada Rita Camata (25, PMDB, ES) não se recorda do *slogan* mas diz achar que era “Voto certo”. Esclarece que as campanhas sempre foram muito de corpo a corpo no trabalho com movimentos sociais, e toda proposta que apresentava era representar os mais humildes, os mais pobres, a criança especialmente, porém que o voto certo seria de uma representante que pudesse trazer essa temática para dentro da Assembléia Constituinte.

A deputada Raquel Cândido (35, PFL, RO) utilizou-se do *slogan*: “Nem que chova canivete, eu vou votar no 1207”, evidenciando, assim, um destaque personalizado.

A deputada Raquel Capiberibe (47, PMDB, PA) usou o *slogan* “Tô na luta”. Argumenta que já vinha de uma luta muito grande no movimento de jovens da igreja e, depois de casada, participou da associação dos professores, nas escolas, nas FEBES, e nos sindicatos de trabalhadores rurais; segundo ela, toda essa militância era uma luta, e quando foi para a política ela continuou essa luta. Comenta que usou a linguagem bem amazônica, pois lá “costumam reduzir muito as palavras e em vez de estou na luta, a gente usou esse *slogan* na primeira e na segunda campanha”.

O *slogan* da deputada Anna Maria Rattes (48, PMDB, RJ) foi “tem que ser você”. Argumenta ela que esse *slogan* “foi escolhido por eles” (partido), pois sentia-se como instrumento na mão deles. Comentou que quatro meses depois de eleita ela saiu do PMDB:

Porque eu achava, com toda razão, e coerência de uma vida, que eu não devia votar contra os interesses do povo, aí eu me rebelei e foi uma confusão com o marido, com o partido, com o governador, foi um descalabro total, mas eu sabia exatamente o que eu vim fazer aqui e estou fazendo, dê no que der.

A deputada Eunice Michiles (57, PFL, AM) revelou que, quando foi iniciar sua campanha, tinha dinheiro para fazer apenas um *outdoor*, enquanto seus concorrentes, segundo ela, tinham recursos para fazer dezenas. Aí procurou uma pessoa amiga para decidir o que fazer. Surgiu a idéia de um retrato, porém ela descartou, por achar que era muito comum, e decidiu então colocar uma grande flor, uma grande margarida. Ela usou esse *outdoor* em local estratégico, o que despertava em todos uma grande curiosidade, tornando-se um símbolo, uma marca, que foi também associada às garis, que são margaridas, e às mulheres em geral. Assim, com esse único *outdoor*, todos ficaram sabendo que a deputada era candidata.

A deputada Rita Furtado (40, PFL, RO) criou seu primeiro *slogan* na campanha de 1982, que era “Rita Furtado, a voz que ama, ajuda e constrói”. Em 1986, na campanha para Constituinte, ela usou “*Rita Bis*”.

Com esse *slogan* a deputada estava apelando para o trabalho que realizava na Radiobrás, com repercussão na Amazônia. Ela revelou que esse trabalho foi decisivo para sua candidatura e eleição para a Constituinte, além do apoio de seu marido, que era, na época, secretário-geral do Ministério das Comunicações.

Quatro deputadas utilizaram *slogans* referentes ao apelo às questões da mulher, revelaram assim o interesse específico de lutar na Constituinte pelas questões afetas às mulheres.

A deputada Myriam Portella (64, PDS, PI) não se lembra de seu *slogan*, mas provavelmente tratava da questão da mulher. Ela diz não ser uma feminista, porém acredita que na democracia a mulher tem de estar no centro das decisões, e justifica questionando: “se a nossa população é composta de mais mulheres do que homens, como somente esta parte da população vai fazer as leis e tomar as decisões?” Ela argumenta também que nunca se apegou muito a essa questão de *slogan*, por acreditar que ele: “é uma esparrela, a gente fica martelando uma coisa e as agências publicitárias usam e isso pode levar a coisas que você não desejaria”.

O *slogan* da deputada Lídice da Mata (31, PC do B, BA) foi “Mulheres à luta”. Justifica dizendo que usou o mesmo *slogan* da campanha para vereadora, pois já dedicava parte de sua luta para iniciar a organização do movimento de mulheres; relatou que teve também participação ativa na criação do Conselho Nacional dos

Direitos da Mulher. A deputada revelou que, no seu entendimento:

A participação política da mulher era um vetor essencial no processo de redemocratização do Brasil (...) nós elegemos aqui, na época, cinco vereadoras, e foi a maior bancada feminina de câmara de vereadores das capitais do Brasil.

O *slogan* de campanha da deputada Maria de Lourdes Abadia (41, PFL, DF) foi “Um grito de mulher nas reformas sociais”, revelando assim o seu interesse em defender as questões da mulher na Constituinte e, além disso, o seu compromisso com as questões sociais.

A deputada Benedita da Silva (44, PT, RJ) usou o *slogan* “Mulher, negra, favelada” em sua primeira campanha para vereadora. Afirmou que esse *slogan* tinha tudo a ver com a sua própria vida, pois era oriunda de favela, onde tinha desenvolvido seu trabalho, e vítima da exclusão social e também da discriminação, por sua condição de mulher e negra. Destaca que a favela, enquanto um gueto isolado, sem nenhuma assistência do serviço público, a levou a fazer esse *slogan*, que mostra o perfil dela e a sua identificação com as propostas que estaria defendendo na Câmara de Vereadores.

Para a eleição de deputada constituinte, a deputada Benedita da Silva (44, PT, RJ) usou o *slogan* “A voz do morro na constituinte”, que abrangia toda uma área social por achar que aquele era o momento de olhar as leis, ela tratou dos direitos da cidadania dos trabalhadores, das mulheres, dos negros, dos pobres, das crianças, dos adolescentes, das minorias, dos idosos, dentro da Assembléia Constituinte.

A preocupação com as questões políticas vigentes ficou evidenciada pela deputada Sandra Cavalcanti (61, PFL, RJ). Em sua campanha para o governo do estado, em 1982, ela usou o *slogan* “Vamos arrumar a casa”. Para a campanha de constituinte, a deputada não teve *slogan*, mas justifica dizendo que criou um santinho mostrando os principais pontos com os quais ela havia se comprometido: parlamentarismo, reforma do sistema eleitoral, fidelidade partidária, liberdade para a escola particular, programa de saúde pública, economia de mercado, abertura dos portos, entre outros.

A deputada Marluce Pinto (49, PDT, RR) utilizou o *slogan* “A chama que não se apaga”, o qual combina com o símbolo do partido, que apresenta um sol e uma chama.

3. APOIO DO PARTIDO DURANTE A CAMPANHA

As deputadas foram questionadas também sobre o apoio do partido durante a campanha: quatro disseram que receberam apoio estrutural e financeiro dos partidos; sete revelaram que foram discriminadas; quatro disseram que não obtiveram apoio; e apenas uma disse ter recebido apoio moral do partido.

A deputada Eunice Michiles (57, PFL, AM) revelou que, pelo fato de estar como senadora, teve apoio e um pouco mais de acesso; e, por ter aberto mão de se candidatar novamente ao senado, “isso facilitou um pouco os caminhos”. Afirmou ainda que, nessa época, a mulher já tinha se imposto um pouco mais e os homens já não achavam muito estranho uma mulher se candidatar; por isso, comentou que encontrou que “um pouco mais de cordialidade”.

A deputada Rita Furtado (40, PFL, RO) obteve apoio do partido em nível nacional, e isso se deve ao reconhecimento de ela estar inserida “num contexto de ser conhecida, num contexto de poder”. Como já era deputada, teve facilidade para conseguir empréstimos e camisetas, etc.

A deputada Anna Maria Rattes (48, PMDB, RJ) diz ter recebido total apoio do partido na campanha como candidata à Constituinte.

A deputada Maria de Lourdes Abadia (41, PFL, DF) revelou que em todas as campanhas – que foram três – ela obteve o apoio do partido nas questões referentes a horário eleitoral, que “é uma coisa cara”, camisetas, bonés e estrutura do palanque, considerando que foi uma ajuda muito grande.

Interessante observar que as deputadas que eram engajadas em movimentos sociais – as quais já tinham uma liderança política ou engajamento com políticos homens, obtiveram apoio de seus partidos.

A deputada Benedita da Silva (44, PT, RJ) afirmou que a cada mandato é uma disputa muito acirrada, dentro do Partido dos Trabalhadores. Menciona que a sua base de sustentação dentro do partido era oriunda de segmentos que já eram organizados, como, por exemplo, as pastorais, a pastoral católica, e que davam a ela sustentação política dentro do partido. Ela disse ter recebido sempre o apoio desses segmentos. No entanto, argumenta que sempre teve uma disputa muito acirrada com as visões ideológicas mais radicalizadas do PT. A deputada esclareceu que o PT ainda não tem uma estratégia de apoio dentro da representação dos

interesses específicos; ele sempre trabalha as candidaturas majoritárias. As candidaturas proporcionais, que significam de certa forma a representação específica do povo, um interesse específico, o PT não sustenta. O apoio é o seguinte: é necessário haver candidatos, mas você não tem o apoio direto para uma estratégia direta, ou seja, número de deputados e senadores que se quer eleger; todavia, admite-se que está se chegando lá, porque é um assunto que tem tomado todo um espaço, especialmente na questão das cotas¹¹⁴ das mulheres, que foi introduzido por elas pelos chamados segmentos específicos:

As mulheres colocavam dentro do partido a importância do direito da mulher, tanto quanto a reforma agrária, e também a questão do direito do negro tanto quanto uma reforma tributária e associando essas chamadas questões mais gerais, elas foram ocupando espaços, e hoje o PT já vê algumas candidaturas como sendo estratégicas para um projeto mais geral, para um programa mais abrangente.

A deputada Raquel Cândido (35, PFL, RO), sucintamente, respondeu: “Nunca, jamais, nada, todos contra mim”.

A deputada Sandra Cavalcanti (61, PFL, RJ) afirmou que não obteve apoio, argumentando que:

A resposta correta para esta pergunta, não sou eu, não foi o meu caso, ninguém recebe apoio do partido porque o voto constitucional cria uma luta dentro da legislação. Teu adversário é teu companheiro.

Em relação a esse quesito, a deputada ressalta a importância da política como campo de luta.

A deputada Marluce Pinto (49, PDT, RR) revelou que não recebeu nenhuma ajuda financeira; que o apoio que receberam, ela e o marido, foi dos eleitores de Roraima. Ela acha que em toda campanha deve-se solicitar a solidariedade dos eleitores.

Observa-se que nenhum dos depoimentos revela que essas mulheres adotaram estratégias de confronto com essa situação. Isso revela certo conformismo, que passa pelo nível da consciência de que os partidos não favorecem as candidaturas femininas. Algumas delas admitem que as mulheres não devem se acomodar, mas não sugerem formas de ação para superar essa situação.

¹¹⁴ Lei 9.504, de 30/09/1997, que estabelece um percentual de 30% de candidaturas femininas nos partidos. Aqui a deputada se refere ao processo de discussão a respeito das cotas para as mulheres.

Somente a deputada Raquel Capiberibe (47, PMDB, PA) mencionou ter recebido apoio moral de seu partido, o PMDB, que defendeu seu nome e por ter colocado a primeira mulher “Panhense” na disputa de um mandato para deputada.

Sete deputadas tiveram experiência na militância em partidos políticos, todas elas revelando que foram vítimas de discriminação. Duas deputadas foram discriminadas por motivo de cunho ideológico.

A deputada Anna Maria Rattes (48, PMDB, RJ) iniciou essa atividade por influência de seu marido, que foi fundador do MDB em Petrópolis, partido ao qual ela se filiou. A deputada sofreu retaliação do PMDB quando se candidatou novamente ao Legislativo. Revelou que, em decorrência de embates técnicos sobre a Constituinte na convenção do partido, ela deixou de receber apoio do partido, o que inviabilizou a sua reeleição.

A deputada Lúcia Braga (52, PFL, PB) iniciou sua resposta dizendo que houve discriminação. Ela considera que todas as mulheres que chegaram ao estágio em que ela se encontra “têm uma história de discriminação pra contar”. Afirma que se vive numa sociedade de machos, numa sociedade de ranço machista, dizendo que teve dificuldades na campanha, inclusive porque se candidatou pela primeira vez pelo PFL, e ela tinha princípios contrários aos deste partido; razão pela qual tinha dificuldade até para falar. Era uma discriminação muito grande. Por votar sempre contra as teses do PFL, ela se opôs ao centrão, porém teve participação efetiva, tendo obtido nota 9,7 no DIAP. Disse ter tido uma luta muito de povo, de trabalho da mulher, da reforma agrária; e ela sempre se posicionou muito contra a idéia de direita, e, por ter tomado uma posição de esquerda, não obteve o mínimo de apoio do PFL.

A deputada Benedita da Silva (44, PT, RJ) participou da criação do Partido dos Trabalhadores, onde militou associando o trabalho que já desenvolvia com as mulheres e crianças na comunidade, a partir da organização de comitês e associações de moradores; com isso, ela diz ter ficado muito envolvida. A deputada revelou que o que mais a marcou foi a discriminação. Salientou que há uma discriminação muito grande e ligada também ao poder. Na sua concepção, a candidatura de uma mulher representa uma ameaça que ganha visibilidade numa campanha. A deputada foi vítima de discriminação dentro do partido, e isso marcou muito a sua trajetória política na condição de mulher e negra.

Destacam-se aqui as questões relacionadas a contradições internas dentro dos partidos, que divulgam o interesse em candidaturas femininas, e as contradições também das deputadas,

que, mesmo nessas condições, se mantêm filiadas a esses partidos. No depoimento da deputada Benedita da Silva, a candidatura de uma mulher representa uma ameaça, pois coloca em risco a candidatura dos homens. Entretanto, ao mesmo tempo, ganha visibilidade numa campanha, porque destaca a participação da mulher como algo inusitado, que foge aos ditames convencionais da política.

A deputada Lídice da Mata (31, PC do B, BA) revelou que a sua candidatura só foi possível por ela ser mulher e por abordar um tema que o candidato principal do partido - que já era candidato pela segunda vez - não teria condições de abordar. Dessa forma, o partido definiu que a candidatura da deputada não era prioritária, pois a prioridade era reeleger o candidato que já era deputado federal. Assim, a deputada se sentiu discriminada na concessão de apoio do partido à sua candidatura.

A deputada Sandra Cavalcanti (61, PFL, RJ) iniciou sua carreira política partidária filiando-se à UDN (União Democrática Nacional), por meio do qual foi eleita vereadora em 1954 e deputada estadual constituinte em 1960; posteriormente, filiou-se à Arena e foi eleita novamente deputada estadual constituinte, em 1975. A deputada evidencia que a discriminação existe dentro do partido, pois a falta de apoio revela essa discriminação:

Quando a gente aparece no pedaço com cara de quem vai ganhar, o sujeito fica desesperado, a não ser que você seja uma puxadora de votos fantástica, aí eles te tratam um pouquinho melhor. No meu caso, na primeira eleição para constituinte, eles não sabiam o meu potencial de votos, porque faziam 10 anos que eu não estava disputando.

A deputada Eunice Michiles (57, PFL, AM) relatou que foi vítima de boicote no partido quando se decidiu eleger deputada estadual. Justifica dizendo que, quando as pesquisas começaram a mostrar a oportunidade de ela se eleger, o partido virou-se contra ela: “significava que, com a minha vitória, seria um lugar a menos para os homens, então veio a guerra de todos os lados, foi terrível (...) e eu fui boicotada de todas as formas”.

A deputada revelou a competição acirrada com os homens no partido, pois sua candidatura colocava em risco a eleição dos homens; por essa razão, foi vítima de retaliações.

A deputada argumenta ainda que:

Política é coisa de homem, é conversa de homem, é missão de homem, mulher não tem que se meter nisso, e isso aí eu acho que é uma coisa que a gente não pode se acomodar não. Como é que nós vamos modificar a cara do

mundo se nós não tivermos tido as decisões, se nós não tivermos no legislativo, se nós não tivermos no executivo, não tem sentido...

A deputada admite que política é coisa de homem, mas faz um apelo às mulheres para que não se acomodem. Ao mesmo tempo, ela acredita na importância da participação da mulher em todos os níveis de decisão.

Com a experiência que tem hoje, ela admite que:

As grandes reproduções, coisas de discriminação, de entendimento, de papel de homem e de mulher, elas se reproduzem na sociedade porque elas se reproduzem primeiro na família, que é a grande reprodutora dessas desigualdades.

A deputada atribui à família a responsabilidade pela reprodução das desigualdades sociais.

A discriminação nos partidos ficou evidenciada pelos depoimentos das deputadas, que destacam o caráter dessa discriminação associada a questões ideológicas, de ordem racial e de gênero, evidenciando o caráter masculino do poder, que exclui as mulheres da participação política partidária. A falta de apoio às candidaturas femininas revela a discriminação dos partidos, que não privilegiam as candidaturas consideradas de interesse específico, sendo todos os esforços direcionados às candidaturas majoritárias, que são atributos dos candidatos homens. Até mesmo os partidos de esquerda, como o PT, ainda não possuem estratégias de apoio a candidaturas de interesse específico, conforme foi revelado pela deputada Benedita da Silva (44, PT, RJ) em seu depoimento. Isso acaba sendo uma contradição em relação à tese de que os partidos de esquerda são mais receptivos às candidaturas femininas. Dessa forma, a representação política feminina encontra obstáculos de natureza sexista e corporativa no interior dos partidos.

Observa-se que nenhum dos depoimentos mostra que essas mulheres adotaram procedimentos de confronto com essa situação, o que revela certo conformismo, que passa pelo nível da consciência de que os partidos não favorecem as candidaturas femininas e de que são dominados pelos homens. Algumas delas admitem que as mulheres não devem se acomodar nessa situação, porém nenhuma delas sugere formas de ação para reverter essa situação.

A falta de apoio está associada a conflitos ideológicos de algumas deputadas com seus partidos e não propriamente ao fato de serem mulheres, como foi o caso, por exemplo, da

deputada Lúcia Braga (52, PFL, PB), que revelou ter tido muitas dificuldades durante sua campanha porque se candidatou pelo PFL, partido de idéias contrárias às suas. Com isso, ela foi discriminada, e nos palanques era sempre a última a falar. Dessa forma, por ter assumido uma posição de esquerda, não obteve o mínimo de apoio do PFL. Relata que o partido chegou a fazer listas, nas votações da Constituinte, contra suas propostas.

Uma deputada revelou que houve mudanças no perfil das campanhas.

A deputada Benedita da Silva (44, PT, RJ) comentou que o perfil das campanhas mudou no que se refere ao uso de instrumentos e símbolos que identificam uma campanha. Revelou que o PT desenvolve sempre, durante as campanhas, um trabalho de base, de corpo a corpo, mas que hoje há um outro fenômeno nessa disputa; porque a direita tem se apropriado das mesmas estratégias da esquerda e de forma muito mais sofisticada, pois dispõem de recursos financeiros:

Os programas já estão praticamente idênticos, porque hoje a gente fala no social, eles falam também e fazem promessas, tem uma mídia que favorece, tem gente na rua fazendo campanha, nós temos que mudar nossa estratégia... eles desempregaram todo mundo e têm como bandeira a política do resgate da cidadania, do cidadão, do social...a nossa estratégia só de corpo a corpo já não dá pra sustentar.

4. OUTROS APOIOS RECEBIDOS DURANTE A CAMPANHA

Duas deputadas revelaram que tiveram apoio de movimentos sociais com os quais já vinham desenvolvendo um trabalho de organização política de base e de promoção social.

A deputada Lídice da Mata (31, PC do B, BA) afirmou que sempre foi muito engajada em movimentos sociais - dos quais obteve muito apoio - e que já tinha uma participação grande na sua cidade desde o seu mandato como vereadora.

A deputada Myriam Portella (64, PDS, PI) disse que recebeu muito apoio das associações, pois, segundo ela, na época em que foi primeira-dama, se esforçou para dar vez e voz à periferia; naquele tempo não se dava muito apoio a essas questões de organização popular, e ela buscou realizar este trabalho tentando instrumentalizá-los, a fim de que trabalhassem para conseguir seus direitos. Isso provocou muita discussão entre os vereadores, que tinham as associações como seus cabos eleitorais e não como uma voz da comunidade

para lutar pelas suas necessidades. Por isso, a ela acha que nessas organizações, que não eram ainda organizações de esquerda, mas organizações comunitárias, ela obteve grande apoio.

Quatro deputadas revelaram que obtiveram apoio de políticos de seus partidos.

A deputada Lídice da Mata (31, PC do B, BA) teve apoio também de vários deputados, até daqueles mais conservadores do PMDB. Ela comentou que em 1986 conseguiram ganhar as eleições para governador e que, pela primeira vez em Salvador, houve a vitória da oposição. Foi uma votação expressiva, com um milhão e seiscentos mil votos de frente, e ela pôde tirar proveito desse momento histórico, o qual, segundo ela, tornou possível a sua vitória nas eleições.

A deputada Anna Maria Rattes (48, PMDB, RJ) atribui, em grande parte, a sua vitória ao apoio de seu marido, que foi Secretário Nacional do Partido, muito amigo de Ulisses Guimarães, bem como de outros prefeitos. A deputada comenta ter recebido também o apoio dos segmentos do partido que compunham as prefeituras de mais de 80 municípios no Estado do Rio de Janeiro, dos quais ela só não obteve apoio de dois deles.

A deputada Raquel Capiberibe (47, PMDB, PA) revelou ter tido apoio desde a sua lavadeira de roupas até seus colegas professores. Ressaltou ainda nunca ter recebido ajuda de nenhum comerciante, de nenhum empresário e que tem muito orgulho disso; pretende ir para uma terceira campanha sem pedir nada a ninguém, a não ser a seus próprios companheiros.

Neste capítulo, a partir do conhecimento da experiência prévia das deputadas entrevistadas, pôde-se evidenciar os investimentos na carreira política para o alcance da vitória nas eleições para a Constituinte. O reconhecimento do empenho político dessas mulheres no período anterior à Constituinte marcou a sua trajetória política na condição de mulheres. Portanto a vitória, nas eleições para a Constituinte foi efetivada em decorrência da atuação política delas no período que antecedeu essas eleições.

Segundo Santos (1997)¹¹⁵, “a trajetória percorrida e o tempo investido na carreira política até a conquista de uma cadeira parlamentar são indicadores da medida em que a política constitui um campo próprio, cujo acesso requer aprendizado e domínio de códigos, técnicas e relações que lhes são peculiares”.

A trajetória política percorrida antes do acesso ao cargo parlamentar e a influência de familiares políticos constituem fatores que motivam a opção pela carreira política partidária e

institucional. A experiência precoce, assim como sua continuidade posterior, “sugere uma afinidade eletiva, a disposição vocacional para se entregar à atividade política, fazendo dela seu projeto de vida” ¹¹⁶

As bandeiras que as deputadas elegeram como metas revelam as demandas dos movimentos sociais, que de forma organizada passaram a reivindicar o tratamento de muitas questões sociais na constituinte, bem como as questões relativas aos direitos da mulher. Toda a mobilização, portanto, dos movimentos sociais na reivindicação de seus direitos na constituinte, particularmente as do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher serviram de referência para as deputadas elegerem suas bandeiras de luta durante a campanha e na Constituinte.

Os *slogans* de campanha revelaram as intenções com as quais se dispunham a atuar na Constituinte, evidenciando assim os interesses particulares de cada uma delas, que tratavam de questões sociais, direitos e garantias da mulher e questões afetas aos estados de origem, além de alguns que eram apenas um chamamento de destaque às suas candidaturas.

Ficou evidenciado que a influência de parentes ou de maridos políticos foi decisiva no processo eleitoral, garantindo a elas um suporte maior de apoio estrutural e, conseqüentemente, a vitória nas urnas. A experiência de cinco deputadas como primeiras-damas também teve papel definidor na opção de tornarem-se parlamentar, de modo a poderem contribuir com a resolução de problemas afetos aos seus estados de origem. Muitas deputadas já tinham uma vida política pregressa na condição de vereadoras e deputadas estaduais. Muitas iniciaram sua carreira política nos movimentos estudantis, nos quais tiveram empenho político que serviu de base de sustentação para a continuidade da carreira.

Na questão referente ao apoio do partido, as manifestações revelam que quatro deputadas tiveram apoio, seis delas foram vítimas de discriminação, duas revelaram que não obtiveram apoio e apenas uma disse ter recebido apoio moral de seu partido. Neste quesito, ficaram evidenciadas as dificuldades e entraves na experiência partidária das deputadas, denunciando assim a segregação no tratamento entre homens e mulheres, pois os partidos privilegiam as candidaturas majoritárias formadas por candidatos homens, desconsiderando dessa forma as candidaturas femininas.

¹¹⁵ SANTOS, André Marengo. Nas fronteiras do campo político. Raposas e *outsiders* no Congresso Nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.33, ano 12, p.87, fevereiro de 1997.

¹¹⁶ SANTOS (1997), op. cit., p.91.

Em relação a outros apoios recebidos, as deputadas obtiveram apoio dos movimentos sociais e populares com os quais trabalharam, de políticos de seus partidos, além de amigos e parentes.

Para alcançar o mesmo nível de destaque de um homem na política, as mulheres tem que fazer sacrifícios imensos no campo da vida pessoal e eu acho que isso é uma coisa que nós devemos combater, nós devemos começar a discutir entre nós mulheres a necessidade de não sermos tão obsessivas quanto os homens no exercício do poder, para tornar o poder mais humano e mais feminino, com a marca feminina
(Lídice da Mata)

CAPÍTULO 5

A SITUAÇÃO DAS MULHERES NA CONDIÇÃO DE DEPUTADAS CONSTITUINTES

No capítulo anterior, foram analisados os investimentos de campanha das mulheres, na condição de candidatas à deputadas Constituintes.

Nas atividades por elas realizadas pode-se observar o seu empenho em demonstrar publicamente a vontade de se fazer representar na condição de políticas no Congresso Nacional.

Os *slogans* de campanha, bem como as bandeiras que escolheram como metas, permitiu revelar as expectativas e as proposições de atuação de todas as candidatas como futuras deputadas.

Nas campanhas propriamente ditas, as candidatas foram vítimas de situações que exigiram delas empenho maior, considerando que seis deputadas foram submetidas à discriminação nos partidos, tendo sido privadas de apoio e incentivo, e tiveram que recorrer a outros apoios para viabilizar suas campanhas.

Neste capítulo pretende-se identificar a situação dessas mulheres na condição de deputadas constituintes, buscando analisar as implicações na política de suas condições de mulheres; a discriminação de que foram vítimas; as preocupações e os entraves; o relacionamento entre deputados e deputadas; os comportamentos e atitudes no desempenho da atividade parlamentar; as vitórias e as derrotas, por elas consideradas, na Constituinte; e o envolvimento delas com associações e organizações governamentais e não-governamentais.

1. MOMENTO QUE MARCOU SER MULHER NA TRAJETÓRIA POLÍTICA PARLAMENTAR

Neste quesito as deputadas revelam suas decepções e as situações de que foram vítimas em razão da sua condição de mulher. Pode-se observar um sentimento de revolta e de indignação, que se traduzia em suas expressões e na entonação de voz. Com muita ênfase, procuravam demonstrar que a condição da mulher na política representa um desafio no campo político e pessoal, de modo a obter credibilidade, e tinham que superar e conciliar obstáculos que se impunham como entraves às demandas que a condição de mulher e de política exigia.

Dez deputadas revelaram que tiveram empenho maior do que é exigido dos homens e que foram muito compensadas, atribuindo isso ao fato de serem mulheres.

A deputada Eunice Michiles (57, PFL, AM) comentou que naquela época a questão da mulher estava em voga. Na sua condição de candidata a deputada estadual, ela começou a pregar a questão do planejamento familiar, em razão de sua vivência no interior do Amazonas, onde presenciou mulheres morrendo pelo filho que não desejaram, e isso a marcou profundamente. O planejamento familiar, nessa época, ia de encontro, segundo ela, à igreja, mas na sua opinião as mulheres o apoiavam, por considerarem um direito. A sua pregação não era contra os homens, mas a favor do espaço da mulher, dentro da lei, na sociedade, de ela ter os direitos garantidos e de sua promoção. Naquela época, não havia um movimento institucionalizado na Amazônia, e, apesar de ser um estado machista, teve, na sua opinião, o mérito do mandato de senadora. A deputada revela também que em muitos momentos se sentiu recompensada pelo seu empenho político, pois foi por várias vezes homenageada com comenda da marinha e da aeronáutica, que foram muito importantes para ela. Recebeu também uma comenda do Congresso, destacando seu trabalho como parlamentar, que é um mérito da casa que, segundo ela, poucas pessoas recebem. Outra homenagem recebida foi a do Congresso dos Estados Unidos, pelo seu trabalho como a primeira mulher sul-americana a tratar da questão do planejamento familiar.

- A tribuna deve ser um instrumento a serviço das causas da mulher...

A deputada Lúcia Braga (52, PFL, PB) disse que, quando defendeu a aposentadoria aos 25 anos para a mulher, foi para ela um momento muito emocionante, pois estava convencida de que seria um ganho para a mulher, a qual, na sua opinião, tem dupla jornada de trabalho e envelhece mais rápido, a trabalhadora rural, a mulher operária - sua proposta foi derrotada, e ela atribui essa derrota ao ranço machista. Por outro lado, ela menciona a vitória na conquista da licença - gestante, que, segundo ela, foi um momento bastante significativo e que contou com o apoio de Jaqueline Pitanguí, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Esta proposta foi, na sua opinião, suprapartidária, e todas se empenharam em conquistar. Nesse momento, enquanto deputada estadual, ela está criando a Associação das Mulheres Parlamentares no Estado da Paraíba, o que, segundo ela, não é para obter privilégio, mas para que:

A parlamentar tome consciência de que a sua tribuna deve ser também um instrumento a serviço das causas da mulher, a conscientização de que nós somos ainda discriminadas e de construir a cidadania da mulher de forma plena e efetiva.

A deputada Raquel Cândido (35, PFL, RO) considerou o momento mais importante a conquista da reforma urbana na capital de Porto Velho, onde ela mexia com as terras que eram do povo e que eram manipuladas por prefeitos da ARENA. A deputada liderou um movimento na cidade de Orgeu Dourado, onde diz ter a maioria dos votos - era uma área que estava sendo preservada para construção de condomínios de elite. Ali ela organizou um movimento dos sem-terra, de mulheres que tinham filhos de pais diferentes: estes ficavam nos garimpos e elas, ali, ficavam grávidas, com filhos e sem ter onde morar.

A deputada Sandra Cavalcanti (61, PFL, RJ) dedicou todo o seu empenho às questões relacionadas à mudança da lei de educação no Brasil, à elaboração da Constituinte do Estado da Guanabara e à criação da Secretaria de Serviços Sociais; foi presidente do Banco Nacional da Educação, em 1968, entre tantos outros.

- No momento a gente ainda tem cara de honesta...

Para a deputada Anna Maria Rattes (48, PMDB, RJ), o fato de ser mulher favorecia a entrada; os ministros lhe faziam a corte, o que, na sua opinião, não era assédio, mas se mostravam agradáveis, insinuantes, passando, segundo ela, pelo lado da sedução. Isso aconteceu com ela em várias ocasiões, e ela entendeu como uma das vantagens de ser mulher e tirar proveito dessa situação. A deputada comentou que naquela época ainda era uma novidade a mulher na política, por ela ser menos corruptível que os homens e por ter menos tempo de prática política; por isso, a mulher ainda não está suscetível à corrupção. Diz ela que pode ser que no futuro isso mude, mas “no momento a gente ainda tem cara de honesta”.

Essas coisas, segundo ela, molestavam os homens; quando passava na bancada o interesse pessoal de cada um, diziam a ela que ela estava sempre na contra-mão, que ela os atrapalhava e que não deixava as coisas caminharem. Ela não aceitava determinadas coisas, atribuindo isso à sua pouca experiência em cargo eletivo e também à sua formação moral. A deputada reconhece que a mulher ainda é politicamente dominada pelo companheiro, que ela não é politizada e ressalta a importância de se fazer um trabalho de politização e engajamento

das mulheres na questão política. Segundo ela, enquanto não se conseguir isso, as mulheres não terão a sua cidadania plenamente conquistada.

A deputada Lídice da Mata (31, PC do B, BA) considerou o momento mais importante de sua carreira política o fato de ter sido a primeira mulher prefeita eleita em Salvador, depois de 446 anos de sua existência, em virtude de todo o seu empenho político. A deputada exalta que foi marcada durante toda sua trajetória pela sua condição de mulher do ponto de vista político.

- Na condição de mulher foi um trunfo conseguir mostrar capacidade e superar tudo...

A deputada Eunice Michiles (57, PFL, AM) revelou que o resultado das urnas nas eleições para o senado foi imensamente gratificante para ela pelo fato de ter demonstrado uma capacidade com que ela mesma se surpreendeu, por estar acima das expectativas de qualquer pessoa de seu estado. Nas eleições para deputada federal ela foi a segunda mais votada de seu estado, e afirmou que, “na condição de mulher, foi um trunfo conseguir mostrar capacidade e superar tudo”.

A deputada Raquel Capiberibe (47, PMDB, PA) considerou importante a ousadia das mulheres na Constituinte. Ela argumentou que:

(...) hoje nós temos uma participação muito grande das mulheres e a gente faz questão de colocar isso, com o mesmo peso, homens e mulheres, e eu acho que isso influenciou a minha coragem, eu tenho uma história de briga dentro do meu estado, na época do território, então, isso serviu, até para os homens perceberem que as mulheres não saem de casa só para ir atrás de homem.

A deputada revelou que sempre foi muito respeitada e que as mulheres podem se fazer respeitar sem abrir mão, sem abdicar de nenhum direito para participar da vida política. A deputada relata também que teve um momento muito marcante durante sua campanha, quando as mulheres fizeram um comício só de mulheres e tinha no palanque um controlador de som e uma locutora. Relatou, que foi muito emocionante e engraçado o momento em que elas resolveram decidir, juntamente com todas as mulheres que ali estavam, se os homens subiriam ou não no palanque, e por decisão delas os homens subiram.

- Por ser mulher, eu posso...

A deputada Raquel Cândido (35, PFL, RO) mostrou seu orgulho por ser mulher:

Para mim representou que, por ser mulher, eu posso, assim como todas as outras podem, e o que foi mais importante é que mesmo tendo dificuldades como a de ser pobre, divorciada, eu consegui essa vitória, e esse foi um momento glorioso na minha vida, principalmente como mulher.

A deputada Rita Furtado (40, PFL, RO) considerou o fato de ser mulher a sua maior vitória. Considera que nas eleições de 1982, quando foi candidata pela primeira vez a deputada federal, o fato de ser mulher pesou muito, pois era a primeira mulher a representar o partido nas eleições. Nas eleições para constituinte prevalecia mais o discurso, porém admite que o fato de ser mulher também ajudou.

Quatro deputadas ressaltam a condição da mulher, destacando atributos que são por elas considerados características que diferenciam a mulher na política e em relação ao homem.

A mulher tem uma sensibilidade mais aguçada...

A deputada Maria de Lourdes Abadia (41, PFL, DF) também exaltou a importância da mulher, ressaltando que sempre esteve muito consciente da importância da presença da mulher tanto no legislativo como no executivo e no judiciário. Argumentou ela que a mulher “tem uma sensibilidade mais aguçada, ela vê mais prontamente as pequenas coisas que fazem as grandes coisas, ela consegue abrir a gaveta da sociedade...”.

- A mulher tem o senso do social...

A deputada Myriam Portella (64, PDS, PI) considera que a mulher tem um senso do social muito grande, não importa a que partido ela pertença, tanto da direita como da esquerda. Para ela, o senso social da mulher é inato bem como o traquejo - pelo fato de ela ser mãe, ela tem um sexto sentido, uma clarividência, que é próprio da mulher, isso foi, segundo ela, o grande elo entre as mulheres. A deputada argumenta que:

O mandato não é da pessoa, você recebe uma procuração para você representar; então, eu andava assim desatinadamente, ia a reuniões para

captar o que seria interessante, qual seria a melhor postura, é um envolvimento muito grande, e você sabe que o processo constitucional é um processo que é muito desgastante...

- A mulher gosta de prazer, de ser amada..

A deputada Raquel Cândido (35, PFL, RO) também tem essa visão, destacando características peculiares da mulher que a diferenciam do homem. Considera que a maternidade dá à mulher uma condição bastante diferenciada. Para a deputada, a questão do sexo é um grande obstáculo da mulher na vida pública; embora exista em outras profissões, na vida pública, segundo ela, se acentua mais. Destaca que o sexo é uma coisa determinante, porque, independentemente de ser parlamentar, ela continua sendo mulher. Na opinião da deputada: “a mulher gosta de prazer, de ser amada, ser acariciada e tem suas deficiências e carências”.

Na opinião da deputada Eunice Michiles (57, PFL, AM), a mulher que é mãe tem muito mais condições de enxergar a vida como um todo. A maternidade, na sua opinião:

Dá uma dimensão de vida muito importante. Se você não é mãe, como é que você vai legislar sobre criança? Agora, na prática, você tem que dividir, você tem que se multiplicar, para ser parlamentar, para ser profissional, para ser mãe, para ser dona de casa, para ser esposa, para ser tudo isto.

Duas deputadas revelaram que a disposição em se fazer representar marcou a trajetória política delas.

A deputada Rita Camata (25, PMDB, ES) afirmou que um dos fatores que a motivaram a se tornar parlamentar foi:

Basicamente foi esse compromisso com a área social, com os segmentos mais excluídos, achando que com um mandato eu poderia fazer muito mais do que eu apenas ter a constatação desta diversidade que existe e achei que com um mandato, e tenho consciência disto, de que posso representar esse segmento e buscar uma aproximação maior no contexto social, econômico e cultural.

- Política eu faço por uma questão de militância, compromisso de vida...

A deputada Anna Maria Rattes (48, PMDB, RJ) argumentou que:

Política eu faço por uma questão de militância e um compromisso de vida; o fato de estar deputada naquele momento não era um projeto para a vida inteira, eu estava deputada, então eu não trocava jamais uma reeleição por minhas convicções pessoais, coisa que ninguém nunca entendeu. Eu fui absolutamente incompreendida por todos, quando eu chutei pro alto uma coisa propositadamente e que para mim foi uma oportunidade maravilhosa na minha vida, de participar daquele momento riquíssimo que foi a constituinte, de participação, de reorganização do país, de ebulição de todos os movimentos; eu não tenho como profissão ser deputada, e não seria deputada a qualquer preço, foi muito consciente o que eu fiz.

Observa-se nesses depoimentos a metáfora do universo doméstico nos atributos femininos: “arrumar a casa”, “abrir a gaveta da sociedade”, assim como altruísmo, senso do social, que perpassa o partidário, bem como outros atributos, como a “sensibilidade”, a “necessidade de ser amada” e a maternidade como um grande aprendizado. Esses atributos expressam a diferença, socialmente construída, do gênero feminino, do indivíduo mulher, em razão dos quais a mulher é considerada dotada de características peculiares, próprias do gênero. Nesse contexto, esses atributos são colocados como algo que marca a diferença entre os sexos e destacados como peculiaridades que valorizam a mulher, sendo entendidos como características femininas que dotam a mulher de capacidade para melhor desempenhar seu papel na política.

2. DISCRIMINAÇÃO NA ATUAÇÃO PARLAMENTAR

No quesito referente à discriminação, sete deputadas admitem que há discriminação de forma explícita; uma delas considera que a discriminação existe de forma sutil; e outra revela que não há discriminação.

As discriminações ocorrem nos partidos, em decorrência das disputas internas, de preconceitos racial e de gênero, das divergências ideológicas e da falta de apoio às mulheres durante as campanhas. Além disso, os partidos não estimulam nem facilitam o acesso das mulheres na militância regular, nem permitem muitas vezes o acesso ao exercício de mandatos eletivos. Esse fato é considerado pelas mulheres que dizem haver discriminação sexual como revelador da existência de preconceitos e estereótipos em nossa cultura política, que privilegia o gênero masculino ao atribuir características masculinas ao “papel político”, determinando, assim, o campo da política institucionalizada como um espaço predominantemente masculino.

Sete deputadas revelam que a discriminação na vida política existe de forma explícita. Para a deputada Benedita da Silva, a discriminação passa também pela questão da raça, do

preconceito racial, pela sua condição de negra e também pela sua situação de classe, por ser oriunda da favela. Este depoimento salienta as diferenças que existem entre as mulheres parlamentares na questão da raça e da classe social, evidenciando assim que a discriminação não existe apenas pelo fato de serem mulheres. Apesar de haver hegemonia entre elas na questão sexual, outros fatores, como raça e classe social, desconfiguravam essa hegemonia.

- Disputa interna, preconceito racial, preconceito de gênero...

A deputada Benedita da Silva (44, PT, RJ) revelou que o que mais marcou foi a discriminação. Salientou que há uma discriminação muito grande e ligada também ao poder. A deputada considera que foi vítima de discriminação dentro do partido, e isso marcou muito a sua trajetória política na condição de mulher e negra. Ela pauta sua história de vida na sua condição de vítima da exclusão social por se originar de família pobre, oriunda da favela; segundo ela, a sua condição de mulher e negra sempre a submeteu à discriminação. Destaca que:

Começa desde a sua disputa interna, do preconceito, preconceito racial, preconceito de gênero mesmo (...) as divergências ideológicas se afloram ou se esgotam mais, aí não tem jeito, essa coisa vêm à tona e aí o ataque é muito mais pessoal do que de fundo ideológico, preconceituoso.

Afirmou que recentemente passou por um período terrível, em que se via a própria discriminação no tratamento dado:

Era a macaca Benedita, vá procurar o fogão, e quanto mais eu aumentava na pesquisa, na possibilidade de ganhar, era mesmo a despreparada, não é o teu lugar, ela é ignorante, ela não vai poder responder ou ela é muito frágil, ela não tem força.

Na sua campanha para a prefeitura, a questão racial esteve muito presente. Na sua concepção, o negro é um suspeito em potencial, e isso surgiu dentro e fora do partido. A deputada afirmou que tinha de estar sempre justificando, provando que é honesta. Comentou que sua imagem “era associada à desordem, à desinformação, à criminalidade, ao morro que desce, a tudo que era negativo”, e isso era produzido por alguns companheiros revolucionários, em alguns panfletos políticos que faziam para a disputa política interna com a deputada.

Nesse depoimento, podem-se observar as percepções da deputada em nível da consciência do produto das relações de força dentro do campo político-partidário. Segundo Bordieu (1989)¹³²:

Se as relações de força objetivas tendem a reproduzir-se nas visões do mundo social que contribuem para a permanência dessas relações, é porque os princípios estruturantes da visão do mundo radicam nas estruturas objetivas do mundo social e porque as relações de força estão sempre presentes nas consciências em forma de categorias de percepção dessas relações.

A deputada Eunice Michiles (57, PFL, AM) atribui a discriminação ao fato de as pessoas não saberem se impor. Relatou que a sua experiência no senado foi muito boa – foi recebida com “cruzilhas honrosas” –, mas admite que a discriminação existe. Disse ela que se preocupava em ficar bem arrumada e bem vestida; por essa razão, atrasou-se um dia para a sessão do senado e foi abordada por um senador, que disse a ela ter perdido a votação por culpa dela, exigindo que ela não fizesse mais isso. Disse que se sentou na cadeira apavorada, mas um senador do Acre disse-lhe que não deixasse que fizessem isso com ela, pois era tão senadora quanto ele e tinha que se impor. Novamente esse mesmo senador a abordou, e ela disse: “se eu não vim é porque não pude vir, eu tenho outros deveres também”. Depois disso ele se calou e nunca mais a incomodou.

A deputada revela que a discriminação está associada ao fato de que as pessoas não sabem se impor. Ela comprovou isso, pois conseguiu, com ousadia e determinação, repelir a atitude do senador que a tratou discriminadamente.

A deputada Maria de Lourdes Abadia (41, PFL, DF) revelou que a discriminação é diária; durante a campanha ela presenciou pessoas, geralmente homens, que diziam a ela: “vai lavar roupa, vai para o fogão, vai cuidar de seus filhos, mulher séria não fica na rua pedindo voto, você está querendo outra coisa”.

A deputada afirmou que foi vítima de todo tipo de piadinha e discriminação.

A deputada Myriam Portella (64, PDS, PI) destacou a discriminação dentro do partido, alegando que é muito difícil para uma mulher ter uma vida partidária. Afirmou que os partidos são quase todos masculinos e é difícil uma mulher ter vez. Ela atuou e atua na militância do PSDB, do qual já foi membro do Diretório Nacional e suplente da Executiva Nacional, o que ela considera uma coisa difícilíssima, pois, segundo ela, existe ainda na sociedade, de modo

¹³² BOURDIEU, P., *O poder simbólico. Memória e Sociedade*., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

geral, a concepção de que a política é coisa para homem. Considera que a discriminação está embutida na vida partidária, que é, segundo ela, muito fechada. Na sua opinião, a mulher chegou lá porque conseguiu voto, mas na vida partidária é muito difícil para ela tomar decisões, visto que as executivas são formadas praticamente só de homens.

Fica clara nesse depoimento a segregação dentro dos partidos em relação a homens e mulheres. O domínio masculino no poder tolhe a mulher de tomar decisões e participar ativamente da vida partidária.

A deputada Anna Maria Rattes revelou que desde o início a discriminação foi notada, a começar pelo fato de que no Congresso não havia banheiro para as mulheres. Com isso, as mulheres passaram então a sugerir que elas deviam ficar no Anexo IV, onde os gabinetes possuíam banheiros. Afirmou que os homens passaram a questionar essa solicitação, argumentando que, se elas queriam igualdade, deveriam usar o mesmo banheiro. Comentou ainda que, durante todo o período da Constituinte, as mulheres tiveram que elaborar um discurso privilegiando a igualdade de direitos e de oportunidades.

A deputada Rita Furtado também se recorda da questão do banheiro para as mulheres; segundo ela, só no mandato seguinte, depois de quatro anos, ele passou a existir. Comenta ainda que era comum acontecer, no início, de serem barradas pelo segurança ao chegar ao plenário, porque mulher não podia entrar. Isso aconteceu com ela no dia de sua posse.

A questão do banheiro foi motivo de briga na Assembléia Constituinte. Matéria publicada pelo Jornal do Brasil “Mulheres brigam por gabinete com banheiro” relata o ocorrido:

O primeiro lobby organizado na Constituinte foi vitorioso: 12 deputadas que estavam sem lugar para trabalhar pressionaram a direção da Câmara e conseguiram expulsar os homens dos gabinetes que ocupavam. O executor da medida foi o Primeiro Secretário da Câmara, deputado Paes de Andrade (PMDB-CE), que agora é conhecido pelas deputadas com um apelido carinhoso: “o pacificador das mulheres”, de acordo com a deputada Anna Maria Rattes, uma das que estavam sem gabinete. Satisfeito por conseguir alojar as mulheres depois de uma reunião que varou a madrugada com seus assessores, Paes de Andrade chamou as deputadas ao seu gabinete para dar-lhes a boa notícia. No fim, entretanto, lamentou: “Agora vou às armas com os homens”. As deputadas prometeram ajuda: “Se precisar de segurança, vai ter um batalhão de mulheres atrás de você”, propôs a deputada Moema São Thiago. “Pode brigar, Paes, que nós te damos garantia”, concordou Sandra Cavalcanti. O maior problema das mulheres era encontrar gabinetes com banheiro. Elas queriam ficar no Anexo IV, onde estão as salas mais novas e

que, por isso mesmo, já haviam sido tomadas pelos homens. No Anexo III, onde havia gabinetes disponíveis, não há banheiros. Para conseguir gabinete, as mulheres organizaram um movimento suprapartidário. Entre elas, Bete Mendes, Sandra Cavalcanti, Anna Maria Rattes, Eunice Michiles, Marluce Pinto, Moema São Thiago, Abigail Feitosa, Wilma Maia, Rose de Freitas, Lídice da Mata e Dirce Tutu Quadros (Jornal do Brasil, 05/02/1987).

O jornal O Globo publicou matéria intitulada “Deputadas conseguem gabinetes com banheiros”:

Banheiro é uma questão de modernidade” (Anna Maria Rattes). “A culpa é da ditadura arquitetônica do Oscar Niemeyer. D. Pedro II, quando construiu a estação de trem D. Leopoldina, já havia pensado nisso” (Sandra Cavalcanti). Foi dessa forma, num protesto em grupo na primeira Secretaria da Câmara, que 13 deputadas constituintes venceram ontem a primeira batalha no Congresso: banheiro privativo nos gabinetes de trabalho. É que, na guerra pelo espaço, sobraram apenas gabinetes no Anexo III, que não tem banheiro privativo. “Estou indo num banheiro que está sendo usado por 24 homens no gabinete da Liderança do PDT e tenho que limpar o vaso. Banheiro privativo é uma questão de higiene – protestou Moema São Thiago. Moema, que comandou a reunião com o Primeiro Secretário, disse que antes da instalação da Constituinte a Câmara tinha lhe garantido um gabinete (com banheiro), no oitavo andar do Anexo V. Quando, no dia da instalação da Constituinte, chegou lá com jogo de toalhas, caixa de papéis e todo o seu material de trabalho, um deputado (não quis dizer o nome) já havia ocupado a sala. Paes de Andrade, acompanhado do Diretor Administrativo da Câmara, Ademar Sabino, ouvia atentamente as queixas e, de vez em quando, interrompia-as com justificativa: “Eu fiquei até as 4 horas da madrugada tentando resolver o problema”. A reunião acabou com sorrisos, abraços e muitos agradecimentos. Paes de Andrade trancou-se novamente em seu gabinete para tentar resolver a segunda etapa do problema: os novos constituintes homens, que há três dias faziam plantão na sua sala, queixando-se de invasão de suas salas e exigindo um lugar para trabalhar (O Globo, 05/02/1987).

Ainda esta questão do banheiro foi matéria de outro jornal, intitulada: “Entre sorrisos, deputadas asseguram seus gabinetes”.

As mulheres tiveram ontem a sua primeira vitória na Constituinte. Com sorrisos, brincadeiras, mas muita determinação, elas ocuparam a sala do deputado Paes de Andrade (PMDB-CE), de onde só saíram com a garantia dos 26 gabinetes com banheiro privativo que reivindicavam para suas representantes. No encontro, foram logo avisando que não estavam ali brigando por qualquer privilégio. Gabinete com banheiro, para elas, é uma necessidade imposta pelas “diferenças biológicas que todos reconhecem”, como disse a deputada Beth Mendes. Mas a briga por um gabinete está ferrenha, porque muitos dos que não se reelegeram ainda não fizeram a

mudança. Na confusão, e na briga pela qual se debatem dezenas de constituintes, as mulheres acabaram resolvendo antes o seu problema de espaço, em nome da necessidade biológica (Folha de São Paulo, 05/02/1987).

A luta por banheiro uniu as deputadas e, como menciona a matéria, por uma necessidade biológica que não é apenas das mulheres, mas também dos homens.. Numa perspectiva de gênero, trata-se de uma particularidade dentro da dimensão biológica dos seres humanos que não pode ser desconsiderada, pois é uma necessidade biológica não só das mulheres, mas também dos homens. Dessa forma, a reivindicação por banheiro revela a disputa por marcação de um lugar, o banheiro, que é o lugar mais privado dentro do espaço público. Isto evidencia o tratamento diferenciado dos sexos dentro do parlamento - uma segregação imposta pela cultura do poder masculino, que nega às mulheres um direito dentro da igualdade de condições entre homens e mulheres.

A deputada Lúcia Braga (52, PFL, PB) admite que existe uma “amabilidade velada (...) uma relação cultural machista”. Destaca que a queimação das fogueiras na Idade Média era por conta da liderança da mulher, que era considerada bruxa. Para ela, as fogueiras ainda existem, e ela diz ter ido para a fogueira várias vezes quando foi candidata e que a história da discriminação, da difamação, “é uma história parecida com a de muitas mulheres que assumem um lugar de destaque na política”.

Uma deputada considerou que a discriminação existe de forma sutil.

A deputada Raquel Capiberibe (47, PMDB, PA) disse que a discriminação “é coisa bem sutil”. Admite que ela existe, porém considera que em nosso país os homens são menos machistas.

Duas deputadas consideram que não há discriminação.

A deputada Rita Camata (25, PMDB, ES) relatou que foi vítima de comentários de que era muito jovem e que, pela pouca idade e pela beleza, não tinha propósitos para uma atividade parlamentar. No entanto, a deputada considera que isso eram intrigas que, na sua opinião, eram muito naturais enquanto disputa e não como discriminação de fato.

- Musa da constituinte...

Em reportagem sobre a deputada Rita Camata, o conteúdo faz alusão ao fato de

que a mulher seja considerada como cidadã, com direito ao trabalho e salários iguais aos do homem. É isso que espera da nova Constituição a deputada Rita Camata (PMDB-ES), que se empenhará no plenário, também, para que a mulher trabalhadora tenha assegurado o direito de creche para os seus filhos. Chamada por alguns de "musa da Constituinte" devido à sua beleza, Rita vê o título apenas como "uma forma carinhosa de tratamento", pois o que ela quer, mesmo, é ser reconhecida como uma parlamentar eficiente "que muito contribuiu pra a consolidação da democracia no Brasil". Esposa do ex-governador do Espírito Santo e atual senador Gerson Camata, Rita garantiu que dará o máximo de si para que todos os segmentos da sociedade, organizados ou não, vivam uma democracia plena, onde possam reivindicar e lutar pelos seus direitos (Jornal do Brasil, 21/12/1987, p.7).

- A gente é que tem que impor uma condição não arrogante...

A deputada Marluce Pinto (49, PDT, RR) revelou que até mesmo antes de entrar para a política nunca se sentiu discriminada; ao contrário, ela sempre achou que era muito valorizada:

Eu acho que a gente é que tem que impor uma condição não arrogante, não imperativa, mas que a gente possa transmitir para o povo a credibilidade. Eu até incentivo as mulheres porque muitas ainda se apegam na questão de que nós somos discriminadas. Eu acho assim, quando se quer as coisas, não se impõe, se conquista, e minoria é minoria; se nós éramos um número pequeno, nós tínhamos que primeiro mostrar trabalho para ganhar credibilidade e, então, com o passar do tempo, eu chego a conclusão de que quem mais discrimina a mulher é a própria mulher, porque se a mulher se valorizar de fato e de direito, você viu que nós conseguimos aprovar a Constituição e até mudar a regra do jogo, quando conseguimos 30% das vagas dos partidos para as mulheres....então, se a mulher tiver total confiança no trabalho da mulher, as mulheres que se candidatassem seriam eleitas porque nós somos maioria em termos de eleitores; e eu faço uma ressalva, em relação ao meu Estado: as mulheres valorizam a mulher na política.

3. DIFICULDADES E ENTRAVES

As dificuldades e os entraves encontrados pelas deputadas durante sua trajetória política ressaltam a questão dos compromissos familiares e a condição de mãe, de esposa e de dona de casa, que tinham que ser conciliados com as atribuições impostas pelo cargo parlamentar; a questão financeira de apoio durante as campanhas; a questão de conflitos ideológicos durante a campanha e na Constituinte; compromissos e responsabilidades; e a dificuldade na realização das expectativas. As deputadas mães se mostraram ressentidas por

não poderem assumir, como desejavam, o compromisso da maternidade com seus filhos. Isso também criava uma divisão entre elas, pois as que não têm filhos não sofreram essa restrição. As deputadas revelaram as barreiras por elas encontradas no exercício da atividade parlamentar, as quais representam um desafio no campo político e pessoal e exigem delas grande esforço e determinação na superação dos obstáculos e entraves pertinentes às demandas que a condição de mulher e de política exigia. Uma das deputadas revelou que o que mais a preocupou foi o fato de não ter conseguido avançar na questão da reforma agrária, que é um grave problema de seu estado e ela desejava muito poder resolvê-lo. Nessas situações, as deputadas revelaram quais eram as preocupações que tomaram conta delas durante a trajetória política. Algumas delas salientaram que o peso da responsabilidade as preocupava muito, pois queriam corresponder às expectativas de seus eleitores e exercer um bom mandato.

A deputada Myriam Portella (64, PDS, PI) inicia sua fala afirmando que “nulo que não existe dificuldade é querer estar cobrindo o sol com a peneira”. Salienta que o fato de uma deputada ficar a semana toda em Brasília e só ir para casa nos finais de semana compromete muito o seu papel de mãe, de esposa e de dona de casa. Além disso, “existem as cobranças que envolvem a sua posição de mulher, de mãe, de dona de casa e de esposa, e, por isso, é preciso contar muito com o apoio da família”.

A deputada revelou que a vida familiar se desagrega tanto que ela se separou do marido ainda durante seu mandato como deputada constituinte. A rotina ocupava grande parte de seu tempo quando estava em seu estado; dessa forma, era difícil conciliar os demais compromissos familiares.

Esse depoimento revela que a presença da mulher na vida política transforma as relações de gênero em diferentes instâncias - não apenas no mundo da política, mas também no campo das relações familiares e afetivas.

Para a deputada Anna Maria Rattes (48, PMDB, RJ), a principal dificuldade foi à questão da família, de conciliar os compromissos familiares e do casamento.

A deputada Maria de Lourdes Abadia (41, PFL, DF) afirmou que teve dificuldades de conciliar os compromissos familiares: “papel de mãe, de esposa, de profissional”.

A deputada Lídice da Mata (31, PC do B, BA) admite também que, como qualquer mulher que tenha uma atividade muito intensa, tem dificuldades para conciliar os compromissos familiares; segundo ela, as mulheres procuram compensar suas ausências com

uma estrutura melhor para a casa, com empregadas que dormem no emprego. A deputada revelou que teve muito apoio do marido, pois tinha, na época, um filho que ficava seis meses com ela e seis meses com o marido; assim, eles buscavam dividir ao máximo as tarefas. Teve também apoio de amigos.

- Para uma política vocacionada, esta função te proíbe de ser mãe e esposa...

Na opinião da deputada Raquel Cândido (35, PFL, RO) não existe qualquer possibilidade de conciliar os compromissos familiares. Segundo ela: “para uma política vocacionada, esta função te proíbe de ser mãe e esposa, porque você será relapsa, já que a política exige muito de seu tempo; é como se você trabalhasse num hospital da nação”.

- Se você não é mãe, como é que você vai legislar?

A deputada Eunice Michiles (57, PFL, AM) relata como dificuldade conciliar compromissos familiares. Argumenta que muitas mulheres estão vencendo isso, muitas sacrificam o casamento; toda mulher bem sucedida, segundo ela, põe em risco o casamento. Na opinião da deputada, não é fácil conciliar. A maternidade, na sua opinião:

Dá uma dimensão de vida muito importante. Se você não é mãe, como é que você vai legislar sobre criança? Agora, na prática, você tem que dividir, você tem que se multiplicar, para ser parlamentar, para ser profissional, para ser mãe, para ser dona de casa, para ser esposa, para ser tudo isto.

A deputada ressalta a maternidade como atributo feminino de suma importância e que dota as mulheres, especialmente as políticas, de capacidade para legislar em assuntos relativos à criança, à família. Ressalta as dificuldades de conciliar os compromissos de política com as demandas de seu papel como mulher.

Argumenta que muitas mulheres estão vencendo isso, muitas sacrificam o casamento; toda mulher bem sucedida, segundo ela, põe em risco o casamento. Na opinião da deputada, não é fácil conciliar. Argumenta ainda que:

Você chega em casa, arruma a mala, tem que sair. Aí vem também o toque religioso, a principal função da mulher é a maternidade. E numa hora destas, você diz: eu vou largar tudo isto e ficar com meu filho, tudo pesa”.

A deputada conclui dizendo que “a mulher tem muito mais seriedade, competência, compromisso com aquilo que ela assume, é mais honesta; eu acho que isto é muito importante”.

- Política não combina com mãe...

A deputada Raquel Cândido (35, PFL, RO) relata que teve todos os tipos de preocupações e angústias, como, por exemplo, a questão da maternidade:

É muito difícil de conciliar, então pra mim se tornou uma grande angústia, uma perda irrecuperável”. O fato de ter que se dedicar integralmente a esta carreira, tendo sempre que estar bem, alegre, muitas vezes se torna estressante.

A deputada dá um depoimento do seu sofrimento por não ter assumido, como queria, a maternidade:

A minha vida de parlamentar foi derrotada, trabalhava 48 horas com intensidade de uma louca e de uma loba mulher, devorando e me esquecendo até da coisa mais bonita que eu poderia ter sido, que é mãe - fui péssima em função disso, pequei muito por isto, acho que política não combina com mãe. A Erondina está certíssima, não combina, a gente é mãe de tudo, não pode ser mãe de nossos filhos; e isso eu falo com pesar, porque eu não tinha responsabilidade quando tive meus filhos, eu tenho culpas e eu pago por isto, não por cobrança das minhas filhas, mas eu tenho um filho homem que me culpa e me pune; incrível, ele me ama, me adora, mas me pune, me culpa, me afronta e é uma pena porque ao mesmo tempo me odeia; porque ele não me teve, ele é homem.

Observa-se nesses depoimentos a exaltação da maternidade como atributo feminino, associado ao sentimento de dever e responsabilidade no cuidado e na criação dos filhos. Ao mesmo tempo, nota-se o sentimento de revolta por não ter dado conta de cumprir essa missão, agravado muitas vezes com sentimentos de culpabilidade, sobretudo em relação ao modo como atendem às necessidades dos filhos.

A expressão *política não combina com mãe* revela a concepção de dicotomia entre a atividade política e a maternidade.

Segundo Fiorino (1995)¹³³:

A maternidade representa uma pissance, confere às mulheres uma 'autoridade informal', marca o cumprimento de um papel social e, ao mesmo tempo, a chegada à maturidade. Em segundo lugar, a maternidade reúne uma série de valores, como o altruísmo, o senso de equilíbrio e de justiça, a doação; valores que, de certo modo, podem encontrar uma tradução na esfera da política.

A autora admite a relação da maternidade com a política. O problema está centrado na dificuldade de conciliar as tarefas domésticas, entre elas a maternidade, e a política.

Três deputadas revelam que a maior dificuldade diz respeito à questão de apoio financeiro.

Para a deputada Maria de Lourdes Abadia (41, PFL, DF), a principal dificuldade foi a questão financeira: “Hoje, na política, os milionários têm uma grande fatia das legendas”.

A deputada Raquel Capiberibe (47, PMDB, PA) também revela que teve dificuldades financeiras e que não teve dificuldades de conciliar compromissos familiares, pois é mãe de quatro filhas que já eram grandes na época e que a ajudaram muito. Compreende, no entanto, que as mulheres têm essa dificuldade e considera que: “a mulher deveria romper com essa estrutura que se cria na família, de que a mulher tem que ser submissa ao marido”.

Destaca que seu marido a ajudou muito, sempre foi seu companheiro e que a incentivava muito: “meu crítico, ajuda a corrigir meus discursos, me ouve e me critica”.

A deputada Anna Maria Rattes (48, PMDB, RJ) considera que uma grande dificuldade é a necessidade de apoio financeiro nas campanhas. Para ela, a mulher tem dificuldade muito grande nesta questão e não se sente à vontade para pedir apoio:

Atrás deste apoio tem um compromisso atrelado. Gera um desconforto muito grande porque a mulher não foi habituada a lidar com as questões econômicas e, quando se fala em dinheiro, existe uma retração natural, que pode parecer um pudor, mas não é, é falta de naturalidade.

A deputada relata que tem feito um esforço para romper com este tabu, “com a questão da idiossincrasia da mulher pelo apoio financeiro, senão não se faz campanha, não se ganha a eleição”.

¹³³ FIORINO, V. Ser cidadã francesa: uma reflexão sobre os princípios de 1789. In: GROPPi, Ângela e BONACCHI, G. *O dilema da cidadania. Direitos e deveres das mulheres*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

A deputada separa sua experiência pessoal daquela das mulheres em geral e está estudando um projeto que já existe nos Estados Unidos: criar um fundo para financiar campanhas femininas. Ela considera que essa é uma saída, uma vez que dá maior independência à mulher. No Congresso, segundo ela, são vistos grandes grupos, com seus interesses representados ou não. Quem não pode bancar esta representatividade nunca: “vai ter os seus interesses contemplados, e o povo é que leva sempre a pior”.

A deputada Rita Camata (25, PMDB, ES) alega que foi vítima de muitos comentários, entre eles o de que era muito nova e que era candidata só por ser esposa de ex-governador. A deputada argumenta, no entanto, que “em nenhum momento isto me intimidou ou trouxe qualquer enfraquecimento daquilo que eu me propunha a fazer”.

- É muito difícil um homem ser suplantado...

A deputada Eunice Michiles (57, PFL, AM) revela a competição que, na sua opinião, mesmo entre homens existe. No entanto, com relação à mulher, “é muito difícil um homem aceitar ser suplantado em qualquer plano, particularmente na política”.

Dessa forma, a deputada salienta que foi boicotada de todas as formas: “era a regra do jogo e isso se vê muito claramente em todas as campanhas, a discriminação”.

Duas deputadas admitem que existem diferenças entre homens e mulheres na forma de tratar as questões políticas, ressaltando que a mulher supera o homem em qualidades que a diferenciam e a tornam mais apta a desempenhar com maior habilidade o papel parlamentar.

Lauretis (1994)¹³⁴ aborda a relação masculino/feminino, destacando que:

"As concepções culturais de masculino e feminino como duas categorias complementares, mas que se excluem mutuamente, nas quais todos os seres humanos são classificados forma, dentro de cada cultura, um sistema de gênero, um sistema simbólico ou um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais. Embora os significados possam variar de uma cultura para outra, qualquer sistema de sexo-gênero está sempre intimamente interligado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade".

Dessa forma, observa-se nesses depoimentos um sistema de gênero, simbólico e de significações sobre a relação dos sexos no campo da política.

- Os homens são mais pragmáticos...

A deputada Anna Maria Rattes (48, PMDB, RJ) considera que:

Os homens são mais pragmáticos, mais imediatistas na conquista dos resultados e a mulher, pela sua formação... está muito mais voltada para doação, para o outro, ela está mais disposta a plantar e colher frutos a longo prazo e isso dificulta demais as coisas.

- Nós somos diferentes por gerarmos a vida...

Para ela, as necessidades da mulher não são as mesmas necessidades do homem: “nós somos diferentes por gerarmos a vida”. Declara que o que a fez ser deputada, e em toda legislação que ela criou ela sempre usou - foi “este contexto de não abrir mão deste meu sentimento de mulher, que é muito generoso”.

Na sua opinião, os homens vêem isso como algo sem valor. Comenta que muitos já riram dela, enxergando-a como “mal amada”. Atribuiu isso ao fato de que: “eles nunca vão saber o que sente uma mulher”.

Conclui dizendo que as mulheres são as que mais trabalham, as mais pobres e discriminadas: “mostra que o sexo é muito influente em vários aspectos, como o econômico e o político, por exemplo”.

Neste depoimento observa-se que a abordagem da política está centrada no ideal de igualdade, que exclui os valores e as formas de pensar as características femininas. A vida pública é vista como masculina em oposição à esfera privada da vida social e à esfera doméstica das mulheres, e às mulheres falta uma completa associação com o mundo político. A deputada ressalta que a diferença está na maternidade, que atribui às mulheres um *status* diferenciado em relação aos homens.

¹³⁴ LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura, Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

De acordo com Rossi-Doria (1995)¹³⁵ no plano político, a contradição teórica fundamental do liberalismo fundamentava-se no fato de que a maternidade era uma construção política como a cidadania, mas, ao mesmo tempo, colocava em dúvida se pertencia à natureza ou à sociedade civil, desqualificando as mães como cidadãs.

Desta forma, a tentativa das sufragistas de fundar a individualidade feminina ancorada na tentativa de usar a maternidade como alavanca de uma representatividade coletiva, adequada à representação política, não obteve êxito no período subsequente marcado pelo positivismo e pela expansão imperialista, ficando cada vez mais enfraquecida, nas questões relacionadas ao valor amoral e não biológico da maternidade. A maternidade como um *status* político, como o principal veículo da incorporação das mulheres na ordem política, tem moldado o poder das mulheres em relação ao estado e a cidadania das mulheres.

Pateman (1992)¹³⁶ explora essa questão em duas direções: a estrutura do estado de bem estar e a questão das obrigações políticas de cidadania.

A doutrina do século XVIII da maternidade republicana fornece uma ilustração de múltiplos níveis de significados de maternidade como um *status* político. A teoria política de republicanismo cívico enfatiza a participação política ativa dos cidadãos, os quais eram também capazes de portar armas. Cidadãos republicanos eram os homens e soldados. As mulheres eram companheiras subordinadas dos cidadãos, mas com suas próprias tarefas políticas, elas eram consideradas mães republicanas. Na América, a mãe republicana foi excluída da cidadania, mas ela tinha um papel essencial na condução e educação de seus filhos os quais incorporavam virtudes políticas. Ela permanecia uma auxiliar para a prosperidade familiar, porém uma auxiliar que dava uma contribuição política fundamental. Durante a Revolução Francesa – quando os “*direitos de homens e cidadãos*” foram pela primeira vez proclamados – os direitos e atividades políticas das mulheres eram suprimidas e o lugar delas proclamado para serem mães republicanas.

Duas deputadas revelaram que a questão de ter que assumir compromissos e responsabilidades era uma grande dificuldade.

¹³⁵ ROSSI-DÓRIA, A., Representar um corpo. Individualidade e alma coletiva nas lutas pelo sufrágio. In: GROPPi, Angela e BONACCHI, Gabriela. O dilema da cidadania. Direitos e deveres das mulheres. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

¹³⁶ PATEMAN, C., Participação e teoria democrática. Tradução Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992 b.

A deputada Myriam Portella (64, PDS, PI) afirmou que o peso da responsabilidade a sobrecarregava muito: “na busca incessante de colher o mais possível qual é o desejo, qual é o anseio, quais são as necessidades daquele povo ao qual você representa...”.

A deputada Rita Camata (25, PMDB, ES) revelou que a sua principal preocupação era com a dimensão da responsabilidade e procurava reconhecer seus limites, pois admite ter limitações; ela buscava superar se dedicando aos estudos sobre a legislação brasileira e de outros países. Reconhece que foi um mandato rico demais em que o Congresso trouxe os movimentos sociais e todos os segmentos estavam representados, “discutindo e procurando fazer com que seus interesses pudessem ser traduzidos em princípios constitucionais...”

- Homem não vai para o tanque...

A deputada Lúcia Braga (52, PFL, PB) voltou a defender a aposentadoria aos 25 anos para a mulher. Ela se recorda que foi interpelada por outras deputadas, indagando a respeito da questão da tripla jornada de trabalho, de que muitas vezes a mulher é a cabeça do casal, a mulher nordestina, a mulher favelada. Esclarece que as pessoas diziam que, se elas queriam igualdade, como ela poderia estar defendendo um privilégio: “não é privilégio, porque o homem não vai para o tanque, não vai para a cozinha; a mulher se sobrecarrega, ela tem uma tripla tarefa e é difícil conciliar, mas a gente tem que dar um jeito...”. Ressaltou que, em relação ao tratamento dos filhos, a mulher não dá esse tratamento em quantidade, mas em qualidade “então a gente precisa conciliar, fazer uma compensação”.

Novamente surge a questão da dificuldade de conciliar as atividades da esfera privada com a esfera pública, da política. A deputada destaca as diferenças entre o homem e a mulher e a sobrecarga que elas impõem à mulher, exigindo dela habilidades para conciliar seus compromissos de mãe, dona-de-casa e política.

Muitas foram as dificuldades encontradas pela deputada Sandra Cavalcanti (61, PFL, RJ) durante sua trajetória política na realização de suas expectativas, relacionadas com seu empenho político nas questões referentes à Educação, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Gestão do Ensino Público, entre outras.

- Engraçado, a senhora não é feia e nem burra...

A deputada Eunice Michiles (57, PFL, AM) afirmou que sua maior expectativa foi: “o pulo de ter ido para o senado porque tinha sido apenas uma deputada estadual. Então essa foi uma angústia porque tem o peso da responsabilidade, que é angustiante”.

Outra coisa desgastante na opinião da deputada era o peso da imprensa. Relatou que, quando era senadora, a imprensa estava sempre na sua porta, e aconteceu com ela um fato interessante: comprou uma sandália que tinha só uma tirinha e ela arrebentou, então ela ficou descalça; quando se deu conta, a imprensa estava lá tirando fotos. Outro fato interessante é que, na primeira entrevista que deu como senadora, ela estava num congresso de secretárias e um repórter virou-se para ela e disse: “engraçado, a senhora não é feia e nem burra”.

Este depoimento revela o tratamento da mídia em relação à mulher. Na política, portanto, as mulheres são consideradas feias e burras; daí o espanto do repórter com a deputada, que não apresenta essas características.

A deputada Benedita da Silva (44, PT, RJ) revelou preocupação - que ela diz ser cultural e histórica - em ter de assumir um cargo parlamentar na condição de mulher e de negra:

Nós passamos a vida inteira sendo consideradas puras e simplesmente aquelas que tinham que cuidar da casa, cuidar bem do marido, dos filhos, e sendo uma mulher pobre e negra, é aquela que é boa sexualmente, mas não é para desfilar diante da sociedade, que é poder masculino, branco e rico; todas essas coisas absorvidas culturalmente por nós, no princípio me deu uma tremedeira, um medo.

Argumentou ter superado esse medo pela fé, pois considera-se uma mulher cristã - o conhecimento cristão a ajudou muito, especialmente na falta de condições materiais.

A manifestação desta deputada destaca a questão do preconceito racial e de gênero de que foi vítima. A concepção cultural da mulher, particularmente da mulher negra, a submete a situações de preconceito e discriminação, fragilizando a sua forma de pensar e de agir, especialmente na vida pública.

- A gente tem que romper muitos grilhões...

A deputada Lúcia Braga (52, PFL, PB) revelou que havia muita pressão do partido e que era difícil, porque ela às vezes tomava posições fortes: “é como se fosse assim, uma coisa que estava aqui dentro e se soltou no plenário da Constituinte, assim de liberdade...”.

A deputada relatou que seu marido sempre teve uma militância estudantil de esquerda e agora ele está no PFL, que é: “uma tendência mais conservadora. A gente tem que romper muitos grilhões”.

A deputada relatou que eles discordaram até de apoio a candidatos ao senado, o que, para ela, é um conflito muito grande.

Trata-se aqui de conflitos ideológicos, que exigem da mulher habilidades para romper e conciliar, particularmente no caso desta deputada, que entrou em confronto com o próprio marido, apesar de estar também no mesmo partido.

A deputada Raquel Capiberibe (47, PMDB, PA) alegou ter tido muitas decepções, pois acreditava que, como parlamentar, poderia resolver muitos problemas de sua região, que ainda era território na época, especialmente em relação à reforma agrária, pois, segundo ela, a terra é uma questão de sobrevivência, pelo fato de não haver indústrias, fábricas e de o comércio ser muito restrito. Com essa expectativa, ela disse ter tido momentos de grande desespero, revelando decepção por não ter conseguido colocar na Carta Constitucional o estatuto da terra, que, segundo ela, é mais avançado do que aquele que os militares haviam feito.

A deputada Marluce Pinto (49, PDT, RR) relatou que teve problemas, que ela considera natural na política em época de campanha.

4. RELACIONAMENTO ENTRE HOMENS E MULHERES PARLAMENTARES

Todas as deputadas afirmaram haver diferenças, até “gritantes”, no relacionamento entre deputados e deputadas. No campo pessoal, as mulheres são tratadas pelos homens com muita cordialidade, gentileza; na avaliação de algumas, é um tratamento machista: eles se colocam numa posição de superioridade em relação à mulher, consideradas por eles o sexo frágil. Ainda no campo pessoal, a questão do assédio sexual é revelada por algumas delas como algo que está presente, porque, no entendimento de uma delas, os homens consideram que a mulher que sai de casa está longe do marido ou do companheiro, está disponível, é leviana, pode estar com qualquer um. No campo político, o relacionamento se revela como decorrente da estrutura hierárquica do poder, que na opinião das deputadas é altamente discriminatória. Considera-se, num primeiro momento, o fato de serem mulheres, ou seja, a discriminação sexual é associada a isso e à vinculação partidária em relação a ser ou não ser de oposição.

- A energia deles é diferente...

A deputada Myriam Portella (64, PDS, PI) considera que os homens parlamentares tratam as mulheres parlamentares de modo bem cordial, com consideração, mas, segundo ela, é um tratamento desigual: “a energia deles é diferente, é uma coisa de como o poder está estruturado”.

A estruturação do poder tem como base que há diferenças entre o homem e a mulher no tratamento político e que estas diferenças destacam o domínio masculino no poder, que coloca os homens em posição de superioridade em relação às mulheres.

- Clube do bolinha...

A deputada Benedita da Silva (44, PT, RJ) considera que há uma diferença muito grande; segundo ela, existe o “Clube do bolinha”. “Eles são altamente carinhosos conosco, são acariciadores, têm um tratamento delicado conosco, isto é muito bom, mas o tratamento político às vezes é gritante...”

A deputada comenta que os perfis no congresso eram muito diferenciados. Algumas vieram de movimentos sociais; outras eram esposas de governadores; outras, o marido já tinha exercido algum cargo político de destaque; e outras eram totalmente desconhecidas. Essas mulheres, ao se juntarem, começaram a discutir e foram tomando consciência das dificuldades que cada uma enfrentou para chegar até ali; dessa forma, começaram a analisar coletivamente a leitura que os homens faziam da presença delas no parlamento. Chegaram à conclusão de que eles achavam que umas eram “dondocas”, outras podiam ser cooptadas politicamente - e elas sabiam disso através de comentários de que tomavam conhecimento. A deputada comentou também a questão do assédio: “às vezes tem uma coisa, essa coisa do assédio”. A deputada comenta que tem um projeto contra assédio sexual, e, por isso, os homens brincavam muito com ela; quando a abraçavam e beijavam, diziam: “Não é assédio, Benedita!”.

Neste depoimento a deputada destaca as diferenças existentes entre as deputadas constituintes e o fato de que, apesar das diferenças, elas se uniram para avaliar o tratamento dado pelos homens. Observa-se que eram vítimas de um tratamento machista, submetidas a avaliações de cunho depreciativo e até mesmo o assédio sexual permeava as relações entre os sexos.

A deputada Maria de Lourdes Abadia (41, PFL, DF) revelou que existe o assédio: “no dia que você se arruma mais, hummm, hoje você esta mal intencionada. Tem assédio, provocação, te convidam para jantar e não levam você para a casa da família deles, não...”.

- Machismo mascarado... a gente tem que alargar muito o espaço....

A deputada Lúcia Braga (52, PFL, PB) revelou que há muita gentileza, porém que existe um “machismo mascarado e que a gente percebe até pela maneira como tratam. Diferenciado, é machista, não é igualitário o tratamento”.

Na sua opinião, as mulheres têm muito o que conquistar: “a gente tem que alargar muito o espaço. Acho que a mulher, para ser reconhecida, tem que ser muito melhor que o homem, senão ela não é reconhecida em qualquer tarefa”.

A deputada destaca a necessidade de a mulher se superar em relação ao homem para ser reconhecida. Na tarefa parlamentar estas mulheres conseguiram superar os homens em relação ao número de emendas apresentadas, aprovadas e rejeitadas em algumas Comissões da Constituinte, como pode ser observado no capítulo 4 desta tese.

- Os homens ficam preocupados com a concordância....

A deputada Rita Camata (25, PMDB, ES) revelou que hoje é muito diferente e que também naquela época (Constituinte) era uma coisa curiosa:

Uma mulher na tribuna, os homens ficavam preocupados com a concordância, o desenvolvimento do raciocínio, a lógica do raciocínio, não era a essência do que estava se colocando, enquanto que com eles, eles não jogavam absolutamente nada, isso era visível...uma mulher falando, ela tinha que falar em tom mais elevado de voz para poder ser ouvida.

A deputada relata que os homens ficam pensando:

O que estas mulheres estão fazendo aqui que não estão passando, lavando e cuidando dos filhos; quando viam que uma mulher tinha a capacidade de fazer valer as suas posições às vezes a gente sentia um certo orgulho por parte deles também, quer dizer, é um conflito grande o papel do homem e da mulher e ficavam surpreendidos: nossa, ela domina, ela conhece!

A polaridade entre razão, sentimento e emoção diferencia as atitudes masculinas e femininas, e os homens, dotados de razão, se surpreendem quando uma mulher faz uso desse atributo.

A deputada Marluce Pinto (49, PDT, RR) considera que não existe diferença; na sua opinião, pode haver diferença no tratamento partidário em termos de comportamento, mas de gênero não:

Muito pelo contrário, às vezes ocorre e eu não quero nem citar nomes, algumas agressões verbais que são separadas e logo passam a tratar a gente muito bem. O relacionamento com as mulheres foi tranquilo e tudo o que nós aprovamos foi com o apoio deles.

A deputada considera que as diferenças existem no tratamento ideológico partidário e que, mesmo assim, conseguiram aprovar suas proposições com o apoio dos homens.

5. COMPORTAMENTOS E ATITUDES NO DESEMPENHO DA ATIVIDADE PARLAMENTAR

Na questão relativa a comportamentos e atitudes no desempenho parlamentar, a maioria das deputadas entrevistadas relatou que eram agressivas nas intervenções públicas, em decorrência da insegurança que sentiam enquanto mulheres diante de tantos homens e diante da necessidade de fazer prevalecer sua opinião nas intermediações de sua atuação. Quatro deputadas afirmaram que assumiam atitudes masculinas em razão da necessidade de incorporar o caráter masculino do poder, o exercício centralizador e dominador dos homens parlamentares. Oito deputadas disseram que não abriam mão de sua condição de mulher e faziam questão de se impor, mas como mulheres. Na diferença de sexo, algumas considerações merecem destaque, pois demarcam, sensivelmente, a condição da mulher na política. As dificuldades encontradas por elas para conciliar a sua condição de mulher e de política justificam uma postura de ousadia no enfrentamento desse conflito.

- Eu sou uma pessoa agressiva...

A deputada Anna Maria Rattes (48, PMDB, RJ) relatou que nas intervenções públicas ela era muito agressiva, talvez, conforme ela, pela insegurança num meio altamente machista. Segundo ela: “eu sou uma pessoa meio agressiva, na minha maneira de falar naturalmente eu sou agressiva; eu acho que isso era fruto da minha maneira de ser e um pouco também pelas circunstâncias”.

A deputada Lídice da Mata (31, PC do B, BA) disse que já tinha um jeito definido porque vinha de uma militância clandestina, em que a política era mais de agitação do que de executivo. Era um partido pequeno que, para fazer valer as suas opiniões, tinha que ter uma linha mais agressiva de atuação. No entanto, a deputada não se considera uma pessoa agressiva - era a forma que o momento exigia. Sua atuação, independentemente de sua condição de mulher, sempre foi de intermediadora de posições dentro da bancada das mulheres e, dessa forma, “na construção de consensos eu sempre estive presente, mesmo nos momentos desnecessários de marcar posição”.

A deputada Rita Furtado (40, PFL, RO) enfrentou uma questão de ordem ideológica: “eu fui agressiva, eu briguei muito na comissão de comunicação, até porque estava este negócio de esquerda e direita, eu assumi mesmo a minha posição de neoliberal, que eu não chamo de direita...”.

Ela afirmou que sempre foi a favor da privatização e que na comissão de comunicação teve que assumir uma postura muito radical contra a censura. Assim, o ranço foi muito forte e ela teve que assumir atitudes drásticas. No final, na aprovação da Constituinte, ela disse que votou contra; segundo ela, foram sete votos contra um protesto por acharem que era um engodo.

A deputada Rita Furtado (40, PFL, RO) declarou que às vezes é preciso adotar uma posição machista. Ela admite que tem dificuldade de desempenhar bem o papel feminino, até mesmo pela sua voz; segundo ela, quando atende o telefone, as pessoas a chamam de senhor. Atribui isso ao seu tamanho, temperamento e ao fato de ser muito agressiva. Ela acha que é a única mulher que saiu de casa, porque das mulheres que conhece, foram os maridos que saíram de casa para comprar cigarros e não voltaram; disse ela que saiu de casa para comprar cigarros e não voltou.

- Nós temos a nossa parte masculina...

A deputada Lídice da Mata (31, PC do B, BA) disse que sempre assume atitudes masculinas, e justifica dizendo que:

Nós temos a nossa parte masculina, depois porque a política é masculina, o poder é masculino, a forma de atuação no poder é masculina, as questões que são consideradas do estado são consideradas masculinas, então o tempo inteiro você está fazendo isto...

Comentou também que há mulheres que se vestem como homens no parlamento, o que ela considera natural, pois são roupas clássicas e que fazem parte da rotina delas: “você atua com uma lógica masculina, você tem que atuar com uma lógica masculina para chegar até eles, o que não quer dizer que precise transformar a sua lógica numa lógica masculina...”.

Nesse discurso, a deputada rompe com o acordo público/privado, numa lógica de submissão produzida na família, e adota os mecanismos de ação política, que lhe confere uma aparente igualdade.

A deputada salientou que, para alcançar o mesmo nível de destaque de um homem na política, tem que fazer sacrifícios imensos no campo da vida pessoal; segundo ela, as mulheres são levadas a isso, e comenta que é preciso combater e discutir entre as mulheres a necessidade de elas não serem tão obsessivas quanto os homens no exercício do poder, a fim de tornar o poder mais humano e mais feminino. Acrescenta que:

A causa pública passa a ser excessiva, ela assume a característica de uma obsessão, isto precisa ser combatido em homens e mulheres; os homens fazem isto porque eles exercem o poder de forma profundamente centralizadora, dominadora. Eles transferem para a ação pública aquilo que como macho aprendeu a vida inteira, e nós precisamos também um pouco da nossa parte, de poder ter um lado da mulher.

- A gente em muitos momentos vira homem...

A deputada Anna Maria Rattes (48, PMDB, RJ) admite que “a gente em muitos momentos vira homem; agora, tem que haver um policiamento pessoal muito grande para você não se deixar levar por isso...”.

A deputada considera que a mulher é diferente do homem no exercício da vida pública:

Na política você tem que exercer o poder com a simbologia e com atributos femininos, senão você fica perdida. Essa é uma forma de conquistar

realmente os nossos direitos como mulher, porque se você não se policiar, você vira homem, vai entrando no jogo e não vai ter mais uma função agregadora, você vai ser apenas mais um.

Cardoso (1987)¹²² destaca a idéia do processo de masculinização pelo qual as mulheres devem passar para que possam fazer a grande política:

Então, quando a mulher faz política ela está sempre relegada a um outro espaço, ela faz a política feminina, e ela faz um pouco de assistencialismo, ela cuida da assistência social, ela se encarrega talvez dos problemas da educação, e isso já está bem. Mas nunca se espera que ela possa fazer a grande política, a não ser que ela passe realmente por um processo de masculinização, ou seja, ela tem realmente que afirmar a sua agressividade, ela tem realmente que mostrar seu poder de dominar, ela tem que exercer o papel de político com uma agressividade que aliás é até indesejável nos homens, e muitas vezes ela é discriminada por isto..

Grossi e Miguel (2001)¹²³ citam Judith Butler, que, em reflexão sobre a constituição contemporânea do sujeito político, sugere a existência de um "sujeito ocidental masculinizado", ou seja, que tanto homens quanto mulheres, atuando dentro dos parâmetros da política instituída, reproduziriam os mesmos atos codificados como políticos, que seriam, portanto, masculinos.

Essa não é uma questão exclusiva do parlamento brasileiro. Num mundo sindical e de um partido de esquerda analisados por Sartori (1999)¹²⁴ vale "quem fala mais alto", características associadas a um modelo "masculino" de fazer política.

Através desses depoimentos, ficou evidenciado que na experiência parlamentar dessas deputadas a adoção de atitudes masculinas se coloca como atributo considerado por elas como necessário para adquirir maior credibilidade e acesso aos parlamentares homens. Dessa forma, elas legitimam o gênero masculino do poder utilizando a lógica masculina, o modo de vestir, a tonalidade de voz e a agressividade nas intervenções. Isso evidencia a exclusão das mulheres das "tecnologias do poder" ou a maneira pela qual o poder é construído e como ele é Legitimado pelos excluídos. Segundo Foucault (1985)¹²⁵, "As relações de poder são,

¹²² CARDOSO, R.C.L., As mulheres e a democracia. In: Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, 1 (2): 287-304, 1987.

¹²³ GROSSI, M. P. e MIGUEL, S. M., Mulheres na política, mulheres no poder. In: Estudos Feministas. CFH/UFSC, vol 9, n. 1/2001.

¹²⁴ SARTORI, A, Homens e as políticas de empoderamento das mulheres. A emergência do gênero entre sindicalistas de esquerda em Florianópolis. Florianópolis: UFSC, 1999.

possivelmente, as estratégias mais bem escondidas no corpo social... As estratégias, as redes, os mecanismos, são todas aquelas técnicas pelas quais uma decisão é aceita e pela qual tal decisão não poderia ser tomada na forma em que foi". Dessa forma, a exclusão das mulheres dessas tecnologias justifica sua reprodução.

Segundo Bourdieu (1999)¹²⁶, " (...) o acesso ao poder, seja ele qual for, coloca as mulheres em situação de 'double bind': se atuam como homens, elas se expõem a perder os atributos obrigatórios da 'feminilidade' e põem em questão o direito natural dos homens às posições de poder; se elas agem como mulheres, parecem incapazes e inadaptadas à situação". Essas mulheres são, ao mesmo tempo, garantia de reprodução dos mecanismos de dominação e marginais ao processo de reprodução social. Devido à apropriação de um campo socialmente reconhecido como exclusivo dos valores e das práticas masculinas, estas mulheres realizam uma "oblação" da sua condição feminina, ajustando-se aos interesses impostos pelo sistema.

A deputada Eunice Michiles (57, PFL, AM) disse que sua postura sempre foi mais passiva; mas, segundo ela, é preciso determinar a postura. Ela se recorda de um fato que a marcou muito. Numa festa no Itamaraty ela foi com seus filhos, e os seus colegas "estavam com as madames"; ela percebeu a atitude de indiferença com que seus colegas a trataram e, a partir daí, também começou a tratá-los assim, de forma distante.

- Eu sempre fui feminina...

A deputada Marluce Pinto (49, PDT, RR) revelou que, se a tiram do sério, ela fica agressiva:

Eu sempre fui feminina, sempre. Eu não sou feminista e não sou passiva. Eu reivindico, eu nunca alterei meu comportamento e eu me sinto assim, eu não digo protegida, mas considerada pelos colegas. Eu trato todos da mesma maneira e nunca fiz uma agressão, e acho que é por isso que eu sou bem sucedida perante os colegas. Eu procuro ser solidária, eu acho até que eu deveria ser um pouco mais agressiva, nos encaminhamentos do trabalho em relação à mídia. Eu não me preocupo com a mídia e eu acho que é uma das minhas falhas como política, e acho que tenho que corrigir. Mas não tem aquele ditado que diz que o hábito do cachimbo entorta a boca?

¹²⁵ FOUCAULT, M., Politics, philosophy, culture: interviews and other. Writings 1977-1984. Nova York: Routledge, 1990

¹²⁶ BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

- As mulheres incorporam a cultura masculina....

A deputada Rita Camata (25, PMDB, ES) disse que nunca deixou de ser feminina:

Como o universo é muito masculino, normalmente, as mulheres acabam incorporando um pouco esta cultura masculina, machista; eu nunca tive, sempre fui sóbria, falando pouco, ouvindo muito, mas na hora das intervenções, procurava levar a minha contribuição no sentido de aperfeiçoamento, e as minhas convicções, nunca abri mão delas.

A deputada considera que é difícil fazer esta autocrítica, mas sempre assumia uma postura sóbria; quando se posicionava, era com muita convicção daquilo que estava defendendo.

- Nós temos o senso da oportunidade, da intuição...

A deputada Myriam Portella (64, PDS, PI) afirmou que, quando a mulher quer se impor, ela tem que ter sempre uma postura de mulher. Disse que há certas horas em que se tem de ter orgulho de ser mulher, e ela diz se orgulhar disso:

Eu acho que a gente tem o senso, nós temos muito maior o senso da oportunidade, muito maior senso de intuição; eu acho uma coisa fantástica, riquíssima, a mulher toda vida precisou, ela nunca participou muito das coisas, então ela sabia que para saber das coisas ela tinha muito mais que intuir, inferir, do que participar...

A deputada salienta atributos femininos que destacam a mulher em relação ao homem, considerando que isso faz a diferença e deve ser motivo de orgulho das mulheres.

- Eu até posso aceitar algum tipo de discriminação pelo fato de não ser a mais preparada, a mais bonita, mas não aceito pelo fato de ser mulher...

A deputada Raquel Capiberibe (47, PMDB, PA) disse que sempre foi muito consciente de seu papel como mulher, tem muito orgulho de ser mulher e sempre se posicionou num mundo machista, mas como mulher. Ela comenta que sempre fumou em público quando as mulheres não podiam fumar. No entanto, segundo ela, isso não é uma atitude masculina; ela

queria se impor como mulher e, segundo ela, se os homens podem, ela também pode. Disse que não aceita nenhum tipo de discriminação pelo fato de ser mulher: “eu até posso aceitar algum tipo de discriminação pelo fato de não ser a mais preparada, a mais bonita, mas não aceito pelo fato de ser mulher”.

A deputada Maria de Lourdes Abadia (41, PFL, DF) comentou que não abre mão da sua condição feminina: “eu não sou de berrar, de gritar, de dar murro em mesa...”.

Ela se considera uma pessoa confiável entre seus companheiros, pois revela que é sempre convidada a participar de reuniões, de comissões. Alega que: “eu tenho muita preocupação no meu trabalho, na minha história, não sou de coluna social, minha maneira de vestir é mais estilo clássico, cores mais sóbrias”.

A revista Isto É, na seção Comportamento, publicou um matéria explorando a questão: “Constituinte na moda”. Esta matéria revela as diferentes opções assumidas pelos constituintes na forma de vestir. A deputada Rita Camata é considerada pela imprensa um dos constituintes mais elegantes. Segundo a revista:

A elegância das pessoas não está no traje, mas na sua maneira de se comportar”. A badalada colunista social da corte brasiliense, Consuelo Badra, diz suportar tudo, menos deselegância. “Eu estou de olho nos constituintes” e faz observações pertinentes: “Entre as mulheres eu acho que as conterrâneas Márcia Kubitschek e Maria de Lourdes Abadia (41, PFL, DF) não se vestem bem”. O que mais impressiona Consuelo são os lacinhos que Márcia Kubitschek usa para amarrar os cabelos. A conservadora Sandra Cavalcanti (61, PFL, RJ), que abusa das cores sérias e escuras, nem se incomoda com os comentários: “Isso não tem a menor importância”. Já sua companheira de partido, senadora Eunice Michiles (57, PFL, AM), tem gosto diferente. Prefere cores vivas. Despojada de qualquer vaidade, a petista Benedita da Silva (44, PT, RJ) ironiza: “Como é que eu posso acompanhar a moda? Sou grande e pobre”. A “Bené”, uma das constituintes mais requisitadas pela imprensa em Brasília, gosta das roupas simples, estampadas, nenhuma maquiagem e sapatos baixos. “Eu não perco tempo frente ao espelho e se tiver que escolher entre um sapato fino e uma sandália velha e confortável, eu fico com a segunda opção”. A sandália velha e confortável de Benedita da Silva (44, PT, RJ) alivia, sem dúvida, os 1.500 passos que devem ser dados do anexo onde ficam os gabinetes dos deputados até o plenário. A deputada Tutu Quadros não gosta do tema e se ofende: “Eu compro em qualquer lugar, desde que não seja muito caro”. As roupas sérias e os sapatos de salto fino são acompanhados por bolsas que imitam peles de animais. “Eu acho que isso é plástico “despreza a filha do prefeito de São Paulo. Aliás, foi de Jânio que Tutu ganhou a maleta tipo 007 com a qual desfila no Congresso - em sua tampa, uma vassourinha em ouro e as inscrições: Jânio Quadros. Tutu não perdoa a falta de gravata: “Faz parte da tradição da Casa”. Conservadora como Tutu, a maioria dos

constituintes também condena os avanços na área da moral e dos bons costumes. Até o PT, quem diria, não vê vantagem em correr contra essa maré de engravatados. O baiano Fernando Santana costura o tema: “A Constituinte está na moda e o último grito é por uma Constituição moderna, elegante (Revista Isto É, 25/03/1987).

6. AVANÇOS DA CONSTITUINTE

Neste quesito, a maioria das deputadas relatou que as principais conquistas foram referentes aos direitos sociais, nos quais obtiveram grandes avanços, em particular a questão de que não pode mais haver discriminação por razão de sexo, idade e de cor. Em decorrência disso, muita coisa foi regulamentada quanto à discriminação racial, ao fato de a mulher grávida não poder ser despedida do emprego, à questão da quebra do pátrio poder e da licença gestante de 120 dias, a questão dos direitos da empregada doméstica, entre outros.

São os seguintes dispositivos que oferecem direitos e garantias constitucionais¹⁴²:

Dos Princípios Fundamentais

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Dos Direitos Sociais

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social:

XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos nos termos da lei.

XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.

XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas.

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

Parágrafo único: São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVIII, XIX, XXIV, bem como a sua integração à previdência social.

Da Previdência Social

Art. 201 Os planos de previdência social, mediante contribuição, atenderão, nos termos da lei, a:

III - proteção à maternidade, especialmente à gestante.

Art. 203 A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente da contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

¹⁴² CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988. 16.ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes.

Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso

Art. 226 A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

Parágrafo 6º - O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos.

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de todas as formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Parágrafo 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

As deputadas destacaram os avanços nas questões dos direitos e garantias em relação à mulher, com destaque especial para a igualdade entre homens e mulheres, considerada pela deputada Rita Camata como a essência do processo. Interessante o depoimento desta deputada, a qual destaca a eficiência da participação feminina, que, apesar de pouco numerosa, conseguiu consolidar grandes conquistas. Outro destaque é referente ao depoimento da deputada Lídice da Mata, que revela as estratégias utilizadas pelas deputadas na implementação de seus objetivos. A participação do deputado Alcenir Guerra, por solicitação das deputadas, na defesa da licença-maternidade e da licença-paternidade foi decisiva na conquista desses direitos.

O Jornal do Brasil publicou matéria intitulada “Experiência de pai inspira proposta – Deputado tem apoio das mulheres para licença-paternidade”.

A proposição de emenda do deputado Alcenir Guerra estabelece a licença paternidade optativa, como nos Estados Unidos e Suécia, entre 5 e 8 dias, a serem descontados nas férias. Segundo o deputado “Desta forma não estaremos onerando as empresas e os homens terão uma chance de dar maior atenção não só à mãe como, principalmente, à criança. Esta emenda obteve o apoio formal da bancada feminina. Alcenir começou a amadurecer a idéia da licença-paternidade dois anos antes da Constituinte, quando sua filha nasceu e ele teve a oportunidade de acompanhar, o que não aconteceu com nascimento de seus dois primeiros filhos. O deputado declara que a experiência foi fascinante e que o relacionamento com filha é mais intenso, em consequência desses primeiros dias que passaram lado a lado. Alcenir certificou-se que sua proposta era justa com o nascimento de sua quarta filha, quando sua mulher

sofreu acidente anestésico e teve dificuldades de locomoção. Desta forma, foi o próprio deputado que se encarregou das principais tarefas como trocar fraldas, fazer dormir, dar água e muita atenção à filha (Jornal do Brasil, 28-12-1987).

Interessante destacar que as emendas da licença maternidade e da licença paternidade não se restringiram apenas ao interesse das mulheres. O objeto dessas emendas, portanto, uniu os sexos num interesse comum aos gêneros masculino e feminino. Isso comprova que apesar de as deputadas considerarem que tinham como objetivo na Constituinte tratar das questões da mulher enquanto um grupo de interesse, na dinâmica política interna da condução dos trabalhos, os homens mostraram que em determinados assuntos políticos sexo não é uma variável determinante.

O Jornal da Tarde publicou matéria intitulada “Mulheres unidas pela licença-maternidade”. A matéria faz referência a piadinhas a respeito das licenças maternidade e paternidade - respectivamente 120 e 8 dias - aprovadas pela Constituinte.

No caso de admissões, há quem já tenha adotado a prática de exigir que as mulheres se submetam à laqueadura (ligação das trompas). Ou que assinem termo de compromisso de pedir demissão, caso venham a engravidar. Da mesma forma, não faltam articulações políticas para que, no segundo turno, a Constituinte suprima essas emendas. E isso as mulheres não estão dispostas a permitir. Cartazes, faixas e telegramas para os constituintes estão sendo preparados. O movimento deve culminar com grande passeata em frente ao Congresso Nacional e deve englobar também uma velha reivindicação feminina: creches dentro dos estabelecimentos de trabalho. Atualmente, no País, trabalham 18 milhões de mulheres. Cerca de 30% do total de pessoas empregadas na atividade econômica. O que não é, necessariamente, uma conquista feminina. “Continuamos enfrentando discriminações, seja na hora das promoções, seja na exigência de testes de gravidez. “A discriminação existe e pode ser ampliada agora”, observou uma representante do Sindicato dos Metroviários. Segundo as sindicalistas, isso ficou claro quando, quatro dias após a decisão da Constituinte, a fábrica de chocolates Garoto, no Espírito Santo, demitiu 184 funcionários: 159 mulheres, 20 grávidas. Ou quando a Usina Lagoa Dourada - em Dobrada, interior de São Paulo - decidiu não contratar mulheres para trabalhar no plantio de cana-de-açúcar, a menos que estejam acompanhadas de atestado médico provando a ligação das trompas, decisão que foi retirada a seguir, depois de fortes manifestações contrárias (Jornal da Tarde, 29-03-1988).

A deputada Myriam Portella (64, PDS, PI) relatou que houve muitos avanços, em particular na questão de que não pode mais haver discriminação no pátrio poder, que não pode haver discriminação por razão de sexo, idade e de cor; em decorrência disso, muita coisa foi

regulamentada quanto à discriminação racial. A deputada é de opinião que houve muitos avanços nos direitos sociais: o fato de a mulher grávida não poder ser despedida do emprego e outras.

A deputada Lúcia Braga (52, PFL, PB) destacou os direitos sociais, como, por exemplo, a questão da quebra do pátrio poder e da licença gestante de 120 dias.

A deputada Eunice Michiles (57, PFL, AM) destaca que houve avanços no código penal, no código civil em relação ao menor e à licença maternidade, à questão da empregada doméstica, que ela sempre teve dúvidas se foi bom ou ruim, porque muitas perderam o emprego. Quanto ao aborto, disse que sempre foi contra, pelo peso de sua formação religiosa. Na opinião da deputada, a política correta é prevenir, e uma das coisas que ela considera é que toda esta miséria existente hoje tem uma ligação direta com a falta de um planejamento familiar; se isso tivesse sido feito há 20 anos, não teria toda essa população hoje desempregada, sem perspectiva, e isso poderia ser evitado. Essa questão, segundo ela: “tem sido levada na gozação, como se fosse uma coisa sem importância, que as pessoas falam assim: tem tanta coisa importante para se falar e você vem falar de planejamento familiar?”.

A deputada Lídice da Mata (31, PC do B, BA) destacou os avanços nas questões sociais: “nós transformamos completamente a vida constitucional”.

Destaca, na área da mulher trabalhadora rural, o direito de ser a titular da terra; na área da saúde, a proibição do controle da natalidade; na área trabalhista, a empregada doméstica, a conquista dos quatro meses de licença-maternidade, que foi uma grande conquista e que coloca a discussão da responsabilidade da maternidade na sociedade. A deputada ressalta que tiveram que colocar um deputado (Alcenir Guerra) que é médico pediatra, para defender a questão da licença - maternidade e da licença - paternidade, e isso foi decisivo: ele fez uma belíssima defesa, permitindo assim essa vitória.

- Povoamos a Constituição de avanços na questão da mulher...

A deputada Raquel Capiberibe (47, PMDB, PA) destaca que foram muitos os ganhos e cita a questão da licença - maternidade e da licença-paternidade e a questão da presidiária, que ela tem acompanhado em seu estado. Cita também a questão da empregada doméstica, de a mulher poder ser a cabeça do casal. Segundo ela:

Povoamos um pouco a Constituição de avanços na questão da mulher, a questão do registro de nascimento, que para mim era uma verdadeira afronta, como aquilo me indignava; se você tinha um filho por opção, não podia registrar com o nome do pai ou só o pai podia registrar o filho, isto era para mim uma coisa absurda, que amesquinha a gente, diminuía a gente, eu acho que a gente avançou muito, precisava mais, lógico!

A deputada considera também que teve ganho pessoal como parlamentar, que foi o fato de ter sido a segunda mulher a apresentar o maior número de emendas na Constituição e a segunda a ter o maior número de emendas aprovadas.

A deputada Raquel Cândido (35, PFL, RO) afirmou que, dentro do possível, houve avanços significativos na Constituição. Destaca a questão da empregada doméstica, a licença-maternidade, o código de defesa do consumidor, que ela diz ter sido uma conquista das mulheres, o direito de creche para as mães trabalhadoras, a mulher poder ser chefe de família; contudo, segundo ela, houve momentos de derrotas também.

A deputada Maria de Lourdes Abadia (41, PFL, DF) disse que houve muitos avanços da Constituição na conquista dos direitos sociais.

Na opinião da deputada Sandra Cavalcanti (61, PFL, RJ), a Constituição é muito boa do ponto de vista de garantir direitos iguais, mas:

Tem uns exageros que precisavam e alguns já foram extirpados e, muita matéria, dois terços e eu digo isto com muita tranquilidade, dois terços dos dispositivos que estão na Constituição não são dispositivos constitucionais; não que eles sejam inconstitucionais, mas eles são regulamentos, portaria e tal, então é uma barbaridade e tem coisas assim, inacreditáveis.

A deputada relata, no entanto, que a Constituição avançou muito na questão dos direitos sociais, inclusive na legislação do Código Civil e do Código Penal.

- O movimento de mulheres deu uma sustentação muito grande...

A deputada Benedita da Silva (44, PT, RJ) afirmou que é a maior e melhor Constituição em defesa dos direitos da mulher na América Latina. Isso porque, na sua opinião:

O Brasil viveu um momento muito difícil, do autoritarismo, mas, ao mesmo tempo, as mulheres se organizaram e o movimento feminista se fortaleceu; o movimento popular, o movimento de mulheres, deu uma sustentação muito grande no propósito de mudança na Constituição Brasileira.

Na opinião da deputada, a Constituição agora só precisa ser cumprida. Destaca ainda o reconhecimento da mulher, como o direito a ter títulos de propriedade; o salário igual; a questão do pátrio poder - segundo ela, a mulher tem hoje o reconhecimento de que é uma pessoa idônea e também responsável, chefe de família, cabeça do casal; a questão da família e do conceito de família. A deputada destaca também as suas conquistas em particular: para ela, a que mais marcou foi a do direito das empregadas domésticas, dos negros, das crianças e do usucapião urbano.

A deputada Marluce Pinto (49, PDT, RR) considera que houve avanço bastante razoável da valorização da mulher perante sua família, porque:

Uma mulher não tinha o direito de registrar seu próprio filho, não tinha direito a assinar uma escritura, só como coadjuvante, porque a assinatura oficial era do marido; a empregada doméstica, a licença-maternidade, e eu me interessei bastante nas reuniões de acordo de lideranças para examinar as emendas; aquelas que não eram polêmicas e que tinham aceitação de todos os líderes já iam para o plenário para serem votadas. E foi assim que nós conseguimos transformar o território de Roraima em Estado. Eu fiz um trabalho de conquista com os colegas, conseguindo conquistar a benevolência deles e aprovar a transformação do território de Roraima em Estado.

Três deputadas consideram que um avanço muito positivo foi a conquista do direito de igualdade entre homens e mulheres, não só no exercício do poder parlamentar, mas no alcance dessa garantia na legislação.

- Direito igual de definir a Constituição...

A deputada Lídice da Mata (31, PC do B, BA) considera que a principal conquista: “foi a de nós termos o direito igual de definir a Constituição, de cada voto de mulher ser igual ao do homem naquele plenário, pena que não fôssemos tantas para o que necessitávamos”.

- Igualdade entre homens e mulheres...

A deputada Rita Camata (25, PMDB, ES) não tem dúvidas de que a Constituição avançou muito:

Na questão da reforma agrária só os homens tinham direito a receber o título, e hoje isto foi muito importante porque nós garantimos os direitos de

título da terra à mulher, porque ela não põe a perder aquele bem, porque ela tem preocupação com a família, coisa que os homens estão perdendo.

Esse avanço “pode ser traduzido na vida, no cotidiano das mulheres. Você tem hoje igualdade salarial, oportunidades. Eu acho que a síntese é esta, a igualdade entre homens e mulheres foi a essência do processo”.

Interessante a afirmação da deputada de que a igualdade entre homens e mulheres foi a essência da Constituinte. Essa igualdade passa pelo direito de todos de apresentar emendas, defender seus interesses, usar a tribuna na defesa de suas conquistas; por outro lado, a desigualdade de oportunidades no acesso a cargos, na escolha das comissões, foi sentida por elas.

Na opinião da deputada, a bancada pequena das mulheres constituintes pode traduzir o anseio da maioria da população brasileira, garantindo essa igualdade das relações, e ela acha que isso foi o que houve de mais positivo:

Foi muito gratificante poder participar deste processo, poder contribuir com ele e ampliar as conquistas da mulher, como a questão da licença-maternidade, da mulher urbana, depois a regulamentação para a mulher rural, os direitos da doméstica, que veio como decorrência; a deputada Benedita foi autora da lei que estendeu às trabalhadoras rurais os direitos previdenciários.

- Nós conseguimos conquistar os direitos de cidadania...

A deputada Anna Maria Rattes (48, PMDB, RJ) destacou que :

Nós conseguimos conquistar os direitos de cidadania que nós não tínhamos até então. Na Constituição quando você coloca que homens e mulheres são iguais, isto para mim já engloba toda uma questão no lado constitucional que iria caminhar para a igualdade de direitos, porque, antigamente, homens queria dizer o gênero humano.

Apenas uma deputada destacou a eficiência da participação das mulheres constituintes.

- Processo tão rico e com um número pequeno de mulheres...

A deputada Rita Camata (25, PMDB, ES) salienta que:

O mais importante foi ter tido a oportunidade de ter participado deste processo tão rico e, com um número pequeno de mulheres, mostrarmos a eficiência da nossa participação, da nossa contribuição e da consolidação de nossas conquistas.

Apenas uma deputada relatou que não houve avanços.

- A constituição não avançou em nada...

A deputada Rita Furtado (40, PFL, RO) afirmou que: “a Constituição não avançou em nada, uma peça inútil”.

A deputada revelou também que votou contra a aprovação da Constituição.

7. DERROTAS DA CONSTITUINTE

Outro quesito abordado nas entrevistas refere-se às derrotas da Constituinte, particularmente em relação aos direitos e às garantias da mulher.

No que se refere às derrotas, apontam-se como as principais delas as questões do aborto, da aposentadoria da mulher aos 25 anos, da saúde da mulher e da reforma agrária.

Metade das mulheres relatou que a principal derrota da Constituição foi em relação ao aborto.

A Revista Nova realizou uma pesquisa sobre aborto, divórcio, discriminação sexual e igualdade, através de perguntas publicadas nas edições de março, abril e maio de 1986. Segundo informa a editora, o universo dos leitores da revista está em cerca de 1 milhão de mulheres entre 18 e 40 anos. A maioria das mulheres que opinaram estão na faixa etária dos 30 aos 39 anos (30%), têm instrução superior (57,6%), são solteiras (51,6%) e recebem salários entre 10 e 20 salários mínimos (30,5%). A revista considerou bem recebida a iniciativa, uma vez que os próprios leitores ou leitoras tiveram de pagar o selo postal para receberem as respostas. Mesmo católicas, em sua maioria (65,3%), as entrevistas defendem que o aborto pode ser feito por mulheres solteiras, divorciadas, viúvas ou separadas, em qualquer circunstância (50%) ou sem autorização (57,3%); no caso de serem casadas, com a autorização do marido (31,9%), acham “muito importante” a liberdade de decidir sobre a opção pelo aborto. Este, entretanto, deve ser feito por médicos legalmente registrados (82,7%). Entre as leitoras, 99,5% querem os mesmos direitos do homem perante a lei e 82,7% consideram muito importante a punição em relação à discriminação por origem de filiação. Elas pedem também

creche (96,7%), mesmo quando a mãe não trabalha, e acham importante o homem ter licença remunerada quando nascem os filhos. Apenas 21,8% não julgam importante essa licença. Essa pesquisa, na qual estão tabuladas 3.245 respostas, foi encaminhada ao presidente da Constituinte, deputado Ulisses Guimarães, bem como aos líderes de todos os partidos (Gazeta Mercantil, 03/06/1987).

A revista Veja também publicou matéria: “Constituintes não querem aborto legalizado”.

Em países como Espanha e Portugal, que trocaram a ditadura pela democracia na década de 70, a legalização do aborto gerou muita polêmica, mas acabou sendo aprovada. Uma pesquisa realizada pela LPM revelou que, de 473 constituintes, 287 são contrários à idéia, nada menos do que 60% dos parlamentares. A deputada Cristina Tavares desenvolveu um projeto que visa a liberação do aborto. “A campanha desenvolvida contra o aborto no país é pura hipocrisia”, diz ela. Pelos planos da deputada, o aborto deixaria de ser um crime inafiançável com punição prevista no Código Penal. Seria gratuito, uma cirurgia simples, paga pelo Instituto Nacional de Previdência Social. “Sabemos muito bem que hospitais de luxo praticam o aborto em mulheres ricas, tornando-o o quarto item em faturamento de alguns dos grandes hospitais”. Na Constituinte, o projeto da deputada promete ir para o arquivo. “Não sou feminista e sou contra o aborto” afirma a deputada Wilma Maia. “Isso é um tema ainda em discussão”, adverte a deputada Irma Passoni, que recolhe boa parte de seus votos junto ao eleitorado das comunidades de base da Igreja Católica. Pela legislação brasileira, a autorização para um aborto legal, raramente concedida, só é possível em caso de doença da mulher e para as vítimas de estupro. Conforme as estatísticas da Organização Mundial da Saúde (OMS), pelo menos 3 milhões de mulheres se submeteram, todos os anos, a cirurgias para interromper a gravidez. Na maior parte dos casos, são operações feitas sem cuidados médicos, em péssimas condições de higiene, e o resultado é que 2% delas acabam morrendo por causa de suas seqüelas. Deixando um rastro de 60.000 vítimas por ano, o aborto clandestino produz uma devastação equivalente à soma de todas as doenças infecciosas e respiratórias, como a tuberculose e a pneumonia, que fizeram 59.000 vítimas em 1983, conforme dados do Ministério da Saúde. A favor da liberação do aborto trabalha, também, a liberação dos costumes ocorrida no final dos anos 60 e início da década de 70. “A mulher tem o direito de decidir sobre o momento da concepção” afirma Lídice da Mata. Sucedâneo, em muitos casos, dos infanticídios praticados numa larga escala até o início deste século, o drama social do aborto é a consequência maior de outro problema - a ausência de uma política de planejamento familiar. Em países como a Bélgica, por exemplo, qualquer tentativa de interrupção da gravidez é proibida por lei, e em Portugal a cirurgia só é autorizada quando a mulher grávida demonstra que está com alguma doença - além disso, ali também é necessária a concordância do marido. Em países de tradição católica, o peso da igreja também é

considerável. Conforme a doutrina cristã, o aborto constitui pecado e não se justifica em nenhuma hipótese. Mesmo quando a mãe corre risco de vida, a Igreja recomenda um esforço para salvá-la e a seu filho (Veja, 04/02/1987).

- A mulher perdeu a oportunidade de escolha no uso de seu próprio corpo...

De acordo com Anna Maria Rattes (48, PMDB, RJ), houve algumas derrotas, algumas delas muito sérias, como, por exemplo, “na questão que eu acredito que é uma forma da mulher perder a liberdade de escolha no uso de seu próprio corpo”. Ela afirmou que nunca fez um aborto, mas considera que: “nenhuma mulher faz isto brincando, isto é altamente traumático para qualquer mulher, mas não podia jamais ter sido por lê,i consignado como um empecilho na escolha da mulher”.

A deputada Rita Camata (25, PMDB, ES) considera que na questão do aborto houve a discussão da concepção até a proteção à vida, porém não houve maiores avanços; foi, segundo ela, um grande embate.

A deputada Myriam Portella (64, PDS, PI) também considera que na questão do aborto não se conseguiu avançar, pois esta discussão, dividia muito as mulheres.

- Na vida da mulher tem uma coisa maior, que é a maternidade...

A deputada Raquel Cândido (35, PFL, RO) considerou que a questão do aborto foi a maior derrota da Constituição. Na sua opinião, a mulher tem o direito sobre o seu corpo:

A vida da mulher tem esta coisa maior, que é a maternidade, que é uma coisa só nossa. Eu vou ter este filho ou não vou ter? Isto é algo que cabe à mulher decidir e, no máximo, discutir com seu companheiro.

Neste depoimento, a deputada revela a maternidade como naturalmente intrínseca às mulheres e como locus de poder feminino.

- Uma derrota como cidadãs...

A deputada Lídice da Mata (31, PC do B, BA) afirmou que uma grande derrota das mulheres foi não ter conseguido avançar na questão do aborto; nesse aspecto, a derrota foi “uma derrota como cidadãs”.

A deputada Benedita da Silva (44, PT, RJ) considera que a questão do aborto e das minorias sexuais são temas polêmicos e que ainda não se avançou, correndo-se o risco de retroceder no que diz respeito ao aborto legal; esse assunto, na sua opinião, sofre uma ameaça.

O Correio Brasiliense publicou matéria intitulada: “Mulheres contra aborto na Carta”.

As mulheres não consideram aborto um assunto constitucional e temem que se ele entrar na Constituição possa haver um retrocesso na legislação vigente, que o permite nos casos de estupro ou risco de vida da mãe. Por isso, a presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Jacqueline Pitanguy, enviou uma carta a todos os constituintes, argumentando que o debate sobre esta matéria é extremamente complexo e polêmico e encontra-se, ainda, no Brasil, em estágio inicial; grupos diretamente envolvidos com esta temática - mulheres, médicos, advogados e psicólogos - necessitam maiores subsídios para uma posição mais embasada, tanto científica como legalmente; a análise das Constituições modernas tem demonstrado que esta matéria não é considerada princípio constitucional, sendo, inclusive, objeto de plebiscitos nacionais em diversos países democráticos. “... mediante as considerações acima - proclama - vimos alertar V. Exa. sobre o perigo de aprovar emendas que contemplem a questão do direito à vida desde a concepção, pois estas correrão o risco de se tornarem impositivas e prematuras na medida em que não reflitam o consenso da sociedade civil (Correio Brasiliense, 13/02/1988).

A questão do aborto foi considerada um dos pontos em que não havia consenso entre as deputadas, particularmente por motivos de ordem religiosa. As que defendiam o aborto consideraram uma perda irreparável, uma afronta contra o direito da mulher de decidir sobre seu próprio corpo.

Duas deputadas afirmaram que a principal derrota foi a não-aprovação da aposentadoria para a mulher aos 25 anos: Lúcia Braga (52, PFL, PB) e Maria de Lourdes Abadia (41, PFL, DF).

A deputada Lídice da Mata (31, PC do B, BA) considerou que uma das derrotas foi a falta de avanços na área da saúde - em particular a saúde da mulher - onde se concentram muitos problemas de discriminações que dizem respeito à vida da mulher; acredita que se poderia ter avançado mais nessa questão.

Apenas para uma deputada a principal derrota foi com relação à reforma agrária.

A deputada Raquel Capiberibe (47, PMDB, PA) foi a única a considerar que a principal derrota ocorreu na questão da reforma agrária, por não ter sido aprovado o Estatuto da Terra, o que foi uma grande decepção, pois esperava conseguir avanços nessa questão na Constituinte.

Para a deputada Eunice Michiles (57, PFL, AM), as derrotas são mais na prática, pois “você vê mulheres humilhadas, mulheres sem direitos, com salários não-compativeis, você ouve falar muito em salários iguais, não-discriminação por raça, sexo, mas na prática existe”.

A deputada Sandra Cavalcanti (61, PFL, RJ) considerou que houve derrotas nos dispositivos legais nas questões referentes à imunidade parlamentar, no artigo 22, que trata da Tributação da União, entre outros.

Apenas uma deputada achou que o resultado foi indesejado. A deputada Rita Furtado (40, PFL, RO) afirma que “na época a gente estava com fé, mas o resultado foi pífilo”.

8. ENVOLVIMENTO COM MOVIMENTOS SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

O último quesito abordado nas entrevistas refere-se ao envolvimento das deputadas com movimentos sociais, organizações governamentais e não-governamentais.

Algumas deputadas revelaram que se relacionam com movimentos sociais.

- Hoje a briga não é queimar o sutiã na praça...

A deputada Maria de Lourdes Abadia (41, PFL, DF) relata que mantém relacionamento com movimentos sociais. Diz que com o movimento feminista ela tem algumas restrições. A deputada considera que:

Hoje na cabeça da mulher a briga não é esta de dizer que a mulher é melhor que o homem, de queimar o sutiã na praça eu acho que hoje a luta passa pelo conhecimento, pela inteligência, pela presença, pela determinação, pela honestidade, pela ética, pela cara, pela transparência. Primeiro porque ninguém dá lugar para ninguém, é besteira. Está aí a lei, você tem que conquistar e esta conquista implica em pré-requisitos como estes de inteligência, de sabedoria, de competência”.

A deputada considera interessante os movimentos feministas: “Até para não deixar morrer - olha mulheres, nós estamos aqui”.

A deputada Eunice Michiles (57, PFL, AM) relatou que mantém entrosamentos com os movimentos sociais da igreja, com trabalho de terceira idade, fazendo visitas a asilos e dando palestras.

Quatro deputadas relatam que mantêm relacionamentos com movimentos de mulheres.

A deputada Benedita da Silva (44, PT, RJ) declarou que sempre foi uma militante comunitária e que desenvolve um trabalho com as mulheres. Esse movimento, segundo ela:

É um movimento muito grande, que vem de longe, e, ao chegar nas favelas, nós criamos o departamento feminino, porque era nossa forma de organização, era onde a mulher tinha voz dentro da associação de moradores para reivindicar os seus direitos dentro da comunidade.

- Você precisa ter muita coragem, muita força...

A deputada Raquel Capiberibe (47, PMDB, PA) afirmou que se relaciona com vários movimentos, no sentido de ajudar a se organizarem, de incentivar e orientar para que estejam no aspecto da lei. Ela disse que não está militando, mas mantém relacionamento com um grupo de mulheres de seu estado. Comentou que tem um problema muito sério: por ser irmã do governador, ela é muito assediada. A deputada acrescentou:

Quem tem um mandato popular como eu, você não se enclausura, você está atendendo a população; eu chego no meu estado, estou atendendo todo mundo, o tempo todo, a qualquer hora, você precisa ter muita coragem, muita força.

A deputada Lúcia Braga (52, PFL, PB) comentou que, por solicitação do Órgão de Defesa da Mulher 8 de Março, ela tem mantido entrosamento com um grupo de mulheres de seu estado.

A deputada Anna Maria Rattes (48, PMDB, RJ) também mantém relacionamentos com órgãos de defesa da mulher de seu estado.

Apenas uma deputada relatou que mantém relacionamento com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A deputada Rita Camata (25, PMDB, ES) comentou que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher é que canalizava todos os movimentos de mulheres em nível de Brasil, e houve um entrosamento muito grande; este processo ainda continua, e hoje a deputada sente que o momento é outro, extremamente enriquecedor, na representatividade. A

deputada deseja que: “esta relação possa ser a mais estreita possível, mais próxima, e esta cumplicidade possa ser um instrumento, como atores sociais que somos, no sentido da transformação e da justiça social”.

Neste quesito ficou evidenciada a pouca ou nenhuma participação das deputadas em movimentos feministas. Poucas mostraram esse interesse. Embora não sejam e nem assumam a condição de feministas, estas deputadas incorporaram as demandas dos movimentos feministas em relação a direitos e garantias da mulher. Pinto¹²⁸ chama a atenção para um exemplo significativo na Constituinte:

...quando se observa que a bancada composta pelas mulheres, em que pese extrações político-partidárias diversas e posturas em relação à questão de gênero também dispersas, constituíram durante os trabalhos constituintes um importante ponto de encontro entre o Estado e as propostas saídas do movimento feminista.

Pinto (1992)¹⁴³ acredita ser possível afirmar que não se pode pensar na ausência da mulher enquanto sujeito público ou enquanto sujeito público-feminista na arena da luta política:

Seus espaços, conquistados através da organização, fora e dentro do movimento feminista, têm sido resultado da tensão entre a voz da luta pela igualdade nas relações de gênero versus um aparato estatal e as forças políticas partidárias e sindicais, cujos atores envolvidos resistem em perder posições privilegiadas para o exercício do poder.

A partir da revelação das deputadas constituintes entrevistadas sobre suas trajetórias políticas, bem como sobre situações que envolveram a atividade delas na Assembléia Nacional Constituinte, é importante destacar alguns fatores que afetaram sensivelmente a condição de mulher e de política na arena parlamentar.

Com muita ênfase, as deputadas procuravam demonstrar que a condição da mulher na política representa um desafio no campo político e pessoal, de modo a obter credibilidade. Na condição de políticas, essas mulheres não se deixavam fragilizar diante dos desafios, que exigiam delas muita determinação e vontade de cumprir suas funções a qualquer custo. Na condição de mulheres, a fragilidade tomava conta delas, pois sentiam grande dificuldade de compensar a falta, a ausência, particularmente em relação aos filhos, e o sentimento de derrota

¹⁴³ PINTO (1992), *op. cit.*, p.139.

foi revelado por uma delas, que ainda hoje colhe os frutos de ter sido uma mãe negligente. Algumas deputadas explicitam os problemas relativos a ter que conciliar a atividade política com os compromissos familiares. No caso das deputadas constituintes, investidas das responsabilidades domésticas ou divididas entre arranjos necessários ao desempenho da função pública, tempo e energia se apresentam como aspectos cruciais de seu cotidiano. Assim, seus papéis domésticos competem com seus papéis políticos, estes de natureza absorvente e conflitiva. As limitações de tempo e energia investidos no trabalho profissional e as tensões decorrentes da necessidade de conciliar diferentes tarefas, pela divisão em espaços de trabalho distintos, afetam a motivação da mulher para assumir um papel político. A “tensão de papéis” funciona, portanto, como obstáculo natural ao desempenho político feminino em arenas mais amplas. Relatam que é muito desgastante ter que assumir os papéis de esposa, mãe e de dona de casa e atender as demandas da atividade política. Algumas deputadas foram vítimas de desagregação familiar, por terem rompido o casamento e por não terem dado a devida atenção aos filhos - ainda hoje, elas sofrem as conseqüências disso.

A maioria das manifestações evidencia que o que mais as preocupavam era a dimensão dos compromissos e das responsabilidades, que criavam nelas expectativas de uma atuação que pudesse corresponder aos anseios e às necessidades de seus eleitores. Outra preocupação revelada era ter de enfrentar um mandato parlamentar na condição de mulher; a discriminação no parlamento e nos partidos as afetavam muito, bem como ter que se submeter às pressões do partido.

As manifestações das deputadas constituintes entrevistadas a respeito do tratamento entre homens e mulheres parlamentares evidenciam a existência de diferenças tanto no relacionamento pessoal como no relacionamento político, fundamentadas na construção do gênero feminino, na consideração da mulher como o sexo frágil, desprovida de atributos que a qualificam na questão da competência política, do domínio do poder. Nessa categoria, as deputadas revelam que no tratamento com eles existe muita cordialidade, companheirismo e respeito, mas que era um tratamento desigual, pelo fato de os homens considerarem que mulher é diferente de homem na política. Revelam também a existência de assédio, de sedução, que os homens tratam as mulheres com delicadeza, mas ao mesmo tempo fazem insinuações. Uma das deputadas revelou que as diferenças no tratamento se devem à estruturação do poder e que há também a discriminação decorrente da hierarquia do poder. Algumas das deputadas revelaram que as diferenças são decorrentes do tratamento desigual,

“diferenciado, machista”; este tratamento também é sentido quando, em viagens internacionais, as mulheres nunca são chamadas a participar.

A política da diferença requisita “a libertação de todo grupo de mulheres, de negros, de índios, de deficientes, de velhos, de homossexuais”, e isso só pode ocorrer a partir de mudanças institucionais fundamentais, entre as quais “a representação política de grupo e a eliminação da hierarquia dos méritos, que obriga cada indivíduo a lutar para conseguir lugares escassos nos postos elevados” (Gianformaggio, p.288).

Nesse contexto, a diferença é, de acordo com Gianformaggio (1995)¹⁴⁴, o produto da “ideologia reificante do sexismo”, que é uma relação de domínio-opressão entre grupos, que comporta exploração, marginalização e privação do poder. As manifestações de algumas deputadas evidenciam que essa relação de domínio-opressão não era declarada, mas implícita nos comportamentos e atitudes, muitas vezes de forma sutil, dos homens parlamentares.

As evidências revelaram também que a estrutura de poder no parlamento é excludente, uma vez que se atribui o caráter masculino do poder nas relações que implicam a questão de soberania e privilégios na concessão de cargos legislativos de alto escalão. A exclusão passa pela desigualdade sexual de oportunidades, por meio da qual as restrições de acesso e participação são impostas às mulheres que não conseguem obter uma posição de destaque no contexto das atribuições de funções e papéis designados aos parlamentares.

A maioria das deputadas entrevistadas relata que eram agressivas nas intervenções públicas, em decorrência da insegurança que sentiam enquanto mulheres diante de homens e diante da necessidade de fazer prevalecer sua opinião nas intermediações de sua atuação. Algumas relatam que assumiam atitudes masculinas, justificando a necessidade de incorporar o caráter masculino do poder, o exercício centralizador e dominador dos homens parlamentares. Algumas delas revelam que não abriam mão de sua condição de mulher e faziam questão de se impor, mas como mulheres. Dessa forma, as mulheres para serem reconhecidas no campo político, têm de assumir uma postura masculina e rejeitar o que comumente é considerado como postura feminina.

De acordo com Castro (1995)¹⁴⁵, “...a complexidade da divisão de poder embasada em gênero incorpora-se em práticas sociais que compreendem aquilo que Bourdieu e Krais

¹⁴⁴ GIANFORMAGGIO, L. Igualdade e diferença: são realmente incompatíveis? In: GROPPi, A.; BONACCHI, G. *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

¹⁴⁵ CASTRO, M.G. Gênero e poder no espaço sindical. Estudos Feministas. IFCS/CEE/UFCS. Vol 3, N.1/1995

referem-se como divisões do mundo baseadas em relações sociais". A autora comenta que esses autores chamam a atenção para as "violências simbólicas "...ou as cumplicidades em nome de recompensas simbólicas imediatas, bem como em nome de projetos de longo termo comungados por companheiros e companheiras". Segundo a autora, de acordo com Bourdieu (1989)¹⁴⁶, "a prática sempre implica operações cognitivas. Uma operação prática de construção posta em marcha, por referências a funções práticas, sistemas de classificação (taxonomias) que organizam a percepção e estruturam a prática".

A maioria delas evidencia o sentimento de orgulho pelo fato de serem mulheres e terem enfrentado situações de dificuldades e desafios que antecedem uma vitória. Algumas deputadas relatam que a vitória para elas representou a conquista e o reconhecimento do empenho político delas em experiências anteriores. As revelações evidenciam a percepção das deputadas entrevistadas no alcance de suas ações na conquista dos direitos da mulher, em se tratando da igualdade de gênero no processo constituinte, e a eficiência da bancada feminina no alcance de seus objetivos.

Na questão referente à discriminação no campo do poder parlamentar, a maioria das deputadas revelou que a discriminação sexual existe dentro dos partidos de forma explícita, em função das disputas internas e preconceitos de raça e de gênero. Uma das deputadas, de raça negra, relatou as circunstâncias de que foi vítima dentro do partido, caracterizando assim a discriminação racial dos companheiros de seu partido. Apenas uma deputada considerou que a discriminação existe de forma sutil, e duas delas admitem que não há discriminação.

Com relação ao envolvimento das deputadas com outras organizações e instituições, elas declararam que mantêm relacionamentos com movimentos sociais, movimentos de mulheres, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e Organizações Não-Governamentais.

¹⁴⁶ BOURDIEU, P. O poder simbólico. Memória e Sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A, 1989.

CONCLUSÃO

A representação da mulher no campo político institucional tem merecido destaque na agenda das pesquisas e dos movimentos feministas na última década. As estatísticas da representação por sexo nos parlamentos evidenciam uma sub-representação das mulheres nas instâncias de decisão política. Por outro lado, há evidências comprovando que esse quadro vem sofrendo importantes e significativas alterações nos últimos anos, devido, principalmente, à atuação do movimento de mulheres. Na década de 1990, a elevada participação das mulheres no parlamento se deu em função da adoção de políticas de ação afirmativa, tais como as políticas de cotas. Em muitos países, a adoção de cotas tem contribuído para ampliar a inserção das mulheres nas esferas de poder, particularmente nas esferas de representação parlamentar.

Os conteúdos manifestos nas entrevistas realizadas com as deputadas forneceram uma variedade de subsídios que permitiram identificar o caráter da participação dessas mulheres na atividade política parlamentar, a partir de critérios como: a identificação das deputadas com a atividade política; o processo de estruturação das campanhas; a concepção de seus interesses políticos, suas expectativas e resultados quanto ao alcance de objetivos individuais e coletivos; o comprometimento da organização interna do grupo de mulheres com suas ações coletivas na realização de seus interesses; os efeitos de suas atividades parlamentares como membros da comunidade política parlamentar; e o relacionamento das deputadas constituintes com os demais parlamentares homens, com movimentos sociais e organizações não governamentais.

No primeiro capítulo buscou-se analisar os investimentos realizados no período que antecedeu as eleições para deputadas constituintes, bem como a estruturação política e social dessas mulheres no âmbito das relações de parentesco com políticos ou na condição de esposas de políticos, que serviu como alavanca para o êxito nas eleições.

Com relação à identificação das deputadas com a atividade política parlamentar, pode-se observar que todas elas fizeram a opção por uma carreira política. Metade das deputadas tem origem na tradição política familiar, na convivência com antecedentes familiares políticos, o que, também, despertou nelas a consciência da importância e da necessidade da política na vida social.

Importante destacar que as deputadas que não têm antecedentes políticos e nem são ou eram casadas com políticos conseguiram, à custa de seus próprios méritos, adquiridos na experiência com atividades de cunho social, investimentos na atuação político-partidária na condição de vereadoras e no movimento estudantil, chegar ao Legislativo. Dessa forma, essas mulheres mostraram, acima de tudo, o caráter político de suas ações no alcance de seus objetivos. Essa opção, sem dúvida, exigiu dessas mulheres muita determinação e dedicação, comprovando assim a qualificação delas como políticas.

Muitos estudos têm apontado que a entrada das mulheres na disputa política se faz por dois grandes canais: a participação em movimentos sociais e as relações familiares (o parentesco com um homem político, em geral, pai ou marido).

É comum se ver associado, a essas duas formas, o juízo de valor. Para muitas análises, chegar à política pelo primeiro canal, o da participação em movimentos sociais, seria "enobrecedor", mas chegar à política pelo segundo canal, o das relações de parentesco, seria "desabonador", pois se estaria entrando na política "facilitada" por relações de clientelismo, presente na cultura política brasileira. As mulheres que entram na carreira política pelo primeiro canal são valorizadas pelo seu "esforço pessoal" e por terem o coletivo como mote. As mulheres que entram na carreira política pelo segundo canal são acusadas de terem sido eleitas "ilegitimamente", por se terem beneficiado tanto do prestígio, quanto das alianças feitas por ou em nome do pai ou do marido.

Pode-se afirmar que as deputadas que adentraram a política por meio da participação em movimentos sociais se comprometeram mais com a causa feminista do que aquelas que chegaram à política por meio das relações de parentesco?

A partir dos *slogans*, pode-se observar quais eram as concepções dos interesses políticos das mulheres entrevistadas, candidatas na época a deputadas constituintes. Grande parte delas buscou revelar em seus *slogans* os interesses específicos pelos quais estavam se propondo a lutar na Constituinte.

As bandeiras escolhidas como metas revelaram as proposições com as quais se identificavam e tinham como fundamento os interesses dos movimentos sociais, particularmente dos movimentos de mulheres, em especial do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, e de questões inerentes aos seus estados de origem.

Na questão relativa ao apoio do partido durante suas candidaturas, pode-se observar que a maioria delas não obteve apoio, caracterizando assim o tratamento diferenciado dos partidos em relação à mulher. Há de se considerar que a presença das mulheres na disputa política pelo Parlamento foi maior nos partidos pequenos, reforçando a hipótese, de acordo com Rodrigues (1987), de que as mulheres iniciam seu processo de participação utilizando-se de vias de acesso menos valorizadas e que não são controladas pelos grupos mais poderosos e antigos. Dessa forma, os setores dominantes, formados pelos homens que possuem mais tempo no campo da política, têm mais chance de êxito na competição em partidos mais importantes, fechando as portas e dificultando o acesso daqueles, como as mulheres, que estão chegando agora na arena política. O autor ressalta que uma mulher, especialmente se for negra, ou um jovem que queira se lançar na política sem contar com recursos financeiros e prestígio familiar terá mais dificuldade de encontrar apoio em grandes partidos disputados pelos mais poderosos. Na Constituinte, muitas mulheres começaram por cima, conseguindo se eleger em legendas fortes e sem uma carreira política prévia. Assim, essas mulheres foram eleitas através do apoio que lhes foi prestado por uma figura masculina, seus maridos, com prestígio e influência no campo político.

Nota-se, portanto, que, em relação aos partidos, estes não estimulam nem facilitam o acesso das mulheres na militância regular, tampouco permitem muitas vezes o acesso ao exercício de mandatos eletivos. Esse fato é revelador da existência de preconceitos e estereótipos em nossa cultura política, que privilegia o homem ao atribuir características masculinas ao “papel político”, determinando, assim, o campo da política institucionalizada como um espaço predominantemente masculino. As discriminações ocorrem nos partidos, em decorrência das disputas internas, de preconceitos raciais e de gênero, das divergências ideológicas – que, segundo uma das deputadas, afloram mais na relação entre homens e mulheres – e da falta de apoio às mulheres durante as campanhas.

No segundo capítulo, a análise foi fundamentada na situação das mulheres entrevistadas na condição de deputadas constituintes. No item referente ao momento que marcou a trajetória política na condição de mulheres, as manifestações evidenciaram as situações de que foram vítimas, destacando o conflito nas demandas de suas condições de mulheres e de políticas. Por outro lado, muitas se beneficiaram da condição de mulher, associada ao empenho político delas em atividades de cunho social. Nesse aspecto, elas

revelaram o sentimento de orgulho por serem mulheres e terem superado os obstáculos com muita coragem e determinação. A discriminação também foi um fato que marcou a trajetória de sete deputadas, que foram vítimas de situações de confronto com o poder político masculino e dominante. Outras deputadas revelaram que a condição de representantes dos segmentos sociais marcou suas trajetórias.

Em relação a entraves e dificuldades, as deputadas revelaram que, na condição de mulher, tiveram que superar obstáculos, de modo a conciliar as atividades políticas com os compromissos familiares. As revelações evidenciaram as dificuldades que sentiram por terem que abrir mão do convívio com os filhos, com o esposo, provocando, em algumas situações, a desagregação familiar, que culminou com o divórcio de algumas deputadas. Pode-se observar o ressentimento dessas mulheres de não poderem desempenhar suas funções na família, pois a condição de políticas exigia, por parte delas, muita dedicação. Outras dificuldades estiveram associadas a questões financeiras na campanha, à expectativa de corresponderem aos anseios de seus eleitores e às responsabilidades inerentes ao cargo.

Na tocante ao relacionamento entre deputados e deputadas, estas revelaram que existem diferenças gritantes no campo pessoal e político. No campo pessoal, elas foram tratadas com muita cordialidade, porém dentro de um ranço machista. Foram vítimas de assédio, pelo fato de os homens considerarem que a mulher que não está em casa encontra-se disponível. No campo político, a influência da hierarquia do poder no campo masculino provocava rejeição e discriminação em relação às mulheres.

A representação política dessas mulheres está ligada à construção social da desigualdade, que, em relação à ação política, aparece como produto do exercício do poder por estas mulheres. A desigualdade nas relações sociais de gênero é uma permanência nas relações sociais entre homens e mulheres no campo do poder.

No item referente a comportamentos e atitudes no desempenho da atividade parlamentar, as deputadas revelaram que assumiram, muitas vezes, atitudes tidas como masculinas, usando de agressividade nas suas intervenções, a fim de obter maior credibilidade perante os companheiros homens. Algumas disseram com muita emoção que abririam mão de sua condição feminina e apontaram para a necessidade de a mulher se impor para obter espaço.

Os depoimentos das deputadas revelam a percepção delas do mundo social, a incorporação das estruturas objetivas do espaço social, das relações de força do espaço político.

Na questão relativa a avanços da Constituição, as deputadas consideraram que foram muitos os avanços em relação aos direitos sociais e econômicos para a mulher, em particular a invasão do espaço masculino, a oportunidade de servirem de exemplo para outras mulheres e a responsabilidade que tiveram de assumir na atuação destas no Parlamento.

No último item, referente a derrotas na Constituição, as deputadas apontaram como principais a questão do aborto, a aposentadoria da mulher aos 25 anos, a saúde da mulher e a reforma agrária.

No terceiro capítulo, buscou-se analisar a condição ou não da representação das deputadas constituintes como um grupo de interesse dentro do Congresso Nacional Constituinte. A fundamentação teórica se deu a partir da contribuição de vários autores, como Pinto (1994), Avelar (1996), Clauss Off (1995), Sapiro (1988), Miguel (2000), Cardoso (1986) e Eva Blay (1999), que abordam a questão da representação em suas várias dimensões.

Ficou evidenciado o fato de essas deputadas terem se unido na defesa dos interesses e das expectativas dos movimentos sociais de mulheres, particularmente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), que teve uma atuação decisiva no Congresso Nacional, através do encaminhamento do documento “Propostas à Assembléia Nacional Constituinte”, que continha as reivindicações das mulheres que participaram do encontro de mulheres que antecedeu os trabalhos da Constituinte. Dessa forma, a “bancada feminina” se fez representar contando com a participação ativa das deputadas na conquista dos direitos sociais e econômicos da mulher, por estarem submetidas à pressão dos interesses dos grupos sociais, que deu a elas o trunfo que fundamentou suas atuações na Assembléia Constituinte.

Todos os temas propostos pelo CNDM fizeram parte da agenda constitucional e tiveram a participação conjunta de todos os deputados e deputadas. As deputadas, sem dúvida, se empenharam mais na defesa dos interesses coletivos, favorecendo assim a aprovação de muitas emendas relativas às reivindicações apresentadas.

Dessa forma, em todos os assuntos que eram consensos do grupo elas se uniram, suprapartidariamente, e puderam contar com o apoio e a intervenção do CNDM.

No capítulo 4, buscou-se analisar a atuação das deputadas entrevistadas na Assembléia Nacional Constituinte. Pode-se observar a atuação delas nas Comissões da Constituinte, nas quais, em relação aos deputados, tiveram um empenho superior em algumas Comissões em relação ao número de emendas apresentadas, particularmente aprovadas e rejeitadas. Com relação à ocupação de cargos inerentes ao processo constitucional, poucas deputadas ocuparam posições de destaque, e isso se deve, na opinião delas, à hierarquia do poder dentro do Parlamento, que considera a influência do partido e o tempo de casa como critérios para escolha, submetendo as mulheres a uma situação de desigualdade em relação aos homens. Finalmente, questionou-se a articulação da bancada feminina no Congresso Constituinte. As deputadas, como procurei mostrar, revelaram que tiveram ações conjuntas, que havia divergências entre elas por questões ideológicas e religiosas, mas que buscavam superar no sentido de obterem o êxito desejado nas conquistas em relação aos direitos e às garantias da mulher.

Muitos são os indicadores que permitem avaliar o nível da vontade e da consciência das deputadas constituintes, associadas às suas condições de mulheres e de parlamentares.

Na condição de mulheres, muitas são as diferenças que as marcaram, o que invalida a possibilidade de terem formado um grupo homogêneo. Podem-se observar diferenças quanto a idade, classe social, nível de escolaridade, estado civil, ideologia político-partidária, raça, além da descendência de políticos ou a condição de esposas de políticos, que diferenciava estas mulheres das demais. Dessa forma, apenas o gênero, a condição de mulheres, as qualificava como um grupo dotado de interesses diversos no âmbito de suas atuações no Congresso Nacional Constituinte. A descendência familiar de políticos, assim como as que são ou eram na época esposas de políticos, deu a essas mulheres um destaque que as diferenciava das demais. Essa questão foi bastante explorada pela mídia, que atribuiu esse fato às vitórias dessas mulheres nas eleições para a Constituinte. A mídia explorou também a condição de mulheres destas deputadas, destacando uma característica feminina ao delegar a elas o *slogan* “lobby do batom”.

Na condição de políticas, essas diferenças foram minimizadas, considerando o interesse comum que as credenciavam como um grupo de interesse, a “bancada feminina”, dentro do Congresso Nacional Constituinte. As deputadas revelaram que, nos assuntos relacionados a direitos e garantias da mulher, elas se uniram, suprapartidariamente, buscando

defender os interesses colocados como demandas dos movimentos sociais de mulheres, particularmente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Quatro deputadas destacaram a atuação suprapartidária da "bancada feminina", e uma delas considerou esta questão o ponto alto da Constituinte. Dessa forma, assumiram a condição de políticas que, independentemente da sua condição de mulher, por não terem identificação com os movimentos feministas, e de suas alianças partidárias, atuaram no alcance de seus objetivos, implementando assim mudanças estruturais na condição da mulher.

A identificação dessas mulheres como "bancada feminina" tinha como pressuposto a luta pela representação, a reivindicação pela visibilidade política das mulheres, propondo um modelo mais igualitário de relações entre os sexos, de modo a eliminar a anulação e a discriminação mantida nessas relações.

Todas elas passaram por experiências que lhes deram a oportunidade de criar uma identificação com a política, a qual passou a fazer parte de suas próprias vidas. As experiências vividas por elas serviram de motivação para buscarem, na política, os meios para o alcance de seus objetivos, no intuito de poderem representar os anseios e interesses da população-alvo de suas atuações políticas, no atendimento das demandas impostas pela estrutura socioeconômica do País. A opção por uma carreira política, portanto, reflete o nível da vontade dessas deputadas. No nível da consciência, todas elas demonstram ter clareza e compreensão da atividade política como meio de intervenção para o alcance de objetivos-fins, bem como dos desafios e das limitações impostos pela estrutura de poder que afeta diretamente a sua condição de mulher e em decorrência das demandas que a condição de políticas lhes impõe.

Além das questões relativas aos direitos e garantias da mulher, que era alvo de suas atuações no Congresso, essas mulheres tiveram uma atuação marcante em todos os temas em debate na Constituinte, demonstrando assim a condição assumida por elas de uma identidade política, superando dessa forma os mecanismos de opressão do poder masculino.

Por outro lado, as limitações de tempo e energia investidos na atividade política e as tensões decorrentes da necessidade de conciliar diferentes tarefas, pela divisão em espaços de trabalho distintos, afetam a motivação da mulher para assumir um papel político. A "tensão de papéis" funciona, portanto, como obstáculo alegado ao desempenho político feminino em arenas mais amplas. Isso pode ser observado nas dificuldades e nos entraves encontrados

durante a trajetória destas mulheres, particularmente em relação a ter que conciliar compromissos familiares com a atividade política.

As manifestações das deputadas entrevistadas revelaram seus sentimentos em relação à vitória nas eleições. A maioria delas evidenciou o sentimento de orgulho pelo fato de serem mulheres e terem enfrentado situações de dificuldades e desafios

A estrutura de oportunidade que favoreceu a atuação das deputadas constituintes se deu em função da atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que liderou todo um movimento de mulheres no sentido de apresentar sugestões e reivindicações que foram encaminhadas aos Constituintes, considerando as demandas relativas a direitos e garantias da mulher, as quais foram incorporadas pelas deputadas como metas prioritárias de suas atuações conjuntas no Congresso Constituinte. Sua atuação foi também no sentido de acompanhar e assessorar as deputadas constituintes nas discussões e nos encaminhamentos de suas ações.

As formas e práticas institucionais proporcionadas pelo sistema político possibilitaram a formação de uma estrutura organizativa de base da atuação das deputadas, que se deu por meio da participação destas nas Comissões da Assembléia Nacional Constituinte, oportunidade em que apresentaram emendas relativas à base de sustentação de suas propostas.

No entanto, ficou evidenciado que essas deputadas assumiram a condição de políticas na representação dos interesses dos movimentos de mulheres, particularmente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A maioria delas não tinha qualquer identificação com o movimento feminista, mas assumiu a condição de políticas na defesa dos interesses coletivos. Portanto, a bandeira pelos direitos e garantias da mulher serviu como um trunfo que as qualificava como um grupo de interesse dentro do Congresso Nacional Constituinte.

As manifestações das deputadas constituintes entrevistadas elucidaram, de forma clara e evidente, as práticas de opressão e exclusão de que foram vítimas nas relações de poder no âmbito da política partidária e da política parlamentar.

Na categoria referente à “Inserção nas atividades Constituintes”, as manifestações das deputadas constituintes entrevistadas revelaram que a maioria delas escolheu a comissão de que desejava participar. De acordo com o estudo da atuação das deputadas constituintes nas comissões, ficou evidenciado que a comissão de maior interesse das deputadas foi a de Família, Educação e Esportes, Ciência e Tecnologia. A concentração maior foi nas subcomissões de Família, Menor e Idoso e de Educação, Cultura e Esportes. Isso demonstra o

interesse das deputadas em tratar de assuntos considerados de preocupação da mulher, e delas revelaram que os homens parlamentares faziam essa distinção ao afirmarem: “isso é assunto de mulher, disso vocês podem tratar”. Existia, dessa forma, uma segregação dentro dos assuntos constitucionais e às mulheres só eram dadas concessões a assuntos ditos “femininos”. Considerando o interesse das deputadas constituintes em tratar das questões relativas aos direitos da mulher, justifica-se o empenho e dedicação nessas comissões. Algumas deputadas revelaram que a escolha foi do partido, estando sempre vinculadas às questões femininas. Algumas deputadas relatam que tiveram dificuldades de participar de outras comissões de seu interesse, como da área econômica e da reforma agrária, consideradas de domínio masculino.

As evidências também revelaram que a estrutura de poder no Parlamento é excludente, uma vez que se atribui o caráter masculino do poder nas relações que implicam a questão de soberania e privilégios. A exclusão passa também pela desigualdade sexual de oportunidades, por meio da qual as restrições de acesso e participação são impostas às mulheres que não conseguem obter uma posição de destaque no contexto das atribuições de funções e papéis designados aos parlamentares.

Nota-se, portanto, que, dentro do Parlamento e dos partidos políticos, existe uma segregação imposta com relação ao domínio de homens e mulheres nos assuntos de tratamento constitucional. Essa segregação depõe contra a atuação da mulher na política, pois acaba legitimando a sua incapacidade ou incompetência para tratar de outros assuntos que extrapolam os limites considerados de sua competência na condição de mulher. Isso revela também a conexão do poder com os estereótipos de gênero marcados pela diferença excludente que marginaliza a mulher, tolhendo, dessa forma, as oportunidades de sua participação nas diferentes instâncias de poder no Parlamento.

Observa-se o que essas mulheres que estão no poder reivindicam não é a participação igualitária na decisão política, mas a inclusão da diferença no modo como se organiza e se exerce a política.

No entanto, as estratégias de dominação assentes na manutenção do poder político levaram estas mulheres a adotar uma linha de atuação que procura, através da exercitação da cidadania, questionar os mecanismos fundadores do modelo político. Dessa forma, elas não se identificavam como vítimas, mas procuravam espaços de afirmação que as transformassem em sujeitos políticos.

Quanto ao comprometimento da organização interna do grupo de mulheres com suas ações coletivas na realização de seus interesses políticos, na categoria de análise referente às ações conjuntas entre as deputadas constituintes, as manifestações evidenciaram o empenho delas em atuarem conjunta e suprapartidariamente nas ações coletivas, voltadas para as questões da mulher. A atuação suprapartidária das deputadas constituintes foi considerada, por uma delas, como o ponto alto da Constituinte.

A união dessas mulheres se fez notar na sua reivindicação por banheiros no Congresso, que foi destaque na mídia, considerando o empenho destas deputadas em lutar pela igualdade de direitos dentro do Parlamento. Nessa questão ficou evidenciado um movimento forte e conjunto de todas as mulheres parlamentares na realização de um interesse comum a todas elas: o banheiro.

Considerando que a prioridade de atuação das deputadas constituintes colocava em destaque a questão relativa aos direitos da mulher, isso lhes conferia um *status* particular, que tinha o reconhecimento da própria estrutura de que elas formavam um grupo determinado a implementar ações significativas no alcance de seus objetivos. A articulação específica das deputadas constituintes como “bancada feminina” também atribuiu a elas um *status* diferenciado, que as credenciavam como representantes dos interesses em garantir avanços na Constituição com relação à condição da mulher, que se caracterizavam como demandas das organizações e dos grupos de mulheres por elas representados.

Há de se considerar que, pela primeira vez na história do Parlamento, questões relativas a direitos e garantias da mulher fizeram parte da agenda política e receberam tratamento de todos os constituintes, não se restringindo, portanto, à atuação das deputadas constituintes. Sem dúvida, as deputadas foram responsáveis pela inclusão desses assuntos na agenda política, o que foi evidenciado pela atuação delas nas Comissões da Constituinte.

Estatísticas mundiais revelam que a presença de mais mulheres no poder se traduz na introdução de novos temas na agenda política. Um estudo sobre a Argentina demonstra que as mulheres parlamentares participam de comissões e introduzem mais projetos relacionados com as questões dos direitos da mulher, da criança e da família, do que os homens¹³².

¹³² JONES, Mark., Gender quotas, electoral laws, and the election of women. Lessons from Argentina Province. *Comparative Politics Studies*, vol 31, n.1, 1998.

As manifestações das deputadas entrevistadas evidenciaram a postura ética e moral assumida por elas, bem como a concepção de valores sociais associados aos fins pelos quais se empenharam na atividade parlamentar.

Considerando que um dos objetivos da presente pesquisa foi analisar a condição ou não das deputadas como um grupo de interesse, as deputadas constituintes assumiram a condição de representantes, por meio de suas ações parlamentares, que transformaram a condição da mulher no País, e a denominação “bancada feminina” deu a elas uma identidade própria, que as destacavam no contexto parlamentar. As manifestações das deputadas, nesse aspecto, revelaram o empenho e a dedicação delas em tratar das questões dos direitos da mulher e de consenso do grupo, em que as decisões, estratégias e deliberações eram tomadas de forma organizada, de modo a garantir resultados efetivos em suas conquistas. Importante ressaltar que, para o êxito de suas proposições, tiveram de contar com o apoio dos deputados homens, o que também fez parte da conquista destas mulheres, por meio de pressões e conciliações para o alcance dos resultados.

É importante destacar que, ao incorporar as demandas apresentadas pelo CNDM, as deputadas constituintes estavam legitimando a condição de representantes dos interesses da mulher e empreenderam conquistas significativas que ampliaram muito os direitos econômicos e sociais da mulher e que revelaram o reconhecimento constitucional da desigualdade de condições, a que esta sempre esteve submetida.

Finalizando, cabe destacar que a participação da mulher na Constituinte foi um dos mecanismos efetivos na transformação da a mulher de sujeito privado em sujeito público, evidenciando, tanto em nível público como privado, as novas posições da mulher em relação às desigualdades de gênero, tornando-se um canal de expressão e de luta pela igualdade nas relações de gênero.

Finalizando, a identidade feminina sempre esteve sujeita à exclusão do poder institucional e, ainda hoje, os dados relativos à participação da mulher no legislativo e em altos cargos do executivo evidenciam que as mulheres estão alijadas das altas esferas de decisão política.

Por outro lado, cabe ressaltar que a continuada presença da mulher no campo do poder potencializa a redefinição do espaço político, provocando mudanças significativas nas dinâmicas estabelecidas nas estruturas de poder.

BIBLIOGRAFIA

- AVELAR, L., O segundo eleitorado - Tendências do voto feminino no Brasil. Campinas, UNICAMP, 1989.
- _____, Mulheres na elite política Brasileira: canais de acesso ao poder. Vol 6, São Paulo, Fundação Adenauer, 1996.
- ARAUJO, C., Potencialidades e imites da política de cotas no Brasil. In: Estudos Feministas. CFH/CCE/UFSC, vol 9, n. 1/2001
- BARROSO, M.O., O Brasil constituinte e a constituição de 1988. Um depoimento, ao vivo, para a história. Brasília, 1993.
- BDEP, Banco de Dados Congresso Nacional, Brasília.
- BOURDIEU, P., O poder simbólico. Memória e Sociedade. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1989.
- _____, A dominação masculina. Tradução Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.
- BLAY, E., Falas de gênero: teorias, análises, leituras. Ilha de Santa Catarina, Editora Mulheres, 1999.
- BRITO, M. N. C., Gênero e cidadania: referenciais analíticos. In Estudos Feministas. CFH/UFSC, Vol 9, n. 1, 2001.
- BUTLER, J., Gender trouble: feminism and the subversion of identity. Routledge, London, 1990.
- _____, Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. Cadernos Pagu, n. 11, p.11-42, 1998.
- CARDOSO, R.C.L., As mulheres e a democracia. In: Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, 1 (2): 287-304, 1987.
- CASTRO, M.G., Gênero e poder no espaço sindical. In: Estudos Feministas. IFCS/CEE/UFSC, Vol 3, N.1/1995
- _____, Mudança sócio-cultural e participação política nos anos 80. In: SOLA, L., In: PAULANI, L.M.(org), Lições da década de 80. São Paulo, EDUSP, 1986.
- CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988. 16ª ed, São Paulo, Saraiva, 1997.

- DIAP, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Quem foi quem na Constituinte: nas questões de interesse dos trabalhadores. São Paulo, Crtez-Oboré, 1988.
- DUVERGER, M., La participation des Femmes à La Vie politique. Paris, UNESCO, 1955.
- FAORO, R., Assembléia Constituinte. A legitimidade recuperada. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.
- FIORINO, V., Ser cidadã francesa: uma reflexão sobre os princípios de 1789. In: GROPP, E BONACCI, G. °, O dilema da cidadania. Direitos e deveres das mulheres. Tradução de Alvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- FOUCAULT, M., Politics, philosophy, culture: interviews and other. Writings 1977-1984. Nova York: Routledge, 1990
- GIANFORMAGGIO, L., Igualdade e diferença: são realmente incompatíveis? In: GROPP, A. e BONACCI, G. O., O dilema da cidadania. Direitos e deveres das mulheres. Tradução de Alvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- GROSSI, M. P. e MIGUEL, S. M., Mulheres na política, mulheres no poder. In: Estudos Feministas. CFH/UFSC, vol 9, n. 1/2001.
- _____, Transformando a diferença: as mulheres na política. In: Estudos Feministas. CFH/CEE/UFSC, Vol. 9 N.1/2001
- GUIMARÃES, U., Prefácio da obra: O Processo Histórico da Elaboração do Texto Constitucional. Câmara dos Deputados, Brasília, 1993.
- JONES, Mark., Gender Quotas, Electoral Laws, and the Election of Women - Lessons from Argentina Province. Comparative Politics Studies, vol. 31, n.1, 1998.
- JUREMA S. B., Ações e estratégias do CNDM para o "empoderamento" das mulheres. In: Estudos Feministas. CFH/CEE/UFSC, Vol. 9 N.1/2001
- KINZO, M.D.G., Radiografia do quadro partidário brasileiro, Fundação Konrad-Adenauer, São Paulo, 1993.
- LAMOUNIER, B., Partidos e Utopias: O Brasil no Limiar dos Anos 90, Ed. Loyola, São Paulo, 1989
- LAMOUNIER, B., De Geisel a Collor: o balanço da transição. São Paulo, Editora Sumaré, IDESP, 1990.
- LAURETIS, T., A tecnologia do gênero. In: Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rocco, Rio de Janeiro, 1994.
- LIMONGI, A. C., F., F., Mudança constitucional, desempenho do legislativo e consolidação institucional In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. N 29, ano 10, out./1995

- MAGALHÃES, M.I.S., MONCLAIRE, Stephanio (coordenador) Discurso da mulher à nova Constituição do Brasil, In: A Constituição Desejada - SAIC: as 7279 sugestões enviadas pelos cidadãos brasileiros à Assembléia Nacional Constituinte. Senado Federal. Centro Gráfico. BRASÍLIA, 1991.
- MEDINA, A.V.A., Questões de direitos relativos à mulher nas Constituições do Brasil e de Minas Gerais. In: Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas. Ano 28-n. 110, abr./jun. 1991.
- MICELI, S., Carne e osso da elite política Brasileira pós 1930. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III: O Brasil Republicano. Vol. 3, Sociologia e Política (1930-1964). DIFEL, São Paulo, 1981.
- MIGUEL, L.F., Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.15, n.44, outubro/2000.
- OLIVEIRA, I., Apresentação da obra: O Processo Histórico da Elaboração do Texto Constitucional. Câmara dos Deputados, Brasília, 1993.
- PATEMAN, C., Participação e teoria democrática. Tradução Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992 b.
- _____, O contrato sexual. Tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993. 347 p.
- PIMENTEL, S., A mulher e a Constituinte: uma contribuição ao debate. São Paulo: Cortez: EDUC, 1987.
- PINTO, C.R.J., Movimentos sociais; espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, ^a e BRUSCHINI, C., (Orgs), Uma questão de gênero, Rio de Janeiro, Ed. Rosa dos Tempos, Fundação Carlos Chagas, 1992.
- _____, Participação (representação?). Política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: Mulher brasileira é assim. SAFFIOTI, Heleieth I. B. E MUÑOZ-VARGAS, Monica (organizadoras). Rio de Janeiro. Editora Rosa dos Tempos, 1994.
- PITKIN, H., El concepto de representación. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1995.
- PHILLIPS, A., De uma política de idéias a uma política de presença? In: Estudos Feministas. CFH/CCE/UFSC. Vol 9. N.1/2001.
- PRÁ, J.R., Cidadania e gênero no processo de construção da democracia brasileira. In: Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política. Porto Alegre, Editora da Universidade do Rio Grande do Sul, 1998.

- _____. Gênero e feminismo: uma leitura política. In: Construções e Perspectivas em Gênero. Organizado por Marlene Neves Strey, Flora Mattos, Gilda Fensterseifer e Graziela Werba. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.
- RODRIGUES, L.M., Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos políticos e deputados. São Paulo, OESP-NALTESE, 1987.
- ROSSI-DÓRIA, A., Representar um corpo. Individualidade e alma coletiva nas lutas pelo sufrágio. In: GROPPi, Angela e BONACCHI, Gabriela. O dilema da cidadania. Direitos e deveres das mulheres. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- SANTOS, A.M., Nas fronteiras do campo político. Raposas e outsiders no Congresso Nacional. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.33, ano 12, fevereiro 1997.
- SAPIRO, V. Research frontier essay: when are interests interesting? The problem of political representation of women. In: The American Political Science Review. Columbia, Typographics. Vol 75, n. 3, sep-1981.
- SARTORI, *, Homens e as políticas de empoderamento das mulheres. A emergência do gênero entre sindicalistas de esquerda em Florianópolis. Florianópolis, UFSC, 1999.
- SEIDLER, V. J., Unreasonable men - masculinity and social theory. Londres: Routledge, 1994.
- SCOTT, J.W., The problem of invisibility. In: Retrieving Women's History Paris, Unesco Press, 1988.
- SICON, Serviço de Informação do Congresso Nacional. Site do Senado Federal: <http://www.senado.gov.br/sicon/>
- SIGEL, R.S., Minority consciousness and politics. In: Ambition & accommodation. Chicago e London. University of Chicago Press, 1996.
- SOUZA-LOBO, E., O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 6 (17), out.1991.
- TABAK, F., Mulher e democracia no Brasil. PUC-RJ. Núcleo de Estudos sobre a mulher. Trabalho apresentado à Reunião da ANPOCS em 1979. Rio de Janeiro, 1987.
- _____. Mulher e política. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982.
- _____. Autoritarismo e participação política da mulher. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1983.
- VERUCCI, F., A eficácia do direito igualitário nas relações de gênero. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos, (72), jan. 1991.

CORREIO BRASILIENSE, Parentesco também faz bancada na Constituinte, 08/02/1987, p.8.

_____, "Lobby" do batom faz vigília por direitos, 21/07/1988.

_____, Michiles quer mais presença feminina, 28/01/1986.

_____, Parentesco também faz bancada na Constituinte, 08/02/1987.

_____, Bloco das mulheres é mais unido, 02/02/1987.

_____, Mulheres contra aborto na Carta, 13/02/1988.

FOLHA DA TARDE, Mulheres constituintes contra aborto. Vitoriosas, 22/03/1988.

FOLHA DE SÃO PAULO, Conselho da mulher prepara seu "lobby" na Constituinte, 06/01/1987.

FOLHA DE SÃO PAULO, Entre sorrisos, deputadas asseguram seus gabinetes, 05/02/1987.

ISTO É, Constituinte na moda, 25/03/1987.

_____, Rita Camata estréia nervosa com discurso que não faz sucesso, 19/02/1987.

JORNAL DE BRASÍLIA, Primeira deputada negra quebra os tabus no Congresso Nacional, 08/02/1987.

JORNAL DE BRASÍLIA, Mulheres querem ter vez e voz na Constituinte, 05/05/1985.

JORNAL DO BRASIL, O furacão que veio de Rondônia, 15/02/1987, p.12.

_____, Constituinte terá 26 mulheres com a ajuda dos homens, 25-01-1987.

_____, Deputada faz sucesso pela beleza, mas ninguém a ouve, 23/01/1987.

_____, Experiência de pai inspira proposta - Deputado tem apoio das mulheres para licença-paternidade, 28/12/1987.

_____, Mulheres brigam por gabinete com banheiro, 05/02/1987.

JORNAL DA TARDE, Mulheres unidas pela licença-maternidade, 29/03/1988.

O ESTADO DE SÃO PAULO, Entre os eleitos, 26 mulheres, 25/01/1987.

O ESTADO DE SÃO PAULO, Elas são poucas, mas conseguem se destacar, 31/01/1988.

O GLOBO, Deputadas acusam Cabral de não atender as aspirações femininas, 06/05/1988.

_____, Deputadas conseguem gabinetes com banheiros, 05/02/1987.

VEJA, Constituintes não querem aborto legalizado, 04/02/1987.

ANEXO I - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

- 1) O que levou você a optar por uma carreira política? Como se deu a sua trajetória política?
- 2) Fatores que influenciaram a decisão em se tornar uma parlamentar
- 3) Qual foi o seu slogan de campanha? Justifique a sua escolha.
- 4) Quais foram as principais bandeiras que você elegeu como metas durante sua campanha?
- 5) Você obteve apoio do partido durante a campanha?
- 6) Que tipo de apoio o partido te ofereceu?
- 7) Que outros apoios você teve durante sua campanha?
- 8) Você se recorda de algum momento que tenha marcado pra você como mulher, a sua trajetória política?
- 9) Quais as principais dificuldades e entraves que você encontrou durante a sua trajetória política? Você teve dificuldades para conciliar os compromissos familiares, o papel de mãe, esposa e profissional?
- 10) Em algum momento de sua carreira, você sentiu algum tipo de discriminação pelo fato de ser mulher?
- 11) O que representou pra você, enquanto mulher, a vitória nas eleições? Você acredita que o fato de ser mulher foi importante para a mobilização política que a elegeu?
- 12) Quais eram as suas principais expectativas e que tipo de preocupações e angústias tomaram conta de você ao iniciar essa nova carreira?
- 13) Como se deu a sua inserção nas atividades constituintes? Houve alguma manifestação de receptividade ou de discriminação por parte dos demais constituintes, particularmente dos homens constituintes, que vc tenha tomado conhecimento ou que tenha observado?
- 14) A participação nas comissões, foi uma escolha pessoal? O que levou você a participar dessas comissões?
- 15) Houve durante o período da constituição, ações conjuntas entre as mulheres parlamentares? Que tipos de ações foram desenvolvidas?

- 16) Como você avalia o seu comportamento, atitudes, postura ética (maneira de vestir, sentar, falar) durante a sua participação e diante das circunstâncias em que você teve que assumir alguma intervenção?
- 17) Você como mulher parlamentar teve que assumir, em algum momento, comportamentos e atitudes masculinas de modo a obter maior acesso e credibilidade frente aos colegas homens? Justifique sua resposta
- 18) Como você avalia o acesso às responsabilidades inerentes ao cargo, tipo escolha de lideranças, ocupação de cargos especiais como presidente, vice-presidente, secretários, etc. As condições são igualitárias ou prevalece outros critérios de avaliação de competência, tipo influência partidária, tempo de casa, sexo, idade, etc.
- 19) Você avalia que há diferença entre o tratamento que os homens parlamentares dispensam entre si e o tratamento desses homens com as mulheres parlamentares?
- 20) Como você avalia o relacionamento entre homens e mulheres parlamentares?
- 21) Você considera que a constituição avançou nas questões da mulher? Quais foram as principais conquistas em geral e as suas em particular?
- 22) Você poderia citar algumas derrotas na conquista dos direitos da mulher?
- 23) Você mantém relacionamentos com movimentos sociais feministas, ONGs ou governamentais? Quais?